



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
DOUTORADO EM FAMÍLIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO DI GREGORIO

**COM LENÇO E SEM DOCUMENTO:
IDENTIDADES, IDEÁRIO E RELAÇÕES FAMILIARES NA LUTA E
REPRESSÃO POLÍTICA À JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA**

Salvador
2011

MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO DI GREGORIO

**COM LENÇO E SEM DOCUMENTO:
IDENTIDADES, IDEÁRIO E RELAÇÕES FAMILIARES NA LUTA E
REPRESSÃO POLÍTICA À JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Família na Sociedade Contemporânea.

Orientadora: Prof^a Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti.

Linha de Pesquisa: Família e Sociedade

Salvador
2011

UCSAL. Sistema de Bibliotecas

D575 Di Gregorio, Maria de Fátima Araújo

Com lenço e sem documento: identidades, ideário e relações familiares na luta e repressão política a Juventude Universitária Católica/ Maria de Fátima Araújo Di Gregorio. - Salvador, 2011.
322 fls.

Tese (doutorado) - Universidade Católica do Salvador.
Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea, 2010.

Orientação: Profa. Dra. Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti.

1. Ação Católica 2. Direitos Humanos 3. Identidade 4. Ideologia 5. Família 6. Juventude Universitária Católica (JUC)

I. Universidade Católica do Salvador. Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação

II. Cavalcanti, Vanessa Ribeiro Simon (Orientadora) III. Título.

CDU 267.6:316.356.2

MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO DI GREGORIO

**COM LENÇO E SEM DOCUMENTO:
IDENTIDADES, IDEÁRIO E RELAÇÕES FAMILIARES NA LUTA E
REPRESSÃO POLÍTICA À JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA**

Tese apresentada à seguinte Comissão Examinadora:



Profa. Dra. Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti - Orientadora
Doutorado em História - UNILEON
Universidade Católica do Salvador



Profa. Dra. Mary Garcia Castro
Doutorado em Sociologia - UF
Universidade Católica do Salvador



Prof. Dr. Edivaldo Machado Boaventura
Doutorado em Educação – Penn University
Universidade Federal da Bahia



Profa. Dra. Silvia Maria Fávero Arend
Doutorado em História – UFRGS
Universidade do Estado de Santa Catarina



Prof. Dr. Wilson Roberto de Mattos
Doutorado em História - PUC-SP
Universidade do Estado da Bahia

Salvador-BA, 03 de maio de 2011

A Deus, luz de minha vida.
À Maria, mãe espiritual.

À minha mãe Lycia Maria, amiga e
companheira dessa caminhada, hoje acometida pelo mal de Alzheimer, arrasta sua vida
entre momentos de lucidez e esquecimentos já sem ideia dessa minha jornada acadêmica.

À minha irmã Lemi, amiga de todas as horas nesta luta.

Aos meus filhos, Mirella, Gabriella e Gennaro Júnior,
meus amores, minha vida.

Ao meu marido, Gennaro, pelas horas “roubadas”
de sua convivência, o meu eterno agradecimento.

AGRADECIMENTOS

Que caminhada difícil... Caminho escolhido dentre tantos outros que surgiram em minha vida, mas que por uma razão especial foi trilhado com maior segurança. Nada fácil fazer esse percurso, apesar do apoio irrestrito do Programa de Doutorado da UCSAL, da orientadora e de minha família.

Os contratemplos, as viagens e os irrecuperáveis ataques de alguns colegas que me fizeram sentir a pior das dores... a da alma. Desacatos superados pelo apoio de muitos amigos daqui e de lá - como Sandra Suely, Maria Vitória, Marilete, Lílian, Miguel, Conceição e Sacramento - que não apenas me estimularam, mas que souberam pelo uso de palavras e gestos, suavizar os meus dias.

À imensidão do aconchego dos colegas da UCSAL, e em especial à Claudia, José Onofre, Cássia, Ana e Elisa. Passamos bons momentos entre interessantes aulas, leituras, chocolates, e-mails e conversas agradáveis.

À minha orientadora Professora Dra. Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti que com sua apreciação minuciosa e criativa apresenta ideias, dando diretrizes a este trabalho. Seria impossível não reconhecer a maneira encantadora e competente de lidar com seus orientandos traçando percursos acadêmicos com muita segurança. Fico imensamente grata por todos esses momentos de diálogo e apoio.

Ao ex-Reitor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Professor Dr. Abel Rebouças São José, a quem devo a solução de alguns impasses na UESB, instituição tão querida para mim.

A Universidade do Estado da Bahia / UNEB na pessoa do Professor Dr. Wilson Roberto de Mattos, ex-diretor do Campus V e Pró Reitor, minha gratidão pelo apoio e atenção nesses últimos anos. Minha admiração e estima pela pessoa que tem sido e pela capacidade acadêmica, que, generosamente, aceitou ler este trabalho fazendo observações.

À Professora Dr^a Mary Garcia Castro agradeço por acreditar em minha proposta desde o momento inicial do curso e que, na condição de professora de metodologia do programa, aproveitou os espaços de discussão, inclusive o do exame de qualificação do qual integrou a banca, para sugerir caminhadas, encorajar estudos e torcer pela finalização da tese.

Ao Professor Dr. Edivaldo Machado Boaventura que, além da brilhante caminhada acadêmica, possui a identidade de jucista, sabendo quão dura foi a caminhada da militância nesses anos. Pelas sugestões neste trabalho, agradeço.

À Professora Dr^a Silvia Maria Fávero Arend, exemplo de competência acadêmica, agradeço a participação e sugestões nesta etapa final do trabalho.

A Coordenação do Programa em Família na Sociedade Contemporânea, na pessoa do Professor Dr. Giancarlo Petrini. Este programa foi uma dádiva para a academia, abrindo muitas possibilidades de pesquisas.

São tantos e especiais... e, assim, termino com um pensamento de Bosi¹: “E agradeço por isso: é bom a gente lembrar”.

¹ BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**. Lembranças de Velhos. São Paulo: T. A Queiroz Editor, 1979, p. 398.

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado à memória das pessoas que anonimamente participaram das mobilizações coletivas sonhando por um país melhor.

*Cuando no recordamos lo que nos pasa
nos puede suceder la misma cosa.
Son esas mismas cosas
que nos marginan
nos matan la memoria
nos queman las ideas
nos quitan las palabras.*

*Si la historia la escriben los que ganan
eso quiere decir que hay otra historia.
La verdadera historia,
quien quiera oír que oiga.*

(Litto Nebbia)²

² Cf. BIALET, Graciela. **Los sapos de la memoria**. Córdoba: Oloop Ediciones, 2001 p 76.

DI GREGORIO, Maria de Fátima A. **Com lenço e sem documento:** identidades, ideário e relações familiares na luta e repressão política à Juventude Universitária Católica. Tese de Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea – Universidade Católica do Salvador - Salvador, BA. 2011. 322p.

RESUMO

Esta tese está inserida na linha de pesquisa 'Família e Sociedade' e investiga a Juventude Universitária Católica – JUC – movimento de significativa atuação entre o Totalitarismo e a Democracia brasileira, com olhar voltado para sua trajetória, identidades, ideário e práxis que definiram sua participação entre os anos de 1930 e 1964. A abordagem é fenomenológica com base na hermenêutica ricoeuriana, ancorada na História Social e aplicação do método de estudo histórico, empírico e qualitativo. Recorreu-se ao uso de questionários semi-estruturados aplicados a um universo de trinta pessoas reconhecidas como jucistas, privilegiando a diversidade na formação universitária. A pesquisa mostra a JUC como expressivo movimento da juventude desses anos, formado entre a militância sócio-religiosa concebida no contexto de renovação da Igreja – o da Neocristandade e da Universidade que lhes conferiu identidade(s) amalgamada(s) entre o pensamento católico e interações universitárias com outros movimentos sociais. Essa dinâmica possibilitou ao grupo, uma luta identitária entre ações católicas e práxis revolucionária, originando a Ação Popular (AP). Foi nesse momento em que o grupo projetou-se para além de um movimento social organizado, avançando no seu ideário, assumindo a identidade de luta, vivenciando o Golpe de 1964 que se instaura no país em clima de tensão e repressão política, quando a família atua como protetora de seus membros.

Palavras-chave: Sociedade; Identidades; Ideário; Juventude; Relações Familiares.

DI GREGORIO, Maria de Fátima A. **With handkerchief and undocumented:** identities, ideas and relationships in the family struggle and political repression Youth Catholic University. Doctoral Thesis Family in Contemporary Society - Catholic University of Salvador - Salvador, BA. 2011. 322p.

ABSTRACT

This thesis is inserted on the line 'Family and Society', and investigates the Catholic University Youth – JUC - movement of significant action between the Totalitarianism and Democracy brasilian, with eyes on its history, identity, ideology and praxis which have defined their participation between 1930 and 1964. The approach is based on phenomenological hermeneutics ricoeuriana, anchored in the Social History and the method of historical study, empirical and qualitative. Semi-structured questionnaires were applied to a total of 30 people, recognised as jucists, privileging diversity on academic formation. The research shows the JUC as an expressive movement of the youth in those years, formed between the socio-religious militancy, conceptualised within the context of **renewal** of the Church - the one of neo christianity and the University which gave them amalgamed identities between the catholic philosophy and interaction with other university social movements. This dynamic enabled the group shares a fight between Catholic identity and revolutionary practice, resulting in the Popular Action (AP). It was then that the group protruded beyond an organized social movement in advancing its ideology, assuming the identity of the fight, experiencing the Coup of 1964 which is established in the country in an atmosphere of tension and political repression, when the family acts as protective of its members.

Key words: Society; Identities; Ideals; Youth; Family Relationship.

Di GREGORIO, Maria de Fátima A. **Con il fazzoletto e senza documenti:** identità, le idee e rapporti familiari nella lotta contro la repressione politica Gioventù Cattolica Università. Tesi di Dottorato in famiglia nella società contemporanea — Univesità Cattolica di Salvador. Salvador – BA. 2011. 322p.

RIASSUNTO

Questa tesi fa parte della famiglia e della società di ricerca e indaga Gioventú Cattolica Università - JUC - movimento di azione significativa tra Totalitarismo e Democrazia in Brasile, con gli occhi sulla sua storia, identità, ideologie e prassi che definito la loro partecipazione tra gli anni 30 e 64. L'approccio si basa su la ermeneutica fenomenologica ricoueriana, ancorata nella storia sociale e l'applicazione del metodo di studio storico, empirico e qualitativo. Ricorso all'uso di questionari semi-strutturati applicati a un numero di trenta persone riconosciuti come 'jucistas', con diversità nella formazione universitaria. La ricerca mostra il JUC e movimento espressivo dei giovani di quegli anni, si forma tra la militanza socio-religiosa concepita nel contesto del rinnovamento della Chiesa - e l'Università di neocristandade che ha dato loro identità (s) amalgamato (s) tra il pensiero cattolico e interazioni universitaria con altri movimenti sociali. Questa dinamica permesso al gruppo condivide una lotta tra l'identità cattolica e la pratica rivoluzionaria, con la conseguente azione popolare (AP). Fu allora che il gruppo sporgeva al di là di un movimento sociale organizzato nel portare avanti la sua ideologia, assumendo l'identità della lotta, sperimentando il Colpo di Stato del 1964 che è stabilito nel paese in un clima di tensione e di repressione politica, quando la famiglia agisce come protettivo dei suoi membri.

Parole chiave: Società; Identità; Ideali, Repressione Política; Relazioni Familiari.

DI GREGORIO, Maria de Fátima A. **Con pañuelo y sin papeles:** las identidades, ideas y relaciones en la lucha de La familia y la represión política de la Juventud de la Universidad Católica. Tesis Doctoral Familia en la Sociedad Contemporánea - Universidad Católica de Salvador - Salvador, BA. 2011. 322p.

RESUMEN

Esta tesis es parte de la línea de investigación 'Familia y Sociedad' de la línea de investigación e investiga la Universidad Católica de la Juventud - JUC - movimiento de acción significativa entre Totalitarismo y Democracia en Brasil, con los ojos en su historia, la identidad, la ideología y la praxis que han definido su participación entre 1930 y 1964. El abordaje es fenomenológico con base en la hermenéutica ricoueriana, anclada en la Historia Social aplicando una metodología de tipo histórica, empírica y cualitativa. Se utilizaron cuestionarios semiestructurados aplicados a un universo compuesto por treinta personas, reconocidas como jucistas, privilegiando la diversidad de la formación universitaria. La investigación muestra a la JUC como un expresivo movimiento de la juventud de esos años, compuesta por la militancia socioreligiosa concebida en el contexto de renovación de la Iglesia Católica, la Neocristiandad y la Universidad. Estas le dieron una identidad(s) amalgamada(s) entre el pensamiento cristiano y las relaciones universitarias con otros movimientos sociales. Esta dinámica permitió al grupo compartir una lucha por la identidad católica y la práctica revolucionaria, dando lugar a la Acción Popular (AP). Fue entonces cuando el grupo salía más allá de un movimiento social organizado en la promoción de su ideología, asumiendo la identidad de la lucha, experimentando el golpe de 1964 que se establece en el país en un clima de tensión y represión política, cuando la familia actúa como protectora de sus miembros.

Palabras clave: Sociedad; Identidad; Ideales, la juventud; las relaciones familiares.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS UTILIZADAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABC – Ação Brasileira Católica
AC – Ação Católica
ACAs – Associações Cristãs Acadêmicas
ACB – Ação Católica Brasileira
ACG – Ação Católica Geral
ACE – Ação Católica Especializada ou Ação Católica Espiritualizada
ACM – Antônio Carlos Magalhães
AD – Ação Democrática
ADEP – Ação Democrática Popular
AI-5 – Ato Institucional número 5
AIB – Ação Integralista Brasileira
ALC – Associação de Livrarias Católicas
ALN – Ação Libertadora Nacional
AP – Ação Popular
APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia
APML – Ação Popular Marxista Leninista
ASD – Ação Social Democrática
AUC – Associação Universitária Católica
BCB – Biblioteca Pública Central dos Barris
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BOC – Bloco dos Camponeses
CA – Centro Acadêmico
CABH – Comitê pela Anistia e Direitos Humanos
CAMDE – Campanha da Mulher Democrática
CB – Círculos de Base
CC – Comitê Central
CCA – Coligação Católica Brasileira
CCC – Comando de Caça aos Comunistas
CCB – Coligação Católica Brasileira
CE – Comitê Estadual
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CENIMAR – Centro de Informação da Marinha
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina
CELAM – Conferência Episcopal Latino Americana
CEDIC – Central de Documentação e Informação Científica
CEHILA – Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina - Brasil
CDV – Centro Dom Vital
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
CLT – Consolidação das Leis de Trabalho
CIA – *Central Intelligence Agency*
CIC – Confederação de Imprensa Católica
CIDI – Centro Internacional de Documentação e Informação
CIE – Centro de Informação do Exército
CNP – Conselho Nacional do Petróleo
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNOCC – Confederação Nacional de Operários Católicos
CNP – Conselho Nacional do Petróleo
CODI – Centro de Operações de Defesa Interna
CPCs – Centros Populares de Cultura
CPC – Centro Popular de Cultura
CRH – Centro de Recursos Humanos
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
DA – Diretório Acadêmico
DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público
DOI – Destacamento de Operações de Informações
DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social
DC – Dissidência Comunista
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
DSN – Doutrina da Segurança Nacional
DSC – Doutrina Social Católica
DUAC – Departamento Universitário de Ação Comunitária
EME – Estado Maior do Exército
EST – Equipes Sociais de Trabalho
EUA – Estados Unidos da América

FAG – Federação Agrária Gaúcha
FEB – Força Expedicionária Brasileira
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FJC – Frente da Juventude Democrática
FNM – Fábrica Nacional de Motores
HAC – Homens de Ação Católica
HQs – Histórias em Quadrinhos
ICES – Instituto Católico de Estudos Superiores
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
INEP – Instituto de Estudos Pedagógicos
IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiro
JAC – Juventude Agrária Católica
JACB – Juventude Agrária Católica do Brasil
JCB – Juventude Católica Brasileira
JCBF – Juventude Católica Brasileira Feminina
JCBM – Juventude Católica Brasileira Masculina
JECB – Juventude Agrária Católica do Brasil
JEC – Juventude Estudantil Católica (secundarista)
JECI – JEC Internacional
JECF – Juventude Estudantil Católica Feminina
JFC – Juventude Feminina Católica
JICB – Juventude Agrária Católica do Brasil
JIC – Juventude Independente Católica
JK – Juscelino Kubitschek
JM – Jota Eme
JMC – Juventude Masculina Católica
JOC – Juventude Operária Católica
JOCF – Juventude Operária Católica Feminina
JOCB – Juventude Operária Católica do Brasil
JSC – Jornal Semana Católica
JUC – Juventude Universitária Católica
JUCF – Juventude Universitária Católica Feminina

JUCB – Juventude Universitária Católica do Brasil
LC – Ligas Camponesas
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
LEC – Liga Eleitoral Católica
LEV – Laboratório Eugênio Veiga
LFAC – Liga Feminina da Ação Católica
MAF – Movimento de Arregimentação Feminina
MCI – Movimento Comunista Internacional
MCP – Movimento de Cultura Popular
ME – Movimento Estudantil
MEB – Movimentos de Educação de Base
MEC – Ministério de Educação e Cultura
MEC-USAID – Ministério da Educação (MEC) e *United States Agency for International Development (USAID)*
MER – Movimento da Esquerda Revolucionária
MIEC – Movimento Internacional dos Estudantes Católicos
MIT – Massachusetts Institute of Technology
MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização
MP – Movimento Popular
MPL – Movimento Popular de Libertação
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de outubro
MS – Movimento Social
MSC – Movimento Solidarista Cristão
OEA – Organização dos Estados Americanos
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PC – Partido Comunista
PD – Partido Democrático
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PDC – Partido Democrata Cristão
PIB – Produto Interno Bruto
PNA – Plano Nacional de Alfabetização
POLOP – Política Operária

PP – Partido Popular
PR – *Pax Romana*
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PSP – Partido Social Progressista
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTR – Partido Trabalhista Renovador
PUC – Pontifícia Universidade Católica
PUI – Pacto de Unidade Intersindical
RGS – Rio Grande do Sul
SAC – Senhoras de Ação Católica
SESI – Superintendência do Serviço Industrial
SENAC – Superintendência Nacional do Comércio
SINDIPETRO – Sindicato dos Petroleiros
SNI – Serviço Nacional de Informação
SSA – Secretariado Sul-Americano
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUPRA – Superintendência de Política Agrária
SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito
TFP – Tradição, Família e Propriedade
TSN – Tribunal de Segurança Nacional
UCSAL – Universidade Católica do Salvador
UEB – União dos Estudantes da Bahia
UEE – União Estadual dos Estudantes
UDN – União Democrática Nacional
UDS – União Democrática Social
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UME – União Metropolitana Estudantil
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNES – União Nacional dos Estudantes Secundaristas
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID – *United States Agency International of Development*
UT – Universidade de Toronto

LISTA DE ORGANOGRAMAS

ORGANOGRAMA 1 -	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA COLIGAÇÃO CATÓLICA NOS ANOS 30.....	84
ORGANOGRAMA 2 -	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL AÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA. 1935-1945.....	91
ORGANOGRAMA 3 -	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL. RAMOS DA AÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA ESPECIALIZADA 1946-1950	99
ORGANOGRAMA 4 -	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DAS AÇÕES CATÓLICAS ESPECIALIZADAS AMPLIADAS NO ANO DE 1950.....	109
ORGANOGRAMA 5 -	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA DE FORTE ATUAÇÃO NO ESTADO DA BAHIA 1950/1961.....	131

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	13
LISTA DE ORGANOGRAMAS	19
INTRODUÇÃO	
TECENDO FIOS: IMPLICAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS QUE DESVELAM A PRÁXIS DA JUC.....	20
A TESSITURA DO TEMA, OS OBJETIVOS E AS QUESTÕES GERADORAS.....	21
MÉTODO E TÉCNICAS: ARTICULANDO BASES INSTRUMENTAIS PARA ANÁLISE DO OBJETO	23
A ABORDAGEM METODOLÓGICA UTILIZADA NO ESTUDO DO GRUPO.....	26
MEMÓRIAS NARRADAS: AS ENTREVISTAS E OS INSTRUMENTOS DE COLETADA DE DADOS.....	29
DEBRUÇANDO SOBRE TEXTOS ORAIS E ESCRITOS: FONTES PRIMÁRIAS E SECUNDÁRIAS.....	33
AS CATEGORIAS TRABALHADAS E AS ESCOLHAS DA LITERATURA PARA OS DIÁLOGOS.....	35
O TECIDO DA TESE: DEFININDO OS CAPÍTULOS	49
CAPÍTULO I	
A AÇÃO CATÓLICA NO BRASIL E A ORGANIZAÇÃO DA JUC	52
1.1 NOVO PENSAMENTO DA IGREJA CATÓLICA DO BRASIL E A INSERÇÃO DAS FAMILIAS NO APOSTOLADO	53
1.2 DECRETO <i>APOSTOLICAM ACTUOSITATEM</i> E O CONVITE ÀS FAMÍLIAS	61
1.3 LUTA IDEOLÓGICA DO CENTRO DOM VITAL: PERCURSO E PARTICIPAÇÃO NAS AÇÕES CATÓLICAS	70
1.3.1 A cruzada anticomunista movida pela Liga dos Católicos: uma questão circulante	80
1.3.2 Estrutura organizacional da Coligação Católica e alianças da juventude	84
1.3.3 O Estado Novo, o clima golpista e a resignificação identitária das Ações Católicas	88
1.3.4 Novos estatutos da Igreja e a reorganização das ações com o término do Estado Novo	98
CAPÍTULO II	
A JUVENTUDE CATÓLICA NO BRASIL: ENTRE MOVIMENTO ESPECIALIZADO E SOCIAL	105
2.1 A JUC COMO MOVIMENTO ESPECIALIZADO DE LUTA SOCIAL/RELIGIOSO NO PERÍODO DE 1946 A 1950	106
2.2 OS ESTUDANTES CATÓLICOS EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POPULARES ..	118
2.3 A PRESENÇA DE RENOVADORES CATÓLICOS NOS ÂMBITOS UNIVERSITÁRIOS E NO GOVERNO DE JK	126
2.4 AS IDENTIDADES JUCISTAS: CONSTATAÇÕES E DESAFIOS.....	134

CAPÍTULO III	
JOGO DE INTRIGAS: CONFIGURAÇÕES DA JUC ENTRE O GOVERNO DE JOÃO GOULART E O GOLPE DE 1964.....	141
3.1 AS CONGÊNERES E AS ARTICULAÇÕES POLÍTICAS NUMA DEMOCRACIA FRAGMENTADA	142
3.2 O GOLPE DE 1964 E O MOVIMENTO JUCISTA EM CLIMA DE SUSPENSE.....	146
3.3 A POSTURA DE JOÃO GOULART E AS VERSÕES SOBRE A INSTAURAÇÃO DO GOLPE DE 1964	156
3.4 REFAZENDO CAMINHOS DA DEMOCRACIA BRASILEIRA: PONTOS E CONTRAPONTO.....	168
3.5 SERIA GOULART CONHECEDOR DO GOLPE?ALGUMAS VERSÕES	174
3.6 A JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA ENTRE OS GRUPOS OPRESSORES E A PRÁXIS DE LUTA.....	181
3.7 O JOGO DE INTRIGAS E A DEMOCRACIA BRASILEIRA FRAGMENTADA	189
CAPÍTULO IV	
A PRÁXIS DE LUTA DOS ESTUDANTES CATÓLICOS: FAMÍLIA, IDENTIDADES, SILENCIAMENTOS E REPRESSÃO	199
4.1 A JUC, A FAMÍLIA E A LUTA PELA CAUSA SONHADA	200
4.2 MEMÓRIAS SOBRE A LUTA, A REPRESSÃO E OS SILENCIAMENTOS	206
4.3 O MOVIMENTO JUCISTA NA BAHIA: “EMBRIÃO PERIGOSO” PARA A ORDEM CONSERVADORA	229
4.4 A LINHA UDENISTA E A LEGITIMAÇÃO DO GOLPE NA BAHIA	239
4.5 A PERSEGUIÇÃO AOS ESTUDANTES E PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS ..	243
4.6 AS MARCHAS DAS MULHERES CATÓLICAS BAIANAS EM PERSEGUIÇÃO AOS COMUNISTAS	249
CAPÍTULO V	
A METAMORFOSE IDENTITÁRIA DA JUC.....	252
5.1 AS IDENTIDADE DA JUC E O MOVIMENTO POLÍTICO ORGANIZADO.....	253
5.2 (RE)SIGNIFICANDO IDENTIDADES: O ÊXODO DOS JUCISTAS PARA OUTRAS ENTIDADES	260
5.3 A METAMORFOSE IDENTITÁRIA: DA JUC À AÇÃO POPULAR/AP (1960/61/64). ..	268
5.4 O JOGO DE FORÇAS QUE VINHAM SE INSTAURANDO NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO	275
5.5 A AÇÃO POPULAR (AP) ASSUMINDO A IDENTIDADE DE AÇÃO POPULAR MARXISTA-LENINISTA (APML)	280
CONSIDERAÇÕES FINAIS	283
REFERÊNCIAS	289
FONTES	315
APÊNDICES	318
ANEXOS.....	321
CRÉDITOS DA AUTORA	

INTRODUÇÃO

TECENDO FIOS: IMPLICAÇÕES TEÓRICAS E
METODOLÓGICAS QUE DESVELAM A PRÁXIS DA JUC

✓ A TESSITURA DO TEMA, OS OBJETIVOS E AS QUESTÕES GERADORAS

Esta tese desenvolveu-se a partir do projeto de estudo sobre a Juventude Universitária Católica (JUC) no contexto nacional, procurando compreender a(s) identidade(s), o ideário e as relações familiares que estiveram presentes nessa dinâmica. A tarefa exigiu da autora, múltiplos conhecimentos teóricos, agudez dos sentidos, delimitações do objeto a ser investigado, reflexões que implicaram em momentâneas paradas e redefinições do caminho metodológico mais adequado.

Explicita-se aqui a tessitura da tese, ou seja, os fios condutores da pesquisa e como foi realizada a análise do objeto de estudo. O recorte temporal escolhido foi o período de 1930 a 1964 – periodização desafiadora por serem anos em que o país passava pela fase marcada por uma aparente aproximação entre elites e camadas populares, ocasionando reivindicações de nível nacional. Optou-se por uma maior atenção aos documentos produzidos nas décadas de 1950 e 1960, tempo da explosão dos movimentos sociais e instauração de forças ideológicas no Brasil. O recorte espacial ateu-se ao Estado da Bahia, completando com dados obtidos em Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, territórios de forte atuação da Juventude Universitária Católica.

O objetivo geral da tese está voltado para a investigação da história brasileira no tempo presente, na tentativa de compreender de que maneira aconteceram a luta e a repressão a este movimento social da JUC nos contextos nacional e regional e de que forma isso impactou na construção da(s) identidade(s), definindo relações e práxis. A partir daí, estabeleceram-se os objetivos específicos: compreender as ações identitárias do grupo em movimentos sociais; identificar o ideário do grupo no processo político – Totalitarismo e Democracia no país; verificar como o grupo criou estratégias de participação, autonomia e emancipação em suas figurações e configurações; analisar como a Juventude Universitária Católica buscou garantir/promover os Direitos Humanos; pensar as relações familiares nessa dinâmica.

O problema, como quase todas as etapas do processo de pesquisa, não é linear, e envolveu constantes questionamentos, diálogos com professores do programa e especificamente com a orientadora. Portanto, sua construção foi feita pouco a pouco, por meio de sucessivos retoques condizentes com a proposta teórica metodológica adotada.

Minayo (2004) ressalta que o objeto é sempre algo complexo, contraditório, inacabado e em permanente transformação. O problema representa um momento de amadurecimento deste processo e assim foi elaborado: de que maneira este movimento social impactou na família, em identidades e práxis?

As reflexões foram ancoradas no pensamento de Ricoeur (1969), o qual conduziu à compreensão e interpretação de idéias, a dinâmica das identidades, de significados presentes no grupo. Indicaram as confrontações e intrigas ou mesmo embaraços do movimento da JUC com outros, na medida em que as permanências foram afetadas pelos juízos, transformações e ressignificações de ideário, identidades, numa inserção de acontecimentos que levaram o grupo a caminhar desenvolvendo nova adscrição¹.

A ontologia de Ricoeur atravessa, nesta tese, os múltiplos níveis da hermenêutica aplicada às categorias e textos, considerando as idéias, influências, juízos e sentidos presentes no movimento social da JUC.

No caminho hermenêutico², Ricoeur (1969) mostra que o ato de interpretar é, portanto, uma atividade ligada ao ato de explicar e compreender, a partir de uma referência que se tem. Nesse caso, o problema foi sendo mostrado através de contatos com a revisão historiográfica sobre esses anos, na documentação encontrada, em transcrições das falas e uso de fontes que ajudaram a reconstruir a trajetória desses sujeitos, repensando as histórias, contextos e identidades.

Nessa perspectiva, fizeram-se os seguintes questionamentos: como aconteceu a inserção desses jovens nesse movimento social? Qual a trajetória histórica da JUC no Brasil? Qual(is) a(s) identidade(s) que o grupo assumiu? De que maneira a família estava envolvida nessas ações? Como os jovens militantes se reconheciam no grupo? Que ideário motivou a ressignificação de identidades? Qual a reação do grupo ao episódio de 1964? Que contribuição o grupo deixou? De que valeu a JUC?

Para melhor compreender o objeto de estudo, pressupostos norteiam as ideias e ajudam a conduzir o pensamento: o exercício do ideário da JUC revelou –

¹ C f RICOEUR, Paul. Indivíduo e identidade pessoal. In: VEYNE, P. et al. Indivíduo e poder. Lisboa: Edições 70, 1988, a palavra *ascription* é vista na obra de Paul Ricoeur como o assinalar de um agente a uma outra ação e é através disso que se atesta a própria ação, possibilitando a posse daquele que a pratica, que é sua, que lhe pertence propriamente.

² C f MAGALHÃES, Rui. Introdução à hermenêutica. Coimbra: Editora Angelus Novus Ltda, 2002, a palavra **hermêutica** tem origem no verbo *hermeneuin* que significa interpretar e do substantivo *hermeneia* que denota interpretação.

através de sua participação religiosa, sociopolítica e cultural –, um traço identitário de luta mais revolucionária, diferenciado de outros movimentos sociais católicos que atuaram no país nos anos 60; as identidades da JUC contribuíram para que os jovens universitários católicos buscassem garantir os Direitos Humanos – especialmente a partir das relações familiares e inserções nas Ações Católicas.

✓ MÉTODO E TÉCNICAS: ARTICULANDO BASES INSTRUMENTAIS PARA ANÁLISE DO OBJETO

A pesquisa é qualitativa com abordagem fenomenológica, permitindo novos olhares a partir do uso da metodologia da História Oral e sua arte de fazer e refazer lugares e acontecimentos. Através das memórias e de seus mecanismos seletivos e (re) imaginados, as lembranças ao serem acionadas, tornam-se valiosos instrumentos de explicação sobre modos de viver dos sujeitos.

A História Oral é, inevitavelmente, uma zona de fronteira, não tanto entre disciplinas, mas entre a própria academia e o mundo real, entre a memória legítima, cientificamente produzida, dos historiadores, e as memórias individuais, no que tem de pessoal e de coletivo. Se há como muitos defendem um confronto entre essas memórias, a história oral se localiza em pleno *front*. Os modos de confronto interessam, obviamente, a historiadores e arqueólogos, mas para os oralistas não se trata de questão meramente teórica. Estes devem decidir de pronto, em que medida submete a memória não científica a seus ditames e regras ou em grau se rendem a sua riqueza e sabor “espontâneos (GUARINELLO, 1998, p. 63).

Esses confrontos no meio historiográfico criam resistência para alguns pesquisadores, no entanto, a História Oral tem possibilitado a construção e a reconstituição de acontecidos por meio de relatos individuais ou coletivos. O fato de estar situada num campo multidisciplinar, sua contribuição é notória, especialmente no tratamento e análise de dados, no registro de temporalidades, cabendo ao pesquisador observar de que ponto de vista partem os saberes dos sujeitos e a quais grupos pertencem, pois a narratividade é uma técnica capaz de instigar muitos problemas.

A História Oral é uma Ciência e arte do indivíduo. Embora diga respeito – assim como a Sociologia e a Antropologia – a padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, visa aprofundá-los, em essência, por meio de conversas com pessoas sobre a experiência e a memória individuais e ainda por meio do impacto que estas tiveram na vida de cada uma (PORTELLI, 1997, p. 15).

Considerando-se a memória como individual é nas relações sociais e em padrões culturais que seu caráter sofre constantes (re) elaborações de acordo com a situação e contexto dos indivíduos. As fontes subjetivas da memória e a objetividade da ciência histórica nesse encontro dialogam superando as zonas obscuras, silenciosas, permitindo ao pesquisador captar pelos discursos memoráveis, os acontecimentos. A História Oral utiliza a metodologia ou o recurso da entrevista para dar voz à memória dos sujeitos e por meio da singularidade de seus depoimentos, preservar a Memória Coletiva (THOMPSON, 1998; BOSI, 2003).

Nesse sentido, a narração torna-se importante para a preservação da Memória Social. Ricoeur (1976) distingue a narração em níveis: primeiro o da vida cotidiana vivida pelos sujeitos e situações - a Fenomenologia, segundo, a Ciência e o nível propriamente reflexivo da ética das ações e, por último a Filosofia da Linguagem, que pelas falas, gestualidades e sentimentos, leva a uma melhor compreensão dos acontecidos. A história vivida pelo movimento mantém-se na memória das pessoas vivas, da velha militância, e é como memória, fenômeno que se atualiza, capturada pelos depoimentos orais que reconstróem a história que não existe mais.

Segundo Ricoeur (1996), a memória permanece, em última instância, como a única guardiã de algo que efetivamente ocorreu no tempo, assegurando sua continuidade temporal, ao se aproximar da História pela sua ambição de veracidade. Assim, o uso da metodologia da História Oral nesta análise tem a intenção de ampliar as possibilidades de interpretação sobre o movimento, vindas daqueles que militaram, atuaram e trouxeram a configuração de identidades.

Halbwachs (2006) ressalta que ao entrevistar pessoas, essas narrativas podem ser enriquecidas com outras fontes documentais. Se a memória individual existe sempre a partir de uma Memória Coletiva, as lembranças são constituídas no interior de um grupo, as várias ideias, reflexões, sentimentos, paixões atribuídas aos indivíduos são inspiradas em relatos contados e, portanto, nas relações sociais.

A memória individual refere-se à existência de uma espécie de intuição sensível e sempre presente com base na Memória Coletiva, concebida como espaço de conflitos e influências entre uns e outros. As lembranças individuais desvelam ou mesmo mostram a coletiva ou social e esta parte das representações

do mundo, da vida, das relações instauradas em determinado lugar. Santos (1996) percebe o espaço como resultado de pensamentos e ações dos sujeitos que atribuem significados e valores na tentativa de compreender as diferentes formas do habitar.

E assim a trajetória da JUC foi sendo remontada - a partir de narrações pessoais que mostram o cotidiano dos indivíduos em diversos contextos. E se a cultura é construída através da memória, as lembranças e as recordações acham suas moradas, silenciando, selecionando, contando vitórias e fracassos, enfim, ações nas diversas e instigantes experiências que ajudam na construção de identidades e de uma memória viva.

Se a Memória vem à tona, a História, ao se apropriar dela, integra-se rapidamente por possuir a mesma temporalidade – o passado que é narrado e vivido pelos sujeitos.

O pensamento humano é rematadamente social: social em sua origem, e suas funções, social em suas formas, social em suas aplicações. Fundamentalmente, é uma atividade pública – seu habitat natural é o pátio da casa, o local do mercado e a praça da cidade (GEERTZ, 1989, p. 225)

Ao longo desses anos, a maneira de pensar dos integrantes da JUC transmutou-se revelando em práticas e contextos, outras identidades. Insere-se a hermenêutica, advogando que na tentativa de compreender o pensar, este se torna basicamente um ato social que desempenha papel construtivo para a vida das pessoas, de grupos. Ao vincular o passado ao presente, a memória produz duplo movimento: o de abolir o tempo - porque o que foi permanece e pode ser memorável; e o da representação - porque ao unir o antes com o agora e o da reconstituição dos acontecidos há possibilidades de novas significações.

O homem é um animal amarrado às teias de significados que ele mesmo teceu assumindo a cultura como sendo essas teias e sua análise (...) como “uma ciência interpretativa, à procura do significado” (GEERTZ, 1989, p. 15).

Pode-se dizer que à medida que essas teias de significações são tecidas, há tentativas de aproximação de determinado quadro social, criando uma espécie de trama a ser montada. A identidade narrativa, pela arte do diverso, tem fios interpretativos que tecem e conduzem ao acontecido, permitindo aos sujeitos transitarem numa dimensão temporal, posto que, a identidade narrativa consiste

em experiência capaz de integrar a leitura do mundo com a narrativa de si mesmo, ou seja, a histórica (RICOEUR, 1995). E reconstruir a história da militância da JUC foi um longo caminho entre leituras e conversas com jucistas e familiares, assumindo a postura fenomenológica de compreensão da ação e da história do grupo.

Acredita-se que a análise da JUC como grupo de forte ideário de militância e interconexões com outros grupos, só foi possível na medida em que seus integrantes e familiares foram entrevistados, rememorando momentos. Memórias que, no tempo, são imortalizadas pelos setores sociais hegemônicos que tendem a anular as memórias, indesejáveis às ordens estabelecidas. Neste sentido, a memória se situa entre a realidade a ser preservada retratando fatos, símbolos coletivamente recolhidos e os lugares da memória popular.

Todavia, Nora (1984) aponta o conceito de Memória como oposto à História. A criação de um marco memorialístico traz a função de enquadrar locais materiais ou imateriais nas memórias de uma nação, de pessoais ou de grupo. A partir dessa concepção, o autor fala “dos lugares da memória” como espelhos nos quais, simbolicamente um grupo se reconhece, na qual a tradição oral perpetua memórias, valores, crenças coletivas. O uso da linguagem, as formas de lembrar, a ligação entre o passado e o futuro no presente, revelam experiências que habitam no interior de cada um, resultado de vivências sociais.

✓ A ABORDAGEM METODOLÓGICA UTILIZADA NO ESTUDO

A discussão em torno da pesquisa social empírica sempre provocou debates e controvérsias, e ao escolher a abordagem metodológica, a hermenêutica³ tornou-se ‘pano de fundo’ da tese e como teoria e método da interpretação da pesquisa, abriu campo para as análises qualitativas. O empírico foi utilizado no momento de confronto, do diálogo e da contradição entre a teoria e a expressão dos processos estudados.

³ Cf RICOEUR, Paul. Indivíduo e identidade pessoal. In: VEYNE, P. et al. Indivíduo e poder. Lisboa: Edições 70, 1988, **hermenêutica** como conjunto de técnicas e interpretação perpassando pelo jogo de noções fundamentais de sentido e explicação para possível compreensão. Para Ricoeur é o trabalho crítico, o comentário e genericamente feito pelas concepções adquiridas em qualquer tipo de relação que venha se estabelecer o texto.

Escolher o método é produzir conhecimento aplicável para explicação e controle dos fenômenos encontrados na pesquisa, partindo-se do problema, levantamento de pressupostos, elaboração de procedimentos metodológicos, definição de fontes para coleta de dados e elaboração de análises, com base nos procedimentos da História Oral.

Para Haguette (1999), as chamadas metodologias qualitativas implicam num processo de coleta de dados em que o pesquisador passa um tempo maior em contato com a realidade examinada. Essa opção foi feita pela possibilidade de manter contato com sujeitos que são chamados de depoentes ou entrevistados. Nessa abordagem qualitativa, fenomenológica, as entrevistas foram privilegiadas e cruzadas com os dados obtidos em documentos, buscando fazer relação entre parte e todo, entre objeto e contexto. Optou-se ainda pelo estudo transversal, sendo entrevistados depoentes da Bahia e Pernambuco, contextos que a pesquisadora encontrou como campo empírico na participação do inquérito domiciliar, grupos com desfechos distintos e ao mesmo tempo, parecidos, ampliando as análises documentais em bibliotecas dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro.

A abordagem metodológica se apóia na concepção dinâmica da realidade e no círculo hermenêutico⁴ como exercício analítico que procura esclarecer a história do movimento no sentido mais abrangente, ou seja, como se constituiu, reconstruiu seu ideário, a práxis. Haguette (1999) convida o leitor a fazer uma reflexão sobre a pesquisa como forma de tematizar o real, dentro de uma explicação do acontecido. Constitui ainda um estudo de grupos paralelos chamados de grupos de pesquisa experimental que, pelo uso de narrações, recordam e expressam livremente o acontecido no período vivenciado. Montagens simultâneas com variáveis compostas por contextos sociopolíticos dos grupos como família, igreja, sociedade. O estudo transversal é também conhecido como estudo de prevalência, corte transversal, corte seccional ou inquérito, pois ajuda a montar o quadro social.

Frente a esta situação, a pesquisa na abordagem qualitativa, visualiza a entrevista como um procedimento narrativo, memorialístico que possibilita a

⁴ Cf MAGALHÃES (2002) o **círculo hermenêutico** é vivo e estimulante, pois resulta do movimento dos símbolos e do pensamento, entre a razão e a interpretação do pensamento e este é uma interpretação do ser em determinado contexto. Pela crença que tem cada sujeito, este círculo pode vir a fechar temporariamente e assim o acontecido é compreendido a partir de pré juízos e pré concepções, ou mesmo influenciado por crenças de quem interpreta. A palavra **hermeneuein** pode ser entendida como sinônimo de interpretar, na medida em que o entendimento se mostra, mas este tem forma interminável.

compreensão de modos de vida dos sujeitos/grupo, contribuindo para construção de bases e referenciais importantes. Com efeito, se a pesquisa qualitativa necessita ser contextualizada, interpretada e reinterpretada, de acordo com a argumentação ricoueriana, a estrutura dialógica se funde na análise, no esboço de questões, nos discursos compreendidos, espaços onde os sujeitos ao contam suas ações, revelando dados, narrando experiências vividas.

Nesta tese, a entrevista foi essencialmente um processo de interação social no qual a pesquisadora obteve informações dos depoentes, revelando perspectivas ou pontos de vista sobre os fenômenos. Ora, as narrativas engendraram possibilidades de movimento no pensar e fazer, compartilhando momentos vividos em estado inédito, não podendo ser totalmente resgatado e sim reconstituído pelas seletivas lembranças individuais. Rememorações que recriam sentidos para a experiência vivida, pedaços de acontecimentos, resíduos escolhidos, uma tessitura.

Nessa perspectiva, Thompson (1998) menciona que as práticas narrativas retratam um grupo ou uma comunidade, além de possibilitar uma análise cruzada de informações individuais. E sendo a narração uma forma artesanal de comunicação que, não só transmite e transforma o acontecido, mas revela a arte de juntar idéias e temporalidades, a tecelã-autora ao tecer fio a fio dessa tese pensa contextos, situações, acontecimentos que se articulam, trazendo à tona sob forma textual, a história do grupo.

A apresentação da história com evidência oral abre novas possibilidades. Globalmente, como veremos, as habilidades essenciais para julgara evidência, escolher o trecho mais expressivo, ou dar forma a uma exposição são muito semelhantes a quando se escreve uma história a partir de documentos. Semelhantes, também, são muitas das escolhas a fazer: entre, por exemplo, públicos de outros historiadores, de alunos do primário, de leitores de um jornal, ou de um clube de pessoas idosas. Contudo, a história oral enfoca a necessidade de algumas dessas escolhas, simplesmente porque pode ser eficaz em grande número de contextos diferentes (THOMPSON, 1998, p. 299).

E dentre estas escolhas, a técnica da narratividade possibilitou a etapa de coleta de documentação e o estabelecimento de instrumentos para produção de dados e coleta de relatos orais. Esse procedimento pelo uso de memórias revelou importante ferramenta apoiado em fontes documentais. Nesta pesquisa, as entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro pré-estabelecido, o que caracteriza o instrumental técnico de entrevista semi-estruturada, deixando o espaço aberto para colocações dos sujeitos entrevistados. Houve ainda o cuidado

de preservar a identidade dos entrevistados, utilizando letras para seus nomes, mantendo-se a confidencialidade.

✓ MEMÓRIAS NARRADAS: AS ENTREVISTAS E OS INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

A amostra vem refletindo o mais fielmente possível, as características do grupo, na medida em que tais relatos têm o objetivo de realizar uma descrição acurada de determinadas variáveis presentes. O universo selecionado para as entrevistas não foi aleatório, foi traçado a partir do conhecimento pessoal prévio de antigos membros da JUC nos Estados de Pernambuco e na Bahia (atualmente militantes do PT, PDT, PMDB e PC do B da Bahia) definindo-se a amostragem de trinta pessoas, preservando-se nomes e idades. O quadro de jucistas foi delineado por orientação de uma familiar de militantes da JUC na Bahia, através de informações dadas pelos próprios depoentes, por contato em jornais e encontros acadêmicos como o Seminário Nacional: O Golpe de 64: quarenta anos depois que ocorreu na Fundação Joaquim Nabuco em Recife/2004, etapa inicial da pesquisa e de lançamentos de livros sobre memórias no Mosteiro de São Bento em Salvador e outros eventos.

Foram entrevistadas pessoas que vivenciaram a JUC, padres e familiares que estiveram no movimento, assim delimitados:

ENTREVISTADOS	CIDADE/ESTADO	AREA DE ATUAÇÃO
T	Jequié/Bahia	Filosofia
J	Jequié/Bahia	Filosofia /Falecido
S	Salvador/Bahia	Letras Vernáculas
L	Jequié/Bahia	Sociologia
M	Salvador/Bahia	Engenharia Elétrica
H	Salvador/Bahia	Engenharia Elétrica
N	Salvador/Bahia	Técnico da UFBA
R	Jequié/Bahia	Padre
D	Salvador/Bahia	Padre
V	Salvador/Bahia	Letras Vernáculas/Falecido

I	Salvador/Bahia	Engenharia Eletrica
P	Salvador/Bahia	Engenharia Eletrica
M	Salvador/Bahia	Engenharia Elétrica e Civil
G	Salvador/Bahia	Engenharia Civil
B	Recife/Pernambuco	Engenharia Civil
E	Salvador/Bahia	Letras Vernáculas
Y	Salvador/Bahia	Engenharia Elétrica
X	Salvador/Bahia	Arquitetura
GG	Recife/Pernambuco	Direito
K	Recife/Pernambuco	Direito
W	Salvador/Bahia	Sociologia
Z	Salvador/Bahia	Filosofia
Q	Salvador/Bahia	Direito
Ç	Recife/Pernambuco	Economia
L	Salvador/Bahia	Letras Vernáculas
PP	Salvador/Bahia	Irmã de jucista
F	Rio de Janeiro/RJ	Sociologia
CC	Salvador/Bahia	Tia de jucista
E	Recife/Pernambuco	Medicina
K	Recife/Pernambuco	Medicina

Para os propósitos da coleta de dados, essa amostra de sujeitos que viveram o episódio foi relevante para a construção do enredo histórico e memorialístico, aliás, condição *sine qua non* para a pesquisa.

Os registros foram coletados, transcritos e selecionados, permitindo à pesquisadora ampliar seus horizontes de análise, enriquecendo de maneira singular a escrita de uma história do movimento. Contudo, os instrumentos passaram por três etapas: elaboração, validação e aplicação. Construir textos, transcrever depoimentos, realizar sínteses, tudo isso tentando responder ao problema na perspectiva de validação e aplicação de meios para alcançar fins.

O questionário semi-estruturado contou com essas questões: 1. Como foi a sua inserção na JUC? 2. Quais eram as práticas cotidianas da JUC? 3. Qual e como foi sua participação no grupo? 4. Qual era o ideário do grupo? 5. Qual a reação do grupo ao episódio de 1964? 6. Quais os valores que a JUC defendia?

7. Como sua família lidou com estes acontecimentos? 8. De que valeu a JUC? Observações e espaço para livre conversação.

As entrevistas em graus de estruturação, classificadas em semiestruturadas, foram fundamentais na medida em que possibilitam o registro de uma série de acontecimentos ou fatos significativos, passíveis de ficarem ignorados ou secundarizados, e que podem ser interpretados em sua inserção na trama do discurso social e nas suas interligações. Ao iniciar a entrevista pré-marcada com os depoentes, o material de registro foi organizado e, em atmosfera agradável, realizou-se a conversa para esclarecimento de tópicos e entendimento de cada questionamento, sendo realizadas nas residências dos militantes, em espaços públicos e privadas, em encontros acadêmicos, bibliotecas públicas, lançamentos de livros e em Casas Paroquiais.

Tais entrevistas foram produzidas no contexto de projetos de pesquisa, que determinam quantas e quais pessoas entrevistadas, o que e como perguntar, bem como que destino será dado ao material produzido. A maior parte das entrevistas foi gravada e com ajuda de anotações em blocos. Os entrevistados qualificados como depoentes, assinaram um termo de concessão para a pesquisa acadêmica. Cabe registrar que, porém dois destes morreram meses depois de serem entrevistados e os depoimentos foram incorporados ao trabalho em forma de textos, relatos e citações. Estas informações deram consistência homogênea e não hierarquizada das vozes e das áreas de conhecimento, ajudando na elaboração dos capítulos.

No meio acadêmico, há uma tendência ao descrédito das histórias narradas. Mas, se tratando de uma historiografia recente, há a possibilidade de cruzamento com fontes para reconstituição da história e isso é um ganho.

Paradoxalmente, o desdobramento do Golpe militar de 1964 no Brasil – bem como em outros países da América Latina na década de 60 –, coibiu projetos e registros que gravassem experiências, opiniões ou depoimentos. Em consequência disso, enquanto muitos lugares do mundo proliferavam projetos de história oral, retraímos-nos, deixando para o futuro algo que seria inevitável (BOM MEIHY, 2005, p. 100).

De todo modo, a respeito do aparelho de repressão no país nos anos 60, as ancoragens na história oral mostram que a utilização de entrevistas como fonte por historiadores é perfeitamente compatível com os padrões acadêmicos. O pensamento de Bosi (1979) reforça o de Bom Meihy (2005) e visualiza a

importância da exploração das experiências pessoais do passado lembradas no dia a dia, registros que ficam nas reminiscências de tempos e espaços. Os autores assinalam que recorrendo ao uso de memórias, somos capazes de reconstituir os mais diversos momentos vividos.

Ao perdermos uma paisagem sonora poderemos evocá-las através de sons que subsistem ou na conversa com testemunhas que a viveram. Nós nos adaptamos longamente ao nosso meio, é preciso que algo dele permaneça para que reconheçamos nosso esforço e sejamos recompensados com estabilidade e equilíbrio. A vida do grupo se liga estreitamente à morfologia da cidade: esta ligação se desarticula quando a expansão industrial causa um grau intolerável de desenraizamento (BOSI, 1979, p. 366).

Mas, ainda que essa memória pareça um mapa multicolorido de contornos indefinidos, torna-se uma possibilidade de captura do que não existe mais, permitindo ao pesquisador presenciar a paixão, a esperança e angústias vividas. Bosi observa que a lembrança como objeto da memória, traz fios condutores de experiências que remetem os sujeitos a permanências e esquecimentos.

Uma forte impressão que esse conjunto de lembranças nos deixa é a divisão do tempo que nelas se opera. A infância é larga, quase sem margens, como um chão que cede a nossos pés e nos dá a sensação de que nossos passos afundam. Difícil transpor a infância e chegar à juventude. Aquela riquíssima gama de nuances afetivas de pessoas, de vozes, de lugares... Veja-se o jardim de D. Brites, recordando flor por flor, arbusto por arbusto. Pode às vezes a pessoa fixar-se no ponto de vista de certo ano de sua vida (BOSI, 1979, p. 336).

Faz menção às sucessivas etapas ou marcos da vida, transpondo-se em um tempo e em um espaço. A memória de experiências passadas está presente em cada palavra que se pronuncia, em cada passo que se dá ou em cada sonho que se constrói. Lembranças que se manifestam no tempo presente, com suas nuances, pensamentos, sentimentos, percepções e significações. Evidências que se constituem como possibilidade de seleção das lembranças evocadas, dando pistas e consistência ao ato de lembrar. Nesse viés, a construção social da memória, enfatiza relações entre os indivíduos e o lembrado, pois não há evocação sem uma inteligência do presente (BOSI, 1979).

✓ DEBRUÇANDO SOBRE TEXTOS ORAIS E ESCRITOS: FONTES PRIMÁRIAS E SECUNDÁRIAS

Considerando-se o caminho descrito acima, a abordagem metodológica ganha contornos nos procedimentos da História Social e da História Oral, com definição de etapas para coleta de fontes primárias institucionais e individuais/familiares:

1) Na Biblioteca Central da Bahia pesquisou-se em boletins da JUC de nº 1 a 2 os Estatutos e a dinâmica do grupo. Essa fonte primária foi fundamental para conhecimento da estrutura organizacional da JUC na sua formação inicial, de suas ideias embrionárias e da evolução das formas de pensar do grupo.

2) Com padres militantes do movimento na Diocese de Jequié, foram encontradas cópias das encíclicas da Igreja, bilhetes das reuniões, boletins 3 e 4 da Ação Católica dos anos de 1937 e 1938 que constituíram rico acervo de pesquisa.

3) Na Biblioteca Central dos Barris, em Salvador (BA), foram examinadas edições de jornais publicados entre 1963 a 1964 e consultadas edições do Jornal Leigo e vários números da Revista Viva São Paulo, com leitura de artigos sobre as ações católicas no período em estudo.

4) No Instituto Histórico Geográfico da Bahia – IHGB foram analisadas edições dos jornais A Tarde, Jornal da Bahia, publicações que informam sobre a JUC e suas congêneres, Juventude Agrária Católica - JAC, Juventude Estudantil Católica - JEC, Juventude Independente Católica - JIC, Juventude Operária Católica - JOC, além de trazer noticiários sobre encontros nacionais pertinentes ao objeto do estudo. As informações coletadas foram fundamentais para a contextualização dos fatos e se encontram em forma de citação no corpo do texto no que se refere especialmente à JUC na Bahia.

5) No CEDIC - Centro de Documentação e Informação Científica, em São Paulo, foram localizados documentos da Ação Católica no acervo sobre a JUC a pesquisa através do apoio da aluna de Ciências Sociais da USP, Julia Thomaz que selecionou um dossiê do grupo e fotos de reuniões e eventos dos jucistas.

6) No CEHILA - Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina foram localizados inventários/dossiês, documentos sobre a Ação Católica.

7) No Arquivo Público do Estado da Bahia com apoio da historiadora Rita Rosado e uma estagiária do arquivo, pesquisou-se em jornais, boletins – fontes secundárias para obtenção e leitura de documentos relativos ao assunto da pesquisa, materiais analisados em visitas a arquivos de documentações.

A etapa de coleta das fontes, de grande relevância para a escrita da tese, indica o levantamento com a busca de artigos publicados em jornais, especificamente entre os anos de 1960 e 1964. Foram utilizados exemplares que registraram o episódio do Golpe de 1964, o medo da implantação da ideologia marxista no país, as marchas contra o Comunismo, a posição do Governo Baiano diante da ação militar e os pronunciamentos feitos logo após o Golpe, informando a adesão do Governador da Bahia e então a resistência do Prefeito de Salvador. Essas fontes permitiram a reconstrução da conjuntura do grupo, especialmente na Bahia.

7) No Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro foram estudados os documentos Coleções Polícia Política, Setor/Série: Comunismo, Notação: 127, Coleção Jair Ferreira de Sá, com depoimentos de jucistas ao DOI/EX., folhas 051, 088, 109-110, e a Coleção Particular do Arquivo Ângela Borba, com recolhimento de importantes informações sobre o capítulo da Ação Católica e da JUC na História contemporânea brasileira.

8) Na Universidade da Bahia também foram analisadas as Atas⁵ de reuniões da Reitoria e dos Conselhos acadêmicos realizadas nas Faculdades de Medicina, Odontologia e Direito, bem como documentação relativa aos Diretórios Estudantis.

E para complementação das fontes primárias, a revisão de fontes secundárias com análises de livros, periódicos, documentários, jornais, revistas, teses, dissertações, monografias e artigos, buscando em bibliotecas e internet, textos publicados sobre o assunto, além de estudos da historiografia do período. Detectadas as obras até então publicadas foram delineadas as abordagens estabelecidas por cada autor/a.

⁵ Ata da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, 9 de abril de 1964; Ata do Conselho Universitário da Universidade Federal da Bahia, 13 de maio de 1964; Ata do Conselho Universitário da Universidade Federal da Bahia, 11 de maio de 1964; Ata do Conselho Universitário da Universidade Federal da Bahia, 30 de novembro de 1964; Ata do Conselho Universitário da Universidade Federal da Bahia, 6 de maio de 1964; Ata do Conselho Universitário da Universidade Federal da Bahia, 9 de abril de 1964.

✓ AS CATEGORIAS TRABALHADAS E A ESCOLHA DA LITERATURA PARA OS DIÁLOGOS

As categorias trabalhadas foram: ideário, identidade(s), família, religião, memória e história – que podem ser consideradas conforme Minayo (2004), analíticas e empíricas. A seleção de autores/as em apoio às fontes, o cruzamento de teorias, o esforço no sentido de complementar as análises, foram pistas para a formulação da linha de pensamento proposta.

Obedecendo aos princípios da metodologia aplicada por Minayo (2004), as categorias entrelaçam-se e, na etapa seguinte à tessitura delas, foram proferidas leituras que deram suporte ao entendimento de certas nomenclaturas, definições e posicionamentos, bases para pensar o objeto de estudo. E, de fato, o esforço inicial possibilitou a visualização de um todo e de suas partes, considerando que a pesquisa qualitativa trabalhou com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes do grupo e a definição de categorias ajudaram na operacionalização dos dados coletados em campo.

Considera-se uma tese como junção construída fio a fio, a partir de informações coletadas, de leituras, de opções e encontros entre pessoas que passam pela vida acadêmica – as que ficam e as que vão –, de lugares e conhecimentos adquiridos ao longo dos anos. E a partir dessas tessituras, o tecido fica mais bonito, mais colorido e mais forte, abrindo espaço para novas ideias que vão sendo amarradas às antigas. E quando isso acontece, eis o trabalho a ser (re)costurado por outros tecelões e reconstruído pelos diversos olhares.

A revisão da literatura amplia e refina o conhecimento existente, ajuda a definir e clarificar as questões da pesquisa permite a identificação de lacunas e de áreas pouco exploradas, ajuda a esclarecer aspectos teóricos, metodológicos e analíticos, permite a identificação de debates atuais e controvérsias (HITCHCOCK & HUGLES, 1995, p. 95).

Nesta busca de literatura, o levantamento de trabalhos escritos sobre o tema com leituras e fichamentos criteriosos, traçando pontos convergentes e divergentes entre autores intercessores das análises. E como diz Eco (2000), durante o processo da escrita, não é incomum o autor passar por instantes de insegurança, de ‘travas’ e dificuldades em escrever e até de desistência. São etapas normais e sensações que assolam o mais experiente dos escritores e pesquisadores.

A escolha foi cuidadosa e desta revisão de literatura, registram-se aqui as principais abordagens, seja na área de História, Sociologia e áreas afins.

Lórenzo-Fernandez (1986), pensador que discute questões pertinentes à economia brasileira, analisa a conjuntura política e seu significado. O autor dá um passo para a compreensão da política pela explicação do econômico e dos modelos de governo que influenciaram o contexto histórico-social e atuação das entidades. Pensa a cultura política, os padrões de desenvolvimento histórico, a intensidade das desigualdades sociais, bem como a dependência de variáveis relevantes em qualquer análise de construção democrática. Todavia, nesse contexto, o desvelamento panorâmico do contexto foi necessário para melhor compreensão da trajetória e atuação da JUC.

Sem dúvida que as proposições dessas teorias ajudaram nas discussões do pensamento durante as sucessivas etapas: planejamento, execução e reformulação de questões ligadas a dimensões mais abrangentes: econômicas, sociais, culturais e políticas que foram se mostrando nas leituras. As obras consultadas sobre a historiografia brasileira transitaram entre autores nacionais e brasilianistas que contribuíram para a compreensão dos fenômenos sociais e, mais especificamente do cotidiano do grupo, identidades e práxis.

Essa multirreferencialidade que se propõe a autora, objetiva estabelecer outro olhar a partir da conjugação de várias fontes teóricas que se desdobram em perspectiva epistemológica aberta e dialógica. Embora diversos autores abordem a História sob pontos de vista diferentes, o entrelaçamento de correntes de pensamento permite a interpretação do espaço social no Brasil, fornecendo elementos constitutivos para compreensão da conjuntura e atuação da JUC antes e durante o Golpe de 1964.

Contribuições importantes referenciadas por Carone (1991) e, em especial, os anos entre 1930 e 1945 com a derrubada do Estado Novo e, conseqüentemente, da ditadura de Getúlio Vargas. O autor analisa o contexto a partir dos discursos políticos que caminharam para a deposição do Presidente João Goulart, em 1964, com a compreensão da história e resultado da atuação de seus agentes. Com tal, examina a República Brasileira, expõe o cenário político do período, descreve ações dos sujeitos, dos partidos, das forças políticas, destaca correntes de pensamento e reflete sobre o papel das diferentes organizações de esquerda que atuaram no contexto com a JUC.

Outro suporte bibliográfico significativo foi o estudo de Benevides (1979), que analisa a história política e econômica do país no Governo Kubitschek em sua etapa desenvolvimentista, e o Governo de João Goulart, nos anos de 1961 a 1964. A autora examina as condicionantes políticas que estabeleceram a situação do Golpe de 1964, passa em revista o Governo Jânio Quadros e as duas crises que quase levaram o país a uma guerra civil.

A história política e econômica abordada por Ianni(1987) mostra o sentido das crises e do populismo no país no mesmo período, quando busca compreender o sentido do conceito dependência estrutural e das crises econômicas terem desencadeado após 1961, um recrudescimento na estrutura nacional republicana. Constatam-se os modelos de desenvolvimento e organização que definiram a economia brasileira com modelo exportador, onde os centros da política econômica no Brasil estão localizados na estrutura externa que predomina durante a República Velha, modelo de substituição de importações, com base na política de massas e no dirigismo estatal, estabelecendo gradações nas rupturas estruturais. O Governo de Vargas e o que preconiza a associação de capitais e interesses políticos entre grupos nacionais e estrangeiros, implicando a internacionalização crescente de setores como o industrial.

No processo de revisão de literatura, evidencia-se que a literatura especializada sobre a JUC é mais nos anos 80 com escritos de Sigrist (1982) que tratam sobre a estruturação e formação histórica da JUC, aprofundando-se na fé e na espiritualidade, refletindo sobre o laicato da Igreja como uma elite acadêmica católica. Em relação às publicações coletadas no Brasil, o primeiro trabalho encontrado está próximo ao tema, um exemplar do quarto número do Boletim da “Ação Católica Brasileira”, publicado no ano de 1938. Esta obra mostra a participação do apostolado, abrindo espaço para as raízes da JUC, detalhando ações dos jucistas.

O segundo trabalho foi escrito por Cândido Mendes de Almeida, fundador do Instituto Superior de Estudos Brasileiro/ISEB que no ano de 1966, escreve ‘Nacionalismo e Desenvolvimentismo, memento dos vivos,’ a esquerda católica do Brasil, que parte do existencialismo e discute a linha progressista liberal do grupo.

O terceiro trabalho encontrado foi a tese de José Luiz Sigrist, defendida na USP, “A JUC no Brasil: evolução e impasse de uma ideologia”, escrita no ano de 1984, cuja abordagem está centrada no ideal histórico do grupo. A obra oferece

uma visão sobre a postura da Igreja no contexto das grandes mudanças produzidas pela urbanização e pela industrialização no mundo e examina os posicionamentos consequentes que deram origem às Ações Católicas Especializadas, que estariam ancoradas na tarefa do homem na Terra, espelhando-se numa ordem divina ideal, tanto em sua alma como na sociedade. Caberia à Igreja reformar as consciências individuais para que uma ordem harmônica e justa imperasse na sociedade, refletida na vontade de Deus.

O quarto trabalho foi o de Valmir Francisco Muraro (1985) sobre a congênere “Juventude Operária Católica – JOC” que mostra como o grupo desempenhou importante papel histórico social, religioso no cenário nacional na construção de uma nova utopia, principalmente a partir do golpe de 1964, procurando amordaçar as poucas vozes que se levantaram para defender os direitos dos trabalhadores.

O quinto trabalho foi a dissertação de Antonio Sergio Alfredo Guimarães intitulada: “A formação e a crise da hegemonia burguesa na Bahia (1930 a 1964)” publicada pela UFBA no ano de 1982.

O sexto trabalho a tese de Gómez de Souza, publicada em 1984, intitulada: “A JUC: os estudantes católicos e a política”, aborda as práticas políticas do grupo em anos de desenvolvimento e conflitos vivenciados por um ex-jucista de Direito, à guisa do marxismo. O ex-jucista Gómez de Souza (1984), ao abordar em sua tese de doutorado a experiência política da JUC no Brasil em décadas de 1950 e 1960, pensa o grupo e a Reforma Universitária numa prática política.

E, por fim, a dissertação de Antônio da Conceição Ramos, intitulada: “Movimento Estudantil: a JUC em Sergipe”, que aborda a prática jucista com olhar direcionado para a questão de discussões sobre a educação inserida nos princípios marxistas dos anos 60 em Sergipe.

Sanfelice (1986) pesquisou e analisou o movimento estudantil à luz de uma fenomenologia da consciência cristã e a atuação da União Nacional dos Estudantes - UNE, produzindo reflexões sobre essas formas de pensamento, na medida em que mostrou que a violência estrutural é inerente à sociedade capitalista e decorre de uma divisão de classes sociais, do privilégio ao capital e do acesso preferencial de alguns segmentos aos bens materiais e culturais. Autores que buscam entender a JUC a partir do cenário nacional, sua dinâmica, do ideário

de atuação de movimento. No entanto, foi nos Boletins de Ação Católica datados de 1937 e 1938 que muitos dados foram obtidos para a escrita dos textos.

Beozzo (1994) aborda os problemas da cultura da Igreja Católica do Brasil nos anos de atuação de uma geração de jovens cristãos na política. O autor dá ênfase à cultura da Igreja quando esta tem consciência de grande parte dos conflitos do tempo. Busca explicações estruturais para práticas da Igreja atreladas ao desenvolvimento industrial e o controle por parte da própria Igreja, quando esta faz inúmeras defesas em nome das tradições locais. Em consonância com as reivindicações de cada tempo, o autor pensa os momentos em que as culturas estão relativamente disponíveis, resultando em diferentes reordenamentos de identidades.

Mainwaring (1985) reflete sobre a inserção da JUC e de grupos de esquerda católica no contexto nacional da Igreja Católica Latino-Americana entre os anos de 1958 a 1964, operando como referencial para a questão da autonomia da JUC frente à Igreja. Lastreou-se ainda sobre o tema, o estudo de Oliveira Jr. (2000), quando em sua tese, desenvolvida na Universidade Federal de Pernambuco, analisa a Ação Popular, Romano (1997) e Villaça (2006) com críticas ao pensamento católico do período examinado. Não se trata de caracterizar detalhadamente aspectos religiosos da JUC, mas pensar os antecedentes religiosos como peso considerável na sua história de confissões cristãs e diálogos com o Estado.

A explicitação de grupos políticos organizados é mostrado por Poerner (1965/1995) que cita grupos como família e a UNE em debate com o momento de político, instalando conflitos, (re)definindo a participação social. O trabalho e o esforço de todos os jovens patriotas, nacionalistas, humanistas, socialistas ou, simplesmente, libertários, prezam o aprofundamento da integração nacional, forma de enfrentamento para atingir interesses comuns.

E para maior compreensão do objeto de estudo, pressupõe-se a inclusão de autores associados à História Social, à Memória, Identidades e Ideologia / Ideário. Pode-se inferir que o conceito sobre identidade teve como base os estudos Castells (2008), Hall (2002), Ricouer (1995) e Ortiz (1994).

Castells (2008) observa que as identidades constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas, e constituídas através da individuação e nos processos de interação social, o que torna toda e qualquer identidade

construída em grupos. Nesse processo, herdamos elementos, mas há possibilidade de inserção de fantasias pessoais, de outros aparatos apreendidos socialmente.

Todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão tempo/espaço (CASTELLS, 2008, p.23).

A dinâmica da construção de identidades às quais se definem a partir de marcas, uniões e tendências grupais. As marcas identitárias legitimadoras são incorporadas através das relações e instituições sociais consideradas dominantes. A questão da(s) identidade(s), sendo extensamente discutida na História Social, possibilita estudos de identidades e a JUC caminhou em dois âmbitos: Igreja e Universidade, grupos com identidade culturais intimamente associados a costumes, tradições, hábitos, valores, crenças, permanências que dialogam e divergem entre si.

Explora-se o conceito de Hall (2002) sobre identidades, quando traz a ideia da desintegração das identidades nacionais, reforçando as locais.

Por outro lado, existem também fortes tentativas para reconstruírem identidades purificadas, para se restaurar a coesão, o “fechamento” e a tradição, frente ao hibridismo e à diversidade. Dois exemplos são o ressurgimento do nacionalismo na Europa Oriental e o crescimento do fundamentalismo (HALL, 2002, p. 92).

Em reflexões sobre identidades purificadas, mapeiam-se fatores religiosos que estão atrelados aos econômicos, políticos, culturais que estão em jogo. Nas permanências ligadas à tradição, os colapsos e os novos sentidos criam mudanças e questionamentos identitários. Estes, vindos a partir de uma conjuntura complexa, têm ações inseridas entre o mundo social e cultural, interferindo nas identidades pessoais e conseqüentemente, nas sociais.

Todavia, a fragmentação da(s) identidade(s) do(s) sujeito(s), de sua identidade cultural, tem afetado diretamente a Identidade Nacional, ao afirmar que as maiorias das nações foram unificadas após embates num processo de conquista violento, exercendo em seus regimes totalitários, uma hegemonia cultural sobre os dominados.

A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior” - entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de nós projetarmos a “nós próprios” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo em que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade então costura (ou, para uma metáfora médica, “sutura”) o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis (HALL, 2002, p. 11-12).

Isso implica em não fugir dos diversos pensamentos presentes no tempo, pelo fato de serem eles, marcas de um processo histórico-social importante para a(s) identidade(s) dos sujeitos; construídas nas interações sociais e fortemente influenciadas pelo contexto e discursos. E é nessa dinâmica que considera o sentimento de pertencimento do(s) sujeito(s) a um determinado grupo ou sociedade. A JUC instituiu nos indivíduos, uma identidade social, religiosa, e ao mesmo tempo política humanizadora, resignificando identidades, desenvolvendo uma nova consciência e conseqüentemente, intensos debates.

Dentre outros fatores que interferiram nas ações da JUC está a (re)significação identitária do grupo e a evolução de seu pensamento, seu ideário. De fato, essa resignificação implica em mudança da identidade referencial, familiar, para (re)definição de ações.

Eu já não era o mesmo da época de Igreja e dos movimentos católicos leigos. No início tinha uma ilusão de mudança de mundo, mas aos poucos pude perceber que devia lutar mesmo pelos nossos ideais tão sonhados. Via as coisas de maneira mais radical e as vezes até meus familiares falavam que eu iria morrer pela causa, mas mesmo assim eu não me importava e ia cada dia mais me articulando a pessoas que pensavam como eu (DEPOENTE J)⁶.

Nas reminiscências do militante fazem-se presentes tempos de ilusão, laços familiares em defesa da vida, construções ancoradas numa memória ampla, expressa com saudosismo e deslocada pela temporalidade. O fato do jovem perceber a dinâmica da militância, mostra a práxis atrelada a princípios e ações que eclodiam para o ideário de luta, contrapondo-se à alertas de familiares quanto ao envolvimento com a causa. Nesse entendimento, a JUC resignificou sua identidade em prol de um avanço no ideário, estreitou laços com outros grupos de ações mais efetivas, porém muitos militantes afastaram-se de suas famílias para adentrar no movimento. J ainda lembra que

⁶ Em entrevista concedida à autora.

A miséria era muito nas periferias, o nível de analfabetismo enorme e nas zonas rurais a educação era muito superficial e as ações eram urgentes. Saíamos dias de casa e íamos para as ruas mais distantes do centro e para o campo visitar famílias, com intuito de captar mais jovens para a nossa luta (DEPOENTE J).

Recorre-se à urdidura da memória carregada de otimismo pela luta. Ortiz (1994) examina a questão das desigualdades sociais presentes no país e seus reflexos sobre a Identidade Nacional – profundamente vinculada a uma (re) interpretação do popular pelos grupos socialmente distintos e às próprias ideias de construção do Estado. Ortiz (1994) mostra que não existe uma identidade autêntica, mas uma pluralidade de identidades: a Identidade Nacional, a do Estado e a de grupos que são construídas a partir de interações sociais em diferentes momentos históricos, cristalizando-se numa Identidade brasileira que nos coloca na mesmice da situação. O nacionalismo, o sentimento de pertença dos sujeitos, o desejo de luta em prol dos Direitos Humanos eram marcas fortes na juventude do país, de uma identidade.

O clima entre os jucistas era tão bom, pensávamos em Pátria, em bandeiras, em igualdade social, mas nem sempre conseguíamos ser ouvidos. A música, os movimentos eram fortes entre a juventude da época. Ser brasileiro era ser ativo e vivo num país animado para a luta (Depoente GG).

Ao recuperar algumas memórias e tentar apreender tempos vividos, GG mostra a cultura de grupo que era marcante nos anos 60 e o clima de nacionalismo que pairava entre a juventude.

É um ganho a modernidade reconhecer a dialética entre direitos humanos em geral, tendo como referência a humanidade e os direitos de muitos, considerando suas singularidades, tanto em termo de vulnerabilidades negativas, quanto em termos de possibilidades, vivências, linguagens próprias e irreverências (CASTRO, 1994, p. 284).

Nota-se que o sentimento de nacionalismo era referência somada ao desejo de mudança no país que organizava grande parte da juventude brasileira em prol de reivindicações sociais. Embora o conceito de nacionalismo não possa ser compreendido sem as formas e expressões dos sujeitos inseridos numa luta social em prol de mudanças, este se mostrou através do sentimento de pertença de jovens a um grupo, unido com base no amor à Pátria, em uma Identidade Nacional. Nesses anos, a forma de organização da juventude mudou os rumos políticos do

país e há de se considerar que a juventude é mola propulsora de mudanças e lutas.

Autores que discutem as identidades construídas em contextos que postulam deslocamentos, permanências quando procuram costurar a mesmice e as diferenças em uma identidade. A construção do sujeito reconhecido com o 'nós,' implica em unidade, estabelecendo elo com os outros numa identidade que permite o reconhecimento mútuo de estar numa luta por determinada causa. A noção de identidade sempre se refere a alguns traços como o de continuidade e adaptação do sujeito numa estrutura de juventude como não definição de parâmetros regulativos, mas ideológicos. O sentimento de pertença a um grupo e reconhecimento identitário dos jovens, mostra as possibilidades de recriação de espaços, de valores.

Ao se deparar com grupos que participaram dos mesmos acontecimentos, que deles foram atores ou testemunhas, preenchemos tais lacunas: "...reconstruímos, mas essa reconstrução se opera segundo linhas já demarcadas e delineadas por nossas outras lembranças ou pelas lembranças dos outros (...) é assim que a memória se enriquece de bens alheios..." (HALBWACHS, 1968, p. 77-78).

Se as identidades são constantemente mostradas de acordo com o contexto e discurso ideológico de grupos auto-explicativos, os interesses subjacentes no grupo definem não só os espaços, mas conduzem a ideários e movem jovens. A mobilização, os discursos e opções, desvelam uma identidade que se mostra cristalizada e legitimada. O movimento desses jovens foi atrelado ao sentimento de Identidade Nacional, constitutiva para suas ações no quadro social e ao mesmo tempo fragmentada pelas especificidades locais.

Hall (2002) pensa em identidades numa interpretação que vai do popular para o mundo pessoal, público, social, costurando, o sujeito à estrutura, preenchendo espaços entre o mundo interior e exterior, lacunas que Halbwachs chama a atenção como importantes para os sujeitos construírem suas lutas. Não sendo as identidades fixas ou mesmo permanentes, são formadas e transformadas continuamente em relação às formas pelas quais os sujeitos são representados ou interpelados nos espaços e no sistema cultural vigente.

Contudo, se as identidades possuem como característica a posição do(s) sujeito(s), refletindo sua inserção no tecido social, a identidade política diz respeito às concepções e formas de vida que as pessoas aspiram não só para sobreviver

num sistema mais justo, mas pelo ideário de lutar por uma posição que tende a suprir a existência do sujeito, fluindo as preocupações sociais.

Pensar ideário como constitutivo da existência da JUC é recorrer às análises de Chauí (2006) quando diferencia de ideologia, já que esta se processa num contexto histórico, social, político ocultando a realidade. E para Chauí, o ocultamento é que assegura e mantém a exploração econômica, a desigualdade social e a dominação política. Pensar na práxis da JUC é perceber que no seu agir, não ocultaram a realidade existente, mas denunciaram os ditames sociais, conscientizando pessoas.

Costurando fios explicativos do caminho percorrido, recorre-se a Ricoeur (1995) e sua hermenêutica⁷ – a da interpretação, pensando em identidades, ideologias subjacentes em grupos e o processo de integração do grupo analisado em ações políticas refletidas e operacionalizadas numa práxis que definia o modo de agir dos jovens em seus processos interativos. Se para Chauí (2006), a ideologia oculta realidade, para Ricoeur a função é integradora, legitimadora de posturas e discursos que só poderão ser quebrados pela compreensão da realidade, pela própria transformação radical da sociedade, pois esta não tem poder absoluto.

O modelo de Ricoeur correlaciona ideologia a práxis e esta finalmente se define quando o autor descreve o conceito de ideologia em seu terceiro nível - a ideologia como integração, encontrando a confirmação conceitual na estrutura simbólica da ação, haja vista que para ele, toda ação social é já simbolicamente mediatizada por ideias em conjunto, definindo fronteiras e territórios identitários.

Vale nesse momento considerar que a opção de estudar as categorias ideário/ideologia vem conciliada com a questão de não ocultamento da realidade pela juventude que produzia ideias com o intuito de defender o país, buscando entender e explicar não só a sua própria vida individual, social e política, mas do contexto em que está inserida.

O pensar dos sujeitos a partir da hermenêutica ricoeuriana, mostra etapas – a existencial (o pensar de si mesmo em sua dimensão ética), a epistemológica

⁷ **Na filosofia ricoeuriana**, o autor toma por pressuposto a fenomenologia husserliana – mormente o conceito de *Lebenswelt* (mundo-vida) para desenvolver seu caminho hermenêutico e afirma, na obra *O conflito das interpretações*, que a Hermenêutica é um “enxerto” na Fenomenologia, ilustrando a continuidade entre uma e outra. O método fenomenológico consiste em mostrar o que é dado e em esclarecer este dado. Não explica mediante leis nem deduz a partir de princípios, mas considera imediatamente o que está perante a consciência, o objeto.

(pensar no que se sabe), e a propriamente hermenêutica (analisar e apropriar pela interpretação) e isso é algo complexo e dinâmico e está atrelado ao ideário que se tem e que foi construído nas relações sociais. Ora, o hermeneuta é limitado, traz suas pressuposições recorrentes da cultura, de suas pré-concepções

Não temos conhecimento de um povo que não tenha nomes, idiomas ou culturas em que alguma forma de distinção entre o eu e o outro, nós e eles, não seja estabelecida... o auto conhecimento- invariavelmente uma construção, não importa o quanto possa parecer uma descoberta- nunca está totalmente dissociado da necessidade de ser conhecido, de modo específicos, pelos os outros (CASTELLS, 1999, p. 22).

E, se os ideários são integradores, preservam a Identidade Social, a Memória Coletiva. E memórias podem ser convertidas em História como Ciência, pois a História dela se alimenta.

História e Memória – fios que se entrelaçam e mantêm a ontologia viva além do tempo, numa função interativa e constitutiva de sentidos.

A hermenêutica⁸ defendida por Ricoeur (1995) se apropria do caráter universal e histórico, desvela o que chama de “círculo hermenêutico” ou pré compreensões, cognições, conceitos que esboçam significados preliminares aos sujeitos e grupos. Esse círculo interpretativo parte da explicação e compreensão dos fenômenos pelo reflexivo e não puramente instrumental ou do texto em si. Um pré-juízo que se tem é capaz de levar ao ato de interpretar e compreender acontecimentos de várias formas.

Com efeito, Ricoeur faz uma tipologia da Memória, quando pensa no sujeito – quem conhece a História, que vive e interpreta pelo coletivo e pela singularidade construída nas relações sociais. A interpretação possibilita a crítica e a consciência histórica e social, abrindo espaços para a dimensão intrínseca e extrínseca do sujeito.

Compreender a história da JUC é compreender como e por que os episódios sucessivos conduziram à essa conclusão, a qual, longe de ser previsível, deve finalmente ser aceitável como congruente em episódios reunidos (RICOEUR, 1995). Em outras palavras, pensar como o grupo trouxe reflexo para a compreensão de que a identidade nacional somada ao desejo de reivindicar

⁸ **Hermenêutica** que não é a do texto de Schleiermacher, nem a do espírito ou metodológica de Dilthey, mas inspirada na Ontologia de Heidegger – ser no mundo – e no Dasein ou dimensão intrínseca do sujeito.

direitos, trouxe à baila a juventude católica, grupo de ideário diferencial capaz de pensar o mundo de outra forma.

Éramos unidos. A luta era pertinente, pois a utopia movia a todos nós. Mas a utopia não era apenas um sonho e sim a possibilidade de uma caminhada em grupo para modificar a realidade, a sociedade que persistia no papel de manipular pessoas com suas loucuras (DEPOENTE G).

A narrativa mostra a luta do grupo como promissora e para se compreender o contexto, o ideário da JUC foi um exercício capaz de conduzir jovens a uma consciência educada e sensível, pensando a alteridade, a nação, num “esforço mimético” de reconhecimento, algo estritamente ligado à(s) identidade(s), as tradições, os estados de permanência, um estado de intriga⁹.

Ora, no horizonte da interpretação dos jovens que atuaram na JUC, o caráter social, ético, político estavam ligados ao movimento de crescimento interior dos sujeitos, pontos vistos como controversos em relação a sociedade capitalista que esquece do outro pelas ações individuais.

O conceito ricoeuriano de si-mesmo, o movimento e olhar do idem, da mesmice não são lugares harmônicos, serenos, mas cheios de conflitos. Ricoeur se apropria da palavra ‘reconhecer’ como prática mimética que integra ideário, conectando realidade e imaginário, aflorando valores magistralmente impostos nas redes de intrigas.

O nível epistemológico da ideologia é o da opinião, da doxa dos gregos ou, se preferirmos a terminologia freudiana, é o momento da racionalização. E é por isso que ela se exprime preferencialmente por meio de máximas, de slogans, de formas lapidares. Também é por isso que nada é mais próximo da fórmula retórica – arte do provável e do persuasivo – que é a ideologia. Essa aproximação sugere que a coesão social não pode ser assegurada a não ser que seja ultrapassado o *optimum dóxico* que corresponde ao nível cultural médio do grupo em questão (...). Esse esquematismo, essa idealização, essa retórica são o preço a ser pago pela eficácia social das ideias (RICOEUR, 1977, p. 69-70).

Tudo isso implica numa consciência de mundo, do que se torna comum lapidares a partir de olhares. Por outras palavras, a práxis mostra ideários e define posturas dos próprios indivíduos que se configuram e se aproximam de um pensamento.

⁹ Para Ricoeur, a trama do cotidiano é tessitura pelo processo e isso é articulado a uma **rede de intrigas**, própria do modelo de tragédia que pela proximidade ao ocorrido, mostra as experiências e o tempo que nem sempre são exatos.

A acepção do termo reconhecimento no sentido da identificação / distinção pode ser considerada primeira por uma série de razões que vão desde o mais circunstancial até o mais fundamental. Na ordem cronológica dos acontecimentos de pensamento que presidiram um emprego da palavra “reconhecimento” marcado pela chancela do questionamento filosófico, a recognição kantiana tem prioridade sobre o reconhecimento bergsoniano e sobre *Anerkennung* hegeliana. Por sua vez, essa ordem cronológica, ainda marcada pela contingência do surgimento das problemáticas referidas, cede o passo a uma prioridade na ordem propriamente temática (RICOEUR, 2006, p. 30).

O pensamento ricoeuriano enquadra-se no percurso entre o reconhecimento do grupo e a ação simbolicamente mediatizada pelas identidades assumidas pelo grupo em estudo. O pensamento presente na JUC aflora as memórias, operação historiográfica de círculo interpretativo e rememorativo. Porém, mais importante nessa operação é a compreensão de uma situação, dos discursos e ações não de forma linear, mas a partir de qualquer ponto que se queira analisar e nesse horizonte, num esforço de reminiscências de pensar identidades e trajetórias implicando no caráter ilusório dessas identidades. E isso é pensado ancora-se num primeiro momento na consciência e ilusão de uma identidade de jovens dos anos 60, mesmo estes estando inseridos numa atividade relacional com jogo entre forças sociais.

A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1996, p. 146).

Em termos gerais, os relatos de memória medievalista cujos participantes se posicionavam em sua cultura e tempo, todavia, são conceitos ainda significativos, pois ressaltam a importância de explicar o tempo presente posicionando-se diante dos preconceitos, das deformações, da consciência coletiva e da própria História como vivência. A historiografia diz respeito à Memória e à História, estando em jogo entre muitas coisas: desde o reconhecimento, a cultura, as identidades, o ideário, o poder, enfim, elementos que são norteadores de uma práxis.

Contudo, a memória, como categoria em estudo tem a propriedade de conservar certas informações, remetendo em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, pelas quais o sujeito pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.

A versão de Halbwachs (2004) sobre a Memória como coletiva inserida em quadros sociais foi dando conta da denominação de práticas de grupos. Com os avanços e leituras, percebeu-se que a memória de grupos se cristalizam na medida em que as memórias individuais parecem entrar em consenso em sua dinâmica.

Destaca-se que a memória dismantela fronteiras quando cada versão é uma forma de encontrar respostas para si mesmo – respostas que voltam e se incorporam em um centro em comum para o grupo –, um ideário sob forma de trabalho, ação coletiva. O pensamento é de que o indivíduo carrega em si, pré-concepções, significados, lembranças e interage com o coletivo num processo dinâmico de construção identitária, sua e do próprio grupo.

Com efeito, é no contexto que o ideário e as ações ganham significados. O sujeito encontra nessas relações, a necessidade do grupo e a sua própria, (re) significando motivos, esquemas, códigos, sentidos e interpretações. Ora, se o ideário tem uma existência temporal e social, a(s) identidade(s) que se firma(m) temporariamente em contextos sociais.

Compreender a Memória Social do grupo em seu aspecto fenomenológico é pensar em trajetórias e contextos, em hábitos e formas em espaços. É aí que Halbwachs (1990) postula os quadros sociais da memória, quando estes sinalizam a Memória Coletiva, construída de maneira dinâmica, interativa.

Assim, não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca (HALBWACHS, 1990, p. 143).

Há de se considerar que não existem estudos desconectados de experiências vividas em grupos e quadros sociais, pois as lembranças são socialmente construídas e através de grupos que interagem se apóiam na estrutura social, em patrimônios materiais e imateriais. Como visto, a memória aparentemente particular remete a de grupo, pois os sujeitos carregam em si referências que interagem com grupos. Lembranças que Cavalcanti (2006) mostra que sejam elas femininas ou masculinas, estão no crivo do sujeito memorizador e merecem ser preservadas antes de mais nada.

Na tessitura das memórias dos diferentes grupos, as individuais alimentam a coletiva e histórica, incluindo elementos mais amplos do que a memória construída

pelo indivíduo e seu grupo. Contudo, se a memória se modifica e se rearticula conforme posição que o sujeito ocupa, é através das relações que se define, estando submetida a questões do inconsciente, do interesse, da afetividade, do desejo, da inibição, da censura, exercendo sobre a memória individual manipulações (conscientes ou não). Também, a Memória Coletiva é posta em jogo na luta das forças sociais e diante disto, a memória não só se autoconstrói, como também é definida, enquadrada, tendo interesses conflitantes em jogo. Nas palavras de Le Goff (1996), os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da Memória Coletiva.

✓ O TECIDO DA TESE: DEFININDO OS CAPÍTULOS

A autora como tecelã, traz a introdução intitulada *Tecendo fios: implicações teóricas e metodológicas que desvelam a práxis da JUC*, resultado de investigação realizada durante anos, visualizando teorias inerentes à proposta, categorias e metodologia que foram sendo esboçados pouco a pouco, apesar dos percalços e de algumas limitações que foram surgindo no processo de construção.

O tecido da tese está exposto em cinco capítulos: O primeiro capítulo intitulado *A Ação Católica Brasileira e a organização da JUC* é intencionalmente panorâmico, contextual e pautado na historiografia do período de organização das Ações Católicas que geraram a JUC. O objetivo é discorrer a ideologia da Igreja e suas interpretações da sociedade, não como uma trajetória que obedece necessariamente a ciclos, mas a situação, o contexto sócio econômico, político e cultural que inseriu as famílias em atividades do laicato organizado. Mostra que a partir de predileções em comum, como os grupos vão se organizando influenciados pelas diretrizes religiosas para atuação do apostolado de jovens de diversos segmentos, especialmente os universitários católicos que concebem suas identidades no contexto de renovação da Igreja Católica – o da Neocristandade e o da Universidade, linhas que se entrecruzam e incidem num período marcado pelos Regimes Totalitários e fortes questionamentos.

O segundo capítulo intitulado *A Juventude Católica no Brasil entre o Movimento Especializado e Social* analisa a Juventude Católica no Brasil já como ação especializada de luta social nos anos 50, estruturando a caminhada do

movimento quando este deixa os limites da paróquia, envolvendo-se com a comunidade, com outros grupos, ganhando consistência no país. Observa-se suas práticas, agrupamentos organizacionais e identidades, cruzando depoimentos, lendo o contexto sócio econômico e político que possibilitou a luta do grupo, as (des)articulações e êxodo para a Ação Popular (AP), além de mostrar as mudanças no ideário e de que forma estavam atreladas a interações com outros movimentos sociais, políticos que atuavam no país. Tudo isso em anos marcados pelo fenômeno da revolução da juventude mundial, o que leva a tensões e comoções diante de um quadro político que sofria mesmo preso às amarras do Capitalismo e lutava pela conquista democrática.

O terceiro capítulo intitulado *Jogo de Intrigas: configurações da JUC entre o Governo de João Goulart e o Golpe de 1964*, analisa as articulações da JUC e suas congêneres nos anos do Governo de João Goulart, quando grupos hegemônicos articulam o golpe civil militar. Tudo isso em anos marcados pela movimentação dos estudantes universitários católicos no país e pelo fenômeno do Comunismo como regime antagônico ao Capitalismo. Questiona – se a forma como a JUC foi construindo sua práxis nesse contexto controlado por uma elite capitaneada presente em diversas instituições do país, o porquê do Presidente João Goulart não conseguir operacionalizar as anunciadas Reformas de Base pensando o ideário do grupo diante da tomada de poder dos militares e de uma Democracia fragmentada.

O quarto capítulo intitulado *A práxis de luta dos estudantes católicos: famílias, identidades, silenciamentos e repressão* focaliza mais ainda o objeto de estudo, a posição ideológica do movimento da JUC e os embates e transformações da sociedade entre as ações da Igreja Católica e a luta mais radicalizada. Tudo isso num contexto marcado pela regimentação do Golpe de 1964, as acareações, os silenciamentos e os ocultamentos de uma realidade voltada para a repressão civil militar que veio a emperrar o processo democrático brasileiro. Analisa-se o movimento jucista, sua práxis e as relações familiares, bem como suas estratégias de proteção e apoio diante do clima de tensão do novo regime de Governo.

O quinto capítulo intitulado *A metamorfose identitária da JUC* analisa a transformação do ideário e das identidades do movimento, a legitimação dessa identidade Nacional e a dinâmica do êxodo dos jucistas para a Ação Popular (AP) nos anos 1960 a 1964, tempo em que se estruturam em ações libertárias da Ação

Popular Marxista Leninista (APML). Utilizando relatos, chega-se à luta das famílias entre a religiosidade e o apoio, buscando compreender como essas relações familiares deram suporte às fugas, proteção aos seus filhos e os da Nação.

E, por fim, as Considerações Finais que vem amarrando os fios com segmentos que respondem ao problema, aos objetivos e às assertivas inicialmente elaboradas.

CAPÍTULO I

A AÇÃO CATÓLICA NO BRASIL E A ORGANIZAÇÃO DA JUC

Ser jucista é pensar na mudança proposta pela Igreja Católica num mundo marcado por tantas desigualdades. Ficávamos pensando em nossas reuniões: por que há tantas injustiças? As famílias lutavam para que nós ficássemos em atividades religiosas e assim fomos inseridos nas Ações Católicas (DEPOENTE J).

O primeiro capítulo intitulado *A Ação Católica Brasileira e a organização da JUC* é intencionalmente panorâmico, contextual e pautado na historiografia do período de organização das Ações Católicas que geraram a JUC. O objetivo é discorrer a ideologia da Igreja e suas interpretações da sociedade, não como uma trajetória que obedece necessariamente a ciclos, mas a situação, o contexto sócio econômico, político e cultural que inseriu as famílias em atividades do laicato organizado. Mostra que a partir de predileções em comum, como os grupos vão se organizando influenciados pelas diretrizes religiosas para atuação do apostolado de jovens de diversos segmentos, especialmente os universitários católicos que concebem suas identidades no contexto de renovação da Igreja Católica – o da Neocrisandade e o da Universidade, linhas que se entrecruzam e incidem num período marcado pelos Regimes Totalitários.

1.1 NOVO PENSAMENTO DA IGREJA CATÓLICA DO BRASIL E A INSERÇÃO DAS FAMÍLIAS NO LAICATO

Um novo pensamento adentrou na Igreja no início do século XX no Brasil, vindo com as ideias do Padre Júlio Maria de Lambaerde¹, que, alinhado aos Bispos liberais Keteller e Gibbons² – representantes de uma linha européia renovadora – encorajaram novas posturas na Igreja Católica. O Pe. Júlio Maria foi eminentemente um pregador incentivador da fé católica e da união entre a Igreja e o povo.

¹ Discípulo do Padre Júlio Berthier e Padre Júlio Chevalier, missionários franceses revolucionários na Europa pelo pensamento avançado que ambos tinham no trabalho de missionário paroquial na França, Bélgica e Holanda. Pe. Júlio Maria de Lambaerde foi transferido para o Brasil, sem explicações após a decisão da Igreja em realizar messe mais ativa na América latina. Sua vinda contribuiu para que as discussões sobre as questões sociais internas e externas fizessem parte do dia a dia dos fiéis leigos e do cotidiano religioso, representando um marco no pensamento religioso brasileiro no início do século. Com sua ideologia de conversão libertadora, foi um padre reformador do pensamento católico brasileiro. Quando morreu, deixou a lucidez de suas ideias e a história democrática nacional impregnada de sua ideologia francesa-belga de liberdade dos seres, com implantação de farmácias para pobres e medidas que ia catequizando os católicos, mostrando-lhes sua Igreja, as razões de sua fé e de sua esperança. Cf. Villaça, 2006.

² Representaram a linha de Leão XIII, da Libertas e da *Rerum Novarum*.

Júlio Maria percebeu o novo rumo da Igreja. E jamais vinculou a fé religiosa a um regime político. Diante da separação entre o Altar e o Trono, propôs como fórmula salvadora e urgente, inadiável: a união entre a Igreja e o povo [...]. Hoje, sob o ponto de vista social, só há duas forças no mundo – a Igreja e o povo. Uni-las é o ideal do Papa, concorrer com essa união é, em cada país, o dever dos católicos, principalmente do clero. Nós, porém, não podemos consegui-la, nem desviando-se da rota que a Igreja segue nem separando-nos do povo (VILLAÇA, 2006, p. 116-117).

O caminho adotado pela Igreja vinha revelando claramente a postura voltada para a questão transformadora da sua missão, viabilizando a união com o povo diante de um mundo com muitos problemas sociais que demandava a tomada de novas posturas pela Igreja. O então padre renovador – Julio Maria de Lombaerde – elaborou um texto para os católicos alertando para a questão, dizendo que no Brasil havia forças que necessitariam ser aliadas: a Igreja e o povo. Para ele, as questões políticas, erroneamente predominantes nos governos, nos parlamentos e nos jornais, não discutiam devidamente as questões sociais.

O pronunciamento do padre representou um grande avanço para o Catolicismo no Brasil em atendimento aos direitos que as políticas sociais não davam conta de atender. Reformas sociais, mudanças de mentalidade e modo de ser, ou seja, reforma nas pessoas e na sociedade como elementos constantemente presentes na Doutrina Social da Igreja (BENTO, 1999). Essa posição reformista e o esforço do diálogo da Igreja com o povo constituíram-se em uma tentativa de ampliação do número de fiéis, de uma luta pela melhoria de vida dos setores mais carentes da sociedade.

Em sua clássica obra, *A Era do Capital*, o historiador Hobsbawm traz uma série de argumentos sobre a derrota da religião católica no final do século XIX, porém foi neste foi o período em que as camadas mais pobres tiveram a oportunidade de descobrir uma religiosidade mais legítima.

A família não era meramente a unidade social básica da sociedade burguesa, mas também a unidade básica do sistema de propriedade e das empresas de comércio, ligada com outras unidades similares através de um sistema de trocas (...) qualquer coisa que enfraquecesse esta unidade familiar era inadmissível, e nada a enfraquecia mais do que a paixão física descontrolada, que introduzia herdeiros e noivas "inadequados" (isto é, economicamente indesejáveis), separava maridos de mulheres e desperdiçava recursos comuns. Mas as tensões eram mais que econômicas. Elas eram particularmente fortes em nosso período, quando a moral da abstinência, moderação e contenção entrava dramaticamente em conflito com a realidade do sucesso burguês. Os burgueses não viviam mais numa economia familiar de escassez ou num nível social remotamente longe das tentações da alta sociedade. O problema era mais o de gastar que o de economizar (HOBBSAWM, 1979, p 243).

Diante de descrença religiosa que vinha se instalando nas famílias, do desejo de acúmulo do capital e da liberdade de ação no mundo do trabalho pelo advento do Protestantismo, as mudanças pelo mundo vinham se impondo de maneira muito rápida. E a Igreja percebeu que estava perdendo fiéis e campo de atuação, necessitando incentivar a participação de leigos, além da formação de futuros membros para compor o clero.

Apesar dessas tensões, a transformação da Igreja coloca em questão os argumentos tradicionais sobre os objetivos, inflexibilidade e conservadorismo político das instituições religiosas. Quando o fim fundamental de uma instituição for supra-racional, ela se disporá a sacrificar alguns interesses, caso esteja convencida de que foi chamada para fazê-lo. Uma Igreja poderá renunciar a benefícios financeiros, prestígio, expansão institucional e a outros interesses se sentir que sua missão religiosa a obriga a agir dessa maneira (MAINWARING, 1986, p. 24).

A respeito do que a Igreja – mesmo sendo conservadora – podia fazer para atender aos interesses de uma sociedade, mantendo-se racionalmente em sua missão primordial - a cristã, arregimenta pessoas para suas ações, isso sem abandonar a tradição à qual está presa. Munida por esta força e diante de pressões externas, a Igreja transforma seus antigos argumentos e, apesar de não ser flexível em seus dogmas, muda nesse momento de postura para manter-se atuante na sociedade. Estas colocações mostram que a transformação seria necessária, não só pela descrença no âmbito das famílias e pelo valor ao capital, mas pelo sofrimento das pessoas diante das formas de relação de trabalho, onde grupos dominantes oprimiam grande parte da população.

Observa-se, a partir desses pressupostos, uma reestruturação no pensamento e em suas ações sociais, a Igreja Católica em atendimento à população que clamava pela resolução de problemas, possibilita novas leituras e posturas para seus membros. Idéias religiosas que já vinham sendo implantadas desde o século XIX por Leão XIII que buscava o senso de justiça social, em especial, aplicado aos mais carentes.

Nessa ótica interpretativa, o senso de justiça e os Direitos Humanos pós – guerra analisados pela Igreja por sua nova postura em relação às desigualdades sociais, pairavam em discussões muitas partes do mundo – especialmente na América Latina. Munida deste alerta, a Igreja Católica redefine ações, contando com um maior número de fiéis – a juventude leiga.

Ricoeur (1995) apercebe-se de que a postura política aparece como força extremamente importante no exato momento de fragilidade social, quando as pessoas agem juntas em prol de uma determinada causa. A presença dessa mudança de postura, fase marcada pelo conflito na sociedade republicana – onde trabalhadores e setores da camada média promoviam embates calorosos – era campo aberto para a discussão sobre os Direitos Humanos nem sempre garantidos pela operacionalização do Estado. O fato de a Igreja buscar apoio no laicato abriu portas para a participação de jovens nas ações católicas e, sob o ponto de vista de novos valores, possibilitou a criação de uma Identidade Nacional e de outro sentido religioso a partir da inserção do pensamento renovador da Igreja Católica e de padres como Júlio Maria.

Essa ação mais efetiva, voltada para os anseios da população, questionava a garantia dos direitos cujo preâmbulo estava voltado para o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis, lutando pelo fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo. Para fazer frente a esta situação, o Pe. Julio Maria, que havia expandido seu pensamento na Europa, adentra na América Latina trazendo novas idéias não só internas para a Igreja, mas em diversos segmentos da sociedade, sobretudo na participação da população nos rumos do país.

Com efeito, o senso de (in) justiça no Brasil naqueles anos estava pulsando e, na Igreja Católica, o exemplo bíblico da conversão do Apóstolo Paulo³ era tomado como referência na luta contra as injustiças, tornando-se um marco para muitos jovens e para padres ligados a esta nova vertente. Era o alvorecer de uma nova época missionária cristã, em particular para os missionários e jovens leigos.

Villaça (2006) sintetiza a ideia de que a Igreja se mostrava progressista, aderindo a todo processo de renovação, o que acabou valorizando os ideais trazidos pelo Pe. Júlio Maria em suas caminhadas missionárias, questionando a justiça social, tema amplamente discutido na Europa, com o qual as pessoas se empolgavam. Sua vinda para o Brasil representou uma proposta voltada à captação de leigos para a missão religiosa.

³ Paulo fora perseguidor implacável de comunidades cristãs, e ao ser tocado pelo senso de justiça, abandonou a vida de riquezas para seguir os Evangelhos, mudando sua vida através de uma nova caminhada entre o povo.

Desde então, acontece em conselhos internos da Igreja Católica uma efetiva ação do clero diante dos novos tempos – a chegada dos leigos para Ações Católicas e o trabalho religioso de padres que haviam sido transferidos para a missão na América Latina. E o Pe. Júlio Maria se destacou nesse comando de missão.

A partir dessas considerações, a ideia de conversão, de senso de justiça e de ética nas recém-elaboradas Ações Católicas instigava a presença de padres investindo na formação do laicato e de futuros líderes católicos na sociedade. Aliás, estratégia ideal para ampliar essas ações da Igreja, que ora estava com poucos trabalhadores e necessitava não só desse grupo, mas do apoio da própria hierarquia religiosa para se manter avivada. Há de se considerar que foi a Igreja Católica a responsável pelo trabalho de entrada e participação efetiva das famílias e de jovens nessas ações, proporcionou a interatividade e inserção desses grupos em atividades religiosas, sociais.

O Vaticano II faz nos passar de uma Igreja-Instituição ou de uma Igreja-Sociedade-Perfeita para uma Igreja-Comunidade, inserida no mundo, a serviço do Reino de Deus; de uma Igreja-Poder para uma Igreja-Pobre, Despojada, Peregrina; de uma Igreja-Autoridade para uma Igreja-Serva, Servidora, Ministerial; de ma Igreja-Piramidal, para uma Igreja-Povo; de uma Igreja-Pura e sem mancha para uma Igreja Santa e Pecadora, sempre necessitada de conversão de reforma; de uma Igreja-Cristandade para uma Igreja-Missão, uma Igreja toda ela missionária. (BOMBONATTO, 2004, p. 7).

O Compêndio do Vaticano II⁴, – documento oficial da Igreja –, estabelece e oficializa a entrada do laicato e suas funções de serviço, com intuito de instituir à Igreja Católica, o papel de reformista da sociedade. Em anos anteriores, no Concílio do Vaticano I⁵, havia mencionado o laicato voltado para a cooperação mais imediata com os integrantes da Igreja. No entanto, o Concílio como acontecimento de maior relevância na História da Igreja do Século XIX, fora suspenso pelo Papa devido ao conflito e impactos da guerra franco-prussiana. Todavia, foi através da atuação do Papa Leão XIII (1878-1903) que as discussões foram retomadas com a

⁴ Cf cópia encontrada na Diocese de Jequié (Bahia), cedida pelo padre daquela Diocese. Ver ainda no Boletim 4 da Ação Católica p 180 -181. **O Vaticano II** foi convocado pelo Papa João XXIII em 25 de dezembro de 1961, foi solenemente aberto por ele em 11 de outubro de 1962 e foi encerrado pelo Santo Padre Paulo VI em 8 de dezembro de 1965. Que pensamentos moveram o Papa João XXIII a convocar o Concílio.

⁵ O **Concílio Vaticano I** (CV I) deu-se de 8 de Dezembro de 1869 a 18 de Dezembro de 1870 sendo proclamado por Pio IX (1846 a 1878). As principais decisões do Concílio foram conceber uma Constituição dogmática intitulada *Dei Filius*, sobre a fé católica e a Constituição Dogmática Pastor Aeternus, sobre o primado e infalibilidade do Papa quando se pronuncia ex-cathedra, em assuntos de fé e de moral.

promulgação da *Carta Encíclica Rerum Novarum* – sobre o apostolado dos leigos – e o *Decreto Apostolicam Actuositatem*⁶ – que abordam problemas da sociedade, sustentando a ideia de ações mais efetivas por parte das pessoas e da própria Igreja, que como articuladora comandaria o movimento promissor. O decreto dispõe que:

Esta espiritualidade dos leigos deverá assumir características especiais, conforme o estado de matrimônio e familiar, de celibato ou viuvez, situação de enfermidade, atividade profissional e social. Não deixem, por isso, de cultivar assiduamente as qualidades e dotes condizentes a essas situações, e utilizar os dons por cada um recebido do Espírito Santo. Além disso, aqueles leigos que, seguindo a própria vocação, se alistaram em alguma das associações ou institutos aprovados pela Igreja, deve de igual modo esforçar-se por assimilar as características da espiritualidade que lhes é própria. Tenham também em muito apreço a competência profissional, o sentido de família e o sentido cívico e as virtudes próprias da convivência social, como a honradez, o espírito de justiça, a sinceridade, a amabilidade, a fortaleza de ânimo, sem as quais também se não pode dar uma vida cristã autêntica. (DECRETO APOSTOLICAM ACTUOSITATEM, MAIO/1880, CARTA III).

O documento preconiza que a família dá sentido a sociedade, e esta, atuando entronada⁷ ao lado da Igreja, ampliaria sua missão, implicando em apoio e intervenção cristã nos problemas da sociedade considerada em desordem. “A Igreja assistia a uma crise que afligia gravemente a sociedade humana” dizia o Papa na Constituição Apostólica Divino Redentor que convocou o Concílio.

Foi à própria família que recebeu de Deus a missão de ser a primeira célula vital da sociedade. Cumprirá essa missão se se mostrar, pela piedade mútua dos seus membros e pela oração feita a Deus em comum, como que o santuário doméstico da Igreja; se toda a família se inserir no culto litúrgico da Igreja e, finalmente, se a família exercer uma hospitalidade atuante e promover a justiça e outras boas obras em serviço de todos os irmãos que sofrem necessidade. Podem enumerar-se, entre as várias obras de apostolado familiar, as seguintes: adotar por filhos crianças abandonadas, receber com benevolência, estrangeiros, coadjuvar no regime das escolas, auxiliar os adolescentes com conselhos e meios materiais, ajudar os noivos a prepararem-se melhor para o matrimônio, colaborar na catequese, auxiliar os esposos e as famílias que se encontram em crise material ou moral, proporcionar aos velhos não só o necessário, mas também fazê-los participar, com equidade, dos frutos

⁶ **Carta Encíclica do Papa Leão XIII** foi a primeira manifestação aberta da Igreja no sentido de proteger os trabalhadores e suas organizações sindicais. Foi escrita em 15 de Maio de 1880, período em que o liberalismo dominava o cenário econômico do mundo e no ano de 1881 vigorando com toda força até o ano de 1891 ainda na atuação de Leão XXIII. Nessa época, o salário dos trabalhadores era determinado de acordo com as leis do mercado, o Estado não intervinha na economia, os sindicatos eram proibidos em alguns países e as riquezas acumulavam-se nas mãos de poucos tendo por consequência até mesmo um processo de desintegração de valores na família. O documento aborda os problemas pelos quais já passava a família por aquela época, dentre outros pontos critica fortemente o divórcio e se constituiu em referência para vários documentos posteriores da Igreja Católica sobre a família.

⁷ Termo utilizado no Boletim da Ação Católica n 4.

do progresso econômico. Pode ser oportuno que as famílias se unam em certas associações para mais facilmente poderem atingir os fins do seu apostolado (DECRETO SOBRE O APOSTOLADO DOS LEIGOS/ CONCÍLIO VATICANO II).

O texto interpretado revela que o grande problema era a sociedade moderna caracterizada por um intenso progresso material ao qual não correspondia aos avanços no campo moral e as famílias precisavam se reunir nesta luta. Sendo a Igreja Católica Romana portadora de rígida hierarquia centrada na autoridade do papa (eleito por um colegiado superior de prelados), as medidas do Pontífice Romano ou Sumo Pontífice eram outorgadas com o intuito de refazer a sociedade via sujeitos reformados.

Ora, as famílias estavam enfrentando uma série de dificuldades financeiras, advindas dos baixos salários dos trabalhadores, e estes eram determinados de acordo com as leis do mercado de trabalho, e o Estado não se pronunciava ao passo em que a Igreja abraçava a questão social. Perrenot (1992) mostra a questão dos excluídos da história como operários mulheres e transgressores da ordem burguesa configuram-se em um conjunto polissêmico e modelado de forma a ganhar a dimensão de sujeitos da própria história. Nessa Carta Encíclica, a Igreja sustentava a ideia do auxílio aos trabalhadores que, excluídos em sua maioria, estavam à mercê de seus patrões, ávidos de ganância e ambição pelo lucro.

Mais adiante, Pio X (1903 -1914), através da Carta Apostólica *Creationis Duarum Novarum Paroeciarum* (1905), volta a clamar o apoio das famílias nessas ações cristãs, instigando a sua participação sob forma de laicato, estabelecendo reforma da cúria romana e em atividades missionárias. A carta sugere que

os leigos exerçam o seu apostolado multiforme tanto na Igreja como no mundo. Em ambos os planos se abrem vários campos de atividade apostólica de que queremos aqui lembrar os principais. São: as comunidades eclesiais, a família, a juventude, o meio social, as ordens nacional e internacional. E como hoje a mulher tem cada vez mais parte ativa em toda a vida social, é da maior importância que ela tome uma participação mais ampla também nos vários campos do apostolado da Igreja (CARTA APOSTÓLICA CREATIONIS DUARUM NOVARUM PAROECIARUM/1905. VATICANO, 1965).

Era uma chamada para que as famílias participassem da vida como cristãos aivados e ingressados nessas atividades religiosas pelo batismo e apostolado. Com efeito, esse clima de abertura na Igreja Católica foi característico do pontificado de Leão XIII e trouxe mudanças antes impensáveis, reconhecendo os

direitos de cada pessoa escolher sua religião, abrindo ainda canais para o diálogo com outras religiões. Somaram-se a esta abertura permitida na Igreja Católica, o crescente aumento da população, o progresso da Ciência e da Tecnologia, as relações menos estreitas, o abandono da solidariedade – questões que não só dilataram os conflitos, mas determinaram um intenso campo para que o apostolado dos leigos atuasse (DOCUMENTOS PONTIFÍCIOS, 1947).

Benedito XV institui a *Encíclica Maximum Illud* (1919) e em seu Pontificado (1914-1921), revê o Código de Direito Canônico que fora altamente influenciado pelos impactos da I Guerra Mundial e declara total imparcialidade e neutralidade da Igreja na disputa entre países. Funda ainda uma Congregação para os assuntos exteriores da Igreja Oriental e estabelece relações diplomáticas com diversas nações.

Pio XI, conhecido como o papa de Ação Católica ou o papa das missões, publica várias encíclicas, entre elas a *Rerum Ecclesiae* (1926) e a *Quadragesimo Anno* (1931). Seu Pontificado (1921-1939) se caracterizou pela reorganização das obras das missões pontifícias com acordos voltados para vinte Estados e regularização dos direitos da Igreja, anunciando a cidade do Vaticano como Estado independente e neutro. No boletim da Ação Católica observa-se que o apostolado brasileiro expressava a missão divina através de carta enviada para os Arcebispos e Bispos com os propósitos da Santa Sé (BOLETIM 4 DA AÇÃO CATÓLICA, 1937). Pio XII (1939-1958) em sua *Encíclica Munificentissimus Deus*, reforma a liturgia da Semana Santa e no seu Pontificado a II Guerra Mundial esteve em cenário, embora suas ações diplomáticas não tenham conseguido evitar o conflito. No Brasil, durante a Festa de Pentecostes, religiosos que participariam na linha de frente das ações atuaram e difundiram os princípios católicos que deveriam ser aplicados à vida familiar e social.

João XXIII apesar de seu breve Pontificado (1958-1963), soube ganhar a simpatia de seus fiéis e o respeito de pessoas muito diversas institui em sua encíclica mais conhecida, *Pacem in Terris* (1963), explicando o reconhecimento dos direitos e deveres humanos com base na paz. Nesses anos, o afastamento das famílias da ordem ética e de questões relacionadas à paz mundial era uma grave ameaça para a vida social e mesmo a cristã. Além disso, em muitas regiões os sacerdotes eram demasiadamente poucos ou, como acontece por vezes, privados

da liberdade de ministério. Sendo assim, a Igreja dificilmente poderia estar presente e ativa sem o trabalho de conscientização.

1.2 DECRETO APOSTOLICAM ACTUOSITATEM E O CONVITE ÀS FAMÍLIAS

O Santo Concílio representado por João XXIII, desejando tornar mais intensa à atividade apostólica, volta-se de maneira solícita aos cristãos leigos, isso porque o apostolado era decorrente da vocação cristã que não poderia se ausentar da Igreja. O *Decreto Apostolicam Actuositatem* (1965) registra:

[...] os leigos, por sua vez, participantes do 61 *múnus* sacerdotal, profético e régio de Cristo, compartilham a missão de todo o povo de Deus na Igreja e no mundo. Realizam verdadeiramente apostolado quando se dedicam a evangelizar e santificar os homens e animar e aperfeiçoar a ordem temporal com o espírito do Evangelho, de maneira a dar com a sua ação neste claro testemunho de Cristo e a ajudar à salvação dos homens. Já que é realmente característico do leigo viver em meio ao mundo e aos negócios seculares, são eles chamados por Deus para, abrasados no espírito de Cristo, exercerem o apostolado a modo de fermento no mundo. (DECRETO APOSTOLICAM ACTUOSITATEM, 1965, p. 135).

Com base nesse documento, a intenção da Igreja era trazer o laicato para a diversidade de serviços, apostando no apoio das famílias que seriam entronadas nessas ações. A família sendo a instituição social antiga e respeitável – a mais discutida de todas as épocas – e, de algum modo, uma pedra angular compreendida como grupo de pessoas que vivem com as outras em regime de cooperação, de solidariedade em prol de objetivos em comum. Todavia, o conceito que se tem de família extrapola a relação consangüínea, demandando discussões. A visão de família sob a ótica da flexibilidade, com o passar do tempo é vista por Goode (1970) ao afirmar que o indivíduo está ligado à estrutura social, valores e mentalidades de cada época.

Ressalta-se que foi a família nuclear a grande responsável pela inserção da juventude em Ações Católicas, exigindo dela uma postura cristã frente aos problemas do mundo e da sociedade brasileira. Entende-se que a família sempre foi o fundamento da sociedade humana, sendo de singular importância tanto para a Igreja quanto para os grupos sociais, pois é de sua índole incentivar a participação dos seus membros em ações solidárias, humanizadoras, melhorando a qualidade da Sociedade.

De acordo com a leitura das Encíclicas, foram nesses anos que a Igreja estaria recebendo e avivando sua força, buscando comunhão com as famílias para ações sociais e juntas, prestariam serviço, fariam propostas interventivas para a sociedade. Embora os diálogos fossem tensos durante o período, serviram para congregar esforços para a constelação familiar que deveria se formar pela atuação conjunta e atender às funções das Ações Católicas, evidenciando valores.

“Na família o conjunto de valores e critérios de orientação de condutas que fazem perceber a existência como digna de ser vivida, tendo em vista a participação positiva na realidade social de todos os seus membros” (PETRINI, 2003, p. 43).

A ideia de que a família não é apenas uma mera cumpridora de funções cotidianas, mas um espaço de disponibilidade e cooperação entre pessoas, sexos e gerações, responsável pelo forte vínculo entre seus membros, que por sua vez aposta na participação positiva da vida social. Sendo a família a primeira estrutura que sustenta e suporta este vínculo intergeracional, é ela a responsável pelo cuidado da vida – um microcosmo humano que reflete o macrocosmo da humanidade (PETRINI, 2005).

O autor mostra que as conquistas técnicas e científicas, os maiores níveis de liberdade, de conforto, de qualidade e a expectativa de vida não eliminam as contradições da existência. No entanto, as insuficiências da pós-modernidade e os medos que elas suscitam, geram angústias e questionamentos capazes de provocar clima de insegurança. Essa interpretação mostra que a família proporciona a base positiva para a atuação na sociedade e sendo ela omissa e insegura, os danos são irreparáveis para as pessoas e grupos.

Considera-se que a família então cumpre o papel de ser a responsável pela busca mais abrangente da vida, a proteção, e independente de ideologia ou não, é a matriz constitutiva dos sujeitos. Contudo, se ela falhar, as lacunas se formam nos sujeitos. Como grupo composto de indivíduos diferenciados que se relacionam cotidianamente, a família é complexa e dinâmica definindo posturas que refletem nas questões sociais, econômicas e políticas de uma sociedade. Por esta razão, a família nunca está livre de crises e conflitos, tornando-se um conjunto vivo, contraditório e cambiante de pessoas que se agregam com suas individualidades ou laços afetivos onde as mulheres representam papel de articuladora educacional.

La familia, con toda su grandeza, es marco estrecho para la perfección a que Dios llama al hombre. Dios puso en su corazón el instinto social: ello le lleva a lo que los filósofos dicen la máxima sociedad natural, que es la conyugal: de ella brotan los hijos, como los pétalos del capullo, para formar la sociedad paternal; y ambas se completan con la sociedad paternal. Y aquí tenemos salvada la primera etapa de la sociabilidad del hombre (GOMÁ, 1952, p 41).

O trecho mostra a ideologia⁸ religiosa voltada para atender os interesses da família e isso corresponde a uma forma de construir juízos nos sujeitos a serviço de um modelo de família com papéis que fazem parte de um universo de experiências reais ou simbólicas.

Nesses anos, o comportamento da juventude era fortemente influenciado pelo espírito da *Belle Époque*⁹ – atuante em muitos países da Europa, de certa forma assustava famílias e a Igreja, liberdade considerada avassaladora para a preservação da tradição

A centralização do poder era uma característica marcante no Estado Totalitário e em suas relações invisíveis com a Igreja. E o Totalitarismo é um regime de viabilidade se implantado em grande escala, inclusive em termos populacionais, uma vez que “somente onde há grandes massas supérfluas que podem ser sacrificadas sem resultados desastrosos de despovoamento é que se torna viável o governo totalitário, diferente do movimento totalitário” (ARENDR, 1989).

E tal movimento tem como motor, a utopia. De fato, o Totalitarismo acentua nesses anos, muitas tendências filosóficas, científicas, sociais, literárias pertencentes a grupos minoritários e tudo isso oferecia campo de ideias estreitamente contrárias e conflituosas para os grupos de esquerda no país.

Mainwaring (1989) faz uma abordagem partindo do pressuposto de que foi nesse ínterim que a Igreja Católica sempre mantinha estreita relação com o

⁸ **Ideologia** no entendimento de Ricoeur (1986) pode ser mais ou menos consolidada, na medida em que expressa ideias, símbolos, critérios, oposto a concepção produtora de Marx em seu caráter dissimulador da realidade, quando diz que as ideologias são produtoras de uma imagem invertida que se opõe à práxis. **Ricoeur mostra as faces da ideologia** – a negativa quando diz que pode sim ser dissimuladora da realidade pelo seu lado patológico, mas pode ser positiva quando sempre parte da ótica de um observador. E ainda ressalva que o fundamental nessa relação não é a oposição nem a distorção que a ideologia pode causar à realidade social, mas a conexão interior entre os dois termos, sendo a ideologia parte integrante do processo cultural de formulação simbólica do real. Ideologia e Utopia vão além do imaginário, pois reescrevem os sujeitos, possibilitando o agir humano.

⁹ No Brasil, a *Belle Époque* situa-se entre 1889, data da proclamação da República, e 1922, ano da realização da Semana da Arte Moderna em São Paulo, sendo precedida por um curto prelúdio – a década de 1880 – e prorrogada por uma fase de progressivo esvaziamento, que perdurou até 1925.

ambiente social e político externo, repensando a instituição no âmbito de um contexto bem mais amplo que eclodia.

A crise na Igreja brasileira teve início após a Segunda Guerra Mundial e foi resultado de uma rápida transformação da sociedade sem que houvesse uma mudança correspondente por parte da Igreja. As manifestações da crise incluíam uma resistência à secularização, o alarmante crescimento do protestantismo e do espiritismo, menor comparecimento à missa, uma crise de vocações, o crescimento da esquerda, e uma perda de influência entre as classes dominantes e a classe operária urbana. Os líderes mais proeminentes da Igreja sentiram essas mudanças eclesiais ao fazer com que a hierarquia tomasse consciência de que era preciso repensar a missão da Igreja. Mas, embora a crise institucional explique porque a Igreja começou a se abrir, não explica a direção ou a magnitude dessa mudança. A Igreja poderia ter reagido à crise de diversas maneiras. De fato, grupos diferentes dentro da Igreja apresentaram reações variadas, cada qual representando uma concepção diferente da Igreja, seu papel na sociedade e seus interesses. As respostas efetivas dos líderes eclesiais não foram necessariamente aquelas que melhor defendessem os interesses da Igreja; ao lado dos ganhos houve muitas perdas (MAINWARING, 1989, p. 33).

A Igreja Católica propondo modelo de transformação da sociedade, da própria Igreja e consciente da missão que ela deveria exercer na sociedade, tem nas encíclicas o ponto de apoio. Segundo o Boletim da Ação Católica (1937), sempre houve por parte da Igreja Católica o interesse em superar a crise da própria instituição e a família seria inserida nessa proposta de laicato pelo convencimento e pelo espírito de apoio.

Para uma perfeita colaboração mútua do clero e do laicato, há, preliminarmente, resistências recíprocas que vencer. Ainda perduram vivamente os efeitos produzidos pelo movimento anterior de separação e isolamento. Os leigos estão longe de compreender os seus deveres para com a Ação Católica. E quando não há resistência consciente da parte deles, motivada por anti-clericalismo, influencia do meio, há uma inércia natural, proveniente também daquele hábito de separação (BOLETIM nº 4, 1937, p 99).

Portanto, a documentação constata a importância da influência religiosa das famílias, todavia, estas não tinham acesso a muitas funções que eram reservadas ao clero não apenas como funcionalidade, mas como orientação de valores eclesiais. Ao enfatizar o papel da hierarquia eclesial nessas ações, os leigos se tornaram parte de povo virtuoso que via os conflitos entre grupos e na própria sociedade.

A Igreja Católica envidou esforços para possibilitar à família o fortalecimento do apostolado, rompendo com o ciclo de violação dos Direitos Humanos,

representando 'uma milícia escolhida', santificada que deveria possuir dinâmica voltada para organização de associações cristãs e com dever de seguir novo caminho. Petrini (2003) acredita ser uma busca contínua de reorganização e intenso processo de desinstitucionalização. Há, portanto, certa redução do seu valor público, dando-se destaque maior à sua legitimação como grupo social expressivo de solidariedade, afetos, emoções e sentimentos (BOLETIM nº 4,1937).

Mainwaring (1989) ancora-se no pressuposto de que a Igreja no contexto da América Latina, contou com o apoio da família na própria organização da estrutura social, política e ideológica que estava implantando – apresentando propostas que poderiam reforçar a preservação sua tradição – símbolo da solidariedade, de trabalho e assistência popular.

Na concepção de Manoel (2001), essas ações traziam a ideia de uma autocompreensão de seu papel na sociedade e essa união entre Igreja e família, era uma forma de impor a Cristandade. Inicialmente, a presença desses jovens por meio de suas famílias, constatava que grupos iam crescendo gradativamente em ações do laicato. A Igreja Católica buscando o bem-estar social com princípios de igualdade, de justiça, de fraternidade, ampliava ações com a inserção de um maior número de estudantes, operários, camponeses e pessoas de diversos setores populares da sociedade. Era um laicato de esquerda, grupo constituído por diversos segmentos. No entanto, se havia nas décadas de 50 e 60 o movimento de jovens leigos, este deu um relevante impulso pelo contexto desses anos.

A partir dessa investida por parte da Igreja no laicato, nos princípios da Doutrina Social da Igreja e nos pensamentos reformistas, cada vez mais jovens leigos e padres da esquerda desenvolviam suas missões em diversas partes do país, especialmente no Nordeste, Sudeste e Sul. Acredita-se que a influência na organização de grupos nas paróquias foi a mola propulsora dessas mudanças no contexto brasileiro.

Com esse entendimento sobre a ação geral, percebe-se nas leituras do Boletim de Ação Católica (1937), a divisão das famílias em operárias visando o bem estar social, demonstrando não só o quadro de agrupamentos estruturais das ações, mas as condições políticas que abriram espaço para que essas novas ideias fossem enraizadas no país e em grupos do laicato (GERMAIN, 1954).

Isso coloca, no entanto, uma questão essencial: não se trata de afirmar que a Igreja construiu uma nova estrutura em si, mas sim que criou estratégias de

preservação de manutenção de seus princípios, afirmando-se através de ações formadoras que se posicionavam com o discurso preconizado diante das diferenças sociais. Tendo a família como suporte, os resultados seriam mais rápidos e, portanto, o Pe. Júlio Maria revelou-se um ativo articulador de famílias reformadoras, criticando posturas e manobras de grupos políticos.

Todavia, há de se levar em conta que a Igreja Católica em si se apropriou das famílias para estabelecer uma parceria mais eficiente, para criar um grupo de trabalho em nome da tradição e de conservação de valores capazes de suportar e amenizar as dificuldades da Sociedade Contemporânea que os governos não vinham dando conta.

Infelizmente, certos políticos entre nós, em face do fato republicano, não têm perdido ocasião de explorar o clero, ou antes, aquela parte do clero que se acostuma a medir os horizontes do mundo pelas dimensões de uma sacristia, aonde não lhe chegam as vozes, que fora tumultuavam, das grandes reivindicações populares, mas apenas as vozes dos devotos. Verberando as manobras políticas de que grande parte do clero brasileiro participa, ou como agente solidário, ou como simples vítima, pois que parte dele ainda não discerniu o justo e o verdadeiro na questão de quês e trata, demonstrarei o erro do clero e o nosso dever na hora presente (VILLAÇA, 2006, p.124).

As políticas nacionais, o papel da Igreja, a falta de diálogo entre diversos setores e grupos do país, desvelava a postura silenciosa de políticos, as divergências e os desafios que os governos não resolviam. E é nesse período que acontece uma mais nítida definição de suas ações, investindo efetivamente em apoio à população. E nessa nova caminhada, a ala mais progressista da Igreja acusava o comodismo dos políticos, do clero em geral e inserida em práticas solidárias – expressava a intenção de mudar a sociedade. Conseqüentemente a direção religiosa e os estudos realizados pelo grupo, iriam garantir o bom andamento das ações do laicato.

Com efeito, a ala mais conservadora da Igreja ainda trazia em si sinais de certa indiferença nessa situação.

A maioria dos estudos sobre a Igreja e a política privilegiou sempre a relação entre a Igreja e o Estado, mas é também importante analisar seus vínculos com as várias classes sociais. A forma pela qual a ideologia e os símbolos religiosos legitimaram ou desafiam os aspectos dos valores dominantes tem um impacto significativo na vida política. A Igreja brasileira sempre foi uma instituição importante. Seus símbolos e discurso ajudam a moldar a identidade de diferentes classes e instituições sociais e ajudam a definir práticas políticas e sociais (MAINWARING, 1989, p. 30).

É notável que a história do país por muitos anos estivesse voltada para a separação entre a Igreja e o Estado. Apesar do clima de liberdade para a Igreja, convertendo muitas pessoas, e do renascimento e autonomia que afetava o Estado, havia uma co-participação desses integrantes definindo a organização livre de grupos para a consecução de fins comuns.

Ora, entre clima de conversão, apoio e debates, no Brasil, a Comissão Episcopal da Ação Católica cria o Estatuto da Ação Católica Brasileira e esta relata a situação da pobreza e carências da população, legitimando cada vez mais as ações contra as massificadoras relações de poder de antigos grupos do país, responsáveis pela construção de uma história de dominação, com endurecimento de comportamentos humanos diante da hegemonia do capital.

Compreende-se que esses aparelhos ideológicos mantiveram entre si um estado de interdependência por anos, mesmo com embates ideológicos. A Igreja, através de seus colégios, seminários, paróquias, tinha auxiliado por anos a elite tradicional, perdendo campo para o Estado, que vinha adquirindo nesse período importância nos aparelhos jurídicos e econômicos, atendendo aos interesses de grupos que expandiam seus negócios. O Estado em seus governos, não estava assegurando à população os seus direitos e a Igreja ganhava campo para atuação.

Contudo, as mudanças estruturais mostram que a Igreja Católica havia, literalmente, renovado suas antigas bases, encorajando, conscientizando pessoas para suas ações, contando com leigos que assumiam o princípio de obediência e serviço. Villaça (2006) reporta-se à ideia de renovação do pensamento católico como estratégia para trazer novos fiéis para a Igreja, reforçando sua ideologia, uma vez que a Igreja estava dividida entre o Catolicismo Tradicional e a Neocristandade¹⁰.

A Neocristandade (1916-1955) empenhava-se em cristianizar pessoas, enquanto que a ortodoxa lutava pela preservação do *status quo* e de suas tradições, valorizando a visão otimista da recristianização. Indicava ainda um grande número de fiéis que poderia dar conta dessa mudança na estrutura, expandindo sua missão, preservando sua ordem. Entende-se que a Doutrina Social

¹⁰ Foi precisamente na década de 1920 que floresceu no Brasil a nova postura adotada pela Igreja Católica, o modelo da Neocristandade, atingindo seu apogeu de 1930 a 1945, quando Getúlio Vargas ocupou a Presidência da República. Por **Neocristandade** entende-se um conjunto de práticas ou projeto de restauração cristã, aplicadas pela Igreja Católica.

da Igreja¹¹ oferecia maneiras da sociedade civil realizar avaliação da sociedade, além do estabelecimento de metas e ações conjuntas com a igreja, na medida em que evangeliza e transforma.

A concepção da Igreja quanto a sua missão integral determina diretamente o seu envolvimento na vida política. Quando, por exemplo, líderes religiosos argumentam que a Igreja deveria lutar contra o Comunismo ou que deveria se colocar acima da política ou desenvolver uma opção preferencial pelos pobres, estes pressupostos derivam do sistema religioso. Isto significa que é preciso compreender os objetivos da instituição e a concepção de fé que a motiva. A maioria dos estudos sobre a Igreja do período de 1916-1955, contudo, não tem ressaltado estes aspectos (MAINWARING, 1989, p. 44).

A missão era sim envolvimento na vida política e social do país. A nova postura e a Doutrina Social da Igreja abriram campo para os padres reformadores advindos da ala renovadora e organizadora da atividade cristã. Esse projeto católico remonta à luta desta instituição contra a secularização do Estado e da sociedade, processo que se intensificou no Ocidente ao longo do século XIX, marcado por uma redução constante do peso social da religião organizada (ZANONE, 2000).

O Pe. Júlio Maria, por exemplo, experimentou vivências religiosas em países pobres e, quando aqui chegou, mostra que a Igreja brasileira não estava representando papel social e político, sendo preciso agir de imediato ao lado das famílias brasileiras. Quando o padre morre, a missão católica recebe influência do catolicismo institucionalizado e em 1915, seu sucessor Faria Brito faz amizade com Jackson de Figueiredo, abrindo espaço a novos debates para a criação de uma escola católica. O pensamento de Farias Brito preparou ideologicamente um grupo de jovens intelectuais dentre os quais se destacou Jackson de Figueiredo (1891-1928), que aderiu ao espiritualismo e depois ao catolicismo, possibilitando uma nova fase do pensamento católico. Foi nesse período que Nestor Victor Jônatas Serrano, Tasso da Silveira, Hamilton Nogueira, Heráclito Sobral Pinto, Leonel França, Alceu Amoroso Lima participaram do contexto.

Jackson de Figueiredo se converteu ao catolicismo em 1918, mas não ousava se aproximar do sacramento da Penitência. Ele o fará em 1921, após uma conversa com dom Sebastião Leme, pai e amigo, que o ajudou a superar sua invencível repugnância de se ajoelhar ante a outro homem e lhe contar as misérias: O próprio Dom Leme contava, com um sorriso, como se dera o encontro decisivo (BEOZZO, 1984, p 22).

¹¹ Cf extraída do Boletim da Ação Católica nº 4 (1937), Leão XIII (1878-1903) com a *Encíclica Rerum Novarum* instituiu cuidados com a questão social.

A tese de Beozzo é que Figueiredo¹² cria então a Revista A Ordem destinada não à formação de educadores profissionais, mas visualizando o vasto campo das concepções filosóficas e doutrinárias que influenciariam o pensamento da época, uma vez em que a educação trazia cunho positivista. Leigo e fiel colaborador de Dom Leme e do Centro Dom Vital, Jackson de Figueiredo era o responsável pela criação de uma *intelligentsia católica* que esteve durante toda a década de 30 e início de 40 ligado a grupos católicos (DELLA CAVA, 1972). Nesse grupo, Alceu Amoroso Lima vai abandonando os elementos conservadores do seu pensamento com base na tradição européia, substituindo-os pelos referenciais da filosofia católica de Jacques Maritain que havia palestrado no Brasil.

Esse grupo era considerado movimento de intelectuais católicos que, recebendo a influência de pensadores como Teilhard de Chardin, Louis Joseph Lebret, Emmanuel Mounier, Abbé Pierre, Henri de Lubac, Yves Congar, Dominique Chenu, John Courtney Murray e Edward Schillebeeckx, tornou-se ala renovada da experiência litúrgica (SOUZA, 1984).

Observa-se que no projeto desse grupo, sobressaíram diversas reflexões sobre o ideal e a consciência histórica, tingidos pelos impactos da crise da sociedade brasileira. Crises em diversos âmbitos, inclusive o religioso, social, pois a seca trazia êxodo, fome e miséria, principalmente na região do Nordeste do país.

Para entender a engrenagem da Ação Católica que originou a JUC, foi preciso compreender todo o aparato do pensamento da Igreja Católica e o empenho de Papas renovadores como Leão XIII que organizou não só o *Rerum Novarum*, mas o Concílio Plenário de 1899 dos Bispos da América Latina, com a presença de treze Arcebispos, sendo onze do Brasil, movendo ideais no pontificado de Pio X, Pio XI e Pio XII. De acordo com estudos realizados por Bento (1999), foram os papas reformadores que influenciaram a reforma na Igreja Católica:

Leão XIII condena a divisão de classes, que ocorre quando a classe detentora do capital (doadores de trabalho) explora a classe detentora da força-trabalho (trabalhadores assalariados). A existência dessas duas forças sociais com identidades diferentes, típicas das sociedades capitalistas, não representa em si mesmo um problema moral (BENTO, 1999, p. 82).

¹² **Jackson de Figueiredo Martins** nasceu em Aracaju no ano de 1891, sendo bacharel em Direito, dedicando-se à política e ao jornalismo. Foi ponto de referência na história do catolicismo brasileiro como organizador do movimento católico leigo. <http://doutrinacatolica.com>.

As medidas do Papa Leão XIII na Igreja marcaram a existência de uma nova consciência dos problemas sociais, defendendo o direito dos operários, admitindo uma correlação de forças entre patrões e empregados, eram notáveis. A sua posição estava voltada para reformar o sistema capitalista com ajuda de leigos e não destruir o capitalismo em si, reconhecendo a miséria imerecida de grande parte da população. Foi também essa correlação que marcou a ideologia do Papa Pio X, clamando a participação da ação dos leigos, elevando o Arcebispo do Rio de Janeiro (1897-1930), Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, à dignidade cardinalícia em 1905. Mas, com a saída do Papa Pio X, assume a Igreja, Pio XI que, a partir da *Encíclica Quadragésimo Anno*, chama os leigos de colaboradores católicos, defendendo a ideia de medidas macrossociais para a transformação da estruturação social.

O Papa assinou o Tratado de Latrão¹³, comprometendo a imagem do Vaticano, garantindo por meio deste documento a soberania do Sumo-Pontífice que o reconhecia como chefe de Estado. No entanto, foi no documento *Vigilanti Cura*¹⁴ de Pio XII que se define a cruzada providencial do apostolado, pregando discursos atraindo muitos leigos para a Igreja Católica, dando aos bispos um maior poder, modernizando a liturgia e missas que passaram a ser rezadas em línguas locais.

1.3 LUTA IDEOLÓGICA DO CENTRO DOM VITAL: PERCURSO E PARTICIPAÇÃO NAS AÇÕES CATÓLICAS

Esse amplo movimento católico no Brasil, sob a influência dessas reformas, conta com a presença de leigos, com a participação de jornalistas e políticos atuantes no país. No ano de 1921, é criado um centro de estudos sociais e religiosos – o Centro Dom Vital (CDV) –, que passa a funcionar no ano de 1922 (VILLAÇA, 2006).

¹³ A independência do Vaticano só foi reconhecida a 11 de Fevereiro de 1929, e retificado a 7 de Junho desse mesmo ano, por meio do Tratado de São João Latrão ou simplesmente Tratado de Latrão, assinado pelo ditador fascista Benito Mussolini e a Santa Sé, representada pelo cardeal Pietro Gasparri, secretário de Estado do papa Pio XI. O Tratado de Latrão formalizou a existência do Estado do Vaticano como Estado soberano, neutro e inviolável, sob a autoridade do Papa. Por outro lado, a Igreja Católica renunciava aos territórios que havia possuído na Idade Média e reconhecia Roma como capital da Itália. <http://www.diario-universal.com/2007/06/aconteceu/o-tratado-de-latrao/acesso> em junho de 2009.

¹⁴ Cf extraída do Boletim da Ação Católica nº 4, 1938, p 107-108.

Jackson de Figueiredo – apoiado por Dom Sebastião Leme¹⁵– representava a nova ala da Igreja, tendo importância nessa luta da Igreja Católica no Brasil. Reconhecido como revitalizador católico, caminhava ao lado de Dom Leme da Silveira Cintra - líder do Episcopado Nacional. O bispo erguia bandeira contra a ala acomodada do catolicismo, recuperando e consolidando espaços para a Igreja Católica na sociedade. Figueiredo era uma figura religiosa de espírito liberal, capaz de criar atitudes mais concretas dentro da atividade pastoral. Suas ações eram renovadoras e demonstravam força irresistível ao catolicismo, anunciando ser o Brasil um país essencialmente católico.

A posição defendida pelo padre Júlio Maria e outros distanciava a Igreja dos problemas concretos e da ação católica, fato que só começa a desaparecer com a iniciativa do Arcebispo de Olinda, Sebastião Leme. A volta ao plano das preocupações político-sociais se dá com a famosa Pastoral de 1916, quando o Arcebispo se interroga e mostra que os católicos formam a quase totalidade da Nação, mas, pergunta ele, é uma maioria cônica dos seus deveres religiosos e sociais? (CARONE, 1976, p. 12-13).

Reconhece-se nas figuras do Pe. Júlio Maria e de Dom Sebastião Leme, o teor de inovação do Centro Dom Vital¹⁶, quando denunciavam impasses entre a sociedade, os princípios da Igreja e o contexto sociopolítico e religioso. O Centro Dom Vital, condenava as tendências socialistas em prol das reformas cristãs, já que defendia a ordem com ação apostólica.

A ação de Jackson de Figueiredo e de seu grupo desencadeou-se num momento crucial da vida política e social do Brasil, tomado de uma febre revolucionária. A partir da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa. Alceu Amoroso Lima falava deste período como o que viu nascer três revoluções simultâneas e interdependentes. Do ponto de vista estético, foi o ano em que se realizou a Semana de Arte Moderna de São Paulo, ponto de partida incontestante do Modernismo estético. Como foi o ponto de partida da Revolução Política. Nele ocorreu o famoso episódio dos 18 do Forte, símbolo e realidade do primeiro movimento em prol da liberdade política, contra as formas de tendência autoritária de Epitácio Pessoa, Artur Bernardes e Washington Luís. Nesse ano começou, ou pelo menos se acentuou a luta do 'tenentismo' como o 'bacharelismo' e se delineou o assalto contra a República Velha, que se traduziria, na revolução vitoriosa de 1930 (BEOZZO, 1984, p. 22-23).

¹⁵ **Dom Sebastião Leme** assume a Diocese de Olinda em 1916 e permanece como Cardeal do Rio de Janeiro por um período de 12 anos (1930 a 1942), convivendo com o Papa Pio XI durante quase duas décadas (1922 a 1939).

¹⁶ **Dom Vital Gonçalves de Oliveira** um dos nomes fortes na questão religiosa do país e seu no Recife foi marcado por muitas tensões, sendo vivamente hostilizado pela Maçonaria que por sua vez sofria acérrima perseguição da Igreja Católica. Foi preso pelo Governo Imperial e levado aos tribunais, no Rio de Janeiro. Condenado a quatro anos de reclusão, não cumpriu a pena totalmente, beneficiado por uma anistia em 17 de setembro de 1875. Liberto, Dom Vital foi primeiro a Roma, onde o Papa Pio IX o acolheu como filho e herói. Ainda voltou a sua Diocese, mas estava muito debilitado pelas provações. Recolheu-se ao convento da Ordem, em Paris, aonde veio a falecer em 4 de julho de 1878. Ele foi figura central da Questão Religiosa de Pernambuco e do Brasil (OLÍVOLA, 1967).

Toda essa visão panorâmica desde o século XIX vem mostrar o empenho desses católicos para ampliar o projeto social com as ideias de revolução de pensamento contra as formas de dominação política. A situação dos trabalhadores, as mudanças, poderia vir a contribuir para uma melhor distribuição de renda no país, tudo isso abrindo campo para a instauração da Neocristandade.

Nesse âmbito, surge o pensamento do Pe. Lacroix¹⁷ voltado não só para um Brasil melhor, mas para um contexto com ações catequistas que pudessem promover a diminuição da pobreza e o equilíbrio da distribuição de rendas no país. O Pe. Lacroix, em suas falas julgava os padres brasileiros, acusando-os de estarem demasiadamente preocupados com assuntos de menor teor do que o religioso, representando uma afronta para a ala renovadora da Igreja Católica – e essa de imediato reagiu a suas críticas. Era o conflito dentro da própria Igreja, quando padres e bispos discutiam rumos da Igreja e as novas posturas do cristão.

É tomado por referência o fato da participação nesse contexto de escritores católicos – pensadores de uma reforma socioreligiosa –, reformistas que viam a presença comunista desde os anos de atuação de Leão XIII. O Centro Dom Vital, de forte importância no prelado do pensamento católico brasileiro, percebeu a presença do diálogo entre comunistas e católicos renovadores como trabalho de luta conjunta na sociedade. Desses conversos, alguns passaram a ser considerados na Igreja ‘cabeças católicas a serviço dos comunistas’ e isso gerava um desvio de forças e clima de tensão no âmbito da instituição. Interessante lembrar que esteve nas discussões do Centro Dom Vital, o combate às ideias maçônicas vindas desde os anos do Papa Pio IX (1782-1846) – representante do antiliberalismo na Europa – e os conflitos internos entre correntes ideológicas.

O Centro Dom Vidal, entendido pelo Cardeal Leme como ‘a maior afirmação da inteligência cristã em terras do Brasil’ (CASALI, 1995, p. 119), foi criado como um órgão destinado a aglutinar intelectuais leigos que desempenhariam o papel de elite intelectual da restauração católica. Sua liderança foi exercida por Jackson de Figueiredo, que foi sucedido, ao sobrevir sua morte prematura, em 1928, por Alceu Amoroso Lima, que assumiu a direção do centro tendo como assistente o padre Leonel Franca (SAVIANI, 2007, p. 181).

¹⁷ **Padre Lacroix** tem seus primeiros votos de pobreza, obediência e castidade em setembro de 1909, em Citar, na Holanda. Ordenado na Bélgica, segue imediatamente para a região africana hoje conhecida como Congo, onde ficou até 1915, quando vem para o Brasil e passa o resto dos seus 84 anos de vida. Caracterizou-se por um enorme idealismo e uma impressionante visão de futuro.

O Centro Dom Vital era seguidor da linha de pensamento antiliberal e era o responsável pela difusão do catolicismo e pelo diálogo entre o alto clero, bispos antiliberais, antimodernos ou não, e a sociedade perplexa com o advento do Comunismo tinha como tarefa árdua, não só o combate a ele, mas a captura de pessoas indecisas. Os padres tinham a função de incentivar e orientar os jovens à uma posturas religiosa e moral.

No Nordeste, o povo tinha em Padre Cícero Romão Batista, popular *Padinho Cicho*, um símbolo da salvação de seus problemas elementares, como fome, sede, falta de moradia e saúde. As secas nordestinas, no início desse século, tinham deixado marcas enormes – exemplo de um passado que somava problemas à população carente, ao tempo que seletos grupos asseguravam privilégios (ALVES, 1966).

Essas dificuldades, somadas a outras, foram abrindo campo para o trabalho desses pensadores no Centro Dom Vital. Desde o ano de 1922, o Centro vinha dialogando com grupos considerados de esquerda, tempo em que é fundado o Partido Comunista (PC) que iria atrair intelectuais e artistas para grandes discussões no país. O Centro atuava com base de gerência e estudos religiosos de documentos da Igreja e de cartas de bispos e cardeais. Entre os anos de 1920 e 1930, nomes expressivos estão inseridos no contexto do Centro, envolvidos com as questões sociais, políticas e econômicas do país.

Ora, se o mundo do capitalismo dava ideia do provisório, trazendo falta de tranquilidade para as pessoas, o Centro Dom Vital proporcionava círculos de leitura a amigos, momentos de espiritualidade e esperança, mas Jackson de Figueiredo morre afogado numa pescaria¹⁸ e Alceu Amoroso Lima (pseudônimo adotado por Tristão de Ataíde) assume a instituição.

A questão é que o Centro Dom Vital em mãos de Amoroso Lima não tinha os mesmos propósitos de Jackson de Figueiredo. A sua Revista *A Ordem* – de atuação marcadamente política – defendia interesses do Centro, e do outro lado, artistas plásticos e poetas como Ismael Nery, Murilo Mendes e Jorge de Lima se apropriavam do catolicismo para suas formas artístico-literárias no país,

¹⁸ Jackson de Figueiredo morre aos 37 anos de idade em 4 de Novembro de 1928, afogado na Barra da Tijuca, na Gruta da Imprensa, pescando num domingo de sol maravilhoso, diante do filho e de um amigo.

denunciando as formas de dominação existentes. E isso foi visível na Semana de Arte Moderna¹⁹.

O Centro Dom Vital se afastando das diretrizes políticas anteriormente defendidas e, atendendo aos interesses de Dom Sebastião Leme, cria, em 1929, a Ação Universitária Católica (AUC). A JUC surgiu no Brasil a partir da Associação Universitária Católica (AUC), que se reunia no Centro Dom Vital para aprofundar e trocar experiências sobre sua identidade religiosa. É nesse quadro social que estudantes católicos vibram e atuavam divulgando o consumismo presente na vida dos brasileiros, anunciando as mudanças nos padrões de vida do povo.

Observa-se ainda a participação do jornal A Bússola em edição publicada em 7 de janeiro de 1912, anunciava o apoio às famílias católicas nessa jornada – era um guia para essas famílias. Verifica-se em um dos seus números o seguinte discurso:

É a bússola um instrumento, cuja agulha aponta sempre para o norte, e do qual se utiliza o piloto para orientar o navio. [...] A nau da Igreja leva os seus passageiros para um porto que não deste mundo. A vida presente não é o fim do homem [...].

Como a família estava a serviço das mudanças de mundo e era vista frequentemente no Centro Dom Vital como baliza do catolicismo, funcionava como orientação cristã e preparo para a juventude voltada aos princípios religiosos que não poderiam aceitar novos regimes. Mas, além de promover estudos e discussões da doutrina religiosa, de combater as ideias do Comunismo, o Centro Dom Vital congregava, cada vez mais, intelectuais para a ação apostólica. E pode-se inferir que a mensagem do Centro Dom Vital aparece como um produto cultural com base na tradição que se dirige às diversas esferas da vida social, pondo em circulação um conjunto de ideias extremamente de cunho católico conservador, institucionalizado.

Assim, o número de padres e bispos em encontros organizava-se mais, contribuindo para reflexões sobre a situação nacional, o contexto político (leia-se Revolução de 1930) e o adentramento do Comunismo no país. Diante do exposto, o grupo católico estabelece base para a formação da Liga Eleitoral Católica (LEC) que entra em cena no ano de 1932 com intuito de preparar as eleições de 1934. A

¹⁹ **A Semana de Arte Moderna** de 22, realizada entre 11 e 18 de fevereiro de 1922 no Teatro Municipal de São Paulo, contou com a participação de escritores, artistas plásticos, arquitetos e músicos.

Liga apresentava aos vários partidos políticos um programa católico cujos tópicos cada candidato deveria se comprometer por escrito a respeitar, caso fosse eleito. Excepcionalmente, a LEC podia, sem prejuízo de seu caráter extra-partidário, apresentar ela mesma candidatos próprios, cumprindo o papel de orientadora dos fiéis católicos em vista da formação de seu juízo de cidadão diante de urna eleitoral. De fato, um dos mais importantes efeitos da LEC foi criar na maioria conservadora do Brasil uma consciência de sua própria força, constituindo o maior obstáculo para a entrada do Comunismo no Brasil. Isso explica a antipatia dos progressistas em relação à Liga, cuja atuação era por vezes criticada.

Na realidade, ou o Catolicismo conseguiria vencer nas urnas – e fazer progredir resolutamente o país no caminho de sua restauração religiosa – ou o socialismo extremado se apoderaria do país. Essas novas ideias influenciaram a vida pública de muitos intelectuais e políticos.

Alceu Amoroso Lima recorria à interpretação das falas de São Tomás de Aquino, sempre lembrado em reuniões, estudava a ideologia revolucionária de padres como Mauritian e Newman e promove vários debates no Centro Dom Vital. Nos Boletins da Ação Católica, percebe-se que essas ideologias resultaram na criação da LEC pelo grupo de Dom Sebastião Leme – organização forjada dos militantes do Centro – transformando o pensamento renovador católico. Por outro lado, católicos membros do Centro participaram da Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento que atuou no país de 1932 a 1937.

Mainwaring (1989) situa que a LEC “foi uma das expressões mais destacadas da Neocristandade criada por Leme em 1932 para orientar católicos como votar”. E não resta dúvida de que, durante esses anos, Dom Leme criara estratégias de pontes entre a Igreja e o Estado, enfrentando movimentos de diversos âmbitos, inclusive o da Escola Nova²⁰, que debatia ideias educacionais defendendo o ensino público gratuito e laico no Brasil.

O movimento estudantil jucista e operário representaram força jovem que pretendia construir uma nova educação no Brasil, responsáveis pela construção de uma nação moderna e para isso, contava com a participação de educadores renomados que transitavam entre o Centro, A Igreja Católica e os âmbitos acadêmicos. A proposta da Igreja era de expansão da educação por meio de

²⁰ **Escola Nova** é um dos nomes dados a um movimento de renovação do ensino que foi especialmente forte na Europa, na América e no Brasil. O manifesto contou com assinatura de educadores progressistas.

escolas católicas, defendendo a escola pública como obrigação do Estado. A presença de liberais conservadores como Fernando de Azevedo, ao lado de Lourenço Filho, Anísio Teixeira e outros novistas, resultou no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, lançado em 1932, documento que traz à tona concepções pedagógicas humanistas e a educação integral para todos.

Mediante a luta travada no campo educacional por diversos grupos de intelectuais organizados que transitavam no Centro e na Associação Brasileira de Educação (ABE), o Manifesto tornou-se um monumento de nossa memória educacional, pois traduzia, enquanto instrumento político as lacunas da sociedade brasileira. Um monumento no sentido atribuído aos materiais da memória coletiva e da história.

O Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova de 1932 é um dos documentos da história da educação brasileira que se consolidou como um momento de ruptura entre o velho e o novo.

De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa os historiadores (LE GOFF, 1996, p. 525).

Este movimento de renovação educacional cristalizou-se, sobretudo, com a cultura brasileira e todas estas diferentes iniciativas mostram a lógica de mudança no país. O pensamento da liberdade dos defensores de uma nova escola eram os promotores da mudança sob a égide do ensino público, gratuito, e laico.

A ideia de uma escola laica sob controle do Estado defendida pelos Pioneiros da Escola Nova não encontrava respaldo dos católicos que eram favoráveis à preservação da tradição. Nesse clima de divergências entre católicos e liberais, entre a escola privada e a pública, Dom Leme mostrou que tinha força política, alcançando êxito em candidaturas nas Assembléias Constituintes entre os anos de 1933 e 1934, quando apoiou políticos e educadores, via LEC. Além de obter parecer favorável à legislação, Dom Leme conseguiu reintroduzir a educação religiosa nas escolas do país. Estaria ele definindo o Estado como leigo?

Nesse período, o Centro havia apoiado o Movimento Pátria Nova²¹ que deu origem ao movimento integralista brasileiro. Todavia, havia diálogo do Centro Dom Vital com o Governo Vargas e isso era possível graças à sua plataforma de articulação com a Igreja propondo a institucionalização de um Estado forte, capaz de defender a Igreja Católica do Comunismo. O repúdio do Centro Dom Vital ao Comunismo manifestava-se em suas constantes denúncias contra a Aliança Nacional Libertadora em anos marcados pelas idéias de Amoroso Lima e Gustavo Corção – intelectuais atuantes no Centro, considerados tradicionalistas ortodoxos que mergulhavam nos debates entre Ciência, Estado e Religião, com forte campanha contra o Comunismo.

Entende-se que esse contexto nacional católico revelou a figura do então Cardeal Dom Sebastião Leme como homem de grande habilidade para o diálogo entre a Igreja, a política e os diversos setores da sociedade, mostrando a AUC como entidade para que os jovens estudassem Filosofia e Religião, afastando-os dos princípios do Comunismo. Amoroso Lima divulgava as ideias realizando palestras com certificados de participação aos jovens, atraindo-os para o Centro e ressaltando através da atuação destes – juntamente com muitos padres – o movimento que evidencia a figura do Pe. Leonel França, líder do movimento da Igreja.

Nesse ínterim, a transição pelos Governos de Rodrigues Alves (1902-1906), Afonso Pena (1906-1909), Nilo Peçanha (1909-1910), Hermes da Fonseca (1910-1911), Wenceslau Braz (1914-1918), Rodrigues Alves (1918-1919), Delfim Moreira (1918-1919), Epitácio Pessoa (1919-1922), Artur Bernardes (1922-1926), Washington Luís (1926-1930) ao lado da figura do Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro e Primaz do Brasil - Dom Sebastião Leme. No diálogo entre a Igreja e os Governos, o Arcebispo tinha forte influência com os presidentes, a exemplo de Washington Luís que recebeu como sugestão da Igreja, a idéia de deixar o Governo e, de imediato, o Palácio do Catete. Apesar da recusa, o Presidente é deposto pelo Movimento de 1930 via junta governativa provisória da Revolução,

²¹ **Pátria Nova** foi também o nome da revista que o movimento integralista lançado em manifesto de 07 de outubro de 1932, em São Paulo, visando à reestruturação do Estado brasileiro, com base em peculiar concepção dos indivíduos e da sociedade. O movimento Pátria Nova era liderado por católicos monarquistas, antiliberais e nacionalistas que além de lançarem a *Revista da Ação Imperial Patrianovista Brasileira*, em 1928, sob a direção de Arlindo Veiga dos Santos que fundaram naquele mesmo ano o Centro Monarquista de Cultura Social e Política Pátria Nova, sendo transformado, em 1932, no movimento Ação Imperial Patrianovista Brasileira, que pretendia fundar o III Império (na realidade III Reinado) no país.

representada por Augusto Fragoso, Isaías de Noronha e Menna Barreto. Esse conflito acaba chamando atenção do Agrupamento de Estudantes Católicos (AUC), reorganizado por Dom Leme.

Há de se lembrar que na missa em Ação de Graças ao Governo Vargas, Dom Leme pede o restabelecimento da paz nas famílias, pela atuação da AUC e o do próprio Presidente Getúlio Vargas o apóia. Este é um dos trechos de seu discurso²²:

A data de hoje transcorre, com as imponentes cerimônias litúrgicas que se estão a celebrar, festejando a inauguração do monumento do Cristo Redentor, ficará nos anais do catolicismo como um dia enaltecido por alta, significativa e eloquente afirmação de fé. Do país inteiro e ainda de vários outros pontos do continente acorrem à formosa capital do Brasil, guiadas pelos báculos pastorais de cinco dezenas de veneráveis prelados, milhares de peregrinos cristãos, os quais, nesta manifestação de crença que redundará também numa demonstração de fraternidade, trazem a oblata das suas preces contritas ao Cristo-Rei (DIÁRIO DA NOITE, 1931).

Hoje, às 16 horas, começará na praia de Botafogo, a inauguração oficial do Monumento a Cristo Redentor. Nessa ocasião proferirão breves palavras, D. João Braga, Arcebispo de Curitiba; D. José Pereira Alves, Bispo de Niterói; Cônego Dr. Henrique Magalhães, professor Alcebiades Delamare Nogueira da Gama, da Faculdade de Direito e Mario Michelotto, em nome dos operários católicos. Logo após, a estátua monumental de Cristo Redentor será iluminada da Itália, pelo senador Marconi. Em seguida à iluminação, haverá um grandioso préstimo luminoso em honra de Cristo Redentor. Desfilarão as Ligas Católicas, podendo no mesmo tomar parte todos os católicos, munidos de lanterna (DIÁRIO CARIÓCA, 1931).

O cortejo luminoso será em terra e no mar, porquanto os pescadores fiéis às tradições do nosso povo darão o seu concurso, comparecendo em os seus barcos. Além do mais também as lanchas e outras embarcações aderiram. A nossa marinha também concorrerá para o maior brilho da festa, iluminando especialmente alguns dos nossos vasos de guerra (...) (A ESQUERDA, 1931).

A estratégia da Igreja era a intensa campanha para a inclusão cada vez maior dos leigos, ao mesmo tempo em que dialogava com a sociedade, combatia a influência comunista com apoio dos militares e do setor conservador do Centro Dom Vital. Isso também fica claro quando antes, em 12 de outubro de 1931, Dom Leme inaugura o Cristo Redentor no Morro do Corcovado, no Rio de Janeiro, contando com a presença do Presidente Vargas e do seu Ministério, resultado de um acordo entre Estado e Igreja que, apesar de separados, mantinham proximidade e relações. É de Dom Leme a frase: “Ou o Estado reconhece o Deus

²² Cf pesquisa nos Jornais: Diário da Noite, Diário Carioca e A Esquerda.

do povo, ou o povo não reconhece o Estado”. Assim foi que no regime de Vargas se intensificaram os esforços por uma redefinição dos vínculos entre o Estado e a Igreja Católica Nacional, culminando com a aproximação de ambos (LAUERHASS, 1986).

A postura de Dom Leme ao lado de intelectuais, o esforço da Igreja em traçar suas estratégias de domínio, o diálogo entre o Estado e Igreja, ampliam espaço para a participação de jovens em ações universitárias católicas.

O trabalho com universitários, entretanto, começou no Centro Dom Vital, antes de se integrar na Ação Católica. Assim, foi sob a influência do Centro Dom Vital e de seu novo presidente, Amoroso Lima – anos mais tarde presidente da Ação Católica -, que surgiu, em 1929, a Associação dos Universitários Católicos (AUC) (BEOZZO, 1994, p. 23).

O religioso adentrava na arena política brasileira, e a figura de Dom Sebastião Leme trouxe, através das Cartas Pastorais da Igreja (datadas de 07/1916 e 01/1925), o modelo de Neocristandade, defendendo a união da igreja com o Estado. Entende-se que o ingresso dos estudantes leigos, as questões sociais e políticas, e o quadro de acumulação de capital em mãos de poucos, era campo aberto para as ações de esquerdas - sejam católicas ou comunistas, inseridas na valorização humana e na mudança social.

Ora, o pensamento renovador dessa juventude, os padres e bispos sinalizavam desde o século XIX, o real panorama de discussão sobre a miséria e a omissão do Estado brasileiro pela falta de combate às desigualdades sociais.

O Vaticano encorajou os esforços da Igreja brasileira para fortalecer a presença da Igreja na sociedade, especialmente durante o papado de Pio XI (1922–1939), cuja visão da Igreja e da política aproximava-se à de Dom Sebastião Leme. Sob Pio XI, os movimentos da Ação Católica tornaram-se peças-chaves dentro da Igreja. Pio XI julgava os partidos políticos como sendo demasiadamente divisionistas, mas, mesmo assim, buscava alianças com o Estado para defender os interesses católicos. Ele apoiou diretamente e encorajou Dom Sebastião Leme em seus esforços para promover uma restauração católica (MAINWARING, 1989, p. 43).

A Doutrina Social da Igreja Católica brasileira vinha se afirmando, ao passo em que surgiam novos convertidos e correntes de pensamento contra a capacidade do Estado em gerenciar a situação do povo brasileiro. Como visto, a Ação Católica Brasileira formou – através de Dom Leme, de um seleto grupo de leigos e apoio de representantes da intelectualidade católica – uma corrente com intuito de ampliar o catolicismo e combater essas desigualdades.

A recristianização, que aproximava a Igreja de regimes totalitários, caminhava em passos largos de negociação no Governo Vargas, o que acaba fortalecendo a ideologia católica no país, ao tempo em que se firmava o Partido Comunista do Brasil. Grupo que contava com apoio da III Internacional Comunista²³ centralizando o movimento no país, o que ofendia a Igreja Católica em seus princípios. Os comunistas, desde que se organizaram no Brasil a partir de 1922, não deixaram de se organizar contra a democracia burguesa, dentro do entendimento de que só o proletariado seria capaz de solucionar as questões sociais do país. Nesses anos havia a participação nacional de mulheres que deixavam os conventos para o ingresso em cursos universitários e em movimentos sociais e isso era condenado pelos princípios da Doutrina da Igreja. Isso é visto na leitura de documentos:

Enquanto eles não se encontrem em ambientes mais corrompidos, é, relativamente fácil que conversem o fervor dos antigos tempos do Catecismo ou do Colégio, com aquela fácil e espontânea inclinação para as coisas da piedade e racional (BOLETIM DA AÇÃO CATÓLICA N° 4, p 322).

Com efeito, a Igreja mostra que há perigo na sociedade e o prelado está voltado para a atuação dos grupos católicos. A Juventude Feminina Católica (JFC) que já atuava no ano de 1932 é um exemplo disso, pois as moças ingressavam na Igreja como setor especializado para cruzada ou milícia cristã.

1.3.1 A cruzada anticomunista movida pela Liga dos Católicos: uma questão circulante

Dom Leme ganha força no cenário entre a Igreja e o Estado, isso porque como bom articulador, produz discursos enfatizando o respeito e a obediência à hierarquia religiosa e, ao mesmo tempo, mostra a necessidade de manutenção da ordem cristã, combatendo o Comunismo. O Boletim da Ação Católica nº 2 mostra o ABC da Ação Sobrenatural onde há diretrizes a serem seguidas pelos jovens

²³ A III Internacional, ou *Comintern*, representou durante esses anos uma organização destinada a apoiar as revoluções proletárias e socialistas em todo o mundo. Chegou a alcançar um de seus principais objetivos, ao contribuir decisivamente para a formação em diversos países das frentes únicas democráticas contra os fascistas.

leigos, com lições e atividades assinadas por Alceu Amoroso Lima, o então Presidente da junta Nacional da Ação Católica Brasileira (ACB), lista de filmes com classificação moral e propósitos. Formas de controle do grupo.

E se as ações eram controladas pela Igreja, as relações entre Dom Leme e Alceu Amoroso Lima definem-se via Ação Católica Brasileira e Liga Eleitoral Católica (LEC)²⁴, ao lado da AUC que se tornava uma cruzada que vinha promovendo discussões políticas e sociais com missão de ampliar as consciências individuais e sociais. Nesse momento, a atuação dessa juventude de esquerda católica no país aumentava gradativamente entre apoio à Igreja e ao encantamento pelas ideias do Comunismo.

Não resta dúvida que a LEC tinha em seu bojo a palavra eleitoral, além do Centro Dom Vital estar com representatividades nas capelanias nos âmbitos militares e hospitalares, inserindo-se em suas discussões e coligações políticas.

Havia a leitura de um texto de antemão escolhido. Leitura bem feita, clara, expressiva. Comentário preciso sobre dois pontos: sentido das palavras expressões não compreendidas, alcance de formação do trecho todo. É bom que todos os membros tenham conhecimento do trecho com antecedência para que o tenha estudado, possam comunicar aos outros suas descobertas (BOLETIM DA AÇÃO CATÓLICA, 1938).

Em 1932, a ação ganha impulso com o desempenho da Liga e é criado o Instituto Católico de Estudos Superiores (ICES), no Rio de Janeiro que contou com a colaboração de uma esquerda católica representada por freis como Pedro Secondi, Tomás Keller, Martinho Michler e Amoroso Lima, Diretor do Centro Dom Vital, ingressa na luta, seguindo a linha do humanismo integral de Jacques Maritain²⁵ enveredando em posturas de esquerda contra o Totalitarismo. Essa aproximação gera mudança de posicionamento político de algumas pessoas como Gustavo Corção – ex-comunista que mudara de ideário em contato com intelectuais católicos.

Sem dúvida, era uma luta ideológica entre fé e política. No entanto, mais adiante Corção acaba deixando a luta e volta-se para alianças com o jornalista

²⁴ Em 3 de maio do ano de 1933, realizavam-se em todo o país as eleições para a Constituinte Federal. Concorreram antigos partidos remanescentes da República Velha, ao lado de agremiações políticas e sociais surgidas após a Revolução de 1930. Entre estas, como grande revelação, se destacou a **Liga Eleitoral Católica (LEC)**. Até então, o Brasil era regido pela Constituição de 1891, imbuída de um espírito laico, positivista e anticlerical.

²⁵ **Jacques Maritain** (1882/1973) - filósofo francês de orientação católica tomista. Suas obras influenciaram a ideologia da Democracia cristã.

Carlos Lacerda da União Democrática Nacional (UDN), convertendo-se ao catolicismo e assistindo Lacerda escrever no Jornal A Tribuna sua posição ideológica divergente (VILLAÇA, 2006). Amoroso Lima que estava nos Estados Unidos, soube dos impasses e rompimento de Corção com Lacerda, líderes de grupos politicamente divergentes. Nesse ínterim, ocorreu a II Guerra Mundial e muitos integrantes do Centro Dom Vital, da AUC e da LEC afastaram-se da linha ideológica mantida anteriormente.

Corção critica a postura de Dom Helder Câmara em público, alegando que este andava difamando o Brasil na Europa em favor de posturas condenáveis do Socialismo, reprimindo movimentos de esquerda. Dom Helder seguia o pensamento religioso de Emanuel Mounier, Teilhard de Chardin, Le Bret – defensores dos oprimidos, procurando diminuir os efeitos selvagens do Capitalismo e as ideias socialistas não eram propícias para essa linha de pensamento, todavia, Corção questionava a justificativa. Mesmo com as críticas feitas a Dom Helder, a Liga dos Católicos expandia e firmava seus ideários, convertendo muitos intelectuais e políticos, rompendo com aqueles que não defendiam as reais mudanças planejadas pela Liga.

Os embates com cristãos renovados conservadores se impuseram no contexto nacional e a JUC teve suas raízes na história entre embates da Associação de Universitários Católicos (AUC) - que nasceu com o Centro Dom Vital na década de 1920 e se incorporou na Ação Católica Brasileira (ACB).

Isso implicou numa luta ideológica entre católicos, conservadores e a filosofia revolucionária que defendia os direitos em relação à propriedade, à luta de classes, à revolução e a questão religiosa atuava entre esses grupos. Torna-se importante lembrar que parte da Igreja e setores burgueses não se firmavam nesses projetos, pois o Comunismo contrariava a ordem vigente, apesar de grupos reconhecerem que a sociedade capitalista era negação radical dos desígnios cristãos, campo bom para proliferação de outros regimes como o Socialismo e o Comunismo (SALLERON, 1979).

A posição da Igreja brasileira era bastante ‘confortável’ com prestígio nacional, abundância de instituições católicas, domínio da educação secundária, existência de Ações Católicas. Padres de mosteiros como o de São Bento em Salvador, contam que em pregações travaram uma espécie de guerra litúrgica a setores opressores.

Nos dias de reunião tínhamos que nos preparar para orientar estes leigos para que fossem agentes multiplicadores da palavra de Deus. Com a chegada do regime militar, desempenhamos o papel de protetores de nossos jovens e apesar de muitas pessoas falarem que a Igreja recuou, pelo contrário: nós ajudamos a libertar muitos deles (DEPOENTE D).

O apoio dos beneditinos e dominicanos, a exemplo de Frei Romeu Jorge Dale²⁶ foi determinante na organização das ações católicas. No entanto, alguns padres da linha conservadora viam as idéias renovadoras de Jacques Mauritian²⁷ como perigosas às famílias. Advogavam a importância de a classe política dirigente atuar de forma concreta em prol do bem comum, no entanto, nunca propuseram uma sociedade igualitária como a pleiteada pelos comunistas, acreditando que as políticas sociais poderiam sim respeitarem as diferenças individuais, tratando cada um segundo seus méritos.

Porém as ideias do Comunismo²⁸ já estavam no país. O acesso a textos de filósofos, as novas ideias de padres libertadores era motivo de preocupação a grupos conservadores. Surgia entre os anos 40 e 60 na juventude católica, uma espécie de 'catolicismo social de fato', inspirado em grande parte, por Dom Hélder Câmara que via os setores juvenis como ícones de luta e liberdade.

E essa ambigüidade trilhava entre as motivações defensivas da Igreja conservadora e o ideário de luta da juventude católica animado pelo método de revisão de vida do Pe. Cardijn - ver, julgar e agir, ou seja, o perceber e intervir rapidamente na realidade do país que deveria ser transformado.

Em Recife, padres escreviam em jornais e revistas e muitos acusavam os colegas de capitanear através de idéias revolucionárias os jovens católicos que acatavam a ideologia de esquerda revolucionária comunista. Eram dias bons de luta, mas as reuniões estavam ficando muito polêmicas pela divisão de pensamento (DEPOENTE B).

Este método objetivava a formação de pessoas para a inserção em movimentos missionários católicos. Nesses anos havia uma forte migração de

²⁶ **Jorge Dale** foi secretário da Juventude Universitária Católica (JUC), por onde passaram estudantes cristãos que mais tarde, muitos deles, lutaram contra a ditadura militar, compondo a esquerda guerrilheira ou não. É autor de várias obras sobre comunicação cristã e coordenou o grande dossiê chamado As Relações Igreja-Estado no Brasil, editado pela equipe do Centro de Pastoral Vergueiro (CPV) e Editora Loyola.

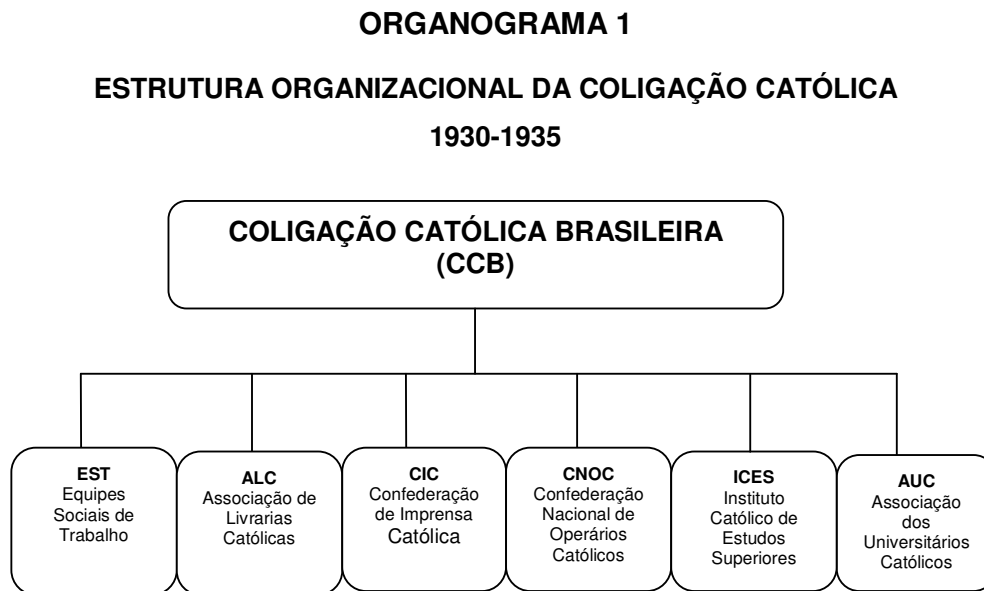
²⁷ Filósofo francês oriundo de família protestante, Maritain converteu-se ao catolicismo em 1906. A influência do catolicismo fez aprofundar-se nos estudos filosóficos de Tomás de Aquino

²⁸ Naqueles anos, não havia nenhuma lei especial que regulamentasse a organização e o funcionamento de partidos políticos como tais. Assim, o **Partido Comunista do Brasil** foi registrado sob o título das sociedades civis, o qual foi publicado no Diário Oficial da União a 07/04/1922. Este partido tinha a sigla PCB, mas chamava-se Partido Comunista do Brasil. Em 1961, mudaria seu nome para **Partido Comunista Brasileiro**, mantendo a sigla.

adeptos ao Cristianismo para novas religiões que, segundo a Igreja Católica, eram imediatistas e assistencialistas. A partir daí, a Igreja Católica cria movimentos com segmentos diferenciados, abraça a mocidade católica, organiza o especializado de mulheres, da classe média, do operariado, da juventude e outros segmentos, abre novas vertentes para o movimento dos jucistas.

1.3.2 Estrutura organizacional da Coligação Católica e alianças da juventude

O Boletim da Ação Católica nº 4 mostra que a coligação desenvolveu movimentos de grupos, uma espécie de árvore com ramos. Alguns combatiam o Comunismo como a Aliança Feminina iniciada em 1919; a Congregação Mariana, criada em 1924. A possibilidade da chegada do Comunismo encontrou no país, resistência de grupos ligados à Igreja, especialmente alguns setores femininos, contrapondo-se ao grupo da Neocristandade que, através de sua sistematização, cria a Coligação Católica Brasileira (CCB), resultado de uma confluência de seis associações representativas da esquerda católica.



Fonte: autora, com base nos estatutos pesquisados do Boletim nº 4, p 338-339.

Essas equipes seriam ajudadas pelo exercício espiritual e cada uma teria um patrono santo, inspirador das ações. Os jovens iniciantes das Equipes Sociais de Trabalho (ESTs) eram chamados de 'benjamins' e deveriam estar em comunicação direta com os articuladores e delegados do grupo, num trabalho paciente para futura diplomação e atuação.

Bem preparados, serão, ao contrário, um fermento de ótima qualidade, dando os melhores pelo bom exemplo, pelo zelo, pela disciplina. Nas paróquias em que não é possível começar imediatamente por um grupo de sócios efetivos, será mais prático iniciar com aspirantes o movimento da JCB (BOLETIM nº 4. p 332).

Grupos de trabalho para multiplicar atuação. Formava-se uma esquerda católica a partir de 1930 que representava o agrupamento de leigos no trabalho social por áreas afins – a Associação de Livrarias Católicas (ALC), a Confederação de Imprensa Católica (CIC) e as Equipes Sociais de Trabalho (EST) –, grupos com liderança de padres cuja hierarquia religiosa (leia-se ala esquerda católica) trabalhava conjuntamente em ações inseridas no novo projeto da Neocristandade; paralelamente, a Confederação Nacional de Operários Católicos (CNOC) e o Instituto Católico de Estudos Superiores (ICES) inaugurado em 1932 e a AUC (Associação dos Universitários Católicos), esquerda católica de forte atuação em diversos setores da sociedade.

A ascensão dessas equipes de atuação, ganha impulso em 1932 trazendo contribuições através de estudos e publicações religiosas com teor filosófico. Por outro lado, Salem (1982) diz que o intuito era de impedir ideias comunistas afetassem aos princípios da Igreja e as reflexões seriam vistas como benignas para a juventude que se firmava no âmbito político e social. É tomado por referência o fato de que a AUC, apoiada por essa Coligação, seria o suporte da recatolicização das famílias brasileiras, passando a dar um apoio maior à Neocristandade, lema defendido como princípio de moralidade católica e adoção de conscientização cristã, com conduta anticomunista. Pelo movimento da esquerda no país, havia notícias de uma possível chegada do Comunismo, regime já implantado na União Soviética. E essa mudança poderia ameaçar a tradição vigente e os interesses de grupos hegemônicos, já que seria profunda.

Começava a fase cultural do movimento católico no Brasil. Jackson fora a fase política ou de preocupações absorventemente políticas. O bernadismo. A oposição sistemática às revoluções precursoras da Revolução de 1930. A pregação da ordem contra a desordem, ou o espírito de sedição (VILLAÇA, 2006, p. 15).

Pode-se dizer Brasil vivia um processo político que vinha atravessando sucessivas fases: desde a inovação do Centro Dom Vital até a participação da juventude em variados setores. Seria o início da consolidação de uma frente de luta inovadora? O modelo econômico atuante no país trazia consigo a ascensão de grupos que viriam determinar, futuramente, os rumos econômicos do Brasil?

A evolução da Igreja, face ao tempo e ao país, não pode incriminá-la como organização de agitação ou de ação política. Sua participação nos problemas sociais é não mais que uma decorrência da conexão entre a instituição e o contexto histórico brasileiro, sua cultura e o desenvolvimento do seu povo. É, portanto, imprescindível reconhecer que, ao se institucionalizar em determinada região, a Igreja adquire colorido temporal, isto é, étnico e cultural. Aos seus elementos transcendentais, supratemporais, acrescentam-se os variados e mutáveis aspectos de uma população. Desta forma, o catolicismo, como outras denominações do cristianismo ao se tornarem Igreja particulares, adota formas sujeitas a se modificarem com o correr dos tempos. Forma-se então uma estrutura eclesiástica com aspectos próprios, originais, ao lado dos elementos que são comuns à Igreja em qualquer lugar (ALVES, 1966, p. 38).

Sem dúvida, pareciam coerentes os caminhos que a Igreja manteve nessa dinâmica social e política, com postura notória dentro de um cenário de mudanças na política nacional. Com esses valores latentes, o Capitalismo via burguesia, tinha o imediato e o provisório como marcas determinantes de exploração. E a efetiva atuação da juventude católica no plano social e religioso num país em conflito preocupava a burguesia e o laicato articulado ganharia expressão política.

No caso do Brasil, Alves (1996) a estrutura eclesiástica chegou até a denunciar casos abusivos, focalizando que o modelo político e social já não respondia aos anseios do povo brasileiro.

A preocupação em explicar as relações sociais a partir das bases materiais, apontando a historicidade de fato social e do fato econômico, colocava em xeque a visão mitológica que impregnava a explicação histórica dominante. É o início da crítica à visão monolítica do conjunto social, gerado no período oligárquico da recém-derrubada República Velha (MOTA, 1994, p. 31).

As oligarquias nacionais há anos preservavam o modelo e a tradição ao lado da Igreja e no Governo de Vargas, as estratégias de articulação e o controle

constituíam características de período Totalitário. Com efeito, essas ações transformariam o país e como ficariam as bases das velhas oligarquias? Pode-se sintetizar que o campo de renovação não se mostrava propício não só a este velho grupo do Brasil, mas aos princípios da Igreja Católica, que apesar do clima de mudança que vinha se arrastando desde o século XIX, não aceitava transformações radicais.

Apesar do contexto desses anos, o papel da Igreja nessas associações, bem como os efeitos do Centro Dom Vital no cenário político-social, o integralismo toma espaço para desobediência às autoridades constituídas, marcas de conflitos e mudanças radicais. Sendo assim, diante dos impasses com as ações renovadoras e ligações com os ideais comunistas, a Igreja Católica e o próprio Dom Leme não mais elogiavam o Presidente da República voltando seus sermões ao perigo do comunismo.

Será, então, que as interferências das Associações Católicas acentuaram-se mudanças e divisões ideológicas? Entende-se que o conjunto de forças conservadoras interessadas no fim do governo de Vargas, consideradas advindas da oficialidade do Exército (os tenentes da situação) e oligarquias estaduais (como a gaúcha, a baiana e a paraibana), se aliaram à burguesia industrial, ocupando espaço na vida econômica nacional e esses novos grupos incomodavam. Além de grupos lutando para a conquista do espaço político, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) – fundado em 1922 –, o Partido Democrático (PD) – fundado em 1926 –, as lideranças anarquistas e sindicalistas presentes nas lutas sociais e as forças conservadoras resistiam de toda forma.

O Estado Novo concentrou a maior soma de poderes até aquele momento da história do Brasil independente. A inclinação centralizadora, revelada desde os primeiros meses após a Revolução de 1930, realizou-se plenamente (FAUSTO, 2003, p. 366).

O Estado Novo sentiu os reflexos de anos de práticas centralizadoras presentes na esfera política, a exemplo do Centro Dom Vital, contrapondo-se a ilegalidade do PCB que colocava Luis Carlos Prestes e Otávio Brandão no Bloco Operário Camponês (BOC), como força democrática opositora às oligarquias nacionais. A atuação do BOC criou, em janeiro de 1927, o Jornal A Nação e notadamente os comunistas tinham sob sua influência um diário de grande

circulação. Essa foi uma das tentativas de organização de uma 'Frente Única' operária e socialista para concorrer às eleições no país.

Ora, o Estado getulista assumia o papel de agente do desenvolvimento econômico, comprando café e controlando o preço do açúcar nacional, tomando medidas que favoreceram o crescimento de muitos setores no país. É significativo observar que o crescente interesse do governo Vargas em promover a industrialização do país. Pois bem: a política de Vargas pensou na garantia dos direitos civis, abrindo campo para a atuação da esquerda no país, mas isso, representava estratégia de dominação política, tendo como principal objetivo o apoio do povo, a manutenção do seu poder. E Vargas, ao tomar o poder, destituiu governadores e nomeou interventores de sua confiança, garantindo a autonomia federalista dos estados, traço do Totalitarismo presente em seu Governo.

1.3.3 O Estado Novo, o clima golpista e a ressignificação identitária das Ações Católicas

Registra-se que em junho de 1935, a organização da Ação Católica Geral (ACG), oficialmente instituída de fato no Pentecostes – símbolo da união, de alegria e ação conjunta – tempo em que eclodiam revoltas lideradas pelos comunistas e reações por parte do Estado Getulista. Ainda no ano de 1935, após a Intentona Comunista, o Presidente decretou estado de sítio, que deveria vigorar apenas sessenta dias, mas se estendeu até junho de 1937 (FAUSTO, 2003).

Em março de 1936, a polícia invadiu o Congresso Nacional e prendeu parlamentares acusados de pertencerem à Aliança Nacional Libertadora. Criou-se, em setembro de 1936, o Tribunal de Segurança Nacional (TSN), extensão do Judiciário, controlado pelo Executivo, visando a julgar os participantes da Levante Comunista²⁹. A partir de então, Vargas consolida sua aliança com militares, empresários, Igreja e integralistas e, aproveitando-se dos impactos do momento, em 1937. Entre 1937 e 1945, duração do Estado Novo, Getúlio Vargas deu continuidade à estruturação do Estado, orientando cada vez mais para a

²⁹ Também denominado de **Intentona Comunista**, o movimento armado deflagrado em Natal, no Recife e no Rio de Janeiro tinha por objetivo derrubar Vargas do poder e instalar um Governo popular chefiado por Luís Carlos Prestes. Sem contar com a adesão do operariado, e restrita às três cidades, a rebelião foi rápida e violentamente debelada. A partir daí, uma forte repressão se abateu não só contra os comunistas, mas contra todos os opositores ao sistema vigente no governo.

intervenção estatal na economia e nacionalismo econômico. Foram criados nesse período o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Fábrica Nacional de Motores (FNM), entre outros.

O clima golpista volta a se acender em setembro de 1937, quando foi apresentado à Nação um documento do Governo sobre uma suposta nova revolta que eclodiria em breve no país, com a tomada de poder pelos comunistas. E foi nesse contexto que os jovens católicos foram se organizando para uma efetiva luta. Anuncia-se a descoberta do Plano Cohen³⁰, segundo o qual os comunistas preparavam um ataque ao Brasil.

Nesse ínterim, os aliados de Vargas noticiaram a descoberta de um plano terrorista atribuído aos comunistas – fato que causou grande impacto a Igreja Católica e ao governo por envolver jovens do apostolado. Porém, constata-se que o plano era falso, servindo de pretexto para que Vargas pudesse dar um Golpe de Estado e instituir uma Ditadura – período que ficou conhecido como o Estado Novo.

Vargas então apresentou à Nação uma nova Constituição e, por meio do Golpe, defendeu a ideologia política de acusação ao Comunismo com apoio de setores médios da população. Em 1938, acontece a divisão interna integralista que vai explicar mais adiante a fraqueza do movimento, quando Plínio Salgado se encontra secretamente com Francisco Campos e este faz a leitura da ‘Polaca ou da futura Carta Constitucional de novembro de 1937’.

A maioria dos chefes da Ação Integralista Brasileira (AIB) ignora o encontro, surgindo divergências internas. Contudo, a influência do Integralismo na sociedade brasileira e nas Forças Armadas atingiria amplíssimas áreas e tocaria profundamente o povo brasileiro (CARONE, 1976). Nesta perspectiva, os comunistas, os movimentos sociais atuantes e os governadores pressentiam o fato, veiculando uma propaganda tenaz contra os princípios ensinados pelos integralistas – os mesmos princípios políticos que serviam em grande parte à nova estrutura constitucional do país –, todavia, isso impulsiona os grupos católicos que abrem espaço para discursos sobre o momento.

³⁰ Elaborado na verdade pelo Capitão Olímpio Mourão Filho – Chefe do Serviço Secreto da Associação Integralista Brasileira (AIB) e oficial lotado no Estado-Maior do Exército (EME). Anos depois, Mourão Filho se tornaria figura de proa no golpe militar de 1964, já como General, quando, no comando da 4ª Região Militar e da 4ª Divisão de Infantaria do I Exército, sediados em Juiz de Fora (MG), deu início ao movimento de tropas que afastou Goulart da Presidência, marchando para o Rio de Janeiro. Cf. site da Fundação Getúlio Vargas em: <http://www.cpdoc.fgv.br>

O fato é que o suposto ataque comunista criou um estado de alerta no país, as eleições foram suspensas e em novembro de 1937, Vargas anunciou pelo rádio a decretação de uma nova fase de governo.

A Ação Católica será marcada pela realização, no plano diocesano, regional e nacional, das Semanas de Ação Católica. Desde 1938, é editada a revista nacional Ação Católica, órgão oficial da Igreja Católica Brasileira, sob a responsabilidade da Junta Nacional da AC, no Rio de Janeiro (BEOZZO, 1984, p 33).

Vale à pena ressaltar que nesses anos, a Igreja volta a dialogar com o Estado Novo no combate ao Comunismo, mas estava perdendo campo – que atingiu o seu apogeu entre 1930 e 1945 – período em que se estreitaram os laços entre ambos, mas, devido a um estilo de governo totalitarista de Vargas, não firmam muitos acordos, salvo a construção do Corcovado no Rio de Janeiro. Nesse processo, a Igreja Católica, como resultado das discussões sobre o papel social que deveria ser exercido pelos cristãos, abre espaço para os políticos progressistas que participam dos diálogos defendidos pela Igreja em prol das camadas mais carentes. Eram leigos, parte do clero católico e políticos progressistas engajados no sentido de transformar a Igreja hierárquica e paroquial numa Igreja ainda verticalizada pela hierarquia do Papa, dos Cardeais, Arcebispos e Bispos que faziam parte da Comissão Pastoral (BOLETIM DA AÇÃO CATÓLICA Nº 4, 1937).

Porém, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1939, Vargas manteve um posicionamento neutro até 1941, quando da assinatura do acordo entre Brasil e Estados Unidos e após o torpedeamento de navios brasileiros por submarinos alemães, em 1942, declaram o estado de guerra à Alemanha, Itália e Japão - países do Eixo. Em novembro do ano seguinte, Vargas cria a Força Expedicionária Brasileira (FEB), cujo primeiro escalão foi mandado em julho de 1944 para combater na Itália. Com o término do conflito em 1945, as pressões em prol da redemocratização ficaram mais fortes, uma vez que o regime do Estado Novo não se coadunava com os princípios democráticos defendidos pelos países aliados durante todo o conflito.

Com todo esse clima de tensão, aconteceu um avanço no pensamento dos estudantes e operários católicos e a Ação Católica agora especializada se reorganiza no ano de 1950, nas chamadas Ações Especializadas que eram associações que lutaram fortemente no país pelos Direitos Humanos.

A família se apresenta como importante fonte divulgadora de informações dessas associações, mostrando os aspectos negativos da sociedade e a religião teria uma função de efetuar essa renovação indispensável para a juventude brasileira. Nessas Ações Católicas, as famílias eram divididas em: famílias de sócios efetivos, famílias de militantes, famílias de dirigentes e famílias propagandistas. Segundo o Boletim nº 4, as especializadas famílias se acomodariam às circunstâncias e condições de vida, definindo a inserção dos jovens nessas ações, entronadas na Igreja.

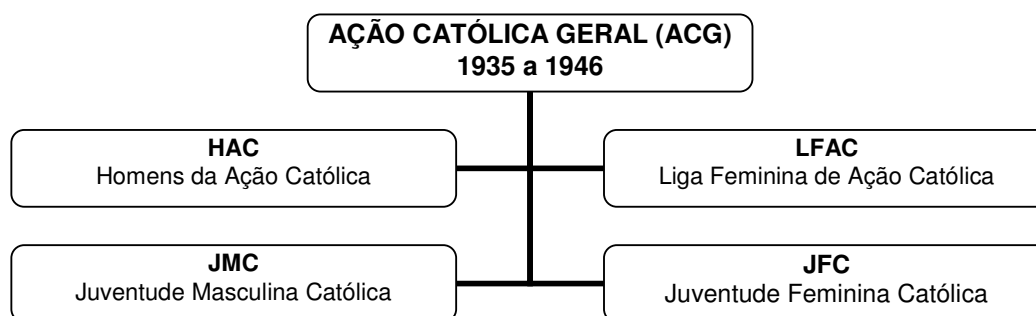
Ainda segundo estatutos da Ação Católica, as categorias/famílias tinham o compromisso regular do apostolado, sendo admitidas para que colaborassem com as obras econômico-sociais da Igreja, as famílias militantes para exercerem no território paroquial e as ações mais efetivas, as famílias sócios dirigentes que faziam parte do Conselho Diocesano com aplicação de cursos, pois não bastavam discursos, mas ações, as famílias propagandistas que tinham o delicado trabalho de formação dos simples dirigentes, organizando grupos de atuação. Essas famílias eram entronadas pela Igreja desempenhando papel de guardiãs das missões católicas e da pátria (ESTATUTO AÇÃO CATÓLICA, 1937).

A Juventude Católica Brasileira/JCB foi, portanto formada por ‘moços’ que contribuíram para a luta contra o mal, na defesa da virtude, no apostolado pelo bem das almas e glória de Deus e deveriam ser distribuídos pelas condições e classes familiares. Daí a idéia de ações especializadas mostradas abaixo.

ORGANOGRAMA 2

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL AÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA

1935-1946



Fonte: autora, com base nos estatutos pesquisados no Boletim 4, 1937, p 18

Grupos organizados a partir de agrupamentos de homens e mulheres, obedientes aos Estatutos da Ação Católica Italiana, modelo que seguia os preceitos de acordo com as encíclicas. As subdivisões surgiram com a intenção de facilitar as equipes de trabalho e coordenação de cada setor. Assim foram organizados: a) Homens da Ação Católica (HAC), para maiores de 30 anos e os casados de qualquer idade; b) Liga Feminina de Ação Católica (LFAC), para as maiores de 30 anos e as casadas de qualquer idade; c) Juventude Masculina Católica (JMC) para moços de 14 a 30 anos; d) Juventude Feminina Católica (JFC), para moças de 14 a 30 anos³¹, divisão em gênero e geração com programa específico (BOLETIM 4, 1937).

Conhecer jovens segundo suas próprias apresentações e como eles/elas representam a sociedade (suas diversas instituições e constituintes), pressupõe o reconhecimento de identidades com perfis socioculturais próprios, o que, por sua vez, tem implicações para as políticas públicas para juventudes (CASTRO; ABRAMOVAY, 2002).

Segundo as autoras, as políticas públicas adotadas no mundo e, especificamente no Brasil, interferem na visão dessas juventudes e em suas identidades. E para que as mesmas pudessem participar ativamente da sociedade, o reconhecimento de ações específicas geraram ricos momentos de discussão, definindo atividades. As juventudes inseridas nessas ações especializadas atuavam por gênero, idade e características afins, separando grupos por interesses, a exemplo dos meninos entre 8 e 12 anos - os benjamins e os aspirantes da juventude - entre 12 e 14 anos. Mas, para inscrição em qualquer segmento, deveria ter o menino uma vida exemplar: ser bom filho e aceitar as propostas da Igreja. Isso mostra as formas de controle religioso nos diversos âmbitos da família, normas que vinham sendo definidas a partir das reuniões em diretorias diocesanas (nomeadas pelo bispo), que regiam os estatutos. O intuito de tais critérios visava ainda o aumento do número de seminaristas e leigos para as ações³².

Esse grupo, no entanto, era controlado pela Comissão Episcopal composta por cinco membros e Arcebispos que representavam a comissão em casos de

³¹ Cf. extraída do Inventário Topográfico da CEDIC. São Paulo, 1992.

³² Cf extraída do Boletim 4 da Ação Católica de 1937 eram em 1934 2,761 seminaristas no Brasil e 1.914 eram de seminários menores e 845 de seminários maiores.

emergência e não tinham autonomia. As juntas e Conselhos Diocesanos tinham a função de assistência às organizações e os Conselhos Paroquiais coordenavam a eficiência nas ações (BOLETIM 4, 1937).

Mas, foi através da Encíclica de Pio XI *Ubi Arcanum Dei*, que os leigos poderiam colaborar legalmente com as ações, despertando vocações nas famílias. Isso é mostrado na carta do Papa Pio XI a Dom Sebastião Leme e ao episcopado brasileiro no ano de 1935.

A Ação Católica é a participação dos leigos no apostolado hierárquico. São poucas essas palavras, mas contêm muitas coisas, muito sentido, tudo aquilo que uma definição deve ter; esta para ser verdadeiramente tal deve ter, como se sabe, na medida do possível, todos os elementos essenciais do que se quer defenir (CARTA DE PIO XI AOS DIRIGENTES DA AÇÃO CATÓLICA, 19/04/1935).

Mas, o que era a Ação Católica? Não era um movimento político, não era desportivo, nem tampouco econômico, mas a participação dos jovens leigos no apostolado católico e hierárquico. Lendo um documento que estava em um dos boletins pesquisados, viu-se uma lista de recomendações de um padre sobre o que não poderiam os católicos fazer na política como interferir na política partidária, e o que era permitido como cooperar com revoluções. Esta anotação era de uma reunião com o laicado e foi resgatada durante uma das entrevistas (em anexo).

Ora, se o Estado Novo instaurado por Getúlio Vargas viveu sob a justificativa de conter uma nova ameaça de golpe comunista no Brasil, dando ao novo regime uma aparência legal, isso não convenceu a muitas pessoas, inclusive os jovens católicos. Ao gerenciar diversos interesses, Vargas dava condições para o desenvolvimento do setor industrial brasileiro, sendo estrategista notável aos interesses da Igreja. Além disso, há de se considerar que o governo agia diretamente na economia, realizando uma política de industrialização por substituição de importações, e dois fatos são notados nessa época: as conversões de católicos em comunistas, a agitação da juventude com a criação da primeira Universidade Católica do Brasil, que inaugurada no ano de 1941, viria atender aos anseios da Igreja.

No ano de 1942, morre Dom Leme. Amoroso Lima ainda se destaca na liderança do Centro Dom Vital, ao passo em que a Ação Católica Especializada cumpre nova etapa, estando os estudantes católicos inseridos num panorama de tensão entre grupos da Igreja, do Centro e de setores da burguesia industrial.

Verifica-se o deslocamento de pessoas do campo para a zona urbana e vice-versa e apesar desta cultura predominar desde que o Papa Pio XI, a criação dessas ações direcionadas a estes grupos, deveria ter missão evangelizadora que fosse diretamente a eles, ao povo (PESSINATTI, 1998).

Em 1945, a Igreja prevê a saída de Vargas como um fato inevitável, embora houvesse um grupo contrário a essa possibilidade, o chamado Movimento Queremista. Empunhados pelo lema: 'Queremos Getúlio' e seus participantes defendiam a continuidade do Governo de Vargas, contando com vários setores favoráveis à sua permanência, inclusive à Igreja. Todavia, o Presidente aceitou passivamente a deposição, liderada por militares, em setembro daquele ano.

Getúlio Vargas pretendeu conservar uma imagem política positiva, aceitando o Golpe, e passando a ideia para a sociedade brasileira de que era um líder político favorável ao regime democrático. Essa estratégia de Vargas e o amplo apoio popular renderam a ele um mandato como senador, entre 1945 e 1951, e o retorno democrático ao posto presidencial, em 1951.

Nesse clima, observa-se que católicos se dividem entre o silêncio, críticas aos aspectos autoritários do regime de Vargas e adesão ao Integralismo, isso entre os anos de 1932 e 1937. Trindade (1979) advoga que o choque dessas mudanças deixava as camadas populares perdidas e, sob essas condições, foram construídas a consciência cristã e o espírito renovador de boa parte dos brasileiros³³.

É ainda no contexto de transformações que surgem muitas Universidades confessionais no país, pois, para a irradiação da doutrina cristã no laicato era necessária a criação de Faculdades de Direito, Educação, Letras, Jornalismo e outras, que também seriam centros de estudos para formação de profissionais que atenderiam ao mercado de trabalho do país. Frequentemente, universitários transitavam entre as Universidades e a Igreja, destacando que os estudantes se constituiriam na ala jovem renovadora e intelectualizada que interferiria na política estatal.

Universitários que transitavam nas Ações Especializadas e aprofundavam discussões sobre a política nacional -, o que de certa forma interferiu na postura anteriormente imposta pela Igreja de não envolvimento direto com a política -, vem

³³ O autor não aborda profundamente a relação entre católicos e integralistas, mas faz uma observação interessante entre eles e sua afinidade ideológica no livro *Integralismo, o fascismo brasileiro na década de 30* (DIFEL, 1979).

redefinindo as identidades dos grupos leigos que formavam a esquerda católica e instituindo uma 'Frente Única' em defesa dos problemas do país.

Foi assim que a JUC nasceu e viveu com a luta entre a Igreja Católica e a Universidade, entre clima de tensão do Socialismo Real e o Socialismo Cristão³⁴, temas amplamente discutidos no meio universitário. Assim, com as Ações Católicas Especializadas, a Igreja se propunha a analisar o tipo de conduta existente nas relações entre as classes sociais, o Estado e o Capitalismo que não se integravam, demarcando relações de poder entre grupos dominantes.

Na História Contemporânea do Brasil, a dinâmica de embates deu margem para outra fase identitária da JUC, agora mais centrada nos conflitos de enfrentamento ao clima do Comunismo que aspirava eliminar todo e qualquer traço de Religião. Contudo, o Estado brasileiro via esses reflexos numa conjuntura de reestruturação econômica, política e social, desde os boatos da Intentona Comunista – quando Vargas decreta estado de sítio com apreensão de todo o arsenal de provisões gaúchas. Diante desse quadro, Getúlio designou o General Góis Monteiro para Chefe do Estado-Maior, o que trouxe satisfação ao Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, visto comungarem dos mesmos interesses políticos (SOUZA, 1976).

Mas, se a liderança do Exército unificada conspirava, ao lado de Getúlio, contra a Democracia, as ações dos jovens católicos ainda estavam subordinadas à Igreja. Nasceram a partir dessa ampliação de ideário, as Ações Especializadas ou Espiritualizadas, entendidas como unidades mais ativas para atuação na sociedade, com o objetivo de realizar serviços específicos de acordo com a atuação na sociedade, ou ainda operários leigos.

Em 1947, realizou-se em São Paulo a Semana Nacional da JUC como especializada atuante, trazendo homenagens e promulgação de estatutos que, com base agora no modelo nacionalista, instigava a ideologia que avançava e com isso, as identidades iam sendo ressignificadas com a instituição das irmãs congêneres: JAC, JEC, JIC e JUC³⁵.

³⁴ **Socialismo Real** - aquele que ainda existe em alguns países. Os quais aplicam o socialismo com a intenção de promover a igualdade entre as nações, em oposição ao capitalismo que se apóia na produção de desigualdades econômicas e sociais.

³⁵ Juventude Agrária Católica, Juventude Estudantil Católica, Juventude Independente Católica, Juventude Operária Católica e Juventude Universitária Católica, as irmãs congêneres das especializadas ações.

Verifica-se aí a marca de união das especializadas e apoio da União Nacional dos Estudantes (UNE). Mas a autonomia entre os jovens jucistas ainda não começava a ser gerida e, em grupo participaram do VI Congresso da UNE, definindo novas formas de luta para o movimento estudantil. Uma dessas diretrizes foi o agendamento para diálogo com o Presidente Vargas que seria questionado sobre a poderosa máquina industrial e militar no país que parecia estar inoperante pela interferência da ideologia burguesa que estaria agindo sorrateiramente (CARONE, 1976).

Ademais, a crise do regime varguista já bastante acentuada em 1944, atingia setores estudantis e inclusive parte do poder militar. Acontece nesse ínterim a legalização do Partido Comunista do Brasil e as unidades especializadas não mediam esforços para combater os ataques à Igreja, contando com a colaboração de muitos segmentos da população. Ora, a esfera religiosa não escapou da ordem do Estado getulista que se afirmava diante da Igreja a partir de um projeto de construção de uma Identidade. Havia discurso de gravidade do momento nacional, com apelo para que os brasileiros se unissem em nome do nacionalismo, garantindo a manutenção dos direitos dos cidadãos brasileiros.

Esse sentimento de pertencimento gerou ações e levou os jucistas em momento de formatura - ato de tradição positivista - a homenagearem colegas concluintes de diversos cursos universitários, trazendo em seus discursos, questões de ordem social, política com teor de denúncia. Mas, esses pronunciamentos viriam a afetar a grupos hegemônicos que acusavam os estudantes, em nome de um nacionalismo exacerbado, de estarem atrelados a regimes tais como comunistas, fascistas e conservadores.

Falávamos tudo que queríamos nas formaturas e todos ouviam com muita atenção, os jornais publicavam as falas dos oradores e era um clima de denúncia bastante favorável aos estudantes da época, mas a censura na Universidade acontecia no outro dia com o 'blá blá blá' que os discursos geravam (DEPOENTE T).

Em termos gerais, as identidades do grupo foram tecidas no contexto dessas discussões e diante do quadro de muitas crises no país, os estudantes leigos tinham um discurso voltado para a construção de uma Identidade mais de luta e através de lentes de grupos conservadores, as identidades pareciam um tanto abstratas, fragmentadas e diluídas em ações cristãs. Contudo, os traços identitários

desses grupos foram sendo redefinidos e a partir da posição das especializadas na sociedade, problemas de toda ordem eram denunciados, o que implica no sentido de uma identidade de luta pelo sentimento de *mesmice* – no caso a Identidade Nacional –, e do Eu – como identidade de cada grupo específico, diferenciando-se pela forma de atuação. Essa compreensão nos remete ao pensamento ricoeuriano de construção de identidades entre invasores e invadidos, onde há o mesmo por natureza e um reconhecimento do diferente em suas especificidades.

Eram tempos memoráveis, onde as ações dos leigos estavam voltadas para a garra e a coragem. Na época, eu pertencia aos quadros da Ação Católica e era enorme o movimento de jovens leigos, assessorados por padres e religiosos que se espalhavam por todos os quadrantes do Brasil, com suas equipes locais, estaduais, regionais, e a nacional sediada na cidade do Rio de Janeiro que na época era a capital do país (DEPOENTE GG).

Mais do que um simples contar da história, a memória parece ser dentro desta perspectiva de análise, uma matriz de compreensão do caráter relacional do jogo identitário. Segundo Ricoeur, a memória permanece em última instância, a única guardiã de algo que efetivamente aconteceu no tempo e que é interpretado. E na construção dessa Identidade Nacional, os jucistas se reconhecendo como tal estavam inseridos em discussões sobre o contexto econômico, político e social do Brasil.

Mostram a identidade de grupo não como ilusória, mas de certa forma equivalendo a uma aproximação da *mesmice* de ser brasileiro, jucista. Ideia que coaduna com o pensamento de Bauman (2005) quando mostra que existem grupos fundidos unicamente por ideias ou por uma variedade de princípios. A constatação é interessante, quando se interpreta a(s) identidade(s) com a possibilidade de instabilidade fluida com temporárias cristalizações de princípios, na medida em que os sujeitos acreditam, fazem escolhas e se expõem, tornando-se consciente de seu pertencimento ao grupo, uma consciência de identidade centrada. Ser jucista é ter uma identidade e ao mesmo tempo identidades. A entrevista mostra isso:

Quando entrei para a ação, era visto como membro de uma grande família de luta nacional e as pessoas perguntavam: você é jucista? Sentia a sensação de estar num grupo de grande força no país. Mas, quando nos reuníamos em Congressos, percebia que quem era da JUC pensava de forma mais avançada, pois os amigos das outras ações tinham suas especificidades (DEPOENTE T).

A identidade do grupo é especificamente debatida quando passa a ser tema central em 1946 do I Congresso Nacional de Ação Católica, realizado pelos estudantes no Rio de Janeiro. Lá os jucistas em suas especificidades discutiram as identidades, delimitavam estratégias de articulação e luta. Na ocasião, foi ressaltado que os integrantes deveriam atuar com filial submissão a todos os membros da Igreja, praticando a disciplina da obediência pronta e filial aos superiores hierárquicos (MAINWARING, 1989).

A hierarquia religiosa como responsável pela criação de movimentos leigos, controlaria, de maneira rígida as especializadas, especialmente a intelectualizada juventude da JUC, no entanto, o notável avanço no sentido de definir metas de atuação, de conscientização e luta do grupo em contexto e governos complicados, fez o grupo avançar em seu ideário, saindo pouco a pouco das amarras cristãs. Isso em anos de carências pós-guerra, envolvidos numa ideologia nazi-fascista, cuja derrota do fascismo na Europa e deposição de Getúlio Vargas, influenciaram acontecimentos que enfraqueceram visivelmente o modelo da Neocristandade (MARIZ, 2001).

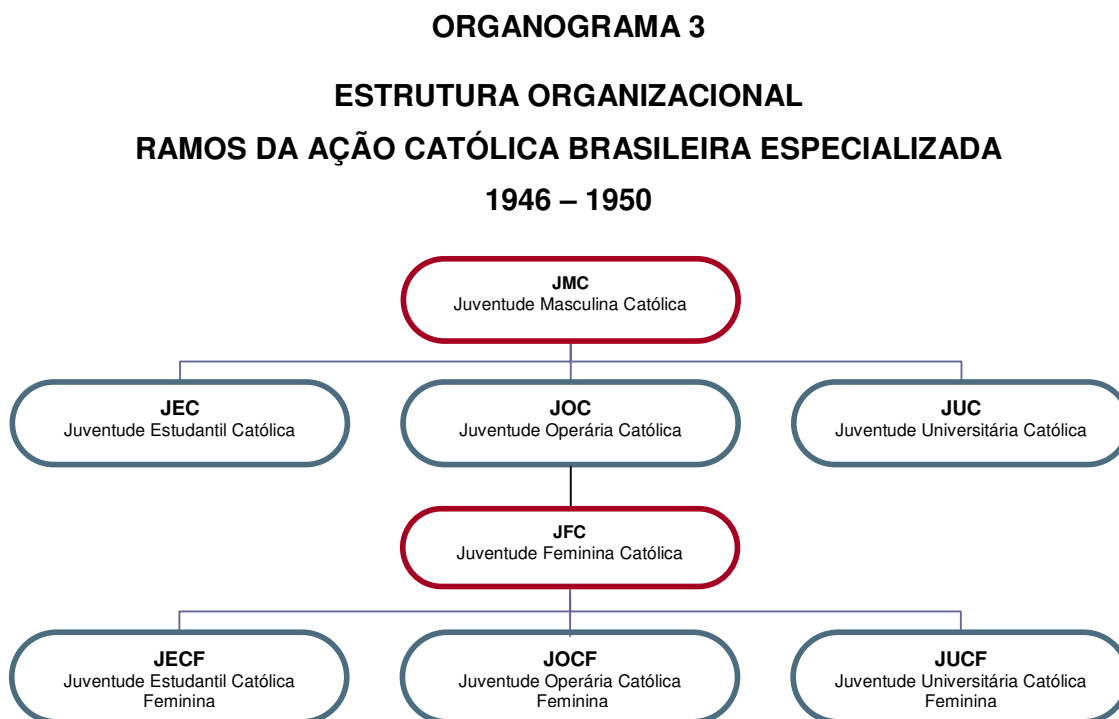
1.3.4 Novos estatutos da Igreja e a reorganização das ações com o término do Estado Novo

Como resultado do avanço na práxis desses grupos, destaca-se a expressividade em congressos regionais, discussões em torno das ações dos grupos católicos especializados, tempo em que se alteram os próprios estatutos da Igreja. Os eventos contaram com a participação de quase dois mil jovens que congregados deliberaram formas de atuação, suas simbologias e práticas (BOLETIM nº 4, 1938).

Esse vínculo entre representações e práticas sociais se expressa no papel de mediação simbólica que as primeiras exercem quando as segundas têm um conteúdo determinado, a saber, a instauração do vínculo social e das modalidades de identidade que estão ligadas a ele. (RICOEUR, 2006, p. 149).

Vê-se que a identidade do grupo sofreu influência dessas mediações que foram se configurando entre o vínculo católico e o movimento social atuante, na

medida em que foram se reagrupando e ressignificando ações. As especializadas eram advindas da organização de vários grupos por interesse:



Fonte: autora, com base nos estatutos pesquisados no boletim 4 da Ação Católica.

Essa frente de luta possibilitou o avanço na redefinição de grupos que, a partir de 1950, se agrupa, definindo mais as congêneres especializadas e a JUC, passa a atuar com militância mais definida, a partir do ideário universitário em diálogo com partidos de esquerda. Percebe-se, que a Juventude Masculina Católica (JMC) criada inicialmente, veio a se subdividir em três representações: na Juventude Estudantil Católica (JEC), na Juventude Operária Católica (JOC) e na Juventude Universitária Católica (JUC). Segundo o boletim eram responsáveis pelas disposições na formação moral, social e cívica, fundando centros com normas advindas dos coordenadores religiosos.

A Juventude Estudantil Feminina Católica (JEFC) subdividia-se também em três: na Juventude Operária Católica Feminina (JOCF), na Juventude Universitária Católica Feminina (JUCF) atuava no apostolado social, no apostolado em relação à família e à escola. A união de senhoras recebia orientações do ofício central da presidência e eram consideradas simples sócias (BOLETIM nº 4, p 287)

Todo este aparato organizacional mostra que os grupos atuavam por gênero, critério adotado pela religião. A Juventude Masculina Católica (JMC) e a Juventude Feminina Católica (JFC) originaram novos agrupamentos, e dessa natureza solidária surgiram as congêneres mais organizadas (JAC, JEC, JIC, JOC e JUC), no entanto, a atuação da JUC foi bem mais intensa ao lado da JEC e da JOC pelo teor de suas ações. Contudo, a JUC tinha um traço diferencial, isso porque o grupo era composto por intelectuais, pensadores, universitários de classe média alta.

Segundo entrevistas, o grupo visualizava a possibilidade de golpe de Estado a qualquer momento: "Pensávamos nisso, mas ao mesmo tempo parecia impossível que acontecesse" (DEPOENTE J). Nessa visão, o grupo pensava nos embates ideológicos com a direita e como esta poderia sentir ameaçado em suas bases, sem ao menos procurar neutralizar mecanismos de resistência. Souza, (1976) mostra que a JUC só se constituiria numa entidade mais organizada fora dos âmbitos da Igreja, na medida em que teve uma consciência de luta mais forte, com práxis definida. Porque o grupo não estabeleceu ações de resistência a possíveis confrontos armados com outros grupos? Pensa-se na luta ideológica da JUC e não na armada.

Se nos encontros das especializadas havia releitura dos Evangelhos, a luta era cristã, a partir da realidade social brasileira que estava inserida num quadro de miséria especialmente no Nordeste do país, pessoas que estavam à mercê de falta de políticas que atendessem a população. Lembra-se que nesses anos as especializadas estavam sob a influência de pensadores como Chardin (1965), o qual insistia numa formação pela ação e pelo capital humano, o que implicava a utilização dos três momentos dialéticos: uma verdade de doutrina (tese; julgar), uma verdade dos fatos (antítese; ver) e uma verdade de pastoral, de método ou de organização (síntese; agir), bases do pensamento jucista entre Religião e Ciência.

Após um longo período de luta apaixonada, nem a Ciência nem a Fé conseguiram suprimir uma à outra, mas, pelo contrário, tornou-se manifesto que não poderiam se desenvolver normalmente uma sem a outra, pela simples razão de que uma vida anima todas as duas. Religião e Ciência, as duas fases conjugadas de um mesmo ato completo de conhecimento: o único que pode abarcar o passado, o futuro e a evolução, para contemplá-los, medi-los e realizá-los (CHARDIN, 1965, p. 72).

Como tudo que aparece é fenômeno a ser considerado, essas discussões entre Ciência e Religião, somadas às políticas de mobilização do grupo em prol das classes média e alta, marcaram a ressignificação identitária da JUC. Com efeito, o posicionamento político do grupo era a favor do desenvolvimentismo e da valorização da força de trabalho e as várias ações políticas de Vargas com a imagem popular de pai dos pobres, vinha contribuindo para que reinasse nesses anos a ideia de que o Presidente tinha uma afeição particular pelo povo, praticando ações que cultivavam o cotidiano dos trabalhadores (CARONE, 1982).

Em anos anteriores havia notícias que o General Góis Monteiro era o mentor de um golpe em 1937 e fiador de novo regime. Getúlio precisava de um governo populista. O desejo de um Estado com a democracia fortalecida pelo apoio popular conduzia a República populista, dando ênfase aos vínculos diretos do governante com o povo e com a nação, em prejuízo a legitimidade dos partidos e dos interesses classistas e setoriais, mas isto seria levado até as últimas conseqüências durante o Estado Novo (CARONE, 1982).

Ora, os estudantes de esquerda católica poderiam ser perigosos ao governo, mas, premido pelas circunstâncias, e sob garantia de vida e de segurança para si e para a família brasileira, o presidente Getúlio Vargas sob forte pressão de grupos, renuncia, pondo fim a quinze anos ininterruptos de Governo. Alguns ministérios são alterados e o Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara, dá outra orientação ao trabalho que vinha sendo implantado.

Foi nesse contexto, que a JUC entra em fase de avaliação do cenário político brasileiro, e nos anos do Estado Novo, o Fascismo havia se estabelecido na Europa gerando muitas discussões no Brasil. Todavia, os conflitos instaurados entre as burguesias monopolistas das potências capitalistas revelavam a crise das democracias liberais, ameaçando destruir a experiência socialista iniciada na União Soviética. Eram tempos de insegurança no país.

Nesses anos, a imprensa era controlada pelo aparelho estatal. Em 1945 foi grande o número de jornais, revistas e panfletos fechados por determinação do Executivo e grande também o número de jornalistas presos por delitos de imprensa e esse controle destacava censores em cada jornal e nenhum original descia às oficinas sem o visto do fiscal do Governo. A Igreja Católica havia lançado mão do rádio como meio de comunicação eficaz para controlar as ações especialistas e transmitir opiniões sobre o contexto, tempo em que as classes trabalhadoras

estavam efervescentes. Sabe-se que os grupos dominantes utilizam as rádios e outros meios de comunicação para imprimir na sociedade suas concepções políticas e ideológicas. A elite intelectual formada por técnicos, políticos e militares, reunidos a uma camada da Igreja Católica seria capaz de pressionar o Governo de Vargas, mudando o rumo da história.

Quando o Estado Novo ao ser extinguido em 1945, os Governos ditatoriais de nações como a Alemanha e a Itália estavam desarticulados após a Guerra. No início do pós-guerra, o mundo era outro. A convivência entre as nações agora passa a ser com os desdobramentos dos efeitos do próprio conflito. Inaugurava-se no Brasil uma nova fase – um Estado populista-desenvolvimentista³⁶, com alianças entre empresários e setores populares atrelados ao Ministério do Trabalho contra antigas oligarquias.

Estado Novo arruinou o Brasil e agravou consideravelmente a situação econômica do povo trabalhador. A desvalorização da moeda e a inflação desenfreada elevaram o custo de vida a índices jamais conhecidos, enquanto os salários tiveram aumentos insignificantes. A miséria, a mortalidade infantil e a ignorância são os contrastes chocantes da dissipação das classes abastadas e dos lucros extraordinários. A crise econômica inevitável com o fim da guerra poderá agravar mais ainda a situação do povo. Daí a apatia popular e a necessidade de satisfação imediata das aspirações das classes trabalhadoras (CARONE, 1976, p. 440).

A União Democrática Socialista (UDS) encontra campo para sua atuação lutando ao lado das forças liberais e das esquerdas contra o Estado Novo. Dentro das coligações, as ações católicas, especialmente a JUC, estavam inseridas num panorama de denúncias sobre as diferenças sociais, a alta inflação e os partidos políticos que exerciam pressão no Getúlio Vargas.

A aproximação com a massa dos assalariados reforçou as discussões com as camadas populares e suas práticas. O aumento das insatisfações nos movimentos, apoio e a possibilidade de criar autonomia, em contrapartida assumiam novas práticas de luta, expandindo e consolidando o movimento jucista.

³⁶ Cf extraída de Carone (1976), o conceito de **populismo** utilizado designa um fenômeno político e ideológico, presente com maior força na periferia do sistema capitalista, que se caracteriza pela expectativa de setores populares menos organizados por uma ação salvadora do Estado capitalista. O adversário do populismo varguista era, em primeiro lugar, a antiga classe dominante, representada pelo grande capital cafeeiro e ao longo de todo o período aberto pela revolução de 1930 ela manteve-se firme na oposição. Já em 1932, organizou, através do PRP, a Frente Única Paulista, que desembocaria na guerra civil de 1932. Após 1945, essa grande burguesia tomou a iniciativa de organizar a antiga UDN – União Democrática Nacional -, partido com o qual organizou diversos golpes de Estado, inclusive o golpe de agosto de 1954 que depôs Getúlio Vargas.

Desde o ano de 1943, muitos padres brasileiros retornam da França e trazem novos ideais para o grupo especializado da Igreja. Fim da Segunda Grande Guerra, a deposição de Vargas em outubro do mesmo ano, a Presidência entregue a José Linhares – Chefe do Supremo Tribunal Federal, o General Dutra (coligação PSD-PTB) é apoiado discretamente por Getúlio Vargas, obtendo 55% dos votos contra 35% do Brigadeiro Eduardo Gomes (UDN) e 10% do civil Ledo Fiúza (PCB). A Assembleia Nacional Constituinte abre espaço para o novo momento político, exigindo das esquerdas católicas uma ampla definição de seus objetivos e propostas. Período de forte tensão interna, chegada de padres canadenses para a Igreja no país, inserção de novos ideários.

Foram anos em que toda a militância política no país vinha se firmando e os reflexos do Governo de Vargas estavam inseridos nas discussões dos jovens. Havia angústia no povo brasileiro e não resta dúvida que as ações católicas vieram mais adiante como resposta a um outro projeto de vida social, político e cultural que atendessem melhor à população que esperava por mudanças (DEPOENTE S).

No campo da memória, o lembrar e o esquecer formam um eixo vital de permissão discursiva, de legitimação de poder e verdade social. A palavra *mémoire*, utilizada desde o século XI significa posteriormente memorial vinculado a contas. O depoimento mostra a vivência do militante nas ações, o aumento dos integrantes leigos em ações católicas era notória nesses anos. As novas congregações chegam a São Paulo e Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos lhes confia à reorganização dos movimentos sociais católicos. Frei Dale, Frei Rosário Joffily e Pe. Benedito Calazans auxiliam os padres canadenses e o movimento de reforma vem ressignificando a práxis. Na postulação freireana, praxis implica em ação e reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo (FREIRE, 1987).

E foi a partir da práxis que os leigos católicos tem apoio espiritual e operacional do Frei Dale que passa a ser assistente nacional da ação da JUC. Este foi um pedido do Cardeal Dom Jaime Barros Câmara que juntamente com a nova gestão, organiza-se a Semana Interamericana Jucista que é celebrada em várias cidades e nesses eventos a ação da JUC é entendida e definida como movimento social especializado com coordenação nacional e regional de suma importância na sociedade brasileira, pois visava pensar a restauração da ordem social, política e cultural de um país com muitos problemas.

O método era organizado na constituição orgânica do meio, os chefes escolhidos pelas nucleações feitas no cotidiano do grupo, mas com aprovação da Igreja. Os assistentes eclesiais e adjuntos do movimento exerciam controle para animar e vivificar o grupo que não podia parar suas ações diante dos problemas nacionais. A cooperação de todos era necessária para o movimento que assumia suas responsabilidades (DEPOENTE B).

Não se podem anular memórias construídas pelas diversas experiências lembradas pelos militantes: a de grupos controladores e a de militantes de esquerda. Como demonstra Bosi (1979), as experiências individuais atuam na formação da memória social, embora esta interfira nas representações individuais, os recortes são pessoais. O relato mostra a organização do grupo, onde os jovens acarretavam diversas funções entre convencimento, apoio à panfletagem, ações entre o campo e a cidade, execução de propostas traçadas pela Igreja.

Nessas práticas de organização das ações da JUC no cenário brasileiro e seus momentos de embates e ressignificação identitária pelo avanço de práticas. Entende-se práxis como uma atividade concreta pela qual os sujeitos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e sendo também modificados, não de modo mecânico, porém, reflexivo (KONDER, 1992).

Através da explicação a compreensão da ontologia do grupo, do *ethos* de seu movimento, a simbologia num cenário nacional altamente influenciado pelos embates mundiais, as experiências vividas, as formas de atuação. O que está centralmente envolvido neste jogo é a definição da identidade cultural e social de diferentes grupos em suas relações que leva à condição de seqüestrar a (s)identidade(s) do(s) outro(s), ofuscando-a(s) em larga escala.

Esse esquematismo [...] constitui-se numa história que tem todas as características de uma tradição. Entendemos por isso não a transmissão inerte de um depósito já morto, mas a transmissão viva de uma inovação sempre suscetível de ser reativada por um retorno aos momentos mais criadores de fazer poético. Assim compreendido, o tradicionalismo enriquece a relação da intriga com o tempo com um traço novo (RICOEUR, 1994, p. 107).

CAPÍTULO II

A JUVENTUDE CATÓLICA NO BRASIL ENTRE O MOVIMENTO ESPECIALIZADO E SOCIAL

O clima de euforia estava nesses anos pelas ruas, em cada família e os jovens inseridos no contexto de reivindicações de toda ordem. Ser jucista era participar de cada momento histórico, de cada oportunidade de estar com o outro discutindo os rumos do Brasil. Hoje, estou descrente dessa possibilidade de mudança. Não sei o que aconteceu? Perdi a esperança de lutar em prol de um país melhor (DEPOENTE P).

O segundo capítulo intitulado *A Juventude Católica no Brasil entre o Movimento Especializado e Social* analisa a Juventude Católica no Brasil já como ação especializada de luta social nos anos 50, estruturando a caminhada do movimento quando este deixa os limites da paróquia, envolvendo-se com a comunidade, com outros grupos, ganhando consistência no país. Observa-se suas práticas, agrupamentos organizacionais e identidades, cruzando depoimentos, lendo o contexto sócio econômico e político que possibilitou a luta do grupo, as (des) articulações e êxodo para a Ação Popular (AP), além de mostrar as mudanças no ideário estavam atreladas a interações com outros movimentos sociais, políticos que atuavam no país. Tudo isso em anos marcados pelo fenômeno da revolução da juventude mundial, o que leva a tensões e comoções diante de um quadro político que sofria mesmo preso às amarras do capitalismo e lutava pela conquista democrática.

2.1 A JUC COMO MOVIMENTO DE LUTA SOCIAL/RELIGIOSO NO PERÍODO DE 1946-1950

No governo de Dutra (1946-1950) foi promulgada a Constituição que trazia, entre outras deliberações do regime republicano, o mandato presidencial de cinco anos com escolha de forma direta; o voto universal secreto e obrigatório aos maiores de 18 anos; a instituição do *habeas corpus* e a garantia de liberdade de pensamento e expressão. A euforia constitucional, o governo adotava medidas repressivas contra a tentativa de reorganização sindical dos trabalhadores, proibindo a existência de movimentos dos trabalhadores. Não obstante, o Presidente Eurico Gaspar Dutra mesmo estando inserido nas novas medidas, praticou uma política governamental deliberadamente autoritária, aplicando medidas que desrespeitaram a Constituição vigente, ignorando os movimentos sociais.

O modelo de Governo impedia a expansão e o crescimento do Comunismo no país e o avanço dos movimentos sociais era evidente. Essa engrenagem comprometeu a experiência democrática no Brasil, isso porque não se permitia a eleição sindical, havia intervenções em sindicatos, além de repreensões a manifestações de qualquer ordem. Em seu último ano do mandato, Gaspar Dutra

deixou cerca de duzentos sindicatos trabalhistas sob intervenção governamental, ao passo que as Ações Católicas recebiam Dom Helder Câmara como Assistente Geral.

O Estado e a Igreja assistiam a III Semana Nacional de Ação Católica, em Porto Alegre, com a participação da juventude católica, liderados pelos jucistas universitários. Ainda neste ano de 1949, acontece o XII Congresso Nacional de Estudantes realizado na Bahia e, segundo Gómez de Souza (1984), as discussões giraram em torno do apoio da UNE ao lado das Ações Católicas Especializadas.

As ações especializadas católicas no governo de Getúlio ainda estavam muito ligadas à Igreja e suas ações só seriam mais dinâmicas a partir dos anos 50, quando as pressões de grupos que atuavam no país eram mais notórias e geravam discussões em muitos ambientes (DEPOENTE J).

Nessa voz, percebe-se a visão que o depoente tinha sobre o governo de Vargas e como jovem em interação com a política, uma demonstração que na visibilidade aparece a instabilidade política e social. Em 1950, sendo o Presidente Getúlio Vargas eleito de forma direta, inicia-se o seu segundo mandato em 1951, gerando conflito entre grupos. Esses confrontos entre Getúlio Vargas e setores conservadores e os liberais acentuaram-se, criando tensão política. Mas, se era preciso continuar as mudanças na sociedade para que a Igreja cumprisse melhor suas metas, as limitações estavam no aparelhamento do Estado, já que muitas das inovações das ações católicas dependiam de acordos com o Governo.

A história das ações católicas na década de 1950 estava voltada para questões do Estado capitalista em conflito com o Estado Comunista, associada a fatores socioeconômicos, políticos em jogo. Em 1951, em Recife, acontece a V Semana Nacional da ACB, onde os jucistas estavam em peso e já como movimento social de forte influência nacional.

Em Belo Horizonte aconteceu o I Conselho Nacional da JUC, em Curitiba, no ano de 1952, acontecem vários em Porto Alegre, o II Conselho Nacional da JUC, todos regionais e com apoio do Estado. Minas Gerais e O foram centro de encontros nacionais.

No final desses anos, a Igreja, preocupada ainda com as questões sociais geradas pelo modelo de capitalismo no país, por intermédio de suas ações especializadas, movimenta-se contra a fome e o desemprego que assolam grande

parte da população. E isso foi bastante discutido no Encontro Nacional de Assistente, definindo as congêneres jucistas como movimentos de forte teor social.

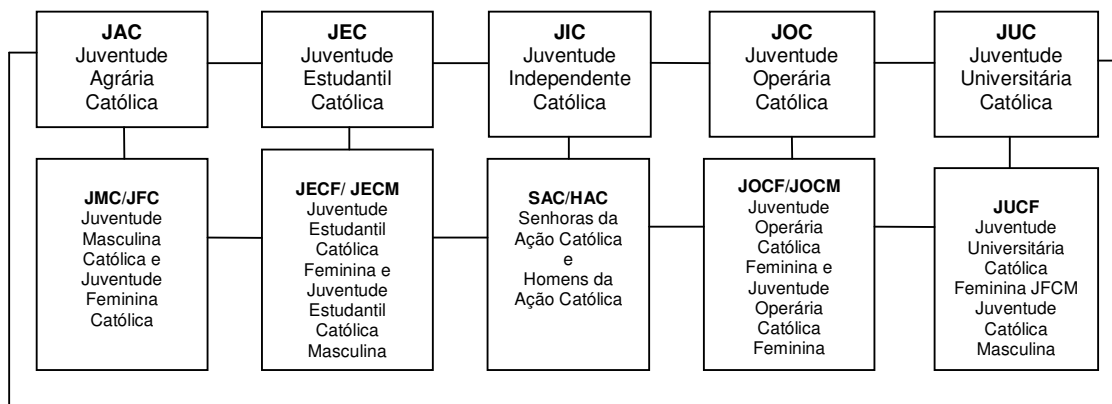
Nos anos 50, com a aprovação da Santa Sé, houve grandes mudanças na Igreja, em âmbito nacional e internacional, especificando as metas e ações espiritualizadas para repensar o mundo e a sociedade brasileira. Até hoje, a repercussão nas igrejas de todo o mundo mostra novas diretrizes para a Igreja. A Igreja é a voz daqueles que não podem se expressar. Ela teve um papel muito forte no sentido de defesa dos direitos humanos e no processo de transição para o regime democrático. Os programas estavam voltados para a questão social (DEPOENTE R).

Pensar nas vozes pelo viés fenomenológico e hermenêutico é buscar compreender e interpretar a dinâmica do grupo nesses anos. A entrevista mostra a atuação do movimento no processo democrático, além de ressaltar a ideia de que a Igreja – reconhecida pelo seu clero como instituição forte de luta pela Democracia no país – os jovens católicos eram porta-voz dos que necessitavam gritar. Foi um período em que a Igreja, por meio de suas ações, defendeu muitos setores populares no país, a exemplo dos Direitos Humanos. Foi ela a grande responsável pela abertura de espaço para discussões sobre a racionalidade organizacional do Estado, pelas possíveis obras que iam se estabelecendo em diversos setores da sociedade.

Essa atuação da JUC é mostrada em documentos da Igreja e percebe-se que acaba modificando a operacionalização das ações católicas que atua como grupo de ideário marcante e uniformidade de objetivos, mesmo com as especificidades. Não era mais a fase de divulgação e recrutamento, mas a de esperança, ruptura com o Estado.

ORGANOGRAMA 4

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DAS AÇÕES CATÓLICAS ESPECIALIZADAS AMPLIADAS NO ANO DE 1950



Fonte: autora, com base nos estatutos pesquisados do boletim 4 da Ação Católica. Ano 1937.

A Igreja a partir dessas ações organizadas estava fazendo uma opção clara e decisiva de atuação. A JAC atuava ligada à agricultura, a JEC com juventude estudantil secundarista, a JIC com os meios ou setores independentes e variados, a JOC com a juventude operária, mas era a JUC com os universitários católicos que aglomerava maior número de jovens. Eram agrupamentos sob jurisdição da Igreja Católica e organizados pelas paróquias locais, portanto sob a autoridade do padre, que seria um articulador das ações, especialmente junto à família – principal incentivadora da inserção da juventude no laicato.

Para os operários, estudantes e outros grupos de jovens, os últimos anos da década de 1940 marcaram o momento em que tudo parecia possível e todos os sonhos eram permitidos. A juventude, principalmente, desejava reconstruir o país eliminando a miséria, a fome e as injustiças, pretendendo alcançar a prosperidade e a dignidade nacional (MURARO, 1985, p 48).

Novas formas de atuação com apoio das famílias que viam de certa forma, os valores familiares sendo ameaçados.

Mas as mudanças são particularmente difíceis, uma vez que as experiências vividas e simbolizadas na família têm como referência definições cristalizadas de família socialmente instituídas pelos dispositivos jurídicos, médicos, psicológicos, religiosos e pedagógicos, enfim, os dispositivos disciplinares existentes em nossa sociedade, que têm nos meios de comunicação um veículo fundamental, além de suas instituições específicas. Essas referências constituem os “modelos” do que é e deve ser a família, fortemente ancorados numa visão de família como uma unidade biológica constituída segundo as leis da “natureza” (SARTI, 1999, p.99).

Pelo lugar que ocupa socialmente, o jovem se afirma opondo-se, fazendo do conflito um instrumento tão necessário quanto imprescindível em seu processo de tornar-se sujeito no mundo social. Dessa maneira, a família configura-se em espaço onde o conflito é intrínseco e ao mesmo tempo visível, estipulando normas, limites em função de memórias sociais, já que são os produtores diretos da tradição. Na modernidade, cabe ao sujeito o poder de decisão do que será contado ou esquecido de seu grupo. A voz de J permite analisar as ações ancoradas no modelo de referência familiar.

Os jovens não tinham muita voz, pois os padres e as freiras eram quem comandavam tudo, direcionando as ações e atuação de cada família envolvida nessas ações jucistas. A Igreja controlava tudo. Nesta época, os jovens passam a ser protagonistas, pois a Ação Católica começava a atingir todas as famílias e o incentivo era grande por parte das famílias. Os movimentos: JAC, JEC, JIC, JOC e JUC (a, e, i, o, u da Juventude) contavam com apoio de muitos pais que cediam casas, sítios e espaços para as reuniões (DEPOENTE J).

Foi então que no ano de 1950 que as Ações Católicas Especializadas foram intensificadas, transformando-se em movimento social, evoluindo ideário. A JUC viveu a fase que poderia ser chamada de esperança e otimismo para a juventude brasileira, tornando sua proposta fundamental para o sonho de melhora para as camadas populares do país. E, por entender que a família estava sofrendo impasses advindos da cultura desses anos, na medida em que o movimento atuava, as famílias investiam nessas ações.

A propósito, estudos marxistas eram realizados nos grupos de estudo da Universidade, incluindo marco doutrinal com acentuada carga socialista nos ideais, as ações solidárias, conjuntas, criaram um avanço significativo na JUC diante das outras congêneres. O sentido do grupo mudara.

A estruturação mais definitiva da JUC em plano nacional se deu a partir do Encontro Interamericano da JEC e da JUC, realizado no Rio de Janeiro em 1950. Nessa reunião, foi também discutido o compromisso político dos universitários, tendo a delegação de Belo Horizonte, com o apoio de delegados de outras cidades, insistido na incompatibilidade entre a filiação à JUC e a atuação em grupos políticos de direita. Ainda em 1950, a própria modificação dos critérios da ACB em relação à organização do laicato contribuiu para a implantação nacional da JUC. Foi adotado um novo modelo, de inspiração francesa, belga e canadense, que reduzia a importância das dioceses e valorizava os grupos nacionais ligados a meios sociais específicos. Foi também introduzido um novo método de formação para a ação. Uma vez reconhecida, a JUC filiou-se à Juventude Estudantil Católica Internacional, sediada em Paris, e ao Movimento Internacional dos Estudantes Católicos, com sede em Friburgo, na Suíça (DEPOENTE K, 2007).

De que forma a memória torna-se um processo de ocultação e revelação? No contexto apontado por K, a JUC foi criada a partir da inspiração e do pensamento da nova linha da Igreja européia que tinha fundamentos em princípios não só da Neocristandade, mas na reedificação de pessoas, no entanto, a identidade legitimadora de luta falou mais alto, levando o movimento a avançar em suas metas. Portanto, o fenômeno de mais ampla participação do grupo em problemas do país, desenvolveu sem dúvida não só essa nova postura política no Brasil, mas mudança, mas identidades dos jovens. Há que se considerar que os partidos políticos são mediadores importantes deste avanço democrático da JUC dos anos 60, o CELAM (Comissão Episcopal Latino-Americano) propiciou debates sobre temas, os movimentos de juventude, as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e outras pastorais sociais, contribuíram para a mobilização e a conscientização dos jucistas.

Todos estes movimentos se ramificaram alimentando e reproduzindo uma nova cultura política formada no cotidiano das organizações populares, politizadas. Nesse entendimento havia um envolvimento de segmentos religiosos e estudantis internacionais e isso ficava claro em seus congressos, quando a participação de padres da esquerda cristã européia se fazia presente ao lado da entidade.

Porém, a atitude da Igreja de captar os leigos por meio da juventude, seguia a linha cristã, criando uma nova consciência capaz de mover as suas bases do movimento que era a Igreja Católica. Mas, ao mesmo tempo, acabou criando impasse dentro dela mesma, pois o clero tinha divergências muito acentuadas com esses novos ideais. A partir desse olhar, a Igreja Católica viu as ações especializadas ingressarem em ideologia de cunho marxista, defendendo a abolição de propriedades particulares dos meios de produção, lutando pela igualdade social. O alvo principal era a juventude mais abandonada, o jovem que deveria ser resgatado (SIGRIST, 1982).

Para investigar as interfaces da memória com a História, observam-se aqui duas coordenadas. A primeira é o entrelaçamento das memórias individuais dos jucistas com as experiências coletivas, e a segunda é que a memória sendo afetiva e seletiva recria tempos vividos, dando pistas do acontecido no cotidiano dos sujeitos.

A JUC era de fato uma família cultural. Todos os meus valores são de base nesse movimento de grupo. Hoje não vemos mais os jovens preocupados com o país, com as pessoas pobres, salvo aqueles que preservam em suas famílias valores humanos mais definidos. Perdi muita coisa nessa luta, mais precisamente bens materiais e capitais, mas o que importa? Ficou o exemplo de minha luta e a expressão coletiva que tivemos nesses anos (DEPONTE J).

A voz acima mostra os valores na formação dos grupos, que compreendem a JUC como família de apoio, com princípios constitutivos para suas vidas. A JUC abriu-se para ações cidadinas, rurais, além da atuação ao lado de núcleos de fábricas, sindicatos, bairros e clubes. Lembranças que vão se tornando cada vez mais tênues, menos reais e multidirecionais, ou seja, começa a fragmentar-se pelo tempo e dinâmica social.

O depoimento de J mostra a preocupação da preservação de valores nas famílias preocupadas com as ações reformistas, realizando constantes investimentos por parte dos seus integrantes, dos padres que com a coordenação geral do grupo realizavam cursilhos, encontros para mudanças substanciais nas pessoas, porém mantendo-se sob a obediência hierárquica da Igreja, a exemplo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A JUC experimentou uma guinada política nesses anos e como movimento social, captou apoios para a luta coletiva. Engajou-se nas lutas pela Reforma Universitária¹, organizou-se como movimento de luta pela educação de qualidade em seus diversos segmentos, tudo isso aos olhos da CNBB (LIMA, 2010).

No Congresso, organizado em 1951 em Belo Horizonte, a JUC se aproxima do mundo operário da JOC, de educadores progressistas e discute a lei de educação do país, faz reflexões sobre a atuação regional, nacional. No mesmo ano em Recife, participa do encontro temático sobre a formação doutrinal católica e libertadora dos jovens. Mais adiante no ano de 1952, tem participação nacional demonstrando apoio e caráter de interação do grupo que estava voltado para anseios de uma luta radicalizada.

¹ **Lei 5.540** foi outorgada mais adiante no ano de 1968, porém, introduziu a relação custo-benefício e o capital humano na educação, direcionando a Universidade para o mercado de trabalho, ampliando o acesso da classe média ao ensino superior e cerceando a autonomia universitária, mas estas diretrizes atendiam ao modelo militar vigente após o Golpe de 1964.

A Juventude Universitária Católica (JUC) foi criada em 1950 como partes da ACB. Começou como um movimento conservador, clerical, visando cristianizar a futura elite. Mas, após a reorganização da ACB entre 1946 e 1950, a JUC deu início a uma rápida radicalização que a levou a um contundente conflito com a hierarquia. O momento decisivo dessa virada foi à conferência nacional da JUC em 1959, quando o movimento assumiu uma responsabilidade explícita pela ação política como parte de seu compromisso evangélico (MAINWARING 1986, p. 84).

Portanto, admite a real instituição da JUC em 1950, reconhecendo sua ação como movimento de esquerda católica. Também nesse mesmo ano, o viés católico foi substituído pelo de luta revolucionária e efetivamente a JUC começa uma nova fase de atuação no cenário nacional, avançando e mudando o contexto pelas reivindicações, crescendo em número e atuação.

[...] a partir daí, o movimento ganha consistência, definindo melhor o seu campo de ação, o seu método, o temário para estudos e a sua organização. Criada a Equipe Nacional, encarregada de coordenar o movimento, em todo o país, aos poucos vão se constituindo as Equipes Regionais, no sentido de conseguir oferecer maior unidade e assistência às Equipes Diocesanas e às Equipes de Base. Essas equipes eram formadas por um padre assistente, dirigentes e militantes (SIGRIST, 1982, p. 20).

Partindo-se da explicação de que, a partir do dinamismo desses jovens, os grupos se estruturam metodologicamente no ano de 1950 com as equipes de atuação, todavia, as equipes de trabalho visando a função de ampliar o movimento sociorreligioso assumiam ações independentes do seio da Igreja, sua mãe espiritual. Tornam-se mais autônomas e quando passam a assumir não só a independência da Igreja, adentra na formação política do grupo. O 'ideal histórico'² vai até o final dos anos 50, começando a mostrar uma nova fase entre 1959 e 1962, chamada de histórico-antropológica.

Observa-se que o ideal histórico veio como um desencadeamento de um anseio mais ou menos coletivo, como uma linha de ação mais generalizada, partindo de uma síntese que necessitariam lutar. De fato, esse ideal permitiu aos militantes a construção de um novo grupo, novas posturas com espaço aberto para a revolução da sociedade. Vale lembrar que o grupo inicialmente conduzido por uma espécie de consciência cristã, experimentando novas caminhadas, encontrando nessa ressignificação identitária em ações revolucionárias mais

² Sigrist (1982) entende por **ideal histórico** o anseio de um grupo caracterizado pela vontade ou descoberta de princípios.

atuantes, tentando autonomia em relação à Igreja. O ideal cristão era livre para a criação de novas concepções, como a marxista (SIGRIST, 1982).

Esse ideal histórico abordado por Sigrist é encontrado no Boletim da JUC nº 4. Momento histórico que o grupo revela aos poucos, outra fase de sua identidade, de oposição e de totalidade. Isso porque na cristianização dessa nova face, acontecem rompimentos e tentativa de restauração da ordem por parte do grupo no entanto, o engajamento na luta já estava presente em muitos integrantes.

No Brasil, muitos episódios se processam, dentre eles o já citado atentado contra o jornalista Carlos Lacerda, os clamores populares contra o Governo e o posterior suicídio do Presidente Getúlio Vargas, nas dependências do Palácio do Catete. A nova etapa política com a entrada de Café Filho que, por problemas de saúde, afasta-se do Governo, a posse do Presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, no ano de 1955 preocupa a esquerda católica.

Em fevereiro de 1953, acontece em Salvador, o III Conselho Nacional da JUC e estavam presentes dirigentes de diferentes cidades abordando a situação do país. A presença desses jucistas mostra as equipes de base discutindo os rumos da nação, do movimento. Padres encarregados do movimento faziam articulações na parte espiritual e os jovens expressavam-se através das formas de cultura: músicas, artes, cinema.

Entre os anos de 1954 e 1955³ aconteceu o encontro da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com a presença do Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro, Dom Helder Câmara como Secretário Geral. Estava aí criado um impasse interno na Igreja que via esses fatos como afrontas diretas à vida e aos princípios religiosos.

As reuniões do conselho nacional em 1953 e 1954 mantiveram as mesmas diretrizes anteriores, apenas aperfeiçoando o método ver, julgar e agir. Tal método consistia basicamente em analisar a realidade a partir da doutrina da Igreja e em seguida traçar linhas de ação. As dúvidas e os debates sobre problemas sociais começaram a adquirir especial importância nessa época, principalmente em 1954, quando o tema tratado pela JUC em todo o país foi a questão social. As reuniões nacionais de Porto Alegre, em janeiro de 1956, e de Recife, em junho de 1957, revelaram o interesse crescente dos jucistas pela discussão de questões sociais e de temas políticos. Temas como a universidade e a sociedade ou a saúde e a fome foram levantados pelas JUCs de Recife e de Belo Horizonte (KORNIS, 2007, p. 2).

³ Em 1955, Carlos Luz é substituído por Nereu Ramos. JK assume a liderança do Brasil em 1956

A JUC avançara no seu ideal, sugerindo adiantamento em suas ações e a elaboração de um quadro teórico que permitisse o posicionamento do movimento diante de problemas nacionais, mas não havia definido estratégias radicalizadas de resistência, o que nos leva a acreditar que o ideal era utópico como a própria época permitia. O esforço de reconciliação, ou melhor, de superação desse estado de tensão, leva a JUC a investir em missões mais audaciosas, mas as raízes na Igreja impediriam esse avanço?

Voltando-se sobre si mesmos, reafirmando os valores oficiais da Igreja, os integrantes da JUC tendiam a compor uma elite acadêmica católica. A visão de mundo que deu origem à JUC estaria ancorada na doutrina medieval da Igreja: a tarefa do homem na Terra seria espelhar a ordem divina ideal, tanto em sua alma como na sociedade (RIDENTE, 1998, p 24).

Em seus primeiros anos de atuação nacional, a JUC criou uma identidade enquanto representação oficial da Igreja no meio universitário, mas encontrando campo para a conquista pela autonomia, avança. Esse ideal de formação de fé e espiritualidade não passaria, portanto, dos muros da Igreja e considerando o novo ideário, outras pretensões transformadoras afetaram essa relação.

A identidade de luta revolucionária é que fez com que os jucistas adentrassem em ações pelo interior do país, muitos ligados aos locais de nascimento, marcas de um movimento entre a cidade e o campo. Realizavam ações sociais, propostas de aulas e atividades lúdicas, conforme manual de atividades da JUC em anexo.

Na década de 1960 e, com a ascensão da Revolução Cubana na América Latina, surge o reforço dessa radicalização de jovens que com seus novos ideais e exemplos, sonharam e clamavam a luta em prol dos Direitos Humanos. Todavia, a atuação da JUC fora da Igreja foi assim relatada pelos depoentes:

A JUC tinha dificuldade em quebrar o elo com a Igreja, sua grande mentora de ações na cidade e no campo. As faculdades iam se expandindo e, por exemplo, em alguns municípios não tinham cursos como o de Educação Física, que os jovens tinham que se deslocar para Recife, e aí estava o hiato, o afastamento das famílias e a inserção na luta que não parava dia e noite. Tínhamos clube, grupo de estudos, passeios e muitas atividades em grupo (DEPOENTE T).

Ao avaliar a relação da JUC com a Igreja, o depoente mostra que essas novas equipes de luta apresentavam uma dinâmica ainda cristã, porém

revolucionária, ou seja, uma força cristã jovem com anseio de luta pela melhoria no país. Faziam orações, clamavam pela presença de Cristo e elaboravam uma pauta com advertências de coisas que julgavam erradas, mas saíam para missões de risco. Segundo D; “se o grupo notasse alguma alteração nessa ordem, mudava de pauta imediatamente. E essa não era uma situação de covardia”, ressalta o depoente, “mas de inteligência, pois nos anos antes do Golpe, já tínhamos pessoas que ficavam olhando o que falávamos”.

Algumas reuniões da JUC aconteciam em mosteiros, salões e, muitas vezes, em salas vazias da Universidade. Essa era a dinâmica de atuação do movimento jucista. Se uma Diocese compreende, geralmente, vários municípios, as Juntas Diocesanas e as Equipes Diocesanas seguiam as orientações das Juntas e das Equipes Regionais, cuja extensão territorial coincidia com a atuação das Equipes de Base da JUC, que atuavam com as Juntas Paroquiais, exercendo controle das ações jucistas.

Alianças que se estabeleciam entre a JUC e o CGT, a UNE que se organizava em apoio à esquerda revolucionária. O episódio do movimento dos sargentos vinha abrindo novas perspectivas para as lutas reformistas, nacionalistas e populares. Apesar da onda de desilusão dos jovens pela não realização das prometidas reformas de Governo, a caminhada persiste e como afirma D: “se não houvesse no país a prometida reforma, a revolução explodiria”

Essas discussões e atividades eram realizadas em espaço geográfico menor do que o da Paróquia, nos salões paroquiais ou casas de integrantes do grupo, e as unidades ocupacionais atuavam em áreas livres de zonas rurais que, para eles, eram lugares onde podiam operacionalizar melhor suas ações sem a presença e poder dos bispos e do clero. Nesse período está muito latente no país o trabalho de Paulo Freire, em Angicos, que alfabetizava grupos com liberdade de pensamento.

Com efeito, o grupo atuava contra o analfabetismo no Nordeste do país, trabalhava com a consciência social dos sujeitos via método Paulo Freire e resgatavam experiências cotidianas de suas famílias. O grupo mantinha laços estreitos com as famílias, a liderança era compartilhada e os militantes nem sabiam ao certo quem os liderava, pois os encontros entre eles eram consensuais.

Se a JUC trabalhava com parceiros como a UNE, exercia um papel de apoio para o movimento de outros grupos. Esta forma de organização, diferente da Igreja foi o garantiu certamente sua luta revolucionária e o avanço de ideário? O grupo se

constituiu em um *lócus* de socialização e de luta com dispositivos que contribuíram para a formação de pessoas e do próprio movimento social.

Na folha 109 da documentação pesquisada na série Polícia Política⁴, encontramos registros da maneira de atuação política do grupo e dos encontros entre jovens que se engajavam na militância católica e estudantil, pelo depoimento nº 10/74 da jucista F.

[...] o grupo político ao qual minha esposa está ligada há vários anos é um grupo de pessoas que refletem em comum os problemas da sociedade brasileira e planejam soluções para determinadas situações; que este grupo tem preocupações na área educacional mais ampla e especificamente operária; que os elementos que o depoente conhece têm sua origem na Ação Católica e influência do pensamento marxista; que este grupo tenta uma ação comum, com alcance visivelmente limitado e pouca chance de expansão; que conhece pessoalmente as pessoas abaixo que cita e sabe pertencerem ao grupo (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2007).

A jucista admite ter o grupo pouca chance de expansão, pois a Igreja era este freio social. Esta, responde ao depoimento sobre seu engajamento no grupo dizendo que, além de seu companheiro, o grupo possuía integrantes como Silvio Correia Lins, Sônia Correia Lins, Marcos Correia Lins, Maria do Pilar Costa Santos, Beatriz Rebiano Costa, Maria Aínda Bezerra, Istvan Jancson, Ida Jancson, e que já ouvira falar em tal Rodrigo. A voz de F mostra que no período da repressão essa união da JUC acaba sendo desfeita pela pressão e preservação de integrantes.

As denúncias de participação no movimento aconteceram sob forma de preservação de entes familiares, embora muitos não cedessem. No depoimento ao DOI/EX, quando o militante admitiu que em militares de projeção estavam ligados à sua família por laços de parentesco e que não podiam ser citados para não comprometê-los. O que se vê é o sistema de pressão aos militantes, mostrando denúncias de colegas e a proteção militar aos parentes e amigos. Sabemos que, quando se trata de família, o campo parece ser sagrado.

Considera-se que um dos motivos que levou a resignificação do processo identitário da JUC, no início da década de 1960, foi o avanço no seu ideário no movimento e o contato com pessoas de outros movimentos trabalhistas e comunistas, isso porque na medida em que avançavam ideologicamente, já não podiam se manter nas ações católicas, pois viam na luta a possibilidade de frutificar

⁴ Documentação encontrada no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro em setembro de 2007. Setor/Série: Comunismo.

ações políticas e culturais inovadoras e diversificadas, aproximando a política da cultura e da vida cotidiana, buscando colocar a imaginação na luta contra o poder de grupos totalitários. As crescentes reivindicações de trabalhadores como camponeses, operários, estudantes e militares de baixa patente levaram ao movimento de politização que ameaçava a ordem estabelecida.

Durante anos, foi-se formando uma corrente forte de opinião em inúmeros segmentos da esquerda, colocando a necessidade de constituir uma vanguarda realmente revolucionária, rompendo com o imobilismo e propondo a luta armada contra a força bruta do governo, avançando decisivamente em direção à superação do Capitalismo e do Estado Totalitário. A versão populista da hegemonia burguesa já não era suficiente para organizar o conjunto da sociedade em conformidade com os interesses do capital, ameaçados pela esquerda jovem que tomara força política.

2.2 OS ESTUDANTES CATÓLICOS EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POPULARES

A JUC atuou nos Centros Populares de Cultura (CPCs) e nos Movimentos de Cultura Popular (MCP), movimentando significativa parcela na sociedade, criticando grupos sociais que procuram divulgar suas ideologias à sociedade. Em contrapartida, a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), atuava ao lado das famílias como amigos do catolicismo em combate à luta revolucionária e comunista no país. Paralelamente, a CNBB empenhava-se para emperrar a infiltração esquerdista, mobilizando os fiéis leigos para o embate apostólico contra a ideologia comunista e a dissidência de parte do grupo.

Mas, as preocupações da JUC com o caráter social e político de luta no país foi consolidando-se no congresso de 1960 realizado no Rio de Janeiro, denominado Congresso dos Dez Anos, que captou muitos jovens, formando novas lideranças e estabelecendo ações para a luta em geral. Também padres e partidos políticos estavam inseridos nessas discussões.

Na Coleção Polícia Política, encontra-se na folha 51 do Arquivo Público do Estado do Rio, o seguinte depoimento ao DOI/EX⁵:

⁵ Pesquisa no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro em setembro de 2007. Coleção Polícia Política setor/série: Comunismo. Folha 051.

Depoimento nº 46/74 de Rute Maria Monteiro Machado no dia 15/02/1974. Era pertencente à organização MPL (Movimento Popular de Libertação).

Perguntada sobre suas atividades no MPL respondeu o seguinte:

1. que a depoente entrou para a JUC em 1963, quando cursava a Faculdade de Direito da Universidade Católica de Pernambuco;
2. que a depoente ingressou no MEB/RECIFE em 1964, ocasião em que conheceu Maria Aida Bezerra, que era Coordenadora Estadual do MEB; que o relacionamento da depoente com Maria Arlinda Bezerra nesta época foi meramente funcional;
3. que nesta época a depoente tornou-se amiga pessoal de D. Helder Câmara, presidente do MEB local, tendo diversas vezes cantado em serenatas organizadas por ele; que a depoente foi presa em 1966, em Recife; que a depoente não foi acusada de nada, e presume ter sido presa por suas ligações com D. Helder Câmara;
4. que a depoente conheceu Marcos Correia Lins em 1964, por intermédio do Pe. Almeri, assistente da JUC na época.

Lendo a documentação, constatam-se as formas de inserção na militância do período e, como esta atuou no cenário nacional, dentro de uma funcionalidade de rede, mostrando as identidades construídas entre a Igreja progressista de Dom Hélder Câmara, Dom Antônio Fragoso, dos Padres Francisco Lago, Alípio de Freitas dentre outros e a conservadora. A luta da esquerda católica ao lado da Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Universitária Católica (JUC) e Juventude Estudantil Católica (JEC), foi de muito valor para a historiografia brasileira.

Anos de repressão, perseguição, perda de identidade. No entanto, o papel de mediação da Igreja acabou por contribuir para a libertação de alguns militantes, evitando a condenação de jucistas ativistas. Isso é visto em no depoimento de S: “minha família vivia entre os padres do Garcia e quando a coisa começou a esquentar, viajei para fora do país por sugestão dos padres”.

A figura do padre era associada ao apoio estudantil, pois o mesmo representava proteção contra repressão. De acordo com o documento, havia ligação entre militantes e a pessoa de Dom Helder Câmara, considerada perigosa para os que combatiam a linha libertadora da Igreja. A proteção de militantes por uma parte da Igreja, o conflito com a ala conservadora, o país oprimido, tudo isso foi extremamente complexo e desafiador. Naquele momento, a JUC vinha expressando e unificando idéias e crenças de grupos heterogêneos. Os udenistas manipulavam grupos conservadores e, as tensões no país chegaram a um grau mais avançado, quando Carlos Lacerda sofreu o atentado que resultou na morte de um major da Aeronáutica, acusando o Presidente Getúlio Vargas.

Com efeito, Café Filho propõe como vice, a renúncia conjunta, no entanto, o Presidente não aceita. Estes rompem e o clima fica tenso, resultando em pressões e morte de Vargas em agosto de 1954.

Lembra-se que foi entre as chamadas udenistas que Café Filho assume o país, em agosto de 1954 e no plano internacional o contexto é de Guerra Fria e os reflexos na América Latina foram imediatos e, no caso do Brasil, o governo procurava diminuir os impactos produzidos pelo episódio.

O momento político permitia depurações políticas, impasses entre grupos católicos regionais e locais. J conta: “eram anos em que aconteciam debates sobre as causas dos fracassos das ações em determinadas áreas que não poderiam sair da proposta anterior determinada pela nacional”. No mesmo ano em Recife aconteceu o Encontro Nacional Preparatório, em 1956; em Fortaleza o V Conselho Nacional, e assim foram muitos encontros pelas diversas cidades sobre o programa e a atuação dos jucistas.

Observa-se que a JUC era grupo ativo e com forte capacidade de transformação para o país, evoluindo na sua consciência, na práxis, na medida em que ocupava posição de avanço no ideário, destacando-se em ações de luta como movimento de jovens ativos, bem mais conscientes da ação política, dividindo a Igreja.

A maioria da Igreja institucional não favorecia nem a esquerda nem os tradicionalistas. Estava dividida entre os reformistas e os modernizadores conservadores. Os modernizadores conservadores eram a facção dominante da Igreja durante o início e a metade da década de 50 e, até o final da década de 60, dividiram a hegemonia com os reformistas. Como os reformistas, eles acreditavam que a Igreja devia mudar, mas promoviam um catolicismo mais forte através da educação religiosa mais intensa. Estavam mais preocupados com a justiça social do que os tradicionalistas, mas eram menos inclinados a ver os problemas sociais como resultantes da estrutura social do que os tradicionalistas (MAINWARING, 1996, p. 65).

Os reformistas com base no pensamento revolucionário, ressignificam posturas, ideário e avançam em discussões sobre o Socialismo, o Comunismo, possíveis soluções para o país e isso causou estremecimentos entre grupos atuantes na sociedade burguesa, militares e a própria Igreja. Fato confirmado quando o Bispo Dom Eugênio Sales – então administrador apostólico de Natal – após perceber o quadro da JUC e alguns posicionamentos desse grupo, toma uma

radical medida, desligando-a da Nacional. O acontecimento causou forte impacto no grupo, dividindo opiniões.

Em 1960, ano considerado utópico pelas ilusões, reúne a juventude no X Conselho Nacional, evento comemorativo aos 10 anos da JUC, com a presença de quinhentos militantes vindos de diferentes Estados. Teve repercussão nesses setores, a participação de jucistas em encontros no Uruguai, na Argentina e na Colômbia. Discutiam o ideal histórico, a falta de consciência dos burgueses e as futuras ações do movimento.

Houve ainda a divisão de funções, criando uma política revolucionária, o que preocupou a Igreja Católica, inclusive porque alguns clérigos estavam no local. Embora reafirmando a estratégia maoísta da Guerra Popular Prolongada, faziam cerco das cidades pelo campo, dialogavam com a Ala Vermelha, implantavam foco guerrilheiro rural como embrião do futuro Exército Popular e a formação de grupos armados na área urbana, para ações de apoio ao campo.

É nesse contexto que em 1961, Aldo Arantes é eleito presidente da UNE e a linha de frente da Igreja reage, expulsando-o da JUC. Ainda em 1961, no Recife, acontece no encontro preparatório de jucistas acontecem discussões e começa a fluir a idéia de formação de um novo grupo, livre da Igreja. Em Fortaleza, o V Conselho Nacional traz com tema, o estabelecimento de diretrizes para ações. Esses encontros contam com propostas trazidas pelos padres de linha libertadora cujos valores animavam o movimento, embora houvesse internamente discordância do grupo em relação ao acato dessas bases.

T conta que o grupo já não era o mesmo. “Pessoas que pensavam mais adiante e outras que não saiam das normas da Igreja Católica. Essa discórdia era por causa da formação de um novo grupo de ação mais libertadora”. A voz mostra a divisão de grupos. O Pe. Orlando Machado é nomeado Assistente Nacional da JUC em 1962, mostrando o que poderia estar subjacente nessa intriga: a Igreja no controle, vigiando ou a própria discórdia interna. Nesse clima, acontece em Recife o VII Conselho Nacional onde é discutida a política universitária e o desejo de libertação das diretrizes católicas. As equipes nacionais participavam elucidando o movimento e a partir delas, os dissidentes criariam a Ação Popular.

Igreja Reformista (1955-1964) e a Esquerda Católica (1958-1964) possuíam em comum a vontade de mudar a sociedade. Procuravam alternativas estruturais que conseguissem resolver os graves problemas sociais do Brasil (BENTO, 1999, p. 13).

Essas novas bases adotadas já se diferenciavam as propostas do movimento. O desejo de mudança, as novas estratégias de ações centralizadoras da equipe nacional, inclusive a cogitação de um possível golpe e o estabelecimento de novas formas de resistência, latentes nos encontros jucistas e, rumores mostravam a intenção de muitos jucistas deixarem o laicato.

Evidentemente que as cifras sobre o número dos simples militantes, dos dirigentes diocesanos, dos responsáveis a nível regional e nacional, e também dos liberados da JUC, nos auxiliaram a reconhecer um pouco melhor a qualidade da participação dos membros no Movimento. Apesar de seu caráter de elite (pois o movimento buscava ganhar primeiramente elementos com qualidade de liderança em seu meio) havia ao lado dos que participavam mais intensamente, quer nos Congressos regionais, como nacionais, ou nos Seminários nacionais, a grande massa dos membros, mesmo se estes não formavam o que Micheles chamava de the rank and the file dos partidos e dos sindicatos (BEOZZO, 1984, p 65-66).

Ora, as reuniões da JUC forneciam pistas, orientações para as demandas locais e nacionais. A participação era forte, haja vista que as lideranças incentivavam os integrantes para a militância além das articulações religiosas. Contudo, no ano de 1960, a JUC já estava em cinqüenta e duas cidades brasileiras em atuação entre capital e interior. Havia um crescimento no movimento e a repercussão foi grande no país. Todavia, o movimento não estava preparado para esse aumento de integrantes e o grupo teve que se adaptar a novos elementos que se mostravam na dinâmica de movimento social.

Foi nesse período que sentimos um excesso de trabalho e não dávamos conta das viagens, das visitas técnicas de campo havia uma falta de apoio da Igreja em acompanhar o nosso ritmo. Mas, tínhamos receio que o movimento se esvaziasse pela mera tática de atuação, isso porque a dimensão religiosa que era fugaz nesse momento de luta. Tínhamos ataques da imprensa, críticas de todas as formas e faltava apoio da Igreja, já que a doutrina da própria Igreja Católica já não acompanhava a nossa luta (DEPOENTE T).

O narrador lembra à sua maneira o acontecido. Por isso todo evento narrado é sempre uma reconstrução incompleta. A perspectiva apresentada por T é apenas uma das várias possibilidades interpretativas que mostra a caminhada do movimento, a política universitária propiciando campo para novas propostas que

nasciam na JUC a partir da práxis, e que a todo custo o movimento tentava assegurar dando continuidade à luta.

Nessas circunstâncias, a inserção desses integrantes foi lida em documento do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Essa documentação⁶ foi captada na Coleção Polícia Política, da Série Comunismo. Nela, lê-se a seguinte informação contida na folha 110, Depoimento nº 10/74, de um integrante da JUC do Rio de Janeiro, no dia 24/1/1974, no DOI/I EX. Perguntado sobre suas atividades políticas e ligação com outra militante procurada, este declarou que:

[...] conheceu-a em 1956 na Ação Católica, ao tempo em que o depoente cursava Engenharia e integrava a JUC, estando ela fazendo vestibular de Filosofia, sendo integrante do Nacional da JEC, que a mesma foi componente do MEB e atualmente está trabalhando na fase.

[...] que do ME conhece ainda: Roberto Mendes, Carmis Vieira, Ruth Cartacho, Dilmar Santos; que da fase conhece Alfons Bernhard Klausmeyer, Maria Luiza da Silva Cristofaro e Ida Jancson [...]

Lendo a declaração, constata-se a maneira como os jucistas se conheciam e a maneira como se engajavam nas ações. Essa articulação vinha também por parte do Movimento Estudantil, que reconhecia os integrantes de luta e os articulava sob forma de participação direta e ativa na militância jucista, criando laços entre os membros, a tal ponto que muitos se casavam e continuavam na luta. Cruzando informações, em Salvador, L conta: “meu irmão levou a namorada para a JUC e se casaram, mas quando ele ingressou na luta armada a deixou em Salvador e foi para o Rio de Janeiro”. A participação desses jovens casais em reuniões e eventos agregava pessoas ao movimento social entendido como espaço propositivo capaz de gerar novas direções para análise teórica, política com pontos comuns e heterogêneos.

Movimento que contava com apoio de padres e bispos que acompanhavam os casais, pessoas atuantes no país. Dentre eles, destacavam-se Dom Francisco de Assis, de Crato (Ceará), Dom Florêncio Sisino Vieira, de Amargosa (Bahia), Frei Germano Veja Campón, Jataí (Pernambuco) e Padre Riou, da Companhia de Jesus Central, a força religiosa renovadora do movimento, oposição à ala conservadora da Igreja Católica. Essas ações específicas recorriam ao uso da imprensa, do rádio e da televisão, mostrando a linha nova de atividades, marcando

⁶ Cf. Fundo/Coleção: **Polícia Política Setor**/Série: Comunismo. Notação: 127, Folha 110, encontrada no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro em setembro de 2007.

reuniões de grupos de casais. Essa linha de pensamento renovado tinha apoio de Dom Helder Câmara, que já fazia parte de congregações de esquerda católica, da luta mais efetiva nos movimentos, ao passo que os representantes da Igreja, a exemplo dos vigários das paróquias, desapareciam do cenário, sendo substituídos pelos assistentes dos grupos que não eram os responsáveis pelas ações diretas do grupo, mas o crítico da estrutura do movimento.

A CNBB recomendava aos membros da JUC o afastamento do Comunismo, os líderes inflamavam a equipe nacional em favor das novas orientações. Uma das estratégias da Igreja Católica era ser contra essas investidas da esquerda, difamando em pregações religiosas o grupo revolucionário e rebelde, fazendo campanha do silêncio diante das citações do pensamento comunista, evitando assim que essas ideias proliferassem no país. Estariam estes princípios atacando a família brasileira? Certamente essa pergunta esteve presente em muitos lares.

Havia, sem dúvida, um esgotamento político nacional e a JUC radicalizou-se, passando pelo governo populista com reação progressista, ao tempo em que parcela da Igreja Católica divergia da orientação desses assistentes de equipe em razão dos ideais do Comunismo.

Anos marcados por novo ideário, identidade nacional se misturando com a internacional, onde as aventuras e a revolução jovem dos Beatles viravam o mundo e que a contracultura fluía. Os *besouros negros* (Beatles) eram recebidos pela Coroa Inglesa, o fenômeno *hippie* e a separação dos jovens de suas famílias viam a simbologia de Che Guevara como postura a ser adotada. E tudo isso encantava os jovens brasileiros e ofendia a Igreja. Resultado dessa contracultura era a juventude se exaltando em drogas, chamados por liberdade sexual em busca de liberdade, o que era ataque direto as diretrizes da Igreja e da própria família.

A Revolução Cubana também causou um profundo impacto na Igreja em toda América Latina. Os eventos em Cuba criaram a consciência de que a revolução era a possibilidade na América Latina; de fato, durante a maior parte dos anos 60, tanto a esquerda quanto a direita superestimaram o potencial revolucionário do continente. Cuba inspirava algumas pessoas a intensificar seus esforços em promover uma mudança radical; outras, a adotar defesas intransigentes da ordem vigente e outras, ainda, a promover o reformismo com o meio de abortar a revolução. Dentre a igreja brasileira estavam presentes as três reações: entre os católicos praticantes a primeira era mais fraca, e o impulso reformista era mais forte. O conflito exacerbado entre a igreja e o regime de Castro reforçou as tendências defensivas dentro de alguns setores (MAINWARING, 1986, p. 64).

Cuba desencadeia na América Latina uma audaciosa luta guerrilheira que termina vitoriosa, implantando o regime socialista de viés acentuadamente radical, surgindo na figura de Che Guevara, o ídolo-ícone para a juventude contestatória de todo o mundo. Anos de uma massa de desempregados e subempregados que, já em meados da década de 1960, chegariam a constituir a terça parte da força trabalhista brasileira.

A referência a este passado é um elemento fundamental na construção da identidade comunista desses jovens revolucionários que, ao mesmo tempo, libertam-se do catolicismo. No processo de reconstrução de identidades, a memória coletiva desempenharia um papel destacado.

Em qualquer processo de busca de identidade, a memória exerce um papel fundamental. Isso porque, além de fortalecer o sentimento de pertencimento e a continuidade temporal, uma das suas funções essenciais é manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um determinado grupo tem em comum (PANDOLFI, 1995, p. 15).

E no país, as identidades efervesciam e a imagem que foi elaborada em relação aos comunistas era de uma ameaça e medo de uma alteração radical da estrutura do país e sua importância encontra fontes de realimentação constante na realidade nacional/internacional.

Muito se tem discutido a respeito da consolidação do regime democrático, mas o que se tem em mente é que essa consolidação sempre será falaciosa se não forem levados em conta alguns aspectos ainda não superados pela democracia brasileira. Obstáculos e alguns emperramentos institucionais, principalmente pela demanda por inclusão de segmentos da sociedade que se encontravam excluídos da esfera política. Na linha de frente desses excluídos, os cidadãos com baixa escolaridade e os que sofrem com os percalços da pobreza que, juntos, são protagonistas de grande parte dos déficits de participação política no Brasil.

O salto de participação social aflorou explicitamente no fim da década de 60 (SOUZA, 1984). Com o tempo, os jovens da JUC passaram a questionar aspectos das ideias institucionais da Igreja, a passividade política diante da ordem estabelecida e com o contexto de convivência universitária com outras correntes de pensamento –, especialmente as socialistas e comunistas–, às quais precisavam

fazer frente, vêm no pensamento de Jacques Maritain, Emmanuel Mounier e Pierre Teilhard de Chardin novas perspectivas.

Anos que ficaram marcados pelo pontificado progressista do Papa João XXIII, e o Concílio do Vaticano II que, a partir dos anos 60, muda muita coisa na Igreja, dividindo os católicos em duas linhas: tradicionais ortodoxos e progressistas do Vaticano II. A partir do episódio, deu-se um passo significativo na valorização e promoção do leigo na Igreja. É reconhecida a igualdade fundamental do cristão leigo na vida eclesial, com direitos e deveres, assim como a responsabilidade deste na missão da Igreja no mundo. O processo de reconhecimento do papel do laicato na Igreja e no mundo é aprofundado na experiência eclesial latino-americana, especialmente em Medellín e Puebla (LIBANEO, 2005).

2.3 A PRESENÇA DE RENOVADORES CATÓLICOS NOS ÂMBITOS UNIVERSITÁRIOS E NO GOVERNO DE JK

Após o Concílio, a presença de renovadores católicos era um fato marcante nas universidades. É, portanto nesse contexto de universidade que o movimento da JUC se reorganizava e tomava impulso de luta, em âmbito nacional e internacional, A documentação da Coleção Polícia Política, Setor/Série Comunismo⁷, demonstra que anos mais tarde os jucistas enveredam em outros movimentos.

Depoimento nº 17/74 de Maria Letícia Ligneul Cotrim no dia 25/01/1974 no DOI/EX. Pertencente à organização MPL (Movimento Popular de Libertação).

Perguntada sobre sua militância na Organização político-subversiva autodenominada MPL (Movimento Popular de Libertação) respondeu o seguinte: (Obs. do int: para melhor análise serão os depoimentos da epigrafada divididos em quatro fases: 1ª) Atuação na JEC e JUC; 2ª) Atuação na Fase (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), 3ª) Atuação no MEB (Movimento de Educação de Bases) e 4ª) Militância no MPL;

1ª Fase: Atuação na JEC (Juventude Estudantil Católica) e na JUC (Juventude Universitária Católica):

1. Que a depoente ingressou na JEC em 1952 no Colégio SION-GB; que nessa época a JEC era um movimento com o objetivo de reunir jovens cristãos e refletir sobre o evangelho: que tinham reuniões semanais onde se fazia pensamento espiritual e discutiam-se problemas da escola, de um

⁷ Fundo Coleção Polícia Política Setor/Série: Comunismo, Folha 088, notação 127, encontrada no Arquivo Público Estadual do Rio de Janeiro.

ponto de vista religioso e individual, que organizavam palestras sobre assuntos de interesse dos estudantes;

2. Que em 1957 a depoente ingressou na JUC da Faculdade Nacional de Filosofia; que nessa época iniciaram-se as discussões para definição do papel do leigo na igreja; que, ainda nessa época, a depoente participou de passeatas Contra a Queda da Hungria (Sic), e Criou com alguns colegas da JUC/FNF um grupo para a derrubada da bancada comunista que Dominava o Diretório da Faculdade (Sic);

3. Que no final de 1957 a depoente saiu da JUC tendo em vista haver parado de estudar na Faculdade Nacional de Filosofia, tendo, porém, continuado a frequentar a Ação Católica;

4. Que em 1959 foi contratada como funcionária remunerada da JEC Nacional com as funções de Tesoureira e encarregada da Região de Minas Gerais;

5. Que, ainda em 1959, a depoente participou do II Encontro Internacional da JEC e JUC em Rosário na Argentina.

Tendo em vista a documentação, a memória se entrelaçaria no tempo, espalhando seus fragmentos, como a própria vida que sustenta a experiência. Todas essas informações indicam o engajamento dos jucistas em ações de ingresso na JEC e na JUC, a participação política em fases na faculdade, as passeatas, funções de tesouraria, participação de casais, movimento de adultos e o reconhecimento das identidades cristã e socialista dentro e fora do país.

Na segunda fase:

6. Que em 1960 a depoente saiu da Ação Católica para casar-se com o Sr. Fernando da Silveira Cotrim, o qual pertencia à JUC da Escola Nacional de Engenharia;

7. Que em meados de 1960 foi à época em que se iniciou na Ação Católica uma maior participação política, sobretudo por parte da / (FOLHA 8- JUC que estava discutindo bastante o que se chamava engajamento, isto é, um modo de se estar presente no mundo (SIC);

9. Que em 1961 a depoente e o marido, Sr. Fernando da Silveira Cotrim tentaram criar um Movimento de Adultos da Ação Católica, o qual não deu certo;

10. Que em 1962/1963 a depoente e o marido participaram como assistentes da reunião de extinção da JEC e JUC, motivada pelo pensamento contrário de alguns bispos recém chegados do Concílio em Roma;

11. Que a depoente sendo cristã e Socialista declara que tal fato é perfeitamente compatível, que o Socialismo é um modo de analisar a História e de organizar a produção e que ser cristão é lutar para que o próximo não sofra injustiças.

Na esteira dessas vozes, o significado da memória como processo vivido, em constante evolução. A memória é concebida como uma construção imaginária e de elaboração simbólica, pois aquele que rememora tece uma relação afetiva com o passado e tende a mitificá-lo. A Igreja garantia o controle da conduta desses jovens nas ações na sociedade, sendo ela peça fundamental no estabelecimento de diretrizes para ações e novos procedimentos sociais. Há necessidade de

recuperar as marcas de um passado ainda recente e que teima em desaparecer na História. A Democracia brasileira, as gerações de jovens que alimentaram o interminável capítulo da história dos oprimidos, permitiram refletir sobre o quadro de luta e repressão em território nacional.

Por esta razão, a atuação de grupos jucistas diante das tensões internas do país e da ameaça comunista, ocasionou uma atmosfera de divisão na Igreja. Padres que lutaram ao lado de militantes pelos princípios de libertação, mas a Igreja Católica protestava com a família em prol do impedimento do regime comunista no país. Porém, a Igreja se manteve fechada em muitos aspectos. Dentre eles, a documentação oficial contida em seus arquivos não pode ser lida por leigos. Os Estatutos da Igreja, normalmente manuseados com a presença de padres da Diocese, mostram que ela é a sua guardiã, preservadora de uma memória que deve ser esquecida.

Com base nas entrevistas realizadas com jucistas chega-se ao seguinte esquema de entendimento: primeiro, que a JUC era Igreja e Ação Católica Geral e Especializada, portanto, conscientizadora cristã e seguidora dos dogmas da Igreja; segundo, que a JUC partiu para a luta mais efetiva em prol da sociedade e dos Direitos Humanos e nessa nova caminhada pós-50, apesar de o tempo todo estar atenta para este ideário, começa a se conscientizar desse novo ideal histórico, radicalizando e transformando seus ideais, na década de 1960; e terceiro que a JUC, entre os anos de 1960 a 1962, ressignificando seu pensamento como movimento social estudantil levantou lenço comunista, tornando-se ameaça às tradições. No entanto ficou sem documento de identidade, tornado-se grupo inativo para a sociedade brasileira que por anos teria que seguir o modelo militar.

Os grupos de esquerda como a JUC começaram a se misturar e com vários objetivos. Até então éramos presos ao que os padres desejavam, mas a partir desses anos, cada subgrupo atuava como se pudesse amenizar o sofrimento do homem do campo ou mesmo da cidade. Lembro que eu saía de rua em rua a pé com dois ou três colegas distribuindo panfletos. Acho que é por essa razão que hoje tenho esta gráfica (DEPOENTE J).

Movimento que em Salvador era muito forte pela participação de colegas da universidade, da rua, parentes, amigos da Igreja, pois muitos nem sempre eram cristão como, por exemplo, o Severo que nem acreditava em Deus. O grupo era composto de amizade acima de tudo (DEPOENTE L).

As vozes ouvidas privilegiam os pontos de referência da memória de quem viveu a experiência num quadro social, enfatizando a força institucional, a continuidade e estabilidade da memória coletiva. Halbwachs (2006) ao invés de conceber a memória coletiva como uma imposição, uma violência simbólica, reafirma seus traços positivos, no reforço da coesão grupal, obtida pela existência de uma comunidade afetiva. Pode-se observar que os depoentes chamam de um grupo de amizade que nem sempre estava ligado às ações da Ação Católica. Mostram que tinham metas específicas de messe e serviço solidário, além do convívio na Universidade.

Considera-se que a JUC foi, sem dúvida, um movimento social de relevância, pois desenvolveu ações, criou autonomia diante de uma instituição poderosa como a Igreja Católica. Atuou diante de um país em pleno processo de industrialização e tensão entre operários e burgueses, industriais e setores elitizados, manteve-se solidária às causas sociais, lutou pelos Direitos Humanos. Foi parceira de grupos esquerdistas do país, lutou com ideário e identidades que lhes permitiram experiências democráticas.

Cabe salientar, aqui, que não se trata de falar do Presidente JK como o maior incentivador da economia do país, esboçando sua estratégia desenvolvimentista, mas mostrar o contexto social, político e econômico que acabou alargando os problemas brasileiros: ampliação das diferenças sociais, tensões que se acentuaram nessa nova fase de expansão de indústrias e comércio, privilégios a grupos que guiavam a economia, carências em muitos setores como educação e saúde. Grande parte da população ouvia promessas do Governo de manutenção da demanda interna sem condições de melhoria de vida de suas vidas.

Durante os anos 50, brasileiros dedicavam-se a setores como o agropecuário, de quem outros milhões dependiam. Foi principalmente no governo JK que começou a ganhar evidência o campesinato. Até então restritos ao interior das propriedades, sujeitos à dominação dos grandes senhores, os camponeses começaram a se mobilizar, e a se organizar, lutando por direitos e pela conquista de terras. Na cidade, comércio, serviços e indústria, concentravam-se outra parcela da sociedade civil que ganhava salários baixíssimos. Os grupos executivos asseguravam seus privilégios e canalizavam investimentos.

O período Kubitscheck tornou-se conhecido por suas realizações econômicas, e é daí que devemos começar analisando a presidência. O dinâmico presidente prometeu cinquenta anos de progresso em cinco de governo e não há dúvida de que de 1956 a 1961 o Brasil apresentou um crescimento econômico real e marcante (SKIDMORE, 1982, p. 204-205).

A classe média urbana censurava a corrupção e o favoritismo e constituía o setor que JK tinha maior dificuldade de agregar. A elite administrativa era favorecida em nome do nacionalismo e o Presidente resolve apelar para o Instituto Superior de Estudos Brasileiro (ISEB) e seus intelectuais tradicionalistas que atuavam no Governo JK. Centenas de jovens brasileiros observavam o curso de um Governo de herança desenvolvimentista que acentuava as diferenças sociais. A prova disso é a construção de Brasília, que atendeu às camadas elitizadas, deixando os candangos⁸ na periferia.

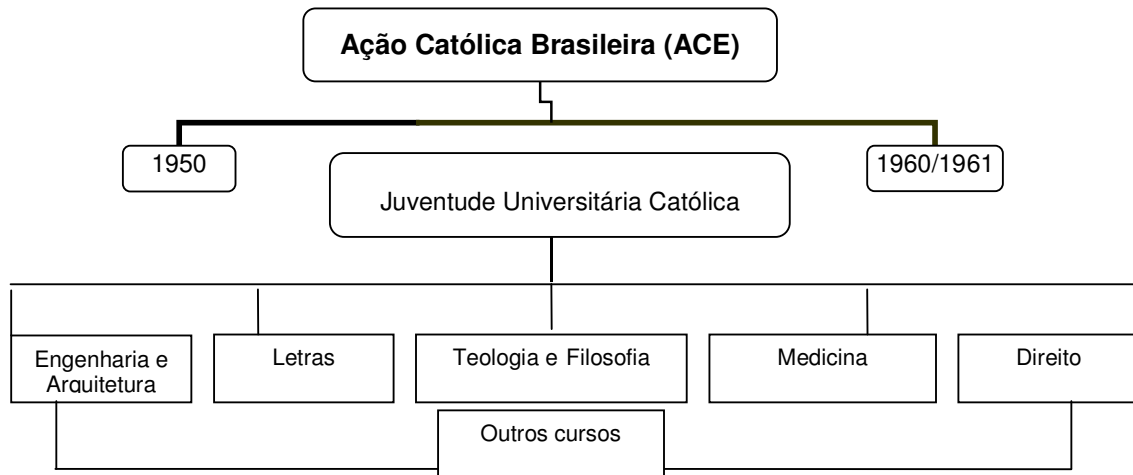
Esses problemas acabaram induzindo a Juventude Operária Católica (JOC) a expandir sua base operária no país, mais especificamente na Região Sudeste. A JOC foi a congênere especialista que caminhou ao lado da JUC com forte atuação nas camadas populares.

De um lado, a elite burguesa e parcela da Igreja, e do outro, os movimentos atuantes do período. A JAC, a JOC, a JUC, atuava de forma mais direcionada no Nordeste, especialmente na Bahia e em Pernambuco. Como visto, a mobilização no campo passou a ser vista como resposta lógica para a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros mais carentes e, como consequência inevitável da situação existente no país, a JUC correria nem equipes pelos diversos estados incutindo as reformas no Brasil, especialmente a agrária.

Essas irmãs em movimento constituíram-se no contexto de desigualdades sociais, a ala mais ativa dos movimentos sociais. Estudantes dos cursos de Engenharia Civil, Elétrica, Arquitetura, Filosofia, Direito, Letras, Medicina, Farmácia dentre outros. Interessante é analisar a força da JUC unida e coordenada pelo curso de Engenharia, em liderança coletiva, criando formas de atuação conforme organograma abaixo:

⁸ **Candangos** eram trabalhadores que construíram Brasília até o limite das forças no Governo de JK.

ORGANOGRAMA 5
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
DA JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA DE FORTE ATUAÇÃO
NO ESTADO DA BAHIA
1950/1961



Fonte: autora, com base nos boletins pesquisados.

O grupo de universitários ia adentrando na luta e modificando suas concepções e ações, na medida em que os anos passavam. Equipes se formavam e as relações de trabalho iam sendo experimentadas dentro de um modelo Capitalista que feria os princípios teóricos discutidos na Universidade.

Na ampliação do seu significado coletivo, a memória vem sendo entendida como uma forma de consciência social, conhecimento temporal compartilhado por sujeitos que contam suas experiências. Tanto a memória individual, em suas manifestações conscientes ou inconscientes, quanto a memória coletiva como força social foi se consolidado através dos relatos, evitando que os acontecidos acabem no esquecimento.

A JUC avançava em ideário entre ações cristãs e cotidianas nas Universidades brasileiras. Perguntando ao depoente sobre sua atuação no grupo e na Universidade, a ideologia do grupo e esquemas de resistência:

Na verdade, tínhamos era um sonho e de repente a coisa explodiu e não víamos mais o grupo todo, só focos de integrantes que atuavam nas cidades e outros no campo que quase não eram vistos. Alguns ainda se reuniam, mas a ideologia estava diferenciada (DEPOENTE P).

A prática política da JUC é uma fronteira simbólica com longa caminhada ao lado de identidades entre de movimento social universitário e católico e o que inspirou a práxis do grupo. E foram as vivências nessas comunidades, os estudos inspirados em pensadores que mostravam as que as experiências nacionais pediam ações mais radicalizadas. A falta de resistência em grupo ainda é um enigma. Alguns dizem que resistiram, mas não há notícias de ações em conjunto, só pequenas equipes isoladas.

Ora, em países como o Brasil cuja sociedade capitalista tem sido reapropriada constantemente, as resistências da esquerda sempre foram muito difíceis. Os ideais de igualdade, liberdade e fraternidade foram nesses anos, em verdade, palavras de ordem da juventude, no sentido de levar as classes trabalhadoras a ideia de participação, de preocupação com o seu bem-estar, de humanitarismo. Então, essas Ações Católicas foram manipulações em prol dos meros interesses da Igreja? O pensar, o agir e o perceber do grupo, foram peças de engrenagens competentes a serviço do próprio sistema manipulador de instituições hegemônicas como o Estado e Igreja?

Mas, no contexto, o movimento jucista visualizava o Movimento de Educação de Base (MEB), de iniciativa da CNBB, como programa de escolas radiofônicas nos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, como proposta da Igreja que tentava a todo custo captar jovens para a tarefa de alfabetização, substituindo o método libertador de Paulo Freire. A criação do MEB foi prestigiada pela Presidência da República, mas apesar de desenvolver múltiplas atividades, dava à população brasileira, outro tipo de conscientização e politização. De acordo com Fávero (2006), “caberia ao MEB e às especializadas desenvolver ações como alfabetização popular em zonas rurais, ao tempo em que somava o pensamento social cristão em seus princípios”. O MEB (1961) e a JUC viveram parcerias no Governo JK.

A JUC torna-se, aos olhos da sociedade, uma forte presença da esquerda brasileira, porque nesse movimento estavam princípios do marxismo e a Pedagogia Libertadora de Paulo Freire. Mesmo tendo apoiado o MEB, os anos de 1958/61 foram decisivos para a criação da Campanha Contra o Analfabetismo no país que somava experiências com a Pedagogia de Freire e sua comunicação com as massas. O movimento tinha perseverava na ideia de libertar o povo brasileiro das amarras do Capitalismo e, nos anos de 1960/61, acaba ajudando ao grupo jucista

firmar-se na luta contra o analfabetismo no país, tendo ideário mais radicalizado, associando-se a UNE e a grupos de esquerda. E ainda entre os anos de 1961 e 1962, gera a Ação Popular (AP). Identidade transformada em AP.

Essas novas ações da JUC/AP entram em conflito com as novas ideias do Papa João XXIII, outra investida da Igreja nos Compêndios do Vaticano II, que, no programático discurso de abertura (11/10/1962), anuncia que

Uma das finalidades do encontro seria a união dos cristãos. E para isso estavam presentes na Aura Conciliar, desde o primeiro dia, os observadores não católicos. Com essa finalidade constituiu o Papa o Secretariado para a União dos Cristãos, desde o início dirigida pelo Cardeal Agostinho Bea. O Concílio abre o *Decreto Unitatis Redintegratio* com as seguintes palavras: A reintegração da unidade entre todos os cristãos é um dos objetivos principais do Sagrado Sínodo Ecumênico Vaticano Segundo.

As argumentações apresentadas no Compêndio estabeleciam a preservação da Igreja, o que vinha de encontro aos princípios de unidade do Comunismo, mas uma ala da Igreja feria estes princípios e a Igreja se divide.

Quando se trata de unidade entre os cristãos, o caminho é a preservação de valores familiares, sociais, políticos, mas preservando a liberdade humana. Valores que na família estavam durante esses anos em desagregação pelo movimento hippie, pelas músicas que eram revolucionárias, como o rock, que veio de seitas macabras em Londres, tatuagens e pactos que traziam anseios de liberdade (DEPOENTE H).

Segundo o depoimento acima, a Igreja representa a expressão de diálogo com comunidades, incentivando a manutenção de valores na família, que vinha sendo diretamente atacada pelas idéias comunistas, pelo movimento de contracultura desses anos. A análise do período enfoca, pelo olhar de Mainwaring (1986), as forças favoráveis às mudanças dentro da Igreja, mas é igualmente importante avaliar a resistência à mudança. A Igreja pregava a ordem anticomunista, pois feria seu princípio de unidade. O depoente explica como isso era importante para aquele momento da Igreja.

A unidade católica é diferenciada da comunista pela questão da desagregação. O Comunismo castra valores, muda pela força, é imperativo, pois não dá espaço ao cidadão. A unidade católica não. Ela respeita a liberdade, agrega dentro do Cristianismo as diferenças, usa o convencimento, mas não a força, explana propostas aos homens (DEPOENTE H).

Esse relato mostra a questão da desagregação dos ideais, sinalizando as diferenças em pensamento entre Igreja e jucistas. O que preocupava era a conquista de espaços na sociedade com práticas comunistas, prática criticada pela versão católica. Nesse contexto de riscos, de ameaças e de crise, setores capitalistas sentiram-se fragilizados, resultando praticamente numa rejeição a esses grupos de esquerda cristã, o que criava uma divisão ideológica entre muitos integrantes da JUC, inclusive porque muitos eram filhos de empresários e burgueses.

2.4 AS IDENTIDADES DA JUC: CONSTATAÇÕES E DESAFIOS

Pensar as identidades da JUC remete a um grande desafio. Viu-se o grupo nascendo híbrido e mantendo-se por anos nessa condição entre as duas faces, a da Neocristandade e a da Universidade. Em momento inicial, as identidades aludem a questões complexa e formadoras de opinião.

Não temos conhecimento de um povo que não tenha nomes, idiomas ou culturas em que alguma forma de distinção entre o eu e o outro, nós e eles, não seja estabelecida... O autoconhecimento – invariavelmente uma construção, não importa o quanto possa parecer uma descoberta – nunca está totalmente dissociado da necessidade de ser conhecido, de modos específicos, pelos outros (CALHOUN, 1994, p. 9-10).

Por identidade, Calhoun aborda que os atores sociais constroem uma rede de significados com base em atributos culturais, sociais inter relacionados que prevalecem presos à estrutura social. Para uma determinada pessoa, esta multiplicidade ou mesmo diversidade, é contradição, pois representa papéis organizados num contexto social, influenciando o comportamento, gerando negociações, formando identidades.

A JUC criou redes relacionais na sua caminhada entre a Ação Católica e Movimento Estudantil Universitário, mostrando-se marcada por uma tradição cristã que é constitutiva na sua identidade nacional. Concentrou-se na identidade coletiva e nessa construção social entre grupos e poder, reconstruiu suas identidades que Castell chama de Identidade legitimadora, de resistência que é um tipo mais importante de construção da identidade na sociedade e identidade de projeto, que é a para ser conquistada (CASTELLS, 2000).

Nesse sentido, o autor ao estudar os tipos de identidades relacionadas aos contextos específicos e os princípios de vida pessoal e mobilização social, examina os processos fundamentais para a construção de identidades de grupos. Entende-se que a identidade de um povo – a nacional – mostra-se confrontada com expressões individuais, pois esta é a marca de um grupo e pela ótica da mesmice, traços próximos de um ideário que une as pessoas, não só no geopolítico, mas no religioso, no nacional, no regional.

Recorrendo aos estudos sobre as identidades explorados por Ricoeur(1988), toma-se a ideia de referência de cada pessoa que atuou no grupo como uma forma de representatividade e atuação na militância, conferindo-lhe uma identidade que é a jucista. E nessa dinâmica do ‘eu em encontro com o outro’, o grupo construiu identidades, impulsionando movimento de identificação com outros grupos, levando as pessoas a se verem e reconhecerem como militante jucista. E no âmbito desse reconhecimento, as múltiplas identidades coexistentes se unificaram em identidade de pertença – que é a de ser jucista –, ponto de referência para suas múltiplas dimensões: sociocultural, histórica, geográfica, material.

Contudo, se no social as identidades são fortalecidas, ou mesmo constitutivas, isso significa que numa sociedade, para que as mesmas sintam-se seguras, atrelados nos mesmos processos identitários ou ideológicos o grupo marcou presença na História do país, tornando-se ícone de luta nesses anos. Todavia, partindo da tese do individualismo moderno, a identidade sociológica nos anos 60 mostrava que as pessoas se preocupavam com o sociológico, com os rumos da sociedade brasileira.

Ricoeur (1990) procura discutir identidade, diferenciando os sentidos: o primeiro, considerado a partir do processo de individualização – o ‘eu’; e o segundo, quando faz uma acepção especificada partindo de uma referência grupal – ‘outros comigo’. Nesse processo de identificação entre o ‘eu e os outros’, a JUC recorreu à dinâmica de uma práxis em grupo atuante no contexto nacional, cuja coesão ideológica esteve presente o tempo todo se configurando nas individualidades de luta e ação entre essas identidades. Se as identidades são construídas em territórios e contextos, estas por sua vez surgem a partir da ideia de ser jogado ao mundo (*Dasein*), interagindo.

Neste sentido [diz Ricoeur] a *Selbstheit* [ipseidade] é um dos existencialia [existenciais] que convêm ao modo de ser do *Dasein*⁹, como as categorias, no sentido kantiano, convêm ao modo de ser das entidades que Heidegger caracteriza como *Vorhanden e Zuhanden*. O corte entre ipse e idem exprime finalmente o mais fundamental entre *Dasein e Vorhanden e Zuhanden*. Só o *Dasein* é meu, e mais geralmente um si. As coisas, sendo dadas e manipuladas, podem ser ditas minhas, no sentido de idem. Dito isto, o si [ipseidade] encontra-se em intersecção com o mesmo [mesmidade] num ponto preciso, precisamente a permanência no tempo (RICOEUR, 1988, p. 298).

A partir desse entendimento de construção de identidade, a conseqüência disto é um amplo processo de troca e para a hermenêutica de Ricoeur, maneira de interagir e interpretar a partir das permanências e das diferenças, tudo isso numa soma nunca concluída de um aglomerado de signos, referências e influências. Nessa dinâmica, a JUC que tinha uma ‘identidade flex’, foi movida por duas instituições – a Igreja Católica e Universidade – permitindo-lhe na alteridade, o exercício de cidadania avançando no próprio movimento entre espaço e tempo.

Para Hall (2002), as identidades são construídas discursivamente, e isso significa sustentar a ideia de que elas são formadas por meio de práticas realizadas em determinados contextos pelos atores sociais, caso da JUC, cujas identidades foram desveladas a partir de interações, contextos, práxis e luta, pois sua ‘identidade flex’ era constitutiva na sua história. Isso ocorre precisamente porque as identidades são desveladas dentro e não fora dos discursos, sendo preciso compreendê-las como produzidas e ressignificadas em locais históricos e institucionais específicos, com estratégias e iniciativas ligadas a interesses em jogo.

Pensa-se na identidade da JUC a partir de uma das fases: a do sujeito sociológico de Hall (2002), refletindo a crescente complexidade a partir dos efeitos presentes nesses anos de contracultura. A identidade se mostra definida nas relações com outras pessoas, fragmentando-se quando há mediações de valores diferenciados, sentidos e símbolos estipulados pela cultura. Nesse entendimento, a identidade sociológica da JUC sustentava-se na busca de uma estabilização entre o mundo interior e o exterior, o mundo pessoal e o mundo público.

Contudo, as identidades da JUC estiveram em processo de ressignificação a partir de juízos das pessoas que no grupo militava, pois quando se deram conta

⁹ **Dasein** é o ente que temos a tarefa de analisar somos nós mesmos. O ser deste ente é sempre do próprio ser.

desses processos de celebração fixa, mostraram-se dúbios em sua formação. É por isso que Hall (2002) lembra que somos diariamente confrontados com identidades com as quais podemos nos identificar, interagindo entre o núcleo interior do sujeito, que não é autônomo nem autossuficiente, mas formado processualmente na relação com outras pessoas.

Se a identidade costura o sujeito à estrutura, estabilizando-o tanto quanto o mundo cultural que ele habita, essa 'identidade flex' do grupo acabou tornando-o mais unificado e predizível entre as duas instituições (Igreja e Universidade), contribuindo assim para 'a racha' do grupo no momento de criação da Ação Popular (AP). Tratando de identidades, o estabelecimento de fronteiras, de territórios identitários, sempre foi causa de embates ideológicos. Os sujeitos se fixam temporariamente em grupos e estão em constante processo de reconstrução e redefinição identitária.

Nessa perspectiva, as identidades possuem campos culturais provisórios e híbridos, resultado de processos avaliativos dos sujeitos em suas relações cotidianas. Sendo ainda as identidades consideradas complexas e de cunho circulante, validam o jogo de circulação na medida em que gradativamente são reveladas, transformadas, produzidas a partir de novos sentidos, uma questão política de quem observa e vive num tecido estrutural de múltiplos sentidos. Por esta razão, o círculo hermenêutico é teleonômico, ou seja, tem movimento e se fechar, vira crença, convicção.

A identidade destinada à resistência, lava à formação de comunas ou comunidades, segundo Etzioni. É provável que seja esse tipo mais importante de construção de identidade em nossa sociedade. Ela dá origem as formas de resistência coletiva diante de uma opressão que, do contrário, não seria suportável, em geral, com base em identidades que, aparentemente, foram definidas com clareza pela história (CASTELLS, 2006, p. 22).

O grupo vinha construindo e legitimando ao longo dos anos identidade social e, se essa encontrava barreiras e opressões, a partir de um sistema dialógico, interligado e altamente diversificado, no entanto, buscou novas bases para sua prática. Contudo, sem a identidade social, qualquer grupo perderia de vista a unidade e ficaria em espaços de fluxos isolados e intemporais a serviço de expressões individuais. Identidade, portanto, refere-se a ideia de *mesmice*

temporária, de uma quase totalidade, mas que na verdade, está em permanente transformação.

E, ao definir a categoria identidades, denotativamente pode-se utilizar a acepção dada pelo dicionário: qualidade de idêntico e ao mesmo tempo diferente. Embora o termo mesmo identidade seja definindo como conjunto de caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa ou grupo, a ideia remete à perspectiva de buscar algo em comum com o outro e não somente aquilo que lhe é único. Por isso, se identidade(s) resultam, em suma, de processos dinâmicos que vão desde as criações até os jogos mais abertos, são complexas, dialéticas, reiventadas, podendo ser produzidas de acordo com a situação contextual.

O compromisso maior da JUC era com o grupo, com a sociedade, com o mundo, pois este representava a liberdade, sob todas as suas formas de manifestação própria desses anos. Considerava abusiva qualquer manifestação de autoritarismo ou restrição a liberdade, combatia a centralização de poder e concentração de rendas a grupos hegemônicos, considerava as diversidades e urgência de nossos problemas sociais. A concentração de poder que, ao longo dos anos, se processou neste país e a crise acabou por atingir gravemente as famílias médias e pobres; Estabelecia-se, sobretudo, como meta, a libertação dos homens e do próprio homem. Era preciso estimular, por todos os modos, a participação comunitária, abrindo-se oportunidade à fecunda manifestação de formas de trabalho (DEPOENTE X).

A voz revela o discurso dos membros da JUC, mostra prevalência da identidade social do grupo com base em princípios valorativos e relacional. Considerando-se a JUC como grupo que pensava no processo de liberação de seu ideário, suas práticas eram de proteção ao cidadão, de denúncia da interferência excessiva do Estado em atividades econômicas, políticas, sociais. Ecos de um pensamento crítico reverberado sob forma de debates e trabalho.

A JUC preocupava-se com o crescimento descontrolado das atividades industriais e empresarias do Estado, que transbordaram consideravelmente alterando os limites da necessidade do capital em mãos de grupos hegemônicos; O ideário do grupo, o destinatário final de toda a atividade social era o homem, protegido em sua liberdade, dignidade e integridade; O desenvolvimento que pregamos há de se fazer, portanto, a serviço do homem e do bem estar social. Rejeita-se qualquer proposta fora de desenvolvimento humano que transfira para um futuro distante e indefinido e que busque a redução das desigualdades sociais no país (DEPONTE T).

Os mais variados resíduos memorizados, grandiosos ou não, são expressivos, pois o que é lembrado do passado está presente nos dias atuais,

consolidando os quadros sociais. Este depoimento mostra que se todo este ideário estava embutido nas identidades de grupo e que a JUC era notada cada vez mais nos diretórios estudantis, avivando-se nas Universidades, ao tempo em que as discussões do país estavam borbulhando em críticas. Isso chegou a tal ponto que as formaturas dos jucistas eram temidas pelos discursos proferidos quando revelavam os problemas do país. Era a identidade revolucionária, social, crítica. Halbwachs (2006), não se refere à memória em si, mas aos quadros sociais em que ela é produzida. A memória não é, para ele, fruto do sonho, mas do trabalho de refazer, com idéias atuais, as experiências do pretérito. No entanto, não se trata de reviver o passado tal qual ele pudesse ter sido, mas de um esforço para a reconstrução deste passado diante de nossas atuais possibilidades. Lembra J:

Quando terminei o curso, senti que ser orador era perigoso, pois todos viviam dizendo que éramos revolucionários. Mas, na verdade, falávamos de coisas rotineiras como falta de trabalho, mão de obra explorada, jornadas longas de trabalho e deficiências nos cursos da Universidade. É lógico que as discussões marxistas acabavam adentrando nas falas, mas ser jovem naquela época era ter discurso afiado sobre Marx (DEPOENTE J).

Na voz do depoente, percebe-se que o discurso estava voltado para ações em prol da defesa pela igualdade social, econômica, cultural. Aliás, os estudantes universitários nesses anos tinham bases teóricas marxistas e pensavam o trabalho. Traziam uma série de embasamentos para discussões sobre o pensamento de Marx numa asserção de que todo novo estado da divisão de forças nas relações, repensando os instrumentos e produtos dessas ações humanas. E a situação de produção no Brasil nesses anos era desigual e injusta, trazendo referenciais territoriais para o movimento.

Nas Universidades era evidente a participação em definições em embates da educação nacional, quando havia a intenção de conservar a educação como instrumento cultural de dominação das classes privilegiadas, servindo de opressão aos humildes. Com essa premissa, percebem-se diferenças sociais, e, segundo o Boletim da JUC, o estudante cristão teria uma arma a empunhar – o lenço da luta e da paz. Com essa ideologia a JUC apoiaria a sociedade, sustentando a participação no país, criando as primeiras bases de luta da Ação Popular.

Mas, não se trata de perder a identidade, mas configurá-la no papel de movimento social, revelando a força nacional que o grupo tinha. Mas, se o ideário

ampliou e sob forma de novos projetos em parceria com a UNE, com pessoas de outros partidos, desenvolveu manifestações que não paravam de acontecer. A identidade revolucionária da JUC/AP já manifestada como movimento social, buscava outras formas concretas de ação, mais diretas.

Nessa perspectiva, a atuação da Ação Popular (AP), entre os anos de 1962 e 1963, demonstra a crise de identidade da JUC, um campo propício de novas ações. Se a autonomia do movimento não podia coexistir com o panorama religioso, acontecem rupturas, desânimo de uma parte do grupo e finalmente divisão pelo ideário. Ora, a AP nasce com representação da força e independência da JUC em relação às amarras da Igreja. Desde então, a esquerda cristã não podia mais ser homogênea e nem a Igreja hegemônica no controle da entidade.

A ação jucista não estava excluída da Igreja, mas o novo grupo da AP era mais atuante na luta armada. Ao transformar-se, a JUC enquadra-se num quadro de deslocamento das identidades, cada vez mais fragmentada e fraturada pela ideologia católica e a populista, criando um movimento identitário voltado para acirramentos e enfrentamentos construídos ao longo de seus discursos, práticas e posições. Portanto, o sonho de unidade identitária evanesce frente à tal contingência histórica, social que validam as possibilidades de ação do grupo.

A AP era radicalizada, seus membros abraçavam vários segmentos de luta trabalhista e comunista. Todavia, a JUC continuou os dissidentes se reconheciam como membros da Ação Popular (AP) e avançavam na luta de dupla dominação: capitalismo nacional e internacional, forma de combate ao Totalitarismo no país, às formas de injustiças sociais.

[...] existe entre a atividade de narrar uma história e o caráter temporal da experiência humana uma correlação que não é puramente acidental, mas apresenta uma forma de necessidade transcultural. Ou, em outras palavras: que o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e que a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal (RICOEUR, 1994, p.85).

CAPÍTULO III

JOGO DE INTRIGAS: CONFIGURAÇÕES DA JUC ENTRE O GOVERNO DE JOÃO GOULART E O GOLPE DE 1964

Mas o que sabíamos da Democracia brasileira? Dotados de um espírito crítico e coletivo, lutávamos por uma sociedade que atendessem às ansiedades da maioria, pensávamos em muitas reformas, inclusive pelas promessas do Presidente Goulart que sinalizava a dura realidade que atravessava o país. Ser jovem brasileiro era ficar indignado: tanta criança com fome, tanto jovem sem emprego e na miséria, tanta pobreza desnecessária pelo Nordeste e era inexplicável para o Brasil e sua extensão de terras improdutivas (DEPONTE T).

O terceiro capítulo intitulado *Jogo de Intrigas: configurações da JUC entre o Governo de João Goulart e o Golpe de 1964*, analisa as articulações da JUC e suas congêneres nos anos do Governo de João Goulart, quando grupos hegemônicos articulam o golpe civil militar. Tudo isso em anos marcados pela movimentação dos estudantes universitários católicos no país e pelo fenômeno do Comunismo como regime antagônico ao Capitalismo. Questiona – se a forma como a JUC foi construindo sua práxis nesse contexto controlado por uma elite capitaneada presente em diversas instituições do país, o porquê do Presidente João Goulart não conseguir operacionalizar as anunciadas Reformas de Base pensando o ideário do grupo diante da tomada de poder dos militares e de uma Democracia fragmentada.

3.1 AS CONGÊNERES E AS ARTICULAÇÕES POLÍTICAS NUMA DEMOCRACIA FRAGMENTADA

A ideia de formação do ideário da JUC vai sendo definida a partir do diálogo com outros grupos e, neste caso, com suas congêneres JAC, JEC, JIC, JOC, que não agradava a grupos comprometidos com a política capitalista. Esse movimento social católico com pensamento contrário a dos conservadores, nos últimos governos brasileiros ganharam grande representatividade, contrapondo-se a grupos civis e militares de teor capitalista e hegemônico que descontentes, tentavam impedir as mudanças no país.

Neste momento em que vivia o Brasil, esses grupos manipuladores estavam voltados para o impedimento das atuações políticas da esquerda e os jucistas sabiam disso. Mas, a JUC não estava só. Nessa caminhada Ao lado da atuação com suas congêneres, estava o apoio do Partido Comunista (PC) que trazia ideologia capaz de fazer grandes transformações no Brasil.

Em 1961, o PC realiza uma conferência Nacional, onde é aprovado o novo estatuto, que alterava o nome do Partido Comunista do Brasil para partido Comunista Brasileiro, além de não fazer referências à ditadura do proletariado (SEGATTO, 1981, p 91).

Acredita-se que o Partido Comunista com novos estatutos, ganharia espaço no contexto nacional e as alterações implicariam numa nova frente e programa

político, consumado no ano de 1962 com a nova nomenclatura PC do B e a inserção de alguns membros da JUC para essas novas ações do partido. Com a dissidência de jucistas para a AP e os novos processos de interação, o movimento fragmenta-se em suas bases religiosas, conduzindo o ideário para propostas mais avançadas.

O movimento dos estudantes universitários jucistas foi marcado por idéias e práticas populistas no período que vai de 1961 a 1964. Mas, ao mesmo tempo expressou o elitismo e o idealismo típicos do Populismo. Contudo, os estudantes e sua entidade principal, a União Nacional dos Estudantes (UNE), acompanharam a radicalização crescente das forças progressistas aliadas às propostas do governo de Goulart, aliás, metas que promoveram uma série de episódios nos anos seguintes.

Nesse ínterim, a JUC reúne-se com a coordenação nacional e, entre impasses ideológicos que já se instauram no grupo, considera o PC um apoio para incentivar e reforçar seu ideário. Entende-se que o esquerdismo cristão foi mais uma via que levou os jovens de classe média à rebeldia nos anos 1960, constituindo-se em fonte ideológica importante para a nova caminhada. Não resta dúvida que o partido mesmo em ressignificação de sua identidade, era atraente pelo seu idealismo e ativismo. Talvez por isto, o Cristianismo progressista tenha perdido um pouco de sua influência na segunda metade dos anos 60 entre os jovens, ao mesmo tempo em que alguns dos cristãos considerados progressistas foram levados a radicalizar ainda mais sua ação e doutrina.

Pois, foi nos anos 60 que a JUC questionou seu ideário como força nacional, democrática e popular, viu a AP avançar na luta, apega-se às promessas de Goulart de reformar a Nação, construindo novas bases e reorganizando seus princípios. Não dava mais para esperar.

A força do PC ia se recuperando, pois estavam abandonando seus sindicatos e luta organizada, se aproximando da JOC que era aliada a JUC nessa luta política, social. Os operários estavam inflamados e os universitários entravam na luta para fortalecimento desses operários enquanto que os comunistas que já não se prendiam a sindicatos, iam à luta mais direta com união entre trabalhadores e estudantes. Essa era a arma principal de luta: a união entre eles (DEPOENTE J).

A memória seleciona no passado o que é considerado importante para o sujeito ou para a coletividade. Recorrendo as lembranças de J, essa unidade de

ação nesses anos tornou-se uma mola propulsora de luta mais organizada. Na verdade, essa política articulada era da Frente Única, do próprio PC e das JUCs (JAC, JOC, JIC e JEC) que caminhavam lado a lado no contexto nacional. Nessa perspectiva, o movimento começaria a caminhar com maior autonomia das ações católicas, o que acabou refortalecendo o grupo fora dos domínios diretos da Igreja.

O movimento estudantil jucista foi alvo da ação de partidos, cisões e agrupamentos de esquerda. E ainda, fazendo uma analogia da situação dessa esquerda brasileira, encontrou-se em manchete de primeira página do Jornal Semana Católica, a fala de Dom Augusto, mencionando um pedido que lhe fora feito por um jovem jucista:

– Veja senhor Bispo, a situação é alarmante. O Comunismo invade tudo e a Igreja, desculpe-me a franqueza, parece estar de braços cruzados [...]. E o Cardeal respondeu prontamente que, atendendo ao apelo desse “preocupado” católico, a Igreja não ficaria “de braços cruzados” (JORNAL SEMANA CATÓLICA, 1963).

Esse depoimento sinaliza o antagonismo entre a esquerda e a Igreja. Diante de apelos, realmente ela não ficou parada. Havia dois caminhos: o da Neocristandade, sendo ela a nova força controladora (não como força superior ao Estado, mas ao lado dele), e o do resgate de integrantes do grupo que estavam migrando para outros movimentos e esse trabalho deveria ser feito através dos padres progressistas envolvidos nas ações especializadas.

Se o Governo não havia criado estratégias para suas anunciadas reformas, a Igreja Católica, mesmo caminhando entre as duas vertentes, tinha ainda controle nas suas ações especializadas. Daí a ideia de rachadura no grupo da JUC que se desvela nesses anos. Ora, o que se percebe é que a Igreja Católica reagiu de forma desfavorável quando o PC passa a se fortalecer já como PC do B, alertando os membros da JUC sobre a importância de uma luta mais ativa.

O Comunismo sempre foi considerado um ataque direto aos princípios cristãos. Essa reação da Igreja Católica teve como base o paradigma da Neocristandade e a atuação antirreformista de alguns bispos, como Dom Antônio de Castro Maier e Dom Geraldo Sigo, clérigos conservadores ligados à organização Tradição, Família e Propriedade (TFP) – sociedade cívica anticomunista que a todo custo impedia o adentramento do regime no país.

No entanto, na medida em que havia união dessa esquerda através da Frente Única, alguns jucistas permaneceram ligados às metas de ações católicas, gerando divisões internas no grupo. Todavia, foram esses contatos entre católicos e comunistas que alargavam suas ações, esboçando ainda mais a Ação Popular como grupo saído da JUC.

Em 1962, por exemplo, a hierarquia através da CNBB, reconhecia quatro grandes inimigos da Igreja como sendo: a) o marxismo, b) o protestantismo, c) a umbanda - considerada um sincretismo dos cultos africanos, do espiritismo e do próprio catolicismo - e, d) a secularização. Dom Eugênio Sales, Cardeal do Rio de Janeiro, reconheceria mais dois inimigos dez anos depois: a tendência do clero para as causas sociais na organização de movimentos contra a injustiça social e o choque do Regime Militar com a hierarquia por causa do desrespeito aos Direitos Humanos (ALVES, 1979, p. 44-45).

A hierarquia da Igreja, o papel da CNBB e o largo alcance do pensamento católico limitaram a nova propaganda Comunista endereçada mais às classes médias e às desfavorecidas. Diante da complexa questão social, cultural e política do país, a Igreja Católica, prestava serviço social, mantinha relações de cordialidade e evidente cooperação com o Estado, mas combatia o Socialismo, o Comunismo e outras vertentes como o espiritismo, o pentecostalismo.

O Governo de Goulart foi visto por parte do clero católico como uma suposta subversão e caberia a ela restaurar o país através de ações sociais, bloqueando a chegada do Comunismo e de outros cleros e práticas que desestabilizasse a ordem cristã. O país vivia momentos de crise política, social e religiosa.

O fato é que, na sociedade brasileira do início dos anos 60, não poucos subalternos ousaram virar a bandeira, contra a esmagadora maioria dos militares que viriam a cumprir seu papel repressivo por ocasião do golpe de 1964. Na conjuntura anterior ao golpe, parte dos militantes era especialmente atingida pelo dilaceramento existencial da condição de soldado (RIDENTE, 1993, p. 207).

A esquerda levantou bandeiras, no entanto, o contexto anterior ao Golpe favoreceu para que os militares se aliassem à burguesia, estabelecendo metas que poderiam ser alcançadas caso o Comunismo adentrasse no território brasileiro. De certa forma, pode-se dizer que a burguesia é vítima das mazelas do sistema capitalista que os aprisiona e seduz entre o capital financeiro internacional e o capital monopolista nacional. Com a tomada dos militares, inicia-se um novo

momento político – o de Repressão Civil Militar onde grupos com interesses subjacentes concentram forças para a derrocada do Governo.

Com base nessa assertiva, o Estado Militar se transforma em um forte referencial nacionalista. A tibiedade do papel político de Jango – as reivindicações dos trabalhadores, estudantes e setores populistas que já não conseguiram se organizar, desenhando um quadro de não-resistência, de ausência de força unificada diante do anunciado Golpe de 1964. Acontecimento que, na dúvida quanto à orientação nacional-reformista anunciada pelo próprio Governo Goulart, seria um ponto final para a atuação da esquerda brasileira, especialmente a jovem esquerda católica JUC que não conseguia encontrar a união dos movimentos de esquerda.

E, finalmente, os interesses hegemônicos no Brasil conseguiram desestabilizar os princípios da democracia brasileira, impondo uma ordem, realizando manobras para preservação do *status quo*.

A tomada de posicionamento de Goulart, a postura da Igreja Católica e a desarticulação dos movimentos favoreceram aos setores ditatoriais instalados no país em 1964 e a Igreja Católica se vê diante do impasse identitário da JUC. Mas pode-se aqui analisar a sustentação que ela deu de início à luta estudantil na trajetória sociopolítica e religiosa.

3.2 O GOLPE DE 1964 E O MOVIMENTO JUCISTA EM CLIMA DE SUSPENSE

A atmosfera política do dado período foi permeada por muitas incertezas, medos, inseguranças, e juntamente com isso, parte da população demonstrava ‘certo ar da ignorância pura e simples’, o qual revelava o próprio nível de instrução de boa parte da população brasileira (leia-se a própria carência de instrução). A aceitação da idéia de golpe implicou em uma introspecção niilista e, portanto, absolutamente inerte e improdutiva diante da possibilidade de mudança no país.

A combinação entre algumas dessas possibilidades de mudança advindas vigente e o discurso de Goulart havia atraído muitos adeptos, preocupando a ordem conservadora.

O golpe de 1º de abril de 1964 era feroz à classe estudantil e operária. Eles foram os mais visados, ao lado dos professores que esclareciam em sala de aula a situação do Brasil. Os estudantes foram atingidos pela máfia de militares. A sede da UNE havia sido incendiada no Rio de Janeiro e repressores corriam e se infiltravam nas mais diversas áreas. Era um bando de baratas com capacete que se expandiam numa rapidez imensa. Deixe lá que não havia ninguém que pudesse contê-los, a não ser o próprio governo de imediato. Por isso eram repudiados esses militares nos meios estudantis, mas devíamos ter tido muita inseticida para eles (DEPOENTE GG).

Tudo o que é lembrado está no presente e consolida um determinado quadro social. O passado que existe está inscrito nessas estruturas e memórias que temos individualmente. O relato mostra os embates entre grupos, o incêndio da sede da UNE, quando o depoente GG utiliza a metáfora da barata e inseticida que foi lembrada por conta da falta de ataques diretos, referindo-se à conduta militar que foi rápida, forte e violenta, deixando muitas pessoas atordoadas.

Mas, a falta de resistência de grande parte das pessoas, a alienação de governantes diante do episódio é visto a partir de diversos olhares. Havia um clima para a legitimação do Golpe Militar e, portanto, tudo foi rápido demais.

O General Carlos Luis Guedes, encarregado de dar a partida no movimento militar com as tropas da Infantaria Divisionária 4, sediada em Belo Horizonte, é um homem supersticioso. Após verificar que todas as conspirações estavam maduras, inflamado o ânimo da oficialidade, e preparados os espíritos dos políticos para aceitarem a intervenção da força, foi consultar a folhinha. Verificou que a data marcada para o levante, 1º de abril, era lua minguante. Convocou o Governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, que se dispunha, protegido pelas montanhas que isolam o seu estado do litoral, a fornecer a base territorial e política para a arrancada, entrou em contato com seu superior hierárquico, General Olímpio Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar, e intimou-os a precipitar a ação (ALVES, 1966, p. 9).

E para que se efetuasse essa trama golpista, foi imprescindível a participação de grupos aliados ao pensamento político de governadores de estados como o de Minas Gerais (Magalhães Pinto), Guanabara (Carlos Lacerda), São Paulo (Ademar de Barros) e Paraná (Ney Braga), todos de uma direita conservadora. A figura de Magalhães Pinto foi decisória para a instauração do Golpe de 1964. Um governo como o de João Goulart sem poder decisório, incapaz de resistir ao Golpe, a falta de capacidade pessoal de Jango em lidar com a Democracia brasileira. Ao sair do sinhô da igualdade, da Democracia, da quimera de viver em liberdade, o Brasil é sacudido pelo acordar da nação com grupos que dissipavam utopias e buscavam a recomposição da legitimada ordem

conservadora. Uma trincheira que se formava, acabando com o inebriado sonho – a conquista da Democracia.

Jovens correndo, perseguições, famílias preocupadas pelo sofrimento de ver seus filhos sendo arrastados violentamente pelas ruas, acareados e mortos. O papel da família nesse contexto foi notório. Como esquecer ou por que lembrar? Se esquecer é quase que fugir de uma dor que pode se instalar perda, lembrar se torna algo prazeroso pelo processo que se mostra, pela engrenagem acionada de um passado no presente e que passa por um filtro de escoamento natural.

Mas, o que restava ser feito? Proteção e apoio à fuga. E aí começa o caminho da clandestinidade.

Fui informado pelo colega que havia tido o golpe. Entrei imediatamente em contato com colegas e muitos nem acreditavam que esse episódio tivesse acontecido. Montamos um grupo e fomos ver outros companheiros, mas as informações eram obscuras e nem sabíamos a dimensão dele. Refugiamos imediatamente no Mosteiro de São Bento em Salvador foi o nosso apoio. Dom Timóteo, Dom Jerônimo, Dom Julio Cavalcanti nos deram apoio, mas os mosteiros não fecharam porque a Igreja não colaborou com o golpe (DEPOENTE H).

O apoio dos padres aos jucistas baianos é contado neste depoimento. Dom Timóteo teve atitude, passou telegrama ao Palácio do Planalto, defendeu os jucistas, interferiu pedindo que os políticos intercedessem pelos jovens militantes que estavam sendo perseguidos. Em *Funes, o memorioso*, Borges (1979), o narrador apresenta Funes com um relato típico de significativa rememoração: seleciona dados, edita momentos e sobretudo recorda, recorda, recorda... E o faz curiosamente de dois modos quase opostos: quando a situação não é fundamental, recorda textualmente cada detalhe; quando, ao contrário, o momento é relevante escapa-lhe a completude do ocorrido, atento à impossibilidade dessa lembrança integral. H revela, desse modo, um paradoxo típico das recordações: lembrar é também esquecer. E isso implica em abstrair alguns aspectos – muitas vezes porque impossíveis de precisar.

O Golpe de 1964 é contado por H que deixou a família quando várias vezes havia sido preso para acareações. Eram anos em que a repressão política, ou seja, o modelo obediente não considerava nada. O que restava para os perseguidos pelo regime? A família como protetora de seus filhos e a libertadora de um regime que visivelmente era perigoso. A rejeição do autoritarismo militar, o medo de perder seus filhos, fez das famílias dos militantes, a principal instituição de guarda, pois

muitas foram capazes de esconder não só os seus, mas outros jovens militantes perseguidos, articulando fugas, assumindo uma identidade de cuidadora.

Com efeito, a força de luta, o sentido de proteção e as dissimulações estavam presentes nas famílias dos militantes que segundo relatos obtidos na pesquisa, evitaram toda forma os castigos e mortes. Em suma, a história dos desaparecidos políticos é uma história de dor das famílias de esquerda do Brasil.

Vivi com a família na clandestinidade por muitos anos em outro estado brasileiro. A esposa tinha que fazer tudo em casa, as filhas não tinham roupas e sapatos dignos, não se tinha dinheiro para nada e os nomes foram mudados, o que nos deixava apavorados em relação a documentos. Era como se tivéssemos novas identidades e a vida parecia que tinha sido transformada de uma hora para outra (DEPOENTE H).

Tanto as memórias extinguidas como as reprimidas, lembra Izquierdo (2004), podem voltar à tona, quer espontaneamente quer como consequência de estímulos específicos. A melhor forma de manter viva a memória, em geral, é por meio do contar, do escrever e da leitura.

A história dos impactos do Golpe de 1964 contado por H mostra ainda o papel da família no contexto de crise, a perseguição com a eclosão do movimento político-militar, as dúvidas do grupo sobre a decisão de João Goulart. Com a face austera do Golpe, o movimento jucista fica perdido sem saber que rumo tomar, os que fogem sentem na pele que suas identidades estão fragmentadas. Não era mais possível a militância.

Percebe-se que H pensa na família, a identidade dos filhos perseguidos ao lado dos pais, uma conjunção que a memória revela. Ora, a experiências de um tempo que parecem percepção particular, é entendida por Halbwachs (2006) como resultado não só do que está dentro de cada um, mas no quadro social.

A respeito dos aspectos sensíveis envolvidos na construção desse período da história brasileira, há de se lembrar o ficou marcado nas memórias: o modelo repressor e colonizador, o autoritarismo civil e militar, a repressão, as formas de tortura e discriminação. Acredita-se que ainda há muito que compreender e investigar, principalmente em relação aos sentimentos dos militares que participaram, direta ou indiretamente dos rumos dados ao Brasil. Para os militares convictos de que havia uma revolução da esquerda, o golpe era a única medida cabível para impedir o avanço da hegemonia de esquerda que ameaçava transformar o Brasil em uma república socialista.

Mas, se as Forças Armadas não tinham uma unidade ideológica, sobretudo o Exército, como pode o Golpe ser tão rápido e forte? Eram anos onde várias correntes se digladiavam com uma visível psicose anticomunista. Mesmo assim, o campo estava aberto e desprotegido pelas esquerdas. Utopia presente nesses anos entre os jovens pode ser um dos fatores marcante para a instauração do episódio.

A figura de Goulart é analisada por Basbaum (1986): “o Presidente não desejava a república sindicalista que nem ele nem seus acusadores sabiam o que era, muito menos desejava o Comunismo ou o Socialismo”. Era Goulart dono de estâncias de gado e embora desejasse uma série de reformas estruturais para o país, mesmo débeis ou parciais, seria sua intenção comunizar o Brasil?

Era um momento em que as classes empresariais estavam unidas açulando as Forças Armadas abertamente, incitando-as a derrubar o Governo, enquanto que a esquerda desarticulava-se entre si. Havia uma forte disputa pelo poder no governo, como se disputassem ‘os ovos de uma galinha que ainda nem havia nascido’ e, exigindo do povo brasileiro uma escolha.

Analisa-se aqui que se Goulart tinha realmente intenções reformistas ou se lhe falta fibra para lidar com grupos ideologicamente diversos, operacionalizando as anunciadas reformas. Teria ele se dobrado aos interesses de grupos burgueses?

Os modernizadores, a defesa da reforma agrária era política (conquistara apoio camponês para regimes revolucionários ou para os que queriam adiantar-se à revolução, ou lago parecido), ideológica (“devolver a quem nela trabalha”) e, as vezes, econômica, embora a maioria dos revolucionários ou reformadores não esperasse demais de uma simples distribuição de terra a um campesinato tradicional, aos sem-terra ou aos pobres de terra (HOBSBAWM, 1995, p. 347)

Deste ponto de vista, pode-se argumentar que de forma geral, a reforma agrária mostra que as próprias desigualdades sociais estavam no jogo no país e precisariam permanecer nesse processo de mudanças, pois os políticos se apropriam dele para manter e cristalizar interesses subjacentes. Nesse sentido, torna-se aqui interessante lembrar que a ideia de Goulart nunca ficou clara para a população brasileira. Por que fazia anúncio destas reformas se nunca as operacionalizou? Por que adotou medidas tão simples em retirada do Governo se,

em fins de 1963, o conflito político havia se intensificado com uma atmosfera carregada de denúncias de golpes e contragolpes?

Parte-se da compreensão do discurso proferido pelo Presidente João Goulart em 13 de março de 1964, conhecido como Comício da Central, evento que diante de quase trezentas mil pessoas, quando o Presidente anuncia:

Lutar com todas as suas forças pela reforma da sociedade brasileira. Não apenas pela reforma agrária, mas pela reforma tributária, pela reforma eleitoral ampla, e pelo voto do analfabeto, pela elegibilidade de todos os brasileiros, pela pureza da vida democrática, pela emancipação econômica, pela justiça social e pelo progresso do Brasil¹.

Goulart visualizou a nacionalização das refinarias de petróleo e a desapropriação de propriedades com mais de 100 hectares que estivessem localizadas ao longo das ferrovias, das rodovias federais e ao redor de açudes públicos, ou ainda, terras beneficiadas por obras de saneamento da União. O Comício da Central e as publicações jornalísticas mostraram medidas que alterariam a ordem existente, criando instabilidade em diversos setores do país. O discurso programado exaltou uma multidão que o aplaudia, inclusive uma parcela de militares. Encerrado o discurso presidencialista no dia 24 de janeiro de 1963, as palavras reforma e trabalho deixaria marca de sustentação para seu Governo em atendimento às reivindicações de setores das camadas populares.

Para pôr em prática estas Reformas de Base, como ficaram conhecidas, Goulart formou um Ministério de políticos moderados, uma esquerda positiva a fim de conquistar a confiança da opinião pública, sem hostilizar seus aliados. A pasta do Trabalho foi entregue a Almino Afonso, deputado do PTB, conhecido por suas convicções socialistas; a do Ministério da Fazenda ficou com San Tiago Dantas, e Celso Furtado foi nomeado ministro extraordinário para Assuntos de Desenvolvimento Econômico. A tarefa a que o Governo se propunha não era das mais fáceis, pois as medidas antiinflacionárias eram impopulares, implicando em contenção de crédito, de salários e do próprio orçamento federal.

Há de se lembrar que a política de reformas de Goulart dificilmente poderia apresentar resultados em curto prazo, pois estava retardada e bloqueada pelo Congresso, isso pelos conflitos no próprio governo. Em meio à maré reivindicatória e as correntes profundas de conspiração, cada vez mais Jango tentava se

¹ Discurso do Presidente João Goulart no Comício da Central de 13 de março de 1964 em frente ao prédio do Ministério de Guerra. Março de 1964. Disponível em: < <http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/documentos/33.pdf>>.

aproximar das forças de esquerda, mas o jogo político era forte nesses anos. Pode-se inferir que nesse contexto de tensão, os movimentos sociais se exaltavam

Poucos políticos importantes esperavam que João Goulart fosse capaz de terminar o seu mandato presidencial, isso porque o sistema democrático, mesmo que limitado, proporcionou diversos aprendizados para o povo brasileiro. Nesse caminho de lutas sociais, estudantis, onde setores populares, de modo geral, discutiram a Democracia brasileira.

Para que a memória dos outros venha assim reforçar e completar a nossa, é preciso também, dizíamos, que as lembranças desses grupos não estejam absolutamente sem relação com os eventos que constituem o meu passado. Cada um de nós, com efeito, é membro ao mesmo tempo de vários grupos, maiores ou menores. Ora, se fixamos nossa atenção sobre os grupos maiores, por exemplo, a nação, ainda que nossa vida e a de nossos pais ou de nossos amigos estejam compreendidas nela, não podemos dizer que a nação como tal se interesse pelos destinos individuais de cada um de seus membros (HALBWACHS, 2006, p. 78).

Certamente, há momentos em que num país os indivíduos esquecem seus atos pessoais e abraçam causas coletivas. A vida em grupo, a memória histórica tem seus pontos referenciais em decisões coletivas, em construção de uma Democracia. E assim, o interesse pela memória social e acontecimentos desse recente passado, reside exatamente na percepção de que esses episódios continuam a existir no tempo presente, mesmo alterado pelos esquecimentos dos percursos.

A ideologia da esquerda, da JUC, ficou na memória dos brasileiros e esta não pode cair no esquecimento. Ora, o caráter seletivo e dinâmico dessa memória social é que mantém a Ontologia viva e reconstrói a própria História.

Sempre me senti na obrigação de defender as questões democráticas do país, o socialismo era interessante e talvez desse conta de tantas desigualdades sociais, mas os valores seriam outros porque estava muito vinculado a vida coletiva. Estudávamos estas correntes com afincos na Universidade. Estudei na escola pública – uma professora era paga pelo estado para ensinar, depois, fui estudar para a Universidade Federal, portanto, acho que o Estado brasileiro era omissivo e privilegiava uma sociedade desigual e desequilibrada, não garantindo os nossos direitos que, normalmente não eram cobrados por parte da população sem estudos (DEPOENTE Y).

A memória deve ser conquistada e trabalhada em meio à ameaça de seu próprio esquecimento. O relato revela a preocupação com a Democracia do país, a

busca de conhecimentos através de estudos para atuar na vida lutando pelos Direitos Humanos.

Na analogia de Pollack (1989), a identidade é como a imagem que a pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, o que ela se mostra aos outros e a si, o que ela acredita e quer dos outros. Há nessa fala uma necessidade de negociação com o tempo, de mudança de postura e este é um fenômeno de referência e aceitabilidade, credibilidade do que se lembra para ser registrado e pensado. E é por esta razão que ao interpretar algo, desenterramos os pensamentos e as intenções do autor, imaginando-nos em sua posição, ou relacionamo-lo a um todo mais amplo que lhe dá significado. Essa última perspectiva produz um círculo hermenêutico: não podemos compreender o todo (um movimento, um texto em si) sem compreender suas partes, ou compreender as partes sem compreender o todo.

A construção da memória e identidade social se estabelece por conflitos sociais e intergrupais em contextos mais amplos e locais. E quando as ideias se opõem através de olhares políticos, sociais, culturais, então, cabe mais uma reflexão: O que se instaura nessa leitura ao considerar os saberes e olhares?

Observa-se que em tempos atuais, tem sido relevante revistar as memórias construídas sobre os anos imediatamente anteriores ao Golpe Militar de 1964, pois os debates historiográficos sobre as grandes lutas sociais só podem ser entendidas a partir do *continuum* desses acontecimentos. Com efeito, a forma que se entende a memória social dessa militância da JUC, as identidades construídas nessa dinâmica, mostra que o caminho do Totalitarismo, sempre esteve em vias de prosseguimento, impedindo as formas de liberdade em prol dos Direitos Humanos.

E isso traz aqui à tona três importantes possibilidades: a primeira refere-se ao objeto de estudo, o movimento desses católicos jucistas que buscaram mudar um país, construíram e marcaram a história; segundo que esta história deixou uma memória social que constantemente é resgatada e a terceira é a possibilidade de buscar respostas a questões atuais e pertinentes aos processos de construção do que se entende por Democracia no Brasil.

A ideologia² tem suas diversas ancoragens em grupos, e isso mostra que a própria sociedade desses anos não caminhava sem ela, já que é a mola propulsora do exercício de sua liberdade e cidadania. As ideologias e os ideários desvelam territórios identitários, resultam de processos de dominação e instauração de valores coletivos, ocultam e desvelam intenções. E é o que se vê nesses anos 60: grupos que pensam o processo democrático brasileiro com suas controvérsias: uns ocultando a realidade e outros mostrando possibilidades de mudança. A JUC, por exemplo, teve seu ideário de luta mostrando que a História poderia ser outra.

Nessa série de acontecimentos internos e externos da sociedade brasileira vinha atravessando anos criando discussões sobre a Democracia e as formas governamentais dos últimos anos no Brasil, passava por crises de governos anteriores – tudo isso reflexo direto da política externa e interna que, em conjunto, foi desenvolvendo insatisfações em diversos setores.

Com efeito, boa parte das forças políticas em questão compatibilizava-se com as carências em aspectos sociopolíticos, econômicos do país, optando por mudanças, ao passo que a manutenção de uma tradição era ponto constitutivo de grupos nacionalistas desenvolvimentistas que não aspiravam reformas. Há uma hipótese que Goulart foi perdendo rapidamente suas bases na burguesia e que para evitar o isolamento, reforçou alianças com as correntes reformistas – estas ligadas à União Nacional dos Estudantes; ao grupo de Leonel Brizola, então deputado federal pela Guanabara; Miguel Arraes, governador de Pernambuco, além do Partido Comunista, que, embora passando pela ilegalidade, mantinha forte atuação nos movimentos populares e sindicais.

Pertinente a esse quadro, existem estudos recentes que buscam compreender e explicar os interesses subjacentes em práticas associadas ao panorama político e burguês desenvolvido no Brasil, atribuindo o Golpe de 1964, a resultados de impactos históricos - políticos - sociais e econômicos desenvolvidos em governos anteriores. O fato é que, a JUC, usou contra argumentos construídos com base nessas vertentes para se constituir como movimento social de práxis de luta contra a hegemonia militar, burguesa, política. Mas, o Golpe impediu.

² Para Ricoeur (1986) o sujeito e sobre sua infinda possibilidade de desvelar o sentido ou verdade de si mesmo e do mundo que o circunda e com base na interpretação crítica que determina limites e vislumbra possibilidades de ampliação de sentidos, pensando **ideologia** como fenômeno insuperável da existência social, pois a realidade social ela emerge a partir de uma constituição simbólica e comporta múltiplas interpretações.

A maior dificuldade era a existência de nosso novo grupo de atuação no país, pois o regime militar proibia a atividade mais aberta de qualquer manifestação do movimento. Mas não havia de imediato um ataque aos estudantes, de início éramos perseguidos e não conseguíamos nos ver mais. As famílias escondiam os seus filhos com medo da repressão. A repressão procurava dificultar a nossa vida e acontecia muita violência camuflada nas delegacias e prisões, com vítimas jovens que foram queimadas pela polícia, mortas nos cárceres, mas nada disso era informada nas ruas. Foi uma repressão maior do Exército que foi encarregado de vigiar os jovens militantes. E, eles não podiam tomar partido de nada e muitos desapareceram como Jorge Gonçalves que já não era JUC, mas AP. Estes foram muito mais atingidos pela questão da luta armada e pela visão de ser de uma esquerda mais radicalizada (DEPOENTE E).

Problematizar a memória enquanto construção social é um dos caminhos teóricos deste trabalho. Em confronto com a memória oficial, a memória clandestina pode e deve ocupar a cena cultural, mostrando as dificuldades encontradas no cotidiano, os estigmas advindos da nomenclatura e identidade de ser de esquerda em oposição à direita³ que se adequava à nova conjuntura.

Era uma rede de intrigas, interesses, dissimulações, enfrentamentos e resistências. Relembrar o contexto do Golpe de 1964 é tomar, sob forma de empréstimo, abordagens de autores que tentam compreender os fatos em si e o envolvimento de grupos, isso com o intuito de compreender como foram sendo construídos esses embates.

Enfim, revisitar a trama histórica do grupo implica em analisar a práxis de grupos que desenvolveram ações identitárias nos movimentos sociais, identificando-os e analisando-os na rede relacional da JUC – objeto de estudo – e como essa práxis se deu no processo político entre o Totalitarismo⁴ e transição da Democracia no país. Pensar como o grupo criou estratégias de participação, autonomia e emancipação em suas figurações e configurações regionais e nacionais.

³ Cf Bobbio (2001), ser de esquerda é estar com os mais carentes, privilegiando a igualdade, a justiça e lutar pelos direitos sociais. Ser de direita é estar com os privilegiados, acreditando que as pessoas nascem desiguais e devem ser tratadas de forma desigual, defendendo o mercado e a competição, sempre desiguais no capitalismo.

⁴ **Totalitarismo** compreendido como um sistema de governo em que todos os poderes ficam concentrados nas mãos do governante. Desta forma, no regime totalitário não há espaço para a prática da Democracia, nem mesmo a garantia aos direitos individuais.

3.3 A POSTURA DE JOÃO GOULART E AS VERSÕES SOBRE A INSTAURAÇÃO DO GOLPE

Golpe de 1964. As correntes básicas: a estrutural ou externa e a interna, firmam-se em linhas de pensamento de autores que discutem o Governo de Goulart, o contexto recente na memória social brasileira, abordagens importantes para auxiliarem na compreensão e explicação da atuação do movimento da JUC no período.

A atuação do grupo JUC passa a ser repensada a partir do momento prévio e fundante da análise dessas vertentes e sua inserção e atuação no contexto de golpe onde havia jogo político, intrigas e forças externas e internas que vinham se debatendo e isso não ocorre de forma estática, mas sim, em uma dinâmica circular da História, num círculo hermenêutico que acontece a partir de um ponto, mas pelos vários olhares e temporalidade.

Stepan (1975) mostra o Golpe de 1964 atrelando-se a uma lógica de funcionamento das Forças Armadas, que insatisfeita com a quebra de sua hierarquia, articula o episódio. O autor apresenta uma visão a partir de depoimentos do período, assegurando que as Forças Armadas em si não teriam capacidade de proceder sozinha a derrocada do Governo. Essa visão admite que o Comício de Goulart detonou conflito ideológico que não estava somente no Brasil, mas na América Latina. Seus estudos estão voltados para a organização militar mostrando que as Forças Armadas não tinham um caráter eminentemente nacional, apresentando traços regionalizados em seu recrutamento e isso se constituía em dificuldade para uniformização de ações.

Com efeito, este recrutamento regionalizado não se tratava apenas de baixa previsão de custos para as Forças Armadas, mas o estabelecimento de um quadro estrategicamente definidos por região, por nível de escolaridade – jovens advindos de famílias de um determinado segmento social, como a escolaridade.

Um Exército organizado sobre uma base local, com um sistema exclusivo de recrutamento que prefere os alfabetizados aos analfabetos, os elementos urbanos aos rurais, não pode reunir soldados de diferentes setores geográficos e educacionais do Brasil, visando a uma cooperação conjunta dentro de uma instituição de orientação nacional (STEPAN, 1975, p. 18).

As Forças Armadas excluía de seus serviços parte da população, desfavorecendo a integração nacional pelos interesses regionais, escolhendo intencionalmente seus jovens. Stepan (1975) concentra em explicações através da Psicologia Política, constatando a existência de uma relação de causa e efeito entre a distribuição espacial, os sujeitos e a distribuição de unidades militares no país, além de considerar a dispersão e as formas de poder e decisão do Exército Brasileiro. Analisa-se que é inadequada a ideia de se compreender o Golpe de 1964 como atos advindos de uma organização militar bem articulada. O regionalismo impedia esse movimento em rede, além dos meios de comunicação limitados.

Os líderes estaduais sempre conseguiram utilizar as polícias estaduais e a retórica do regionalismo para vencer ou neutralizar efetivamente segmentos inteiros do Exército nacional. Está claro [...] que, para estudar adequadamente o papel do Exército brasileiro ou qualquer outro, não se pode partir da premissa de que o Exército pela sua missão e organização, é exclusivamente uma instituição unificada (STEPAN, 1975, p. 20).

Seria necessário um amplo consenso político entre os militares para que estes pudessem empreender uma ação política decisiva contra o Governo Goulart. E os militares, mesmo com o questionado poder moderador que os fazia interferir na política, lutaram por uma ordem institucional que visava a preservação de sua hierarquia, e divididos (a exemplo os Sargentos no Comício da Central), seriam enfraquecidos por um novo regime.

No Brasil, as relações entre civis e militares estava cada vez mais tensa e a aceção de Stepan mostra o poder moderador desses militares que trazia a ideia de civis articulados a militares. Stepan mostra que o dispositivo militar e as ações de 31 de março delegaram o golpe a um seletor grupo do general Olímpio Mourão Filho. E esse grupo daria conta de tamanho ato? Se os militares da época não tinham um consenso nacional, como foram capazes de intentar de forma tão rápida e articulada para instauração de um golpe de estado, solapando a Democracia brasileira?

Observa-se que o Presidente perdeu muitas oportunidades no seu Governo, e não soube dar sustento à Democracia, além de mostrar postura inadequada para um governo visto como populista.

Acarreta uma liberalização, embora seja um conceito mais amplo especificamente político. A democratização requer uma contestação aberta pelo direito de disputar o governo, e isto, por sua vez, requer eleições livres, cujos resultados determinam quem irá governar. Utilizando essas definições, fica claro que pode haver uma liberalização sem democratização. A liberalização diz respeito, fundamentalmente, à sociedade civil. A democratização, fundamentalmente à sociedade política (STEPAN, 1986, p. 12).

Liberalização que significa mistura de posições ou de orientações políticas sem certo consenso na Democracia. A democratização do Governo Goulart necessitaria ser revista, quando durante os anos de 1961 e 1964 aconteceram muitas crises civis e militares por causa da autonomia operacional virtual vinda de muitos regimes anteriores, colocando em segundo plano as forças do Exército. Salienta-se aqui que uma sociedade política inserida num contexto de democratização, como uma espécie de polis grega, organizando-se, especificamente, para diálogos e contestação pública. Mas, na melhor das hipóteses, a sociedade civil (leia-se esquerda do país) poderia ter destruído o regime autoritário militar, mas se não o fez é porque não havia articulação suficiente para que isso acontecesse. O jogo era muito forte e decisório para Goulart.

A ideia de divisão das Forças Armadas e do próprio Exército e de civis aliados, o exemplo do retorno de Getúlio Vargas ao Governo, a acentuada crise que resultou no fim trágico do Presidente, a deposição de Goulart, foram fatos que mostram o poder moderador militar na condução do Estado Nacional, aliás, sua missão primordial, mas nem sempre contou com homens articulados nacionalmente para a tarefa de tomada de poder. E essa poderia ser a ideia da esquerda – a da incapacidade de retomada de posição mediante recuo do próprio Presidente. Ora, um país com grande número de analfabetos e Forças Armadas desarticuladas não poderia instaurar tal regime.

As Forças Armadas recrutava pessoas de bom nível, pois isso tornava o treinamento mais ágil. Está claro que um exército organizado sobre uma base local, com um sistema exclusivo de recrutamento que prefere os alfabetizados aos analfabetos, os elementos urbanos aos rurais, não poder reunir soldados de diferentes setores geográficos e educacionais do Brasil, visando a uma corporação conjunta dentro de uma instituição de orientação nacional (STEPAN, 1975, p. 18).

Embora as instituições lidem com resíduos culturais ligados a espaços e tempos, as Formas Armadas competia com o Governo, impunha normas rígidas,

mas estava com visível desarticulação, regionalismo, não integralismo nacional. Com efeito, contava com pequeno número de golpistas e assim, o intervencionismo militar foi um episódio questionado na história brasileira, uma prática legitimada rapidamente através de um seletivo grupo.

Os movimentos militares vitoriosos contra o executivo se relacionam com um baixo grau de legitimidade prévia atribuída ao executivo pelas elites políticas civis participantes e um alto grau de legitimidade prévia concedida por estes mesmos civis aos militares para desempenhar seu papel moderador através da deposição do presidente (STEPAN, 1975, p. 76).

O padrão moderador estava em jogo e a tarefa do alto escalão dos militares era a preservação de uma dita ordem. Este padrão vigorava desde o período de Getúlio Vargas, quando grupos políticos se divergiam ideologicamente, participando de movimentos contra o governo com a participação de civis golpistas e a ala conservadora da sociedade. Há de se lembrar que o modelo político estava emperrado e no interior da instituição militar havia a crença de que eles eram os que mais se identificavam com os interesses nacionais. Sendo o braço forte, cabia ao Exército o direito e até o dever de arbitrar as crises políticas, intervindo em nome da ordem interna com desconfiança do país se tornar 'comunizado'.

A ausência de qualquer estratégia de resistência popular, somada à desconfiança da Igreja Católica favoreceu o Golpe Civil Militar em seus momentos finais.

A incerteza inerente à democracia, na realidade, permite a ação instrumental. Como os atores podem atribuir probabilidades às consequências de suas ações, eles desenvolvem expectativas e calculam o que é melhor fazer. Eles podem participar, ou seja, agir no sentido da promoção de seus interesses, projeto e valores dentro das instituições democráticas (PZREWORSKI, 1993, p. 25).

É bom frisar que as incertezas em relação ao que é Democracia, os interesses subjacentes em jogo e o estabelecimento de um complexo processo democrático desenvolvido no país no Governo de Goulart levaram ao aniquilamento dessas investidas democráticas não só do Presidente, mas da própria esquerda do país.

Nesse caso, a Democracia, apoiava-se em dois pressupostos: a tentativa de homogeneidade social – caracterizada pela idéia de manutenção de um sistema e em capaz de dar respostas positivas às reivindicações das várias classes, ainda

que sejam elas graduais. Para que a Democracia funcionasse num contexto como desses anos, tornaria indispensável que todas as classes sociais dispusessem de algum recurso de poder, de uma força maior produtiva, uma vez que estando parte do poder em mãos de grupos anticomunistas, a opressão se instaurava. Deste modo atenuam-se os choques entre os vários segmentos da sociedade.

A alegação que conecta a Democracia e a representação é que na democracia os governos são representativos porque são eleitos: se as eleições são concorridas livremente, se a participação é ampla, e se os cidadãos desfrutam das liberdades políticas, então os governos agirão em favor do interesse da população. Em um primeiro ponto de vista – do mandato –, as eleições servem para selecionar boas políticas ou políticos que sustentam determinadas políticas. Os partidos ou os candidatos fazem propostas políticas durante a campanha e explicam como essas propostas poderiam afetar o bem-estar dos cidadãos, os quais elegem as propostas que querem que sejam implementadas e os políticos que se encarregarão de praticá-las; os governos, efetivamente, realizam-nas. Consequentemente, as eleições semelham uma assembléia direta e a plataforma vencedora se torna (PZREWORSKI, 1993, p. 25).

Ao colocar a importância dessas medidas do governo, Pzeworski toma os políticos e suas políticas como determinantes de muitas das decisões que afetaram o bem-estar da sociedade. O Governo, em um país tão populoso como o Brasil, sem fazer uso de metas democráticas firmes, não tinha poder decisório e não soube operacionalizar as reformas, tornando-se um governo visado, e esse foi o caso de Goulart.

Uma teoria da democracia baseada no respeito ao auto-interesse estratégico é plausível e suficiente diz Przeworski (1993). No entanto, a democratização no Governo de Goulart, constituiria a consolidação de uma prática política populista, mudanças que pareciam radicais, porém, como isso acabou em plano de discurso não cumprido, o sistema político rompeu, ferindo a democratização do país. O fato é que a Democracia é uma vítima, pois conta com as tentativas de forças políticas para alcançar um compromisso que possa lhe dar apoio à existência.

A Democracia é feita pela contestação aberta pelo poder, através de eleições e de supervisão e controle do estado a partir dos representantes do povo. E a JUC, enquanto movimento social cristão repensou a Democracia nacional, rearticulando dos princípios da cidadania inserida num jogo político. Por isso, a quebra da hierarquia militar e o desconforto que grupos conservadores tiveram efeitos imediatos. Levou as anunciadas propostas de Goulart a não operacionalização, dando fim aos ideais da JUC e de toda a esquerda.

Contudo, a incapacidade do Presidente em lidar com a Democracia brasileira de forma contextualizada entre 1961 e 1964, resultou em forte impacto para as famílias do país e isso poderia ter sido muito diferente se a postura de Goulart e de seus assessores tivesse sido outra. Forças hegemônicas, manipulações, uma somatória de fatos que vieram a desencadear o Regime Militar e todo seu aparato repressor. O papel dos militares ampliou não só o padrão moderador das Forças Armadas Brasileiras, mas funcionou como determinante na falta de reação de Goulart, deixando seu modelo de governo inoperante.

Aliadas a essas causas, a falta de estratégia e de decisão do Governo foi fator decisivo para a derrocada do seu próprio Governo. O Golpe Militar de 1964 foi uma expressão em resposta à manutenção de uma conjunção singular de movimentos sociais que moveram uma ordem e tradição militar, associada à história positivista na condição arbitral-tutelar. Todo esse conjunto de fatores veio a contribuir para que o Exército viesse a formular a queda de Goulart e golpe. A anunciada reforma de Goulart poderia corresponder a múltiplas formas de cisão, de clivagens ideológicas radicais, rápidas, colocando em desordem as mais expressivas formas da hierarquia militar e civil – com conseqüente implantação do Comunismo. Ora, a hierarquia, principal pilar de sustentação da estrutura militar, foi ainda mais esgarçada com os aplausos dos sargentos e marinheiros diante do comício de Goulart. Assim, o comando não tardaria a cair, já que esta vinha sendo questionado. E parte dos militares decide rapidamente reagir.

Sinaliza-se aqui a questão do descrédito das propostas do Governo aliadas ao medo da entrada do regime comunista no país. Tudo isso mostrou que, mesmo com o regionalismo militar, o episódio aconteceu sendo facilmente legitimado, impulsionando os momentos finais da Democracia Populista.

Questionando militantes da JUC sobre o episódio do Golpe de 1964, o depoente defende a ideia de que:

O Comício do Brasil foi a mola propulsora da atenção dos militares que estava em crise na sustentação da hierarquia militar, pois muitos dos seus soldados aplaudiam as medidas do Presidente, ferindo seus preceitos. Quando veio o golpe, os militares eram os que mandavam e não se podia questionar nada que era cadeia ou pelo menos repreendido. Após acareado por duas vezes ao sair da sala, fui seguido e tinha observadores por todos os lados, mas tive sorte porque muitos jovens tinham seus corpos marcados por hematomas imensos, rosto inchado e a cabeça espancada. Eu apanhei e fui muito humilhado (DEPOENTE T).

Memória não é algo que vem de um passado, é um fenômeno que traz em si um sentimento de continuidade e de coerência, seja ele processado individualmente ou em grupo, uma reconstrução do si e da experiência vivida. O lembrar com emoção torna-se o fator preponderante para o entendimento das identidades do grupo. Em entrevista, S conta a prisão de seu marido:

Mudamos rapidamente, para outra casa. Saímos sem despedir dos vizinhos para evitar perguntas. A nova casa do ponto de vista material, era bem melhor que a primeira, Mas, dentro de suas paredes respirava-se um ar inquietante que não conseguia entender, até que um dia, o proprietário revelou: “- Que alívio ter como inquilinos pessoas de família tão simpática. Antes de vocês, os antigos moradores eram usuários de drogas ou mesmo traficantes. Foram presos aqui pela polícia”. Ah! Meu Deus, daí o clima sombrio percebido em nossas paredes, parei e pensei, mas dei de ombros e esqueci o assunto (DEPOENTE S).

A confluência das experiências vividas resgata uma fonte permanente de identidades e assegura a sobrevivência do grupo na historiografia. O relato de S mostra que diante da questão de lembranças de sucessivos fatos, o medo perpassava pelas vidas das famílias. Pessoas escondidas com receio da repressão maior que estava ainda por vir, a camuflagem de identidades, o pavor de ser descoberto e julgado e comparado a viciados. As famílias dos jucistas viram de perto a cultura da repressão militar, o medo de ser preso como subversivo, desestruturando a base familiar.

O depoimento de S revela a dignidade e coragem de enfrentar as sombras e dores de lembranças do cotidiano da família, o papel repressor da sociedade civil. Tudo ao lado de um quadro social cuja política estava diante de um jogo de intrigas entre grupos, resultando na questão do poder regulador das Forças Armadas. No entanto, o objetivo das reformas de Goulart deveria ser o de alterar a estrutura nacional com medidas aplicadas com rigor à direita conservadora, significando a implantação de um programa efetivo de reformas, especialmente a agrária, administrativa, social⁵. O apoio de sargentos que assistiam a sua manifestação no comício, a divisão militar, a suposta quebra de poder, a anistia dos marinheiros revoltosos provocou um clima de alerta e indignação de boa parte da corporação

⁵ A **Reforma Agrária** no final da década de 1950, início da de 1960, gerou muitos debates no país que se ampliaram com a participação popular no Governo Goulart. As chamadas Reformas de Base (agrária, urbana, bancária, universitária e outras) eram consideradas essenciais pelo Governo para o desenvolvimento econômico e social do país. A Reforma Agrária foi a que polarizou as atenções. Em 1962, foi criada a Superintendência de Política Agrária (SUPRA), com a atribuição de executar a Reforma Agrária. Com o golpe de 64, o grupo de militares trabalhou rapidamente e, no dia 30 de novembro de 1964, o Congresso sancionou a Lei nº 4.504, que tratava do Estatuto da Terra.

militar. A diminuição de sua força no plano nacional tinha certo respaldo junto aos poderes públicos e à população.

Outro aspecto a considerar é o da proletarização que vinha se acentuando na classe média, quando esta sofria diretamente os impactos de falta de programas que se instauravam em diversas ordens – sociais, políticas, econômicas – e que não obtinham sucesso. No período anterior ao golpe, aconteceram mobilizações sociais de estudantes, operários cobrando posturas do Governo. A classe média havia perdido o poder de compra, sofria consequências da seca e da fome no país, o anúncio da recém-chegada televisão brasileira incentivava o consumo, as também emissoras de rádio anunciavam o quadro social do Brasil.

Por outro lado, os setores conservadores representados pela burguesia, a classe média alta, a Igreja Católica, os empresários, os políticos da ala moderada da UDN, os políticos esquerdistas, criaram entre si uma rede de intrigas, o que acabou preparando campo para a tomada de decisão militar.

Estaríamos, assim, brasileiros, ameaçando o regime se nos mostrássemos surdos aos reclamos da Nação, desta Nação e desses reclamos que, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, levantam o seu grande clamor pelas reformas de base e de estrutura, sobretudo pela reforma agrária, que será o complemento da abolição do cativo para dezenas de milhões de brasileiros, que vegetam no interior, em revoltantes condições de miséria. [...] Perdem seu tempo os que esperam deste governo uma ação repressiva dirigida contra o povo, contra os seus direitos ou contra as suas reivindicações. Ação repressiva, trabalhadores, é a que o governo está praticando e vai ampliar cada vez mais e mais implacavelmente [...] contra os que exploram o povo. [...] O caminho das reformas é o caminho do progresso e da paz social (FICO, 2004, p. 284).

Desconfiança de conspiração, descontentamento interno no país, os comícios de Goulart aceleraram uma contra-ofensiva por parte dos setores conservadores da sociedade brasileira empenhados em destituir não só o Presidente, mas toda e qualquer manifestação de esquerda no país. Essa seria uma forma de garantir a ordem estabelecida por uma tradição histórica no Brasil, e as anunciadas reformas poderiam quebrá-la, sendo problema para militares e a burguesia conservadora.

A história do Golpe de 1964 está atrelada a essa ideia de mudança proposta pelos movimentos sociais no Brasil que vinham crescendo e gerando conflito. Nessa vertente, Fico (2004) diz que houve forte conspiração diante dessas mudanças e a mola detonadora foi a posição reformista assumida em público por

Goulart, que mostrava inabilidade para dar uma resposta rápida ao povo brasileiro, arraigando forças contrárias para interromper o seu mandato.

De certo, o Brasil havia entrado na década de 1960 enfrentando sérios problemas sociais que já vinham se desenvolvendo no país e este seria, para o grupo conservador, mais um. Em janeiro de 1963, o sistema presidencialista foi restaurado e João Goulart assumiu com poderes plenos a Presidência da República, buscando programar uma política econômica nacional-reformista perigosa para a História do país, que acumulava herança e domínios atrelados a grupos de industriais, empresários, burgueses, latifundiários, comerciantes e magistrados com grandes interesses hegemônicos.

O Golpe dependia de iniciativa propriamente militar, e as evidências apontam certa tibieza da parte dos oficiais-generais que de fato esperavam uma iniciativa marcadamente de João Goulart para que fosse possível convencer comandantes de grandes unidades militares a marchar sobre o Rio de Janeiro e controlar Brasília, o plano era audacioso e poderia ser abortado. Por certo, entre oficiais menos evidentes e mais arrebatados tornara-se comum mencionar os riscos do momento, as falas exaltadas daqueles que gostariam de ver precipitada a ação decisiva, histórica e revolucionária.

Considera-se o papel dos militares como guardiões da nação com a deflagração do Golpe, mas questiona-se o convencimento desses militares de alto escalão indo às ruas desfilarem contra o Governo e uma população se omitir e legitimar rapidamente o episódio.

A versão conspiratória advoga a ruptura da ordem política decorrente de uma ampla aliança que reuniu setores: das forças armadas anticomunistas, parte expressiva do empresariado nacional, latifundiários e demais ruralistas, a cúpula da Igreja Católica, a grande imprensa internacional com interesses econômicos no Brasil. Destaca-se também a participação da ala do PSD, do PR, e, principalmente, a UDN através da liderança de Carlos Lacerda. Na visão dos conspiradores era evidente o perigo do Comunismo, uma vez que tinha uma dinâmica de transformações (FICO, 2004).

O Golpe de 1964 ancora-se na visão de inexorabilidade na derrocada do Governo Goulart, diante do seu radicalismo político pelas propostas reformistas. Isso porque a falta de interesse e desentendimento a respeito dos processos democráticos no país revela uma herança perigosa na História brasileira. Santos

(2003) faz análise sobre a crise de João Goulart, admitindo a ideia de um jogo democrático que estabelece paralisia em setores nacionais e no próprio poder de decisão do presidente. Argumenta ainda que esse estado afetou não só suas ações, mas a dos Poderes Legislativo e Executivo. A ideia de uma paralisia decisória ocorre quando se dão simultaneamente três condições: fragmentação política, polarização ideológica e instabilidade de coalizões.

A crise do início da década de 60 no âmbito parlamentar pela ruptura da aliança entre o PSD e o PTB – aliança, outrossim, a que se atribuiu responsabilidade maior pela estabilidade dos anos de Kubitscheck. Consagrada pela tradição, e bastante razoável como hipótese, impôs-me a necessidade de investigá-la mais detidamente, à guisa de prefácio o meu argumento central que a ela se opõe (SANTOS, 2003, p. 265).

No início dos anos 60, quando os partidos aderiram a um pacto político, o PSD e o PTB se desestruturaram e há instabilidade pela entrada de Goulart no Governo que já vinha camuflando muitas questões do país. Discute-se o cenário social, político e a inoperacionalização das reformas prometidas pelo Presidente, a estratégia do Governo em usar empresas nacionais como moeda política foi uma das medidas suficientemente capaz de gerar no país um quadro de insatisfação.

[...] a paralisia se instala quando maioria simples [...] rejeita conclusivamente propostas sem que, elas próprias, maioria simples, prefiram outro tipo de legislação [...] não é necessário nem mesmo que exista alguma maioria preferindo a manutenção do *status quo*. É preferivelmente possível que os diversos grupos parlamentares optem por mudar o *status quo* sem chegar a acordo, contudo, sobre a direção da mudança. O *status quo*, nestes “imobilismos”, não é resultado da escolha de qualquer maioria, mas a segunda opção de todas as maiorias de veto a propostas particulares. O destino de projetos de reforma agrária [...] exemplifica à perfeição a materialização desta virtualidade. Não obstante os três principais líderes de grupos parlamentares – PTB, PSD e UDN – aderirem à bandeira da reforma no campo, cada qual apresentou alternativas ao *status quo* diferentes [...], sendo todas derrotadas e permanecendo o *status quo*, o qual não era a primeira opção de nenhum dos três grupos (SANTOS, 2003, p. 206-207).

Nessa abordagem, o Golpe de 1964 resultou em quebras de alianças, do despreparo de João Goulart que em seu jogo, acaba desprezando muitos aspectos em seu governo democrático populista. Estaria ele fortalecendo seu *status quo*? Antes do Golpe de 1964, tudo parecia caminhar para conquistas, sobretudo antes do Comício na Central do Brasil, quando a liderança carismática de Jango serviria naquele momento como pólo catalisador para os anseios das massas. Os estudantes eram ponto de apoio das classes populares engajadas na luta de

mudança, finalmente, juntos acreditavam que poderiam solidificar o programa nacional-estatista e fazer justiça social. Nesse ínterim, os partidos políticos reforçavam o governo de Goulart e a falta de coalizão parlamentar gerando instabilidade, mostrando o quadro de crise que vinha se alastrando no governo de Goulart.

Entender o que aconteceu no âmbito parlamentar como nada mais do que o resultado lógico da coalização PSD/PTB é não compreender totalmente a profundidade do impasse. A crise afetou integralmente o sistema partidário e não apenas uma coalizão específica. Por esse motivo, e este ponto é absolutamente crucial, nenhuma coalizão vitoriosa foi capaz de substituir a coalizão hegemônica anterior (SANTOS, 2003, p. 199-200).

No contexto desses anos, o *status quo* falava bem mais alto do que as questões sociais. Mudar um sistema partidário era um jogo perigoso, colocando em xeque o diálogo com setores, e, dentro de um mesmo grupo, interesses diversos se faziam presentes. A deflagração do Golpe aconteceu pela manutenção de uma ordem hegemônica, mas esta por si só, não seria capaz de desestruturar um governo de cunho populista como o de Goulart, atribuindo ao Golpe, uma somatória de acontecimentos, tais como colapso do próprio populismo, a ânsia por mudanças e a falta de apoio a Goulart por grupos que faziam parte do seu governo, impossibilitando seu projeto político.

A reforma expressada em seus discursos, a competição política subjacente no jogo interno entre grupos dominantes, a imobilidade do Governo diante de pressões que jogavam naquele momento, conspiraram para que as Forças Armadas aplicassem o Golpe. Entende-se que as propostas de Goulart eram conflitantes aos interesses de grupos hegemônicos. Por isso, seriam rechaçadas quaisquer iniciativas ou campanhas em prol das reformas, da propriedade social, do voto do analfabeto, do sindicalismo rural e de qualquer processo educativo que questionasse o sistema vigente ou mostrasse o quadro de miséria do país.

Goulart daria um golpe e os setores ofendidos que nessa perspectiva aplicaram um 'golpe de mestre no governo golpista'. Para o autor, os cálculos militares visualizaram futuros acontecimentos de quebra de ordem, de perigo vermelho para o poder hierárquico militar, aplicando o golpe contra as mudanças. Diante da inabilidade de Goulart e de seu jogo, os militares encontraram campo aberto porque:

Embora o bloco modernizante conservador fosse incapaz de se impor por consenso na sociedade brasileira, ele, no entanto, era capaz, através de sua campanha ideológica, de entrevistar uma boa parte do apoio ao Executivo existente e reunir as classes médias contra o Governo (SANTOS, 1981, p. 105).

Entende-se que grupos conservadores estavam comprometidos com apoio aos militares, e a instauração do Golpe de 1964 veio trazer à tona uma ordem de convicções que poderiam ser perigosas para os grupos hegemônicos. Assim, o argumento mais forte apresentado nos discursos favoráveis à derrubada do governo de Goulart foi o anticomunismo, mesclado às acusações de que o presidente pretenderia implantar um regime autoritário de esquerda. Contudo, se as reformas de Goulart assustavam a elite, ainda estavam distantes de socializar ou comunizar o país.

Juntando-se a tudo isso, existia a constante troca ministerial no governo, ao passo em que as reformas passavam por um período letífero, embora amplamente divulgadas e apoiadas por nacionalistas e pelas esquerdas. Do outro lado, as elites econômicas, as famílias conservadoras e elitistas, a direita política patrocinada pelo capital estrangeiro e por uma expressiva fatia de civis e militares, todos contra o Governo de Goulart. Ora, detonaram o Golpe de 1964 e a própria democracia brasileira.

Dessa forma, pendendo para a direita, encontrava-se a classe média e setores mais politizados que se alinhavam com a política reformista. Os mais conservadores temiam 'a comunização do país', aceitavam a propaganda direitista contra o Comunismo. Campo pronto para o conflito e instauração de um golpe contra a Democracia. É nesse momento que se intensifica a propaganda anti-Goulart. Associações femininas, órgãos da imprensa, setores militares, grupos políticos e setores do clero produziram um conjunto de discursos que cada vez mais procuravam isolar o Governo.

A JUC voltava-se para o argumento fundamental de uma suposta revolução no Brasil com intenção de acabar com a religião, com a instabilidade das famílias e da propriedade pública. É nesse período que a SUPRA (Superintendência de Reforma Agrária), declara sujeitas a desapropriação, propriedades rurais superiores a quinhentos hectares estando elas a dez quilômetros de vias federais. E isso inflamou a ideologia estudantil, operária que via a notícia com clima de

vitória para as camadas populares que começavam a reagir contra os grandes latifundiários. E isso foi suficiente para promover contestações em âmbito nacional.

De fato, ele [Goulart] identifica no padrão fragmentado de apoio crucial para decréscimo da capacidade governamental de converter demandas do público em ação de governo. Sendo a geração de demandas derivada do nível de concorrência política e parlamentar, procura então indicadores dessa disputa na competição eleitoral, salientando o fato de as coalizações formadas durante o processo eleitoral não se manterem após pleito. [...], entretanto, as alianças eleitorais nada tinham a ver com o padrão de coalizações no Congresso, nem foi a associação parlamentar entre o PSD e PTB o único fator responsável pela estabilidade do governo anterior, o de Kubitscheck (SANTOS, 2003, p. 104).

Observa-se que os embates realizados internamente para o colapso político e ideológico do Governo Goulart estavam repletos de convicções e coalizões de outros grupos, fato este que veio a contribuir para a instabilidade no país e a derrocada sem rogo da esquerda brasileira. O colapso interno, o sistema político, a paralisia decisória, a queda de ideais, a miserabilidade nacional, explicam em parte o golpe. Santos (2003) admite o emperramento do sistema e do governo de Goulart, atribuindo aos militares o papel de coadjuvantes, deflagrando o Golpe, que acabou dando certo sem nenhuma dificuldade: rápido, forte e fácil. Os militares temiam a falta de estabilidade política no país e o veto a Goulart antes de sua posse foi um aviso do poder dessas instituições.

3.4 REFAZENDO CAMINHOS DA DEMOCRACIA BRASILEIRA: PONTOS E CONTRAPONTOS

Na caminhada de motivos e explicações que justifiquem o Golpe de 1964, Figueiredo (1993) identifica grandes correntes explicativas para o episódio: a estrutural e a intencional que discutem o sentido da Democracia no Brasil, ambas com análises sobre as causas, as condutas e estratégias de atores políticos que experimentam a situação de conflito entre grupos.

É questionável a alegação de que a burguesia teve um papel de liderança e de coordenação na conspiração. Parece, ao contrário, que havia diversos grupos conspirando dentro das elites militares e civis, e, a despeito da integração entre eles, é exagerado considerar suas ações como conspiração única com um comando unificado (FIGUEIREDO, 1993, p. 174).

Recorre-se à argumentação de que a burguesia não pode ser entendida como responsável direta pelo golpe, já que esta sofria pressões diretas de outros grupos que resistiam à integração e ao comando dessas forças manipuladoras. Nesse sentido, o programa de reformas aliado às incertezas da Democracia no Brasil, levaria ao fim do próprio Governo Goulart – uma espécie de caos interno.

Figueiredo (1993) cuja ideia coaduna com Santos (2003), mostra a falta de resistência dos grupos ao episódio de 1964, ressaltando a postura radical de Goulart e sua fácil derrota diante de uma bem articulada conspiração militar que não aceitava as anunciadas reformas. A autora analisa as fortes convicções ideológicas clivadas nos atores políticos atuantes nesses anos, repensa como estes percebiam o próprio processo democrático e pensa a Democracia e as Reformas, mostrando esse elo no governo de Goulart.

Evidentemente ao final do período, nem a Democracia, nem as Reformas foram vitoriosas no cenário político. Identifica-se a radicalidade política presente nesse período, as possibilidades de soluções político-institucionais desarticuladas e um povo despreparado para lidar com o próprio conceito de Democracia (FIGUEIREDO, 1993)

Todavia, o processo democrático no Brasil sempre foi assunto de fortes debates nacionais. A posição indecisa do Presidente, posição, aliás, titubeante, somada à falta de um plano de segurança, e o abandono de seu papel de líder democrático populista resultaram na tomada de poder pelos militares e perseguição aos grupos de apoio do Governo, a exemplo dos militantes jucistas que lutaram em prol dessas anunciadas reformas democráticas. Ora, se o Golpe de 1964 legitimou a destituição de Goulart, consolidou o extermínio da luta estudantil no país, marca desses anos.

A falta de resistência das esquerdas, a imobilidade do Presidente, foram brechas que permitiram a conspiração de civis e militares contra a Democracia brasileira e contra os movimentos estudantis, sociais do país. Considera-se que a resistência política é um direito constitucional material e uma das formas mais marcantes dentro de um sistema de governo onde seus poderes institucionais e o reconhecimento das liberdades públicas são garantias fundamentais para a engenharia social e política.

Contudo, o processo de luta e resistência através das mobilizações, sobretudo nas caminhadas, as ocupações de terra, a luta no campo e na cidade,

foram espaços que se apresentaram como via para a obtenção de conquistas democráticas. Nesse sentido, os vitoriosos foram os estudantes e operários, já que foram os detonadores dessa dinâmica. Foram presos, os mandatos de vários políticos cassados, funcionários demitidos, membros das Forças Armadas expulsos, professores perseguidos e mortos. Percebe-se que os direitos no Brasil, foram pensados nesses anos e os jucistas foram importantes na História do país.

De fato, as universidades e os sindicatos foram invadidos, professores e estudantes perseguidos, ao lado de integrantes das Ligas Camponesas e do Comando Geral dos Trabalhadores que estavam inseridos nessa intriga.

(...) um outro fator contribuiu para impedir a realização de qualquer das duas possibilidades de combinar reforma e democracia, ou seja, a visão instrumental de democracia, mantida tanto pela direita como pela esquerda. De fato, os grupos esquerdistas e pró-reformas buscavam essas reformas ainda que ao custo da democracia (FIGUEIREDO, 1993, p. 202).

As Reformas e a Democracia eram vistas como algo meramente político, conflitante e de cunho instrumental. Para a autora, o arbítrio se abateu contra grande parte da sociedade brasileira e, depois com a permanência do regime de repressão civil e militar. E para as reformas acontecerem, seria preciso aceitar o jogo democrático entre a esquerda e a direita, o consenso sem a quebra de regras.

O regime autoritário instalado em 1964, no Brasil, não foi o resultado de uma todo-poderosa conspiração direitista contra o regime anterior, nem fruto apenas do jogo político. O Golpe se mostrou como resultado da interação dos desejos individuais, constituindo em aspirações da coletividade no ato do apoio à intervenção militar não com uma consciência de classe forjada pela elite, mas sim, uma consciência de classe, mesmo que até certo ponto difusa.

Realmente, a conflitante falta de resistência de grupos de esquerda aos militares, a postura da Igreja Católica, que com suas ações especializadas, calou a lentidão do Governo Goulart, e o clima de incerteza marcaram o episódio analisado por Figueiredo, reconhecendo esta que houve conspiração, aliás, necessária, mas que por si só não explica a subversão da ordem constitucional e a tomada de poder pelos militares.

A versão de Toledo (1983) sobre o Golpe de 1964 mostra que o Governo Goulart deu respaldo à década de 60 em função das grandes mudanças nos processos democráticos que vinham se processando no Brasil. No entanto, essas

alterações eram cada vez mais necessárias no campo econômico, social e político, mas o Governo não encontrou apoio nas classes mais populares.

Em toda nossa história republicana, o golpe contra as frágeis instituições políticas do país se constituiu em ameaça permanente. O fantasma do golpe rondou, em especial, os governos democráticos no pós-46 e, com maior intensidade, a partir dos anos 60. Pode ser dito que o governo Goulart nasceu, conviveu e morreu sob o espectro do golpe de Estado. Em abril de 1964, o golpe de Estado permanentemente reivindicado por setores da sociedade civil foi, então, definitivamente vitorioso. O golpe estancou um rico e amplo debate político, ideológico e cultural que se processava em órgãos governamentais, partidos políticos, associações de classe, entidades culturais, revistas especializadas, jornais e especialmente em movimentos sociais.

Durante esses anos, conservadores, liberais, nacionalistas, socialistas e comunistas formulavam publicamente suas propostas, mobilizando-se politicamente para defender seus projetos sociais e econômicos. Se o governo Goulart e as forças progressistas tiveram alguma parcela de responsabilidade no aguçamento da crise política deve-se, contudo, enfatizar que quem planejou e desencadeou o Golpe contra a democracia foram classes dominantes que apoiadas por setores médios e incentivadas por órgãos governamentais norte-americanos e as Forças Armadas nacionais. Portanto, as classes populares e trabalhadoras estiveram ausentes da derrubada de Goulart.

Ora, em seu conturbado governo, o Presidente vinha alterando suas ações e adiando as anunciadas reformas, acabando por minar as bases de sustentação política do seu Governo Populista. Segundo o autor, Goulart quando desorganiza suas diretrizes governamentais e demora em tomar decisões, enfraquece. Toledo sustenta que ele como líder não conseguia o pleno respaldo das classes populares e trabalhadoras, nem se legitimava face ao conjunto das classes dominantes (TOLEDO, 1983). Por isso, o episódio foi considerando 'o golpe contra o povo e a Democracia brasileira' e pode-se atribuir esses impactos à crise institucional que vinha se instalando no país, culminando com a tomada de poder.

Goulart nasceu, conviveu e morreu sob o signo do golpe de Estado. Se, em agosto de 1961, o golpe militar pôde ser conjurado, em abril de 1964, no entanto, ele deixaria de se constituir num fantasma para se tornar uma concreta realidade (TOLEDO, 1983, p. 7).

Defende-se a ideia de uma tese de articulação anterior à data do Golpe, quando em comícios João Goulart⁶ defendia as tão anunciadas reformas estruturais. Ao contrário do que avaliavam os setores reacionários dos proprietários rurais, da alta hierarquia da Igreja católica, da UDN e do PSD, muito longe das intenções de Goulart estava a abolição da propriedade privada que daria início à 'comunização' do país.

Goulart entendia ser possível – com as reformas sociais – consolidar o capitalismo industrial brasileiro e torná-lo mais humano e patriótico. Ou seja, nos anos 60, o mito de um capitalismo nacional e civilizado – tal como ainda hoje aparece no debate ideológico – era alimentado por Goulart e por alguns setores progressistas e nacionalistas. A manutenção do latifúndio e as profundas desigualdades sociais no campo eram, assim, fatores decisivos para a manutenção de uma democracia política muito distante das aspirações e necessidades das classes populares. Democracia profundamente limitada, pois incapaz de superar o clientelismo, o mandonismo, os currais eleitorais e o poder incontestável do latifúndio e dos coronéis (TOLEDO, 1983).

Acredita-se que as reformas seriam necessárias para acelerar o crescimento do país, no entanto, durante os anos 60, a sociedade brasileira defrontou-se com um grande desafio, ainda presente hoje em dia: a diminuição das profundas desigualdades sociais e econômicas no marco dos grupos inseridos numa proposta democrática. Mesmo tratando-se de uma Democracia com limites bastante definidos, naquele momento havia uma agenda de reformas ocupando o centro das discussões políticas e as instituições democráticas acabaram não resistindo à pressão de forças polarizadas e radicalizadas.

Então, o Golpe de 1964 foi contra a Democracia brasileira, contra as reformas políticas e sociais, contra a politização das organizações da sociedade civil como as Liga Camponesas, o CGT, os estudantes da UNE, os partidos de esquerda foi também contra o debate cultural e intelectual que vivia o país. Destruiu as ideias dos Centros Populares de Cultura, dos Movimentos de Educação de Bases, o pensamento de educadores e estudantes católicos e

⁶ Segundo pesquisa do IBOPE realizada na capital paulista entre 20 e 30 de março de 1964, Goulart gozava de apoio significativo dos eleitores da maior cidade do país: o Governo era considerado ótimo por 7% dos quinhentos entrevistados, bom por 29% e regular por 30%. Era mau apenas para 7%, péssimo para 12% e 9% não sabiam responder. Assim, entre ótimo, bom e regular, o Governo tinha aprovação de cerca de 66% dos eleitores. A insuspeita pesquisa foi encomendada pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo, que apoiou ostensivamente o golpe. Cf do Jornal da Unicamp, edição 204, 24 fev a 9 março de 2003.

progressistas, fechou revistas, impediu muitos jornalistas de publicarem seus artigos em prol de uma reorganização política, reprimindo os movimentos sociais e perseguiu inúmeros jovens no país.

O período refletiu uma série de insatisfações e conflitos do grupo militar, de tecnocratas, empresários, burgueses e de parcela da Igreja Católica que se articularam e passaram a gerir interesses voltados para um modelo econômico internacionalizado, concentracionista e em defesa do capital. A Igreja Católica, com exceções a exemplo de Dom Helder Câmara, inspirava dupla posição, marchando em apoio ao Golpe ao lado de industriais e latifundiários que se somavam à maioria reacionária do clero.

Ainda em março ocorrem dois outros episódios que acirram o ânimo militar contra Goulart, porque foram entendidos como atentatórios à hierarquia e à disciplina das Forças Armadas. O Ministro da Marinha, Sílvio Mota, demite-se no dia 24 de março ao se sentir desautorizado por negociação entre o governo e a Associação de Marinheiros, relaxando prisão que ele impusera a dois de seus membros, acusados de subverter a hierarquia. O líder dos marinheiros é o Cabo Anselmo, depois suspeito de ser agente infiltrado da CIA ou da própria Marinha. E no dia 30, véspera do desencadeamento das ações militares, há Reunião dos Sargentos no Automóvel Clube do Brasil, em apoio ao presidente Goulart, que comparece e faz discurso de improviso, destacando os sargentos como elo entre o povo e as Forças Armadas (COUTO, 1999, p. 44).

O Golpe se concretiza e os militares ficam no poder. Os anos seguintes são reconhecidos como os mais violentos da história nacional. O episódio desencadeado em 31 de março de 1964 depõe o presidente João Goulart e instaura o regime militar no país, praticamente sem resistência. Depois de proferido, Goulart parte em rápida passagem à sua terra natal, mesmo depois da crise ter sido instaurada no país, e se exila no Uruguai. Os porto-alegrenses vão às ruas manifestar seu apoio ao Presidente deposto, sendo duramente reprimidos pelo Exército, num claro indício de que as coisas tinham mudado e ainda iriam mudar muito mais a partir do episódio. Neste mesmo momento, os cariocas festejam o acontecido e enquanto a população brasileira se divide, o Governo americano se congratula com o novo governo brasileiro.

3.5 SERIA GOULART CONHECEDOR DO GOLPE? ALGUMAS VERSÕES

Goulart era conhecedor da dimensão de seu discurso e estaria repetindo a façanha de Getúlio Vargas que, após a deposição do Governo, acaba retornando com prestígio e popularidade? Pode-se supor que houve uma estratégia de Goulart induzindo sua própria retirada, mas este não estava dentro do perfil de liderança política adequada ao país e a sua estrutura interna, e ainda incapaz de dominar o capital multinacional na economia brasileira. No seu plano de Governo, Jango não tomou decisões adequadas para o momento.

Aliado a isso, grupos hegemônicos viam seus negócios em risco no país, considerando ainda que Goulart receava a entrada de Lacerda no Governo. Num clima de insatisfação entre militares e setores da sociedade, o pensamento de Goulart ocasiona um forte desequilíbrio no país, vindo a desembocar no Golpe de 1964. No entanto, estudos de Soares (1994), argumentam o acontecido como resultado da ineficiência das ações de Goulart somada à inquietação com as ideias comunistas no país e a insatisfação de grupos dirigentes de direita.

O crescimento das esquerdas, o movimento dos estudantes e professores lavava ao descontentamento da hierarquia militar e isso também contribuiu para uma suspeita da participação dos Estados Unidos, argumento de autores como Fico – conspiração externa que se aliou a esses grupos internamente, determinando a queda de governos populistas no Brasil.

Soares (1994) analisa as explicações para o Golpe Militar de 1964 com a visão de que os próprios militares conspiraram para o Golpe para a instauração do regime ditatorial. O autor defende a linha conspiratória de Fico, atribuindo à burguesia econômica grande parte de culpa pelo episódio, indicando que as raízes políticas brasileiras convidaram grupos ao Golpe para a destituição do Governo.

Nessa perspectiva, também tiveram ações destacadas as Associações Femininas composta de diversos segmentos de luta, como afirma Arend (1981) era condição das mulheres atuarem na sociedade, pois já votavam, e o voto era uma das querelas. Tudo isso levou ao desgaste do Governo Goulart, lembrando que foi muito eficiente para organizar as Marchas das Famílias.

E ao que parece, grupos de direita, chocados, reagem ao governo de Goulart e a atuação da esquerda. Essas associações, junto com a elite empresarial, fortaleciam-se pela união e articulação em torno do Instituto de

Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), e estas contavam com grande parte do empresariado brasileiro e de representantes de multinacionais. IPES⁷ e IBAD⁸ eram institutos vistos como 'vilões do golpe' pelas mensagens ideológicas de poder com interesses consistentes de uma elite capitaneada⁹.

Mas, essa elite com representatividade desde os políticos conservadores até famílias conservadoras e setores do clero católico, realizou forte propaganda anticomunista pelo país. A Marcha da Família com Deus Pela Liberdade¹⁰ foi uma dessas manifestações que perpassam entre o apoteótico e o patético, espalhando-se em diversas regiões como estado de alerta contra as propostas que poderiam abalar a estrutura da família no país. Na prática, a tentativa da família brasileira católica em preservar a tradição constituiu dois pólos: o primeiro, de tentar impedir as reformas e o adentramento do Comunismo no país, e o segundo, de proteção a seus integrantes.

Admite-se que a observação das liberdades individuais – a liberdade de expressão, a liberdade religiosa, a propriedade privada – estariam sendo divulgadas com muita rapidez, ameaçando, ou supostamente ameaçando, uma dita ordem. E a primeira marcha, realizada em 19 de março de 1964, na cidade de São Paulo, pela convocação da ala radical da Igreja, reuniu quase quinhentas mil pessoas, e foi manchete de capa dos principais jornais pelas normas que defendiam. A partir daí foram marcadas outras marchas para diversas cidades, contando com a participação de sacerdotes como Pe. Patrick Payton e Pe. Leovigildo Balestieri, que tiveram atuação fundamental em muitas pregações

⁷ Criado em 1955 por um grupo de empresários organizados do Rio de Janeiro e de São Paulo, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) promoveu intensa campanha contra o Governo Goulart, atuando com a premissa de que as reformas de base levariam o Brasil para o Comunismo. O IPES publicou artigos nos principais jornais do país, produziu uma série de 14 filmes de "doutrinação democrática", apresentados em todo o país; financiou cursos, seminários e conferências públicas, publicou e distribuiu inúmeros livros, folhetos e panfletos anticomunistas, e também financiou entidades contrárias ao Governo.

Cf. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea, da Fundação Getulio Vargas, em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/hm/6Na_presidencia_republica/O_Instituto_de_Pesquisa_e_Estudos_Sociais.asp>.

⁸ O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foi fundado em maio de 1959 com apoio de empresários brasileiros e estrangeiros para combater o Comunismo no Brasil e influenciar o debate econômico, político e social do país. Na campanha eleitoral de 1962, o IBAD canalizou recursos para os candidatos contrários a Goulart que concorreriam às eleições legislativas e para o governo de 11 estados. Além disso, produziu e difundiu muitos programas de rádio e de televisão e reportagens com conteúdo anticomunista.

⁹ Termo utilizado pelo historiador Carlos Fico.

¹⁰ Movimento surgido em março de 1964 e que consistiu numa série de manifestações, ou "marchas", organizadas principalmente por setores do clero e por entidades femininas em resposta ao Comício da Central. Congregou segmentos da classe média temerosos do "perigo comunista" e favoráveis à deposição do Presidente da República. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br.

anticomunistas, alegando os perigos do Comunismo para as famílias, incentivando-as a participar de marchas e reações públicas contra o governo.

Arendt (1989) ressalta que confundir o terror total com um sintoma de governo tirânico é tão fácil porque o governo totalitário, em seus estágios iniciais, tem de conduzir-se como uma tirania e põe abaixo fronteiras. A ideologia totalitária continua viva nas marchas que obtiveram papel decisório nesse momento de indecisão política. Neste sentido evidencia-se a perspectiva que tem da experiência totalitária cumprindo não somente comparações com outras formas de governo, mas definindo ações e padrões. A autora conseguiu nomear os acontecimentos nazistas e stalinistas não por causa do óbvio, mas por não permitir que em sua análise terror e ideologia fossem tomados somente como caracteres de algumas formas de governo.

Encontra-se em publicações de Dreifuss (1984) a ideia de interesses de diversos grupos que se articularam com forças multinacionais e, associadas no Golpe, agindo à surdina no sentido de desestabilizar o Governo nacional reformista de João Goulart. Dreifuss centrou a análise sobre o papel do empresariado na campanha golpista contra o governo de Jango, destacando os fatores intrínsecos ao Golpe, tais como, a capacidade de organização e de mobilização do grupo conspiratório.

Os líderes do IPES percebiam sua organização como “o fórum adequado para os empresários [...] tomando decisões de caráter político bem orientadas e oportunas. Viam-se também como “governo privado” [sic] que deveria apoiar o “governo público” que eles inspirariam e equiparariam com seu pessoal. O tipo de atividades políticas que se exigia dos empresários requeria discrição e o IPES continuava sendo uma cobertura e um canal convenientes para expressarem suas demandas e exercerem sua ação de forma velada (DREIFUSS, 1987, p. 421).

Os argumentos são apoiados em conflitos de luta de classes, apropriando-se de conceitos que ajudam ao entendimento do que aconteceu entre a esquerda e a direita na luta pelo poder institucional. Nesses institutos, IPES/IBAD, havia subjacentes questões de controle e poder de mesmas forças políticas. Observa-se que o IPES e o IBAD concentravam uma força significativa no país, a ponto de serem os mentores do golpe. O autor considera o Golpe uma reação interna ao Comunismo e ao Socialismo no país, já que esses fatores externos não teriam força para tanto.

Mas, a direita conservadora sempre teve interfaces ocultas de poder e dominação com empresários próximos ou contra o Governo e com militares que não aceitavam fissuras na hierarquia como, por exemplo, – o General Castelo Branco. Havia conspiradores entre os militares e grupos formados por generais unidos e entrosados com grupos políticos e empresariais. No contexto, trabalhistas e comunistas aproximaram-se no campo do projeto nacional-estatista, cujo elo era a bandeira do reformismo social, traduzido nas Reformas de Base do Governo João Goulart.

Pode-se observar que o grupo das tropas, que se aliou mais adiante ao General Costa e Silva, era o grupo mais intelectualizado, e o outro seguia a opção do então General Castelo Branco, considerado legalista e, em princípio, contrário à ideia do Golpe. Percebe-se que o jogo político do IPES, o qual buscava a todo custo realizar desagregação no governo, especialmente na UNE – que para os integrantes do Instituto era instrumento de subversão (DREIFUSS, 1987).

A UNE financiava panfletos, viagens de alunos aos Estados Unidos e tinha iniciativas de estar inserida em meio militares captando ideias do grupo. Outra prática do IPES destacada foi a quantidade de panfletos e filmes anticomunistas que produziam, películas comerciais distribuídas nas universidades com alto teor crítico.

A esquerda católica assistia como uma forma de ver o Comunismo como algo que poderia ser ruim para nós. A JUC sendo ação da Igreja Católica, muitos padres eram favoráveis aos filmes e era indicado que nós estudássemos ao invés de fazermos política (DEPOENTE P).

Interessante é debruçar sobre esse depoimento para ver que mais adiante a esquerda, como crítica da alta intelectualidade que fazia parte da classe universitária desses anos, iria criticar a própria Igreja Católica que se divide, nesse momento, entre a ala conservadora e a progressista. Goulart reconhecia a participação desses empresários do IPES e do IBAD e os mantinha sob a promessa de reformas que na verdade não saíam de meros anúncios.

Em meu grupo de atuação, os estudantes tinham a convicção que Goulart estava preparado para mudar toda uma estrutura do país e que os militares reagiriam, mas acabariam desarticulados pela força de mudança que estava prevista, mas isso não aconteceu. Hoje vemos que Goulart era realmente um político preso às amarras de sua origem e que não daria conta de tudo aquilo sem apoio desses grupos ofendidos (DEPOENTE P).

O resgate de uma história que se deseja esquecer diante da oficial. O relato indica a interpretação de um militante diante do episódio do golpe que foi operacionalizado a partir da doutrinação desses institutos e da Escola Superior de Guerra. Mas, qual a participação dos altos funcionários no episódio? Dreifuss (1987) mostra que Goulart permitiu a atuação desses institutos e subestimou a capacidade das associações, desses altos funcionários e da própria esquerda nacional, cuja ação ideológica era forte. Goulart foi tíbio em seu Governo.

E realmente a esquerda não reagiu ao episódio, o que leva a crer que na própria incapacidade do Presidente em cumprir as reformas e desarticulação da equipe de trabalho.

Sob o ponto de vista de Dreifuss (1987), no que se refere à participação de intelectuais, tecnocratas, empresários e militares do complexo IPES/ IBAD no desenvolvimento do Golpe, os membros das duas instituições tinham altos cargos do Governo e sabiam aonde pisavam autoridades reacionárias que funcionavam como um Estado-Maior participante de uma conspiração interna para o Governo, colaborando na instalação e institucionalização do país, período em que a propaganda ideológica ocorria de forma mais complexa nos bastidores do IPES e IBAD.

Nesses anos, o Estado era a própria elite orgânica burguesa de poder econômico, capitaneada pelos grupos IPES e IBAD, que, na opinião de Dreifuss, foram os grandes vilões do Golpe. Ao lado desses setores, estavam as organizações populares e o clero que davam apoio a diversas revistas da Igreja como a Revista Ponte Pioneira e a *Convivium*, que tratavam de acontecimentos culturais e políticos do país. Os dois institutos apoiavam setores diversificados, desde empresários, que participavam de muitos de seus cursos, até militares, líderes estudantis, jornalistas, sindicalistas, elite nacional e outros (DREIFUSS, 1987).

Considera-se que essas ações destes grupos eram tendenciosas e que ao lado outras ideologias como a de sindicatos, entidades estudantis, associações, organizações femininas, embaixadas e demais segmentos de esquerda nacionalista, instituíam campo de conflito nacional. Mas, o papel dos institutos era tão forte que pressionava até a Igreja Católica e os leigos. Tudo isso acarretou a tomada de decisão dos militares, ao tempo em que a Igreja desenvolvia pelo Concílio Vaticano II, nova orientação para os pobres e uma educação popular com

base nos princípios de libertação de Paulo Freire e nos movimentos sociais (DREIFUSS, 1987).

No entanto, os institutos inseridos no Governo Goulart não se limitaram apenas a reagir em defesa de seus interesses, mas passaram de certa forma a intervir na economia nacional, no governo, nas importações de petróleo e de matérias-primas e em decisões voltadas para as indústrias. Essa visão mostra como a derrocada da política populista brasileira aconteceu a partir desse compromisso entre grupos hegemônicos que atuavam no Brasil e que viam a esquerda como subversiva aos seus interesses.

O governo de Goulart não se limitou apenas a reagir em defesa da economia nacional, como no caso das importações de petróleo e de matérias primas pela indústria farmacêutica, buscando contornar, mesmo em oposição aos Estados Unidos, o déficit do balanço de pagamentos. Ele adiantou uma série de importantes medidas, ofuscadas, na época, pelas questões políticas e, posteriormente, pelos seus adversários, que se assenhorearam do Governo com o golpe de 1964 (BANDEIRA, 1983, p. 115).

Então, o Governo Goulart, instigado numa diplomacia sustentado na ideia de reforma social, era controlado pela comunidade dos homens de negócios e pelos proprietários de terras, grupo de soberania nacional, resultando no Golpe. A diplomacia não se resumiu em condenar as ofensas à soberania nacional e ao direito de autodeterminação de Cuba. Constituía-se como um episódio da luta nitidamente de classes e interesses, refletindo tanto em nível nacional quanto internacional. Esses antagonismos sociais e políticos atingiram o Brasil com gravidade inaudita na América Latina a partir da simbologia absorvida pelos estudantes jucistas diante do triunfo da Revolução Cubana.

A gente pegava um monte de retratos de Che Guevara em casas de amigos, parentes e os estudantes gostavam de seus ideais e luta mesmo sendo filho de pessoas com bens. Até hoje vejo nas casas de alguns amigos esta imagem em camisas, e tenho saudade da esperança que as pessoas tinham na época (DEPONTE L).

A centralidade cubana em debates de transformação da América Latina, o exemplo de revolução, o antiimperialismo, fatos políticos que marcavam a época, o populismo, os interesses contrariados às classes hegemônicas nacionais e norte-americanas.

Analisando-se o Governo Goulart, a luta ideológica dos jucistas, a dinâmica da Democracia brasileira, as ideias revolucionárias pela América Latina, tudo isso resultou na tomada de poder e Golpe. A luta era vista como subversiva contra a ordem militar, as famílias conservadoras, a Igreja Católica.

Os esforços de organização e mobilização da vontade popular assombravam a burguesia. O CGT, as Ligas Camponesas e outras organizações de massa, por mais débeis que fossem, eram como espectros que lhe tiravam o sono. E, de uma forma ou de outra, Goulart se identificava com aquele movimento que parte das Forças Armadas queria reprimir (BANDEIRA, 1983, p. 121).

O Governo de Goulart, já com poucos aliados, estava enfraquecido. Se havia por parte do governo uma simpatia com as organizações de esquerda, as contradições entre classes era campo para movimentos por todo o país. Conflitos entre cúpula militar e sindicatos eclodiram nesse período. O General Osvaldo Ferreira Alves, nacionalista por convicção, deixou o Comando do I Exército, apesar de todas as pressões (de Arraes e de Magalhães Pinto) para que Goulart o conservasse no posto.

A notícia de guerrilhas, ataques e da possível entrada do Comunismo no país, alimentava a ideia de um golpe. Greves ativavam diversas regiões e diante dos impasses e discordâncias entre militares, com as correntes de esquerda como o Partido Comunista do Brasil de linha chinesa, o Núcleo da Política Operária (POLOP) e de lideranças de grupos estudantis, surge a ideia da intervenção das Forças Armadas com apoio da burguesia. Bandeira (2001) enfatiza que “havia uma influência psicológica e intelectual da Revolução de Fidel Castro, ainda que transmutada em termos puramente brasileiros”.

Com efeito, ala de direita, as Forças Armadas, burgueses, latifundiários, tecnocratas, donas de casa, parte da Igreja Católica, altos funcionários públicos e outros segmentos da sociedade conspiravam contra o Governo de Goulart. Em todo o Nordeste havia formações de grupos e movimentos sociais com o intuito de combater o suposto perigo comunista e estabelecer uma direita de controle.

Ora, se o Golpe estava articulado, a ideia era passar para a sociedade brasileira que havia armamento nos grupos com o objetivo de confundir a opinião pública. As Forças Armadas e as Polícias Estaduais começaram a divulgar boatos sobre trabalhadores e camponeses armados, criando um clima de guerra no país.

Bandeira (2001) menciona o grande líder trabalhista e popular no país, quando este soube da infiltração norte-americana (leia-se CIA) no Brasil, inclusive se envolvendo diretamente no contrabando de armas com a colaboração de alguns brasileiros. Brizola alertou Goulart sobre a situação e este na verdade poderia resistir. De qualquer modo, não ignorava totalmente o que ocorria.

Considerar a falta de resistência dos setores e do próprio Governo é admitir o descrédito, mesmo tendo em suas mãos grupos nada fiéis, levando o país à derrocada da política populista. Isso não só pela inabilidade com a democracia, mas pela demora do reformismo nacionalista que acabou detonando reações de civis e militares contra a solução revolucionária para o Brasil. Muitos acreditavam estar Goulart em desespero depois das anunciadas reformas e da decretação de uma duvidosa mudança inserida num vazio e de posturas isoladas, além de inclinadas para o Comunismo que transparecia a todos que o escutava.

Outro olhar sobre o episódio de 1964 é o de Jacob Gorender (1987), que acredita na letargia das esquerdas. Na verdade, há uma unanimidade em afirmar da lentidão do Presidente em suas reformas. A falta de reação ao Golpe pelos setores de esquerda foi marcante, e sublinha-se que o maior problema não foi ter ocorrido o Golpe em si, mas sim como ocorreu, de maneira desmoralizante, pela falta de reação dos movimentos organizados que defendiam as reformas no país (GORENDER, 1999).

O colapso popular veio por interesses subjacentes e a reforma nacionalista anunciada pelo Presidente em plena praça pública foi a vilã da história, criando clima de colapso em interesses antipopulares.

3.6 A JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA ENTRE OS GRUPOS OPRESSORES E A PRÁXIS DE LUTA

Para discutir a juventude, Groppo (2000) caracteriza a juventude como representação originada para caracterizar o modo de ser de um determinado grupo que vai se diferenciar de acordo com cada sociedade, época e distintas experiências de vida. A partir dos anos 60, falar de jovens com interesses comuns é buscar discussão sobre os interesses de grupos dominantes que não acordavam com os movimentos de esquerda do país, como nos conta P:

Éramos vistos como uma juventude de bloco comunista e perigosa e de certa forma as pessoas sempre nos diziam piadinhas na faculdade, nas ruas e meus pais ficavam muito apreensivos pelos meus irmãos que também sofriam humilhações pelos colegas por causa da nossa luta (DEPOENTE P).

Esquerda disfuncional, desarticulada, sonhadora? A inserção dessa juventude nas discussões políticas, sociais do país foi relevante, mas sua ação revolucionária estava desorganizada, presa aos princípios da utopia dos anos 60. Diante da crise reformista que vinha assolando o país, compreende-se que a juventude universitária, como um amplo movimento de setores do catolicismo brasileiro, tinha intenção de avançar em seu ideário e práxis, mas faltava-lhe plano de resistência. Isso porque os jovens como sujeitos sociais que constroem um modo de ser de juventudes específicas, tem projetos, comportamentos e valores que propiciam suas sociabilidades, mas desconsideram uma série de fatores históricos, sociais, ligados a uma história de colonização.

A ação política desses jovens é reconhecida e ganha densidade com envolvimento maior com a dinâmica contestatória – originária das lacunas e contradições existentes na sociedade, dos exemplos de revolução na América Latina. O contexto, sobretudo marcado pelos movimentos da juventude busca sempre a transformação. Abramovay e Castro (2001) que se interessam pela educação e juventudes, mostram que nas relações sociais acontecem mobilidade de jovens e seus horizontes são modificados. Esses setores de jovens especializados da Igreja não tinham maturidade e experiência política, porém buscavam mudanças e mesmo no imaginário social, as desigualdades sociais poderiam ser superadas através de suas ações.

Os jovens não tinham medo. Pulavam cercas, saltavam de janelas altas quando havia estouro em residências e conversavam sobre direitos políticos, alegando necessidade de mudança para o povo brasileiro. A política e a economia pegavam fogo e nós também. Fomos tão perseguidos nesses estouros em nossas casas, que hoje penso que nem teria tanta garra para fazer o que fazíamos nesses anos de revolução (DEPOENTE J).

Como se percebe nesta fala de um depoente a coragem era marca desses jovens e torna-se aqui necessário fixar alguns pressupostos que informam e definem essa práxis: a inserção em debates políticos, a idéia de autoritarismo, as formas de poder, os diálogos existentes com a sociedade e o pensar sobre os Direitos Humanos.

O espírito ativo e decisório da JUC gerava conflitos políticos e sociais principalmente no que diz respeito à forma de militância coletiva. Politicamente articulados e pressionados pelos grupos de poder no país, enfrentavam, iam além da própria Igreja que lhes conferiu uma identidade religiosa. Porém, nem sempre estavam preparados para lidar com a luta mais radicalizada, inclusive porque muitos sofriam pressão da própria família que ao saberem do envolvimento dos jovens com uma esquerda mais radicalizada, enviavam seus filhos militantes zonas rurais e até mesmo a Europa.

Meus pais ficaram apavorados com a perseguição dos estudantes e com medo da queda do governo, fui estudar na Alemanha e só retornei anos depois dessa confusão toda de prisão, surra e repressão. Imagine que em minha casa até o rádio amador foi um terror a ser destruído para que não houvesse prova nenhuma das nossas articulações (DEPOENTE S).

Essa luta era da família guardiã, protetora de filhos que eram freqüentadores da Igreja Católica e vistos por muitos como perigosos subversivos, já que suas ações eram de uma esquerda disfuncional da sociedade. Compreendidos por muitos como seguidores de uma política utópica, pervertida, eram seguidos e acareados.

A utopia que reinava nesses anos, Ricoeur (1986) mostra que era promotora de uma imaginação produtiva, que não se movimenta de forma meramente crítica, mas histórica.

A utopia é a maneira pela qual repensamos radicalmente a natureza da família, do consumo, da autoridade, da religião, etc., a fantasia de uma sociedade alternativa e a sua exteriorização “nenhures”, que atua como uma das mais formidáveis contestações do que existe. A utopia atua não só desreificando as nossas relações presentes como apontando as possibilidades que podem ainda vir a ser nossas (RICOEUR, 1986, p. 49).

Utopia que, de certa forma, veio também contribuir para a falta de resistência ao Golpe quando este se mostrou diante de uma conotação dos grupos, de conflito ideológico. Mas, é ela que compartilha ideal. E um grupo, uma sociedade sem utopia – estaria morta como dizia Marx.

Se as utopias são efluxos de um estrato social não só por estarem inseridas num desejo dominante, no contexto em que se analisa o poder estava entre a ideologia e a utopia, numa dinâmica histórica. Contudo, pode-se considerar que, em todas as suas formas de autoridade e de domínio, os grupos existem pelas

utopias que podem oferecer movimentos contraditórios estabelecendo crenças às pessoas em relação a qualquer sistema, indicando a elas uma legitimidade.

Em frente a esses fatos na década de 1960, a luta estava entre os ideais de setores conservadores e os dos trabalhadores brasileiros revelavam os segmentos sociais conservadores que temiam a implantação da ideologia comunista. Ideologia ameaçadora aos grupos de empresários ligados às multinacionais, aos latifundiários e parte dos oficiais das Forças Armadas vinculados a esses grupos burgueses. E a Igreja sendo conservadora e normativa, constituía grande ala em defesa da tradição. Desse modo, quando esses momentos ideológicos utópicos de mudança perderam força de consenso integrador, a utopia enfraqueceu, a ideologia se fez presente nos grupos que se enfrentaram.

Celso Furtado (1974)¹¹ ressalta que a principal característica da época – o sentimento de esperança – partiu do reconhecimento claro dos limites impostos pela herança colonial ao pleno desenvolvimento nacional, evidenciando a pobreza do Nordeste, não como se afirmava na década de 1950, como consequência da seca, mas do subdesenvolvimento e da exploração da região pelas próprias elites nordestinas. Furtado enxergava nas décadas de 1950 e 1960 uma fissura estrutural capaz de permitir o salto para a modernização e, conseqüentemente, as mudanças.

Essa abordagem econômica do autor está embasada no ano de 1963, quando veio ao conhecimento público, o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social¹², elaborado por Furtado, então Ministro Extraordinário do Planejamento do Governo Goulart. No auge da campanha eleitoral, em face de sua extensão e do caráter turbulento, o documento relacionado ao plano e suas metas não pôde ser analisado. Acontece uma antecipação da publicação com objetivo de

¹¹ Para a análise das concepções mais diretamente políticas de Furtado, os textos sugeridos são *Dialética do Desenvolvimento* e *A Pré-Revolução Brasileira*. Já para tratar da questão do desenvolvimento como única alternativa de modernização de toda a estrutura nacional, os textos usados foram *A Economia Brasileira*, *Formação Econômica do Brasil*, *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, *A Operação Nordeste e Perspectiva da Economia Brasileira*. Brasil, a construção interrompida. A análise desenvolvida por Celso Furtado em *Dialética do Desenvolvimento* é um exame atento e acurado sobre as possibilidades políticas que o autor pressente no conturbado ambiente da época. É nele que o autor aprofunda as diferenças entre regimes abertos (democráticos) e regimes fechados (de direita ou esquerda) na superação do subdesenvolvimento.

¹² Em contraste com o sucesso do *Plano de Metas*, o *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social* – elaborado em apenas três meses por uma equipe liderada por Celso Furtado, no final de 1962, para subsidiar a ação econômica do período presidencialista do Governo Goulart (1963 a 1965) – sofreu o impacto da conjuntura turbulenta do país no plano econômico e no âmbito político. O processo inflacionário e as crises políticas com que o Governo se defrontou se combinaram para frustrar os objetivos desenvolvimentistas do plano, que buscava retomar o ritmo de crescimento do PIB da fase anterior (em torno de 7% ao ano), ao mesmo tempo em que pretendia, pela primeira vez, contemplar alguns objetivos distributivistas.

fazer do Plano o aval de que precisavam as forças burguesas a fim de apoiar a restauração do presidencialismo. Portanto, o Plano Trienal tinha como objetivo principal manter o aval das forças burguesas atuantes nos países em nível elevado com intuito de recuperar taxas de crescimento da economia, reduzindo, ao mesmo tempo, a inflação no país em crise. A realização de reformas de base e as metas governamentais de Goulart poderiam afetar os burgueses e o desenvolvimento de um capitalismo nacional voltado para interesses conservadores.

Observa-se que a oposição entre interesses agrários e conservadores deixava: de um lado, a indústria progressista, e de outro, a longa trajetória de tradição hegemônica dentro da História brasileira, principalmente a nordestina. Ora, o regime militar sacrificou o Nordeste mais do que qualquer outro território do país. Havia nesse contexto um movimento social em andamento que apontava para outra direção e o regime ampliou o atraso da região. No entanto, o grau de disputa entre os dois modelos nunca havia ido tão longe quanto neste momento de 1962 e 1964. Os movimentos sociais eram uma grande voz que defenderam a Democracia, vinculando-a ao processo de resolução de um passado colonial emperrado, renitente, incômodo a grupos de tradição colonizadora, manipuladora. A teoria de Celso Furtado pressupõe que Golpe de 1964 encontrou um país em confronto, com estrutura comprometida, dando-lhe a expressão de interrupção de uma proposta, onde setores mais conservadores da sociedade, as oligarquias agrário-exportadoras, mediam forças sociais com os segmentos populares.

Gorender (1987) defende a idéia de que esses grupos tinham ideologicamente um paradoxo que resultou na própria abertura para o Golpe, mas que acabou sendo desmoralizante pela criação de espaços desordenados. Neste ponto, levanta-se a crítica às ações especializadas da Igreja Católica que apesar de serem atuantes e organizadas, acabaram possibilitando a visão de uma esquerda ideologicamente forte, mas não tão articulada quanto as formas conservadoras.

A esse respeito pensa-se em paradoxos e ao mesmo tempo em circularidade de ideologias e isso se torna interessante, quando se pensa a História em seus princípios. Com toda essa expressão, porque a esquerda não reagiu ao Golpe?

O período 1960-1964 marca o ponto mais alto das lutas dos trabalhadores brasileiros neste século XX. O auge da luta de classes, em que se pôs em xeque a estabilidade institucional da ordem burguesa sob os aspectos do direito de propriedade e da força coercitiva do Estado. Nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe direitista se definiu, por isso mesmo, pelo caráter contra-revolucionário preventivo. A classe dominante e o imperialismo tinham sobradas razões para agir antes que o caldo entornasse (GORENDER, 1999, p. 44).

Marcas ideológicas, esquerda não estava articulada, militares com decisões rápidas. O autor compreende duas linhas interpretativas para o Golpe: a do papel determinante do estágio em que estava o capitalismo nacional e a de caráter preventivo dessas ações, numa espécie de conspiração desarticulada, tendo em vista as constantes ameaças revolucionárias no país.

Na mesma linha de pensamento de choques e articulações entre grupos, Aarão Reis Filho apresenta a ideia de golpe e de medo das reformas em vários segmentos nacionais, que juntos se aliaram ao não ao estabelecimento de uma nova ordem.

Sentiam obscuramente que um processo radical de redistribuição de riquezas e poder na sociedade brasileira, em cuja direção apontava o movimento reformista, iria atingir suas posições, rebaixando-as. E nutriam um grande medo de que viria um tempo de desordem e de caos (REIS FILHO, 2002, p. 27).

Admitem-se paradoxos entre grupos de latifundiários, empresários, industriais, comerciantes, políticos, Igreja Católica magistrados e da classe média junto a outros setores. Ressalta que esses consensos vieram para reforçar a hegemonia do capital internacional no bloco do poder, e assevera que a ideia do Golpe só foi possível graças ao caráter amplo e heterogêneo da frente social e política, esta composta pelo apoio da oficialidade militar e dos partidos de oposição ao governo, que se reuniram para depor Goulart com botes ofensivos (REIS FILHO, 2002).

Essas fases que marcam o país: a nacional estatista e a internacionalista-liberal – a primeira fundamentar-se-ia na necessidade de amplas reformas de cunho nacionalista e distributivista, com inclinações à esquerda, traduzidas na política das reformas de base do Governo Goulart; a segunda consistiria numa vertente elitista e excludente, propondo ainda um atrelamento da economia à dinâmica capitalista dos países mais desenvolvidos que desejavam manter a ordem conquistada. Apropriar-se deste passado, monopolizar, se possível, a sua

memória, passa a ser um objetivo crucial para os que vivem e estão em luta no presente.

O Golpe foi um movimento político civil-militar que está na memória nacional vindo a partir de uma tomada de decisão deflagrada pelo temor ao expansionismo comunista. Este veio com a finalidade de manutenção de grupos dominantes, de conservação do capital estrangeiro na administração do país. A manutenção de um regime de exceção e privilégios, a implantação de um freio às transformações do Governo Goulart, o abortamento dos movimentos sociais levaram ao colapso do populismo brasileiro. Era esse, inevitavelmente, o desfecho da luta jucista: o golpe pelas direitas.

A rápida vitória do episódio apanhou desprevenidas as organizações de esquerda e a surpresa da força do Golpe, a derrota de seu ideário foram experiências dolorosas e desagregadoras do grupo. O momento exigia uma reflexão crítica sobre as bases sociais e históricas do desenlace inesperado não poderia se instaurar nessa esquerda de Frente Única. E por que não teriam se preparado para resistir?

Apesar dos depoentes insistirem na idéia de resistência por parte da JUC, advoga-se que sendo o movimento tão bem articulado, falhou na esquematização de resistência e não contava com a falta de reação do Presidente sem qualquer tentativa de confronto.

Naquele dia do golpe, Brizola se pronunciou alertando as formas de resistência. Eu mesmo fui com colegas até Feira de Santana, mas com as notícias do recuo do Presidente, desistimos da luta e cada um foi para seu lado (DEPOENTE M).

A previsão era de resistência. E porque não havia um plano articulado? Ora, pela desarticulação das congêneres e de outros setores de esquerda no país, o enfrentamento não aconteceu e acabou por espargir o movimento. A falta de definição de estratégias de resistência do próprio movimento, mesmo acreditando que o Golpe poderia vir, foi um fator decisivo para o recuo do movimento. Dada as essas circunstâncias, a pergunta subsiste: nesse momento, a JUC construiu formas de resistência?

O Jornal do Brasil¹³ destaca a manchete: “A partir de 13 de março, o Sr. João Goulart tem injuriado muitos, em muito pouco tempo. Agora, ao que tudo

¹³Cf. março de 1964.

indica já lhe resta muito pouco tempo para injuriar quem quer que seja”. E tomando os militares o poder e, conseqüentemente, garantindo a legitimação hierárquica, a sombra comunista passou a ser considerada extinta e não seria mais uma ameaça à ordem. O crescimento sindical e as organizações de esquerda no país, ao lado da quebra da hierarquia militar, teriam sido fatores determinantes para o Golpe.

A nova situação impunha os programas, as estratégias, as táticas, os métodos de trabalho, as anunciadas lutas em grupo, o posicionamento das esquerdas não estavam articulados. É certo que se falava em reavaliar o movimento popular, em reorganizações de base, mas não havia nada estrategicamente construído, o que leva a crer que a ideologia se misturou com a utopia. E assim o Golpe foi resultado de rápidas e fortes articulações conservadoras reagindo contra o reformismo nacionalista.

As instituições políticas pareciam incapazes de conciliar os interesses dominantes e canalizar em ordem as pressões e a insatisfação dos dominados. O Parlamentarismo, em vigor desde setembro de 1961, arrastou-se, enquanto durou, por uma sucessão de crises (REIS FILHO, 1985, p. 21).

Essa incapacidade de conciliação e diálogo entre instituições seculares desenvolveram um quadro de crises institucionais que passaram a definir a política nacional. As Forças Armadas e a Igreja Católica estavam divididas diante das reivindicações populares e das tentativas da organização política do país. Pode se dividir esses grupos da seguinte maneira: grupos golpistas que já vinham desenvolvendo uma intensa propaganda anti-Goulart, definindo grupos:

1) Grupo do liberalismo não-desenvolvimentista, de orientação não-industrialista, neoliberais reunidos em torno da UDN, da FGV, do Conselho Nacional de Economia, da Associação Comercial do Estado de São Paulo e outras entidades. Eugênio Gudin e Otávio Bulhões estavam entre os mais conhecidos defensores destas posições;

2) Grupo do liberalismo desenvolvimentista, de orientação não-nacionalista, com perspectiva ideológica que se vinculava à burocracia pública, em entidades representativas como o BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) e a Comissão Mista Brasil-EUA. Roberto Campos, Lucas Lopes, Glycon de Paiva destacam-se entre seus economistas;

3) Grupo do desenvolvimentismo privatista: CNI, FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), herdeiros de Roberto Simonsen, como João Paulo de A. Magalhães, Hélio Jaguaribe e outros;

4) Grupo dos desenvolvimentistas nacionalistas, com entidades como ISEB, CEPAL e setores do BNDE e do PTB. Figuras representativas: Celso Furtado, Ignácio Rangel, Rômulo de Almeida, Evaldo C. Lima, Guerreiro Ramos e Vieira Pinto;

5) Grupo dos socialistas/comunistas: PCB e PSB e seus intelectuais representativos como Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Jr., Alberto Passos Guimarães, e outros;

6) Grupos ligados à Igreja Católica e parcela da sociedade civil.

Havia entre esses grupos interesses subjacentes, um verdadeiro jogo de intriga, com desgaste da imagem do Governo e o arregimento de segmentos na sociedade brasileira em conflito com a esquerda e as reformas do país.

3.7 O JOGO DE INTRIGAS E A DEMOCRACIA BRASILEIRA FRAGMENTADA

Na proximidade entre os militares e os conservadores do país, formou-se uma aliança organizada de resistência aos movimentos sociais e qualquer tentativa de mudança. O contato entre estudantes perseguidos e setores conservadores fora de forte impacto, mas as comissões de negociações não buscavam o consenso entre eles e a política de Estado e o projeto das ações conservadoras não abriam campo para o diálogo. Ora, o fracasso dessas comissões era algo anunciado, os projetos eram inconciliáveis e as manifestações de descontentamento continuaram.

Outro aspecto direcionado a essa ideia é o despreparo dos cidadãos brasileiros para escolha de seus líderes, a inabilidade da juventude em lidar com a política advinda do coronelismo e à incapacidade do Governo Goulart de lidar com o verdadeiro sentido da Democracia. Ora, as crises políticas no país vieram a partir de uma série de acontecimentos e ações que endossaram a investidura militar e essas ações estavam ligadas não só ao receio de quebra de hierarquia, mas pelo receio ao Comunismo, que era visto como uma ideologia vermelha perigosa às famílias.

Todavia, a quebra desse suposto equilíbrio de setores tradicionais no país veio com o governo de Jânio Quadros e mais efetivamente com o de João Goulart. Sabe-se que o apoio popular ao Governo de Goulart era notório às esquerdas, pois seu esquema oferecido favorecia as camadas populares.

O golpe civil militar e a derrotada sem resistência das forças ditas progressistas em 1964 marcaram profundamente os partidos e movimentos de esquerda brasileiros. Para o autor, os nacionalistas, a POLOP e outros grupos, que já advertiam para a necessidade de resistência armada a um golpe de direita, praticamente nada fizeram para levar adiante a resistência, enquanto o PCB e outras forças reformistas assistiram perplexos à demolição de seus ideais. Logo se faria sentir sobre o conjunto da esquerda o “terremoto” de 1964, com a dispersão da maior parte das forças populares que começavam a adentrar na cena política (RIDENTE, 1993, p. 27).

Paralelamente, eclodiam forças que não se mostraram de forma diplomática no cumprimento dessa formalidade militar em freio a esperada ameaça de entrada do Comunismo no país. Logo que as tropas de Minas Gerais marchavam rumo ao Rio de Janeiro, o I Exército, supostamente disposto a empregar armas em defesa do Presidente e da Constituição, instaurava o movimento dos militares na tomada de poder. Com o tempo, a mobilização das ruas toma ares de extremo conflito no Congresso com a total inviabilização do Executivo.

Era momento de paralisia decisória¹⁴ e muitos partidos não fizeram uma autocrítica de suas atuações quando o Executivo pressiona o Congresso através de sua base supostamente mais forte para que o povo se pronunciasse. Essa tentativa de mobilização da massa pela via populista foi a prova de que o conflito tornou-se irresoluto pela via parlamentar. Mas, com a adesão aos golpistas, um tanto quanto inesperada, por parte do Exército de São Paulo, o Comando do I Exército decide não aderir ao Golpe, pelo menos não resistir a ele.

As relações entre comunistas e estudantes eram marcadas, ora por diálogos que os aproximava no mesmo campo de lutas, ora por disputas pelo controle do movimento estudantil, *locus* de atuação de ambas as tradições políticas, atestando a dialética estabelecida entre culturas políticas afins.

Figuravam nesses anos, políticos como Magalhães Pinto e Carlos Lacerda considerados chefes civis politicamente manipuladores e que acabariam fortemente envolvidos na conspiração golpista e apoio direto aos militares. No entanto, se o

¹⁴ Entende-se aqui por “paralisia decisória” a situação limite de incompatibilidade das ações e desejos do governo perante o Congresso e vice-versa.

Golpe de 1964 parecia passar despercebido pelo Presidente e seus aliados, concretamente as articulações já vinham sendo preparadas por anos a fio. Os militares foram aqueles que, inseridos nesses grupos burgueses, acabaram levantando a bandeira de guerra no país, impulsionados ideologicamente pelo objetivo de restaurar a disciplina e a hierarquia nas Forças Armadas e bloquear a implantação do Comunismo no país pela subversão da ordem.

A linha de pensamento de Moraes (2001) compreende que o que aconteceu em março-abril de 1964 foi um golpe reacionário da direita, dos quais os militares constituíram o instrumento decisivo para descartar uma possível revolução no país.

Por que o golpe? Devido às restrições da aliança de classes que estava no poder e ao deslocamento que, nessa aliança, algumas sofrem em detrimento de outras. A burguesia estava sendo deslocada, pelo próprio processo da expansão capitalista, de seu lugar central; ela não era mais a única detentora de um poder de classe dominante, senão que, devido ao crescimento e à recepção dos capitais internacionais, aquele lugar estava sendo ocupado por outro autor [...]. Evidentemente, a burguesia não desapareceu, mas perdeu importância; ou melhor, exclusivamente; compete, então, com a burguesia internacional no comando da economia nacional (MORAES, 2001, p. 26-28).

Os militares apenas tomaram a decisão em nome de grupos reacionários da direita que já vinham desenvolvendo articulações. Então, para o autor, o Golpe veio a partir de uma política externa que havia se aliado à interna, o qual vinha perdendo valor no Governo populista, cabendo a ação aos militares, numa fase em que havia certo esgotamento econômico que afetava a burguesia. Os socialistas se batem resolutamente pela democracia; não pela Democracia em si ou abstrata. Lutavam os grupos de esquerda por uma Democracia de maioria, com liberdade e igualdade social, e um Estado sob controle popular.

A Democracia é ela o governo do poder visível que nada pode ficar confinado no espaço do mistério e que é uma frase que está no cotidiano.

O golpe estava articulado a muitos fatores, dentre eles, as matrizes ideológicas de alguns setores conservadores que compartilhavam a sociedade e tinham medo que se desintegrassem a partir da infiltração de ideologias comunistas contrárias aos preceitos morais já existentes muito antes do Golpe de 64 (CARVALHO, 2004, p.165).

Nesses grupos conservadores, é instituído o Serviço Nacional de Informação (SNI), subordinado ao Conselho de Segurança Nacional, e que desde 1946 exercia o papel de controlador por meio dos oficiais do Exército Nacional.

Percebe-se ainda notícias da presença de grupos atuantes articulados ideologicamente com o imperialismo norte-americano e a *Central Intelligence Agency* (CIA) que vinham oferecendo quantias e equipamentos de apoio a serviços nacionais. Embora os próprios militares não aceitassem diretamente ofertas de políticos, o Governador Carlos Lacerda acabou sugerindo apoio. Com tudo isso, demonstra que o Golpe de 1964 caminhou entre o mérito do Exército, de certa forma com a omissão do Governo e a participação de camadas civis, além de um povo que ficou perplexo diante do Golpe, aceitando facilmente a deposição do Presidente.

O golpe de 1964 não foi uma necessidade histórica. O desenlace deveu-se a ações, omissões e erros de cálculo de agentes políticos de todos os matizes ideológicos, cujo grau de lucidez parecia reduzir-se à medida que aumentava a radicalização política. Outras soluções, além do golpe, eram possíveis (CARVALHO, 2004, p. 165).

Dado o golpe, os direitos civis e políticos foram duramente atingidos pelas medidas de repressão. Os instrumentos legais da repressão foram os atos institucionais editados pelos presidentes militares. Para a história brasileira, o enfrentamento abriu espaço para a repressão mais violenta por parte de grupos interessados na derrocada do Governo, pois nele se processaram intensos debates que feriam uma ordem militar e hegemônica desses grupos e, especificamente, do grupo composto por empresários.

Em meio a todas as transformações políticas e culturais do Governo Goulart, a Igreja Católica experimenta, pelo envolvimento de bispos, padres e religiosos, mudanças significativas em sua relação com os segmentos mais carentes da sociedade, participando de lutas populares em todo o Brasil. Uma parcela da Igreja Católica começou a gerar conflito com as ideologias do Governo, passando a identificá-las como 'agentes do Comunismo', generalizando, essa ideologia vermelha em todo o Brasil, divergências que marcaram profundamente as relações entre a Igreja e o Estado.

A compreensão desses autores, relevantes no estudo da História nacional, mostra diferentes pontos de vista que, na verdade, estão embaraçados nessas perspectivas de conhecimento. Autores que não só buscaram compreender em si o acontecimento do Golpe de 1964, mas que interpretaram o jogo de tensões entre grupos e suas ações específicas.

Anos se passaram e as representações ficaram. Em uma das entrevistas com um ex-militante jucista, este depoente revelou: até hoje me pergunto se fiz a coisa certa ou se foi pura ilusão. Fiquei anos com esse discurso e hoje nem quero saber de política nem de Igreja. Para mim, basta (DEPOENTE M).

Com base no depoimento do militante, há um questionamento pairando no ar sobre a participação estudantil nesses anos: como estão hoje estes jovens? Talvez este seja o tema de outra pesquisa, mas percebe-se que uma grande parte desistiu da militância não só pela idade, mas pelo cansaço com a causa, no entanto, continuam interagindo com os amigos da época da militância.

Bobbio (1986) lembra que uma vez conquistada a Democracia política, percebe-se que está incluída numa esfera maior que a sociedade e que esta estava condicionada a muitas coisas. Dai, o desabafo e a pergunta: será que a democracia política foi necessária para que o povo caísse num regime de falsos juízos? Admitir a participação em movimentos sociais e questionar implica, sobretudo em trabalhar com memórias de pessoas que vivenciaram momentos de experiências democráticas no Brasil, 'uma prova de fogo' de fundamental importância para compreensão da nossa História sufocada.

Resta considerar que o depoimento acima constata que entre os jovens inseridos nessa luta há várias questões subjacentes nessas participações estudantis, sobretudo pelas intrigas entre civis e militares.

Estes anos eram de luta política e não se falava em outra coisa. Minha família pedia para eu sair da luta e das ruas, pois vivia panfletando o dia todo, mas não tinha jeito, até viagem para o interior eu fazia. Só se falava em política de mudança e nem ligava mais para a vida social (DEPOENTE M).

Nesse depoimento, passado e presente se fundem nas lembranças de uma luta. E a vitória do movimento de 31 de março pressagiava uma metamorfose radical das instituições políticas e nas vidas dos estudantes. A identidade narrativa de quem viveu o episódio faz parte de uma memória viva e dinâmica, que mesmo sendo recriada, reconstruída por novos acontecimentos, ou por novas lembranças, são lembranças de passado que não pode e nem deve ser esquecido.

E a menos de duas semanas após o Golpe, Goulart foi deposto por uma revolta militar e sua fuga não demonstra ter sido o resultado de ação da elite política civil. Fica claro que os oponentes de Goulart não haviam tentado um

impeachment e os antigetulistas não estavam tão articulados suficientemente para essa mudança. Simplesmente se afasta do Governo e estava bem clara a incapacidade do presidente para liderar com a democracia de um país como o Brasil. Goulart poderia, enquanto Presidente ter dialogado com setores, evitando assim a derrocada de seu Governo e do próprio populismo brasileiro.

Poder-se-ia ter evitado o Golpe Militar? Por que tantas repressões e mortes apoiadas por boa parcela da população? Enquanto Presidente, Goulart tinha o controle do país, contando com apoio de uma parcela dos militares, associações, estudantes e entidades de esquerda, e por que não os acionou já que os mesmos defendiam suas causas? Qual a razão de ter desistido tão facilmente? Faltaram estratégias e habilidade política capaz de levar o projeto adiante? Onde estavam os seguidores das Ligas Camponesas, o grupo de Leonel Brizola e os demais articuladores de suas reformas democráticas? Os estudantes universitários como se posicionaram nessa luta?

O desencadeamento do Golpe de 1964 foi efetuado rapidamente por falta de resistência face à presença dos militares que encontraram na população civil uma apatia, desarticulando todos e a falta de um plano de estratégias de ações e resistência, caso fossem atacados não estava esboçado. O Golpe foi forte pela ideologia, rápido porque não encontrou resistência que teria sido suficiente, e fácil porque se instaurou sem enfrentamentos (BOBBIO, 1986).

O que aconteceu no Brasil foi um exemplo de falta de organização dos movimentos de esquerda e uma fraqueza para lidar com as questões da Democracia? Torna-se inútil fazer política através de movimentos sociais ou movimento de opiniões, exatamente na medida em que é reconhecido ou tolerado pelo sistema e faz parte das regras do jogo entre grupos. Mas, o que paralisou a ação das forças militares de que o Governo dispunha foi, justamente, a prévia derrota política das forças populares que apoiavam o Governo e o estado de letargia na capacidade de lidar com a Democracia.

O argumento de Przeworski (1993) sobre a Democracia é que há uma questão central de incerteza diante desse processo atrelado a uma falta de habilidade no país das pessoas pensarem e lidarem com esta palavra em si mesma e isso é um detalhe primoroso. Esta visão pode ajudar a compreender as ações e as interações estratégicas dos principais atores políticos do período em foco, inclusive compreendendo a falta de resistência da esquerda, aliada à outras

questões como o clima divisório da Guerra Fria, a inabilidade de Goulart e o fascínio das pessoas pelo capitalismo.

A Democracia está consolidada quando, dentro de determinadas condições econômicas e políticas, um sistema específico de instituições torna-se regra geral, quando ninguém consegue imaginar-se agindo fora das instituições democráticas e quando tudo o que os perdedores desejam é tentar outra vez, no quadro das mesmas instituições sob as quais acabaram de ser derrotados. Uma democracia está consolidada quando se faz respeitar espontaneamente, isto é, quando todas as forças políticas relevantes acreditam que é melhor para elas continuar subordinando seus interesses e valores à interação incerta das instituições. Aceitar o resultado atual, mesmo que seja uma derrota, e orientar todas as ações no sentido estabelecido pela estrutura institucional é melhor para todas as forças políticas relevantes do que tentar subverter a democracia. Usando uma linguagem técnica, queremos dizer que a democracia está consolidada quando a adesão – agir de conformidade com a estrutura institucional – constitui o estado de equilíbrio das estratégias descentralizadas de todas as forças políticas relevantes (PRZEWORSKI, 1993, p. 51-52).

Essa busca teria contribuído fortemente para o avanço da coalizão contrária às reformas e seria rápida a adesão ao golpismo por forças que antes defendiam a legalidade constitucional. No caso em foco, a adesão definitiva à subversão para o golpe aconteceu nos primeiros meses de 1964, inclusive com o apoio dos setores médios da sociedade, apavorados diante dos rumos cambaleantes à esquerda do populismo e do descontrole da economia, que os afetava diretamente.

O problema pode, então, ser formulado da seguinte maneira. Quando se aceita, como eu faço, que nem todos os conflitos são solucionáveis pela deliberação e que, portanto, a Democracia cria vencedores e perdedores, será possível esperar que os perdedores aceitem o veredicto democraticamente proferido? Por que razão os derrotados na interação democrática não procuram subverter o sistema que produz tal tipo de resultados? [...]. As forças políticas aceitam derrotas atuais porque acreditam que a estrutura institucional, organizadora da competição democrática, permitirá que elas realizem seus interesses no futuro (PRZEWORSKI, 1993, p. 36).

Percebe-se que num jogo político subjacente em uma Democracia, a política não é para todos, e os perdedores aceitam as regras do jogo, só aderindo aos resultados instituídos e de certa forma vislumbrando as possibilidades concretas de voltar a ganhá-lo em um lapso de tempo razoavelmente próximo. Os sujeitos chamados a participar da Democracia esquecem as regras camufladas por ela mesma.

A Democracia é o único regime político fundado sobre o vazio, quero dizer, sobre nós mesmos e sobre nosso querer-viver – eu dizia há pouco: querer viver juntos, o contrato social permanente -, minha preocupação é que a crença pública não seja mais sua portadora. Ora, é um sistema que só funciona se as pessoas acreditarem nele. Pois não repousa sobre a legitimidade ou sobre a força, repousa sobre a confiança (RICOEUR, 2002, p. 64).

A utopia e o desejo de liberdade sempre serão guias de um povo na busca do sentido da construção de uma Democracia. Hoje, os movimentos sociais e os estudantis parecem estar aprisionados num sistema que não mais prioriza o coletivo. Porém, estes jovens que viveram as décadas de 1950 e 1960, considerados por muitos como obstinados e idealistas, mostraram que há formas de luta, trouxeram ideário capaz de marcar uma nova história do Brasil. A JUC representou a luta contra o capitalismo nacional, combateu as diferenças sociais, gritou por melhores condições de vida nas famílias, teve um ideário marcante com práxis e vida diferente. Ou, ainda, trouxe perspectivas de libertação, conversão da sociedade materialista.

Contudo, à primeira vista, pode-se pensar qual seria a necessidade de revisitar as diversas versões sobre a Democracia no país, mas o Golpe de 1964, reflete sobre os diversos pensamentos de grupos que neste momento tiveram a agilidade de aplicar o golpe, percebendo a desarticulação dos movimentos. E como conseqüência de toda essa trama(s) e intriga(s), o(s) ideário(s), as ideologia(s) movida(s) durante esses anos definiram pouco a pouco 'o jogo de intrigas', revelando perdedores e ganhadores.

Jogo que deixou marcas para o país mostrando a transição efetiva de uma Democracia inserida em modelos econômicos, culturais associados, implicando na combinação e reagrupamento de grupos hegemônicos (políticos, militares, tecnocratas, empresários, burgueses e outros) que pretendiam conservar a cultura de dependência. Forças economicistas, sociais, éticas, religiosas e políticas envolvidas e seduzidas pelo poder, ditando ordens num regime capitalista, onde o sonho de uma sociedade mais igualitária ficou nas memórias de um passado, embora recente de jovens que viveram a condição juvenil em função da igualdade social, combatendo as disparidades sociais, econômicas.

A juventude é como um espelho retrovisor da sociedade e suas formas de engajamento social acontecem não só pela vertente da vida privada, mas pelas possibilidades de organização juvenis e atuação em contextos, transformando

políticas públicas ou reinventando-as. Jovens vistos como problema social, passam a ser percebidos como sujeitos de direito, com força brusca de movimento no país.

Definem-se aqui sete vertentes sobre a intervenção de grupos opositores ao movimento social no Brasil, resultando no Golpe de 1964:

1) A de uma configuração política externa que interferiu na política interna brasileira, decorrente de processos construídos em governos anteriores ao Golpe de 1964, tecida por grupos que aspiravam o controle da política nacional;

2) A que o Golpe foi resultado de insatisfações de uma série de conflitos internos no país, resultado de não assujeitamento de discursos governamentais, criando embates entre grupos conservadores e renovadores, abrindo espaço para que os militares calculassem a tomada de poder de modo politicamente dirigente voltado para a ordem nacionalista, deixando a esquerda paralisada;

3) A ideia de que houve um descuido e falta de compreensão do que é Democracia por parte do Governo Goulart, aliado à ideia da falta de planejamento estratégico por parte do movimento populista, somado a uma inabilidade de liderança de Goulart diante de medidas anunciadas e não operacionalizadas;

5) A que a Igreja Católica, diante de um cenário mundial ideologicamente conflituoso entre católicos e liberais, pressionava a sociedade civil por meio das Ações Especializadas, isso em função da reprodução de sua ideologia, dando ebulição ao processo de reformas, o que acabou criando clima de tensão entre conservadores e reformadores;

6) A que o povo brasileiro: civis, políticos, militares, tecnocratas, empresários, burgueses, povo em geral, guiados por interesses opostos que marcaram esses anos, não estava preparado para suportar reformas no sistema político, econômico e social brasileiro, resultando um clima de medo e pressão.

7) A de que faltou diálogo entre os grupos de atuação no cenário nacional, isso porque as concepções sobre a Democracia eram diferenciadas e os objetivos desses grupos perpassavam entre a ideia de reforma, revolução ou preservação de uma tradição, impossibilitando a operacionalização das anunciadas reformas democráticas. E para que haja um regime democrático, não é necessário um consenso unânime, mas articulado numa sociedade pluralista, onde fazer nova forma política demanda instrumentos mais direcionados para intervenção no jogo da luta política brasileira.

Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre a ‘nação’, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas estórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas (HALL, 2002).

CAPÍTULO IV

A PRÁXIS DE LUTA DOS ESTUDANTES CATÓLICOS: FAMÍLIAS, IDENTIDADES, SILENCIAMENTOS E REPRESSÃO

Falar de JUC é lembrar a família solidária. Cada pessoa se preocupava com a outra. Saíamos da Ribeira até muitos locais passeando, conversando e as reuniões eram cheias de surpresas, cartões, comemorações. Quando veio o momento da repressão militar, muitos foram acareados e não entregaram em nenhum momento seus companheiros de luta. Foi assim que meu irmão deu a vida pela causa. (DEPOENTE L).

O quarto capítulo intitulado *A práxis de luta dos estudantes católicos: famílias, identidades, silenciamentos e repressão* focaliza mais ainda o objeto de estudo, a posição ideológica do movimento da JUC e os embates e transformações da sociedade entre as ações da Igreja Católica e a luta mais radicalizada. Tudo isso num contexto marcado pela regimentação do Golpe de 1964, as acareações, os silenciamentos e ocultamentos de uma realidade voltada para a repressão civil militar que veio a emperrar o processo democrático brasileiro. Analisa-se o movimento jucista, sua práxis e as relações familiares, suas estratégias de proteção e apoio diante do clima de tensão do novo regime de Governo.

4.1 A JUC, A FAMILIA E A LUTA PELA CAUSA SONHADA

A JUC construiu uma identidade nacional como uma juventude (vista como sujeito social) transitando na cena política de governos que serviram de base para sua luta e ressignificação de identidades, configurando-se nacionalmente através de sua inserção no quadro político como movimento social de jovens organizados. Viveu uma experiência significativa e, aos poucos foi descobrindo novos caminhos além dos muros da Igreja. Como visto, a JUC trouxe em suas bases o catolicismo, princípios de solidariedade com reivindicadores em prol da solução de questões políticas que poderiam melhorar a qualidade de vida da sociedade brasileira, exercendo lutas em passeatas, ações populares, pedindo pelas ruas justiça social.

Essas configurações identitárias apontam para a constituição desses jovens como sujeitos políticos de ampla mobilização em diversos setores do país, ancorados em território de conflitos ideológicos que criaram embates ao transitar ao lado de outros jovens numa práxis de luta revolucionária, consciente de um momento histórico social, político e econômico que vivia o Brasil.

A Igreja, a 'mãe espiritual', havia lhe conferido uma identidade católica, mas, na medida em que avançou em seu ideário, cria um novo espaço de luta, uma imagem planejada de jovens capazes de mudar um país. Todavia, para além dessa planificação da juventude, havia a existência de uma dúbia identidade entre a Igreja Católica e o Estado (leia-se Universidade), mostrava a face identitária do grupo que passava por dilemas organizacionais em suas bases sociais, filosóficas e políticas. No entanto, reconfigurou-se na medida em que caminhava junto a

outros jovens movimentos, quando proferiam discursos contra e a favor das injustiças sociais, dividindo-se entre a tradição e o advento do Comunismo que feria suas bases de nascimento.

Acrescenta-se que as Ações Católicas sempre estiveram muito próximas das análises sociais, enveredando mais adiante em correntes contra regimes socialistas e comunistas, os princípios da Teologia da Libertação já estavam sendo frutificados desde as décadas de 1950 e 1960, quando a sociedade apresentava um forte incremento industrial e uma intensa migração campo–cidade e as desigualdades estavam acentuando-se dia a dia no país, principalmente no Nordeste, consolidando-se mais adiante.

De maneira geral, pode-se afirmar que era uma juventude voltada para a práxis conscientizadora desse quadro social no país, com olhar voltado para ações políticas, com capacidade de expressão cidadã e poder articulador de luta, preparando ações mais especializadas e isso incomodava grupos opositores.

A JUC para mim foi uma articuladora de muitos dos meus princípios que já vinham sendo trabalhados pela família. Entrei nessas ações pela família que era de cunho católico. Íamos a reuniões, discutíamos textos, posturas e desenvolvíamos debates ricos e produtivos para a formação de uma nova sociedade. Hoje não consigo ver mais isto, por exemplo, na família que constitui. Acabei de me separar, meus filhos estão dispersos, não se preocupam com o país. Mas, mesmo assim aplico essas bases na militância petista (DEPOENTE T).

Nesse depoimento há menção sobre o papel da família nos anos 60 em efetiva construção de formação humana e, segundo a fala do depoente, a estruturação desses valores perpassava pela idéia de jovens como protagonistas do desenvolvimento nacional. Os valores dessa juventude dos nos 60 voltados para o grupo como sujeito social levantariam questões e práticas educativas que absorveriam jovens para atuação em suas ações populares.

No engajamento social e político, o grupo percebeu que o capital nacional e internacional eram entraves para ao processo de construção da Democracia brasileira, e os altos custos estavam ocasionando diversos problemas sociais, a exemplo do proletariado urbano, moradores em periferias e setores civis desfavorecidos, que preocupados como o aumento em relação aos problemas sociais, discutiam a má distribuição de renda no país.

As classes dominantes dividiam-se. E os trabalhadores manuais irrompiam no cenário político. Tratava-se de enfrentar e resolver desafios colocados pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil: como harmonizar os interesses das indústrias modernas e dos setores agrários? Como conciliar as exigências do crescimento do capitalismo brasileiro com os interesses do capital internacional? Como conter a inflação sem afetar o ritmo do desenvolvimento? (REIS FILHO, 1989, p. 22).

Foi nesse contexto de contradições e questionamentos que a prática dos estudantes católicos jucistas se mostrou atuante e com ampla dimensão social. Sua base na Igreja Católica estimulou a entrada em movimentos sociais e com a juventude inserida em discussões com outros segmentos da sociedade, fazendo surgir uma rede de esquerda muito forte que passa a atuar conjuntamente no país. Alimenta-se o mito que os jovens são sujeitos privilegiados de mudança social ou os únicos capazes de tais inovações.

Vale nesse momento ressaltar que nos anos 60, no que tange às mudanças em âmbito político, econômico, social e religioso e no seio da própria família, os reflexos vinham também das tensões da 'Guerra Fria', onde os países da América Latina, com exceção de Cuba, seguiam as doutrinas do mundo capitalista, com amparo dos Estados Unidos. Jovens como sujeitos de direitos e políticas de afirmação.

Ora, considera-se que a população da América Latina como discípula das ideologias capitalistas americanas, se não obedecessem às determinações ideológicas capitalistas, perderia privilégios estatais, esfriando as relações diplomáticas. Nessa perspectiva, os jovens foram os primeiros a instituir novas ideias de organização de forças populares no país, mostrando que nessa conjuntura, a resistência era necessária. Jovens católicos instigados por padres progressistas como Frei Romeu Dale – que atuou na JUC de 1949 até o ano de 1961 – traziam ideário voltado para nova prática da juventude em movimentos sociais. E esse pensamento tinha como base de sua ação do jovem militante no o método: ver (constatar a realidade); julgar (analisar a realidade) e agir (transformar a realidade), que posteriormente foi substituído pelo ideal histórico, onde a reflexão sobre a realidade voltava-se para questões do contexto norteado não só princípios universais cristãos, mas de luta em prol dos os males do capitalismo (GERMAIN, 1954).

Essa caminhada da JUC definiu uma identidade social, nacional com base nos princípios cristãos. A JUC vivia um clima de incertezas inerentes aos

processos democráticos, inclusive do próprio Governo Goulart e de seus antecessores, como descrito anteriormente. O PCB estava sendo referência para os momentos de crise no país, pois atacava o capitalismo, os posicionamentos da burguesia nacional, os privilégios dos latifundiários, unindo-se aos estudantes católicos e operários contra a opressão da burguesia, dos latifundiários, das velhas oligarquias e de grupos de tecnocratas e empresários. Nesse ínterim, uma parcela dos opositores à mudanças, tendiam a ver os jovens muito mais como uma fonte de esperança e de energia transformadora utópica que efetivamente poderia conduzir à mudanças no esquema de forças que dominava o país.

Ora, sabe-se que a ideia do Comunismo em união com os jovens foi uma experiência geracional que fez nascer o regime de mudanças de base. Esse medo e divergência estavam instauradas entre os acusadores dessa 'ordem vermelha'. Esses novos sujeitos dos movimentos sociais tinham potencialidades criativas e as subordinações e assimetrias às normas da Igreja Católica já não estavam sendo vistas com bons olhos pelos grupos que ditavam ordens no país. O Cardeal de Salvador, Dom Augusto Álvaro da Silva¹, por exemplo, ditava os rumos da Igreja, angariando uma legião de admiradores e maldizentes ao Comunismo. O seu lado político deixou seu nome presente na maioria dos livros sobre a História baiana, como religioso causou profundas transformações no modo de padres, seminaristas, freiras e fiéis se relacionarem com Deus. De origem pernambucana, antes de assumir a posição de Bispo na Bahia, foi talhado a pó, calor e lombo de cavalo, em suas andanças pelo interior nordestino. Sua senha para obter o sucesso era se aproximar das autoridades, mas procurando manter a independência da Igreja Católica.

Foi assim que agiu quando deu seu apoio ao interventor federal Juracy Magalhães, quando agradeceu a Getulio Vargas pela instalação do Estado Novo e quando liderou a Marcha da Família com Deus pela Democracia, poucos dias após o golpe militar em 1964. A estratégia lhe rendeu prestígio e bons dividendos, como o perdão de dívidas de instituições de caridade e a indicação de aliados para cargos importantes na administração estadual, principalmente na área da Educação.

¹ Cf. Jornal da Bahia de 12/8/2007.

A Igreja que havia recebido, no início dos anos 60, a consagração de muitos sacerdotes que atuavam nessas novas ações católicas, via o embate dentro dela mesmo, colocando em jogo suas orientações e juízos. Foi ainda nesses anos que o Arcebispo da Bahia, Dom Augusto Álvaro da Silva, figura de muita influência na Igreja do Estado, assumiu o cargo de colaborador apostólico do jornal da sua arquidiocese, *Semana Católica*, afirmando que

nas Universidades, nos sindicatos de pelegos e nos partidos políticos há uma inconsciente adesão ao jogo que o Comunismo nos impõe. Voluntária ou involuntariamente estamos caminhando para a floresta que nos é desconhecida e na qual eles querem que entremos (*SEMANA CATÓLICA*, 1964).

A declaração mostra que a Igreja Católica estava dividida e não perdia tempo para atacar o Comunismo, sobretudo eram tentativas de controle sobre a situação. Assim, vieram as crises e os jucistas em contra-ataque criavam estratégias para debates sobre a situação do país, que lhes parecia absurdos. Parte-se da ideia de que a Igreja mostrava insatisfação diante da ameaça do Comunismo e das mudanças estruturais no país, a família, por sua vez, mostrava-se tocada pelas questões sociais em apoio à Igreja, mas contrapondo-se ao Comunismo.

A família nem sempre foi a mesma e vem se transformando através dos séculos, sendo definida por diferentes sociedades em termos divergentes e com diversos graus de importância. A família também não é socialmente homogênea e explicita diferenças entre classes e formas de organizações sociais. Existem regras internas que diferenciam as famílias de classes distintas, assim como modelos que diferenciam formas familiares dentro de uma mesma classe social, sobretudo em nosso país (CERVENY, 2007, p. 98).

A noção de família trazia e traz em si uma forte discussão social, histórica, cultural e econômica, no que se refere à esfera política. Necessariamente, a família dos anos 60 trazia características marcantes e dentre elas pode-se citar a preocupação com a religião e a inserção de seus filhos em ações católicas associações ao cunho social. Nesse entendimento, a JUC percebe que as amarras da Igreja Católica limitavam a práxis de luta mais efetiva.

Sabe-se que a inserção dos jovens nessas ações católicas, na maioria das vezes, se deu por conta da influência da família que segundo o boletim 4 da Ação Católica (1937), eram entronadas na Igreja, diplomadas para ações cristãs como

membros ou sócios. É por isso que as famílias representavam a base das próprias transformações sociais das ações católicas, trazendo valores subjacentes no seio da relação Igreja e família.

Em fins dos anos 60 havia nesses grupos a preocupação de que a contracultura se tornasse objeto de campanhas publicitárias adentro neles, sendo encampada pela lógica espetacular e sedutora de ímpetuosas transformações. O conceito de família como algo universal, sagrado, como um credo, tinha escapado do modelo habitual e por conta dos arranjos familiares que adentraram na história do país nesses anos, a liberdade excessiva e o sentimento de autonomia em relação à família nuclear e aos laços de parentalidade preocupava as famílias e à própria Igreja. Nos anos 60, as relações familiares eram marcadas pelas transformações culturais, axiológicas que desestruturavam os projetos religiosos.

Todas essas transformações afetaram sobremaneira os indivíduos, os estilos e as composições de vida familiar, trazendo à tona embates e perturbações, explodindo com as estruturas tradicionais, fazendo surgir uma esfera de intensidades em que o estático e o dinâmico se misturam produzindo novas formas de organizar convivência conjugal e doméstica (CERVENY, 2007, p. 98).

De certo, a família estava diretamente afetada por mudanças, as quais se transformaram em muitas dimensões, especialmente em valores, vendo a liberdade sexual, a contracultura e as mutações de pensamentos, como ameaça à ordem familiar, da nação, das formas de trabalho. Contudo, o início da década de 1960 mantinha padrões estabelecidos nas décadas passadas, onde a boa mulher era a boa esposa, a boa dona-de-casa e mãe que conduzia seus filhos à religião católica. Havia ainda submissão ao casamento, a extrema preocupação com a reputação – e a quebra do tabu da virgindade dividia as moças entre ‘as de família e as de fora’. Garotas dançam o *twist*, não mais nos braços de um homem, mas sozinhas, gerando novas atitudes na estruturação familiar.

Ainda nos anos 60, surgiram as pílulas anticoncepcionais e criaram-se os primeiros serviços de pré-natal voltados às jovens gestantes, mesmo as solteiras. A implantação efetiva dos programas de planejamento familiar permitiu às mulheres e ao Estado o controle sobre a prole, e a Igreja Católica reagiu. O feminismo, a deserção familiar, tudo isso veio a contribuir para que todo o tipo de liberdade se instaurasse na Família desses anos. Até então, a questão da virgindade era primordial para o desempenho do papel feminino de boa esposa e mãe.

Entende-se que os questionamentos provocados por estes movimentos sociais foram essenciais para a ruptura com os antigos modelos estabelecidos. No Brasil isso chegou muito através do Tropicalismo, um movimento que também pregava a igualdade e a liberdade, com o movimento *hippie* em defesa do sexo livre, da experimentação em todos os sentidos das drogas. Anos onde as pessoas se sentiam livres para pensar sobre liberdade, em seu mais amplo aspecto simbólico. Sendo a família um mundo de relações, a família lida forçosamente com esse mundo em todo seu emaranhado de situações (SARTI, 2003).

O clero, diante dessas mudanças de valores, sugere que o movimento se ancore nas bases no catolicismo, caminhando com as determinações do Concílio Vaticano II, que com a participação de teólogos franceses, ofereciam novas ideias voltadas ao trabalho social, o que diferenciava segmentos da Igreja conservadora, contemplativa, pela prática progressista e participativa.

Contudo, fortalece-se a cultura por novos projetos de transformações na família brasileira, na cultura e no sistema político-econômico, reflexos de um projeto mais revolucionário da juventude desses anos. Foi na segunda metade do século XX que inicia o processo de mudanças contra hegemonias capitalistas, diferenças históricas e micropolíticas, colocando em dúvida todas as certezas que se tinha anteriormente sido elaboradas, ao mesmo tempo em que surgiu uma aceleração avassaladora nas tecnologias da comunicação, uma mudança de pensar nas artes, na genética, na sociedade e nas instituições.

4.2 MEMÓRIAS SOBRE A LUTA, A REPRESSÃO E OS SILENCIAMENTOS

Os depoimentos mostraram que as vivências do grupo tiveram pontos em comum e nas atividades políticas do dia a dia, as relações familiares estavam presentes. Sob ponto de vista de Pollak (1989), na construção da memória coletiva há manutenção das lembranças de grupos e instituições que determinam as préconcepções de vida. Elas definiriam e reforçariam sentimentos de pertença e fronteiras entre pessoas e grupos na sociedade. Sendo assim, a junção dessas memórias individuais e as coletivas tem caráter prático, histórico social.

O depoente J lembra a figura de João Goulart e os dispositivos que dizia ter, pois contava com oficiais que lhe seriam leais e o protegeriam ante a ameaça de

tentativa de golpe e deposição. Mas, como se pode notar, esse dispositivo militar nunca funcionou.

João Goulart, equivocadamente, acreditava no seu esquema militar e, certamente, não tinha a noção devida de como o golpismo tomara conta da oficialidade, sobretudo da alta oficialidade. Imaginava recorrer às massas populares, mas com a convicção de que contava com uma retaguarda militar (DEPOENTE J).

Nas lembranças do militante, o Governo não acreditava em um golpe pelos setores contrários ao Governo, apesar das Marchas da Família com Deus pela Liberdade e Democracia se espalharem pelos estados do país pedindo a derrubada do Presidente. Todavia, a tomada de poder de certa forma surpreendeu os membros da JUC, apesar de estarem cientes dessa possibilidade, houve um questionamento da ação do Goulart.

De acordo com entrevista realizada com o militante J, da JUC de Filosofia e mais tarde membro do MR-8², houve sim uma surpresa com o desencadeamento do golpe e foi um corre-corre danado, apesar da possibilidade do episódio vir a acontecer. Mas, o que muitos não sabiam é que os golpistas eram poucos. Com efeito, a mídia criou um clima de grande evento dentro das Forças Armadas, gerando expectativa de muita pressão de atitude do Governo.

O clima de perplexidade era grande e ninguém realmente esperava por tal medida. Na verdade, eles é que deram um golpe nos estudantes e civis diz a jucista S. Napolitano (2001) afirma que o Golpe Militar gerou uma enorme perplexidade na esquerda e nos nacionalistas que de maneira geral, acreditavam na necessidade histórica das reformas propostas pelo governo João Goulart. A queda rápida e sem resistência do governo passou a ser um grande enigma político a ser decifrado. Como um governo eleito e com razoável apoio popular caíra tão facilmente diante de uma conspiração conservadora e nitidamente apoiada por interesses estrangeiros? Como um governo que está na direção certa da história, como acreditava a esquerda, podia ser deposto tão facilmente?

Muitas pessoas foram arrastadas pelos primeiros ventos do golpe de 64, que tramou a derrubada de Goulart e de militantes atuantes no movimento populista. Para cada um de nós chegava uma informação diferente e não tínhamos muito que fazer, pois perdemos o contato com a coordenação geral (DEPOENTE J).

² Movimento Revolucionário 8 de outubro, organização de esquerda que participou da luta armada contra o regime militar.

Para a história existe uma vinculação estreita entre as identidades e a memória que os grupos mantêm. A memória é uma leitura feita a partir daquilo que foi vivido, espelhando numa representação que serve de sustentar a criação de identidades. A surpresa narrada pelo militante diante do Golpe demonstra a falta de estratégias montadas para resistência e a crença que o episódio poderia realmente acontecer. De um modo geral, quem viveu intensamente a experiência da JUC conta que estavam divididos entre a dependência das Ações Católicas e a autonomia conquistada pela influência de novas orientações políticas.

Nós éramos muito jovens ainda, curiosos e sonhadores. Tudo girava em torno das coisas que estavam nos anos 60 pelo mundo e a ilusão era grande. Tudo era motivo de contestação e reunião. O golpe de 64 deu um tapa no centro acadêmico. Tínhamos um trabalho muito forte com o CPC, o Centro Popular de Cultura, ligado às UNEs Volantes. Os estudantes tinham um trabalho intenso na área de cultura, política, mostrando força para a militância. Tinham relações com o movimento operário e toda aquela movimentação impulsionava a mobilização da sociedade (DEPONTE S).

O episódio de 1964 veio desestruturar essa movimentação, dando um basta à ilusão dos jovens militantes e de setores da esquerda. Entretanto, a vida em grupo teve uma importância fundamental para a formação de consciências e reorganização do projeto político do grupo. O universo de referências dessa esquerda atuante multiplicava-se.

O golpe mostrou que os militares estavam mais preparados para o golpe do que o governo para dar um golpe na ordem deles repensando um país injusto, pois quem lembra do grupo sabe que eles tomaram o poder de Goulart na marra mesmo e nem as forças da esquerda democrática estavam preparadas para reagir a tamanha articulação de golpe, e sendo dessa forma tão rápida e inesperada entre os jovens que confiavam no governo, faltou plano para resistirem ao golpe. Os estudantes tinham tantos planos. Ouso falar que praticamente fizemos uma entrega do país aos militares. Fiquei ainda, após o golpe, um ou dois meses dando aula na Universidade, até que as condições se tornaram impossíveis, pois sentia que estava sendo olhada e tinha medo de ser aliciada (DEPONTE L).

Entende-se a memória como sendo *lócus* de da identidade de uma coletividade, fator diferenciador ou agregador de um grupo, o que pode torná-lo singular perante o coletivo. Afirma Pollak (1989) que a construção da memória – e consequentemente da identidade - envolvem disputas simbólicas que se articulam por meio de lembranças e esquecimentos dos diferentes sujeitos sociais.

Falar sobre um período vivido e experimentado pela efetiva ação é repensar a questão ideológica pelo prisma do presente, revivendo as práticas do grupo e a participação das pessoas. Pode-se dizer que, o grupo sabia do Golpe mas acreditava no poder de Goulart em contornar, o que não foi feito. As anunciadas mudanças na organização e nas relações sociais do país não passaram de meros discursos. Todavia, a memória individual e coletiva de uma sociedade, que é baseada na transmissão oral dos saberes necessários ao trabalho e à vida em grupo, desenvolveu artifícios cada vez mais sofisticados para guardar e disseminar a memória de acontecimentos que parecem insistir no esquecimento.

A memória individual são lembranças organizadas e agrupadas em torno de uma pessoa definida, sob seu próprio ponto de vista. Já a memória coletiva é entendida como lembranças distribuídas no interior de uma sociedade grande ou pequena de que elas são tantas outras imagens parciais (HALBWACHS, 2004, p. 50).

Os sujeitos recordam daquilo que consideram importante para seu grupo. As lembranças são sempre coletivas, pois, mesmo que em determinadas circunstâncias, o indivíduo recorda tendo como referenciais estruturas simbólicas e culturais de um grupo social. Sabe-se que, as memórias – individual e coletiva –, apesar de distintas, podem apresentar pontos de interseção em algumas situações, mas seguem seus próprios caminhos, e nesse trabalho os jucistas contaram pelas lembranças.

E com base nessa assertiva, pode-se dizer que não há memória puramente individual. Ela é o resultado da convergência de várias influências sociais e como uma forma particular de convergência da mesma. É a memória coletiva desse grupo o resultado do trabalho que articula as lembranças comuns que interessa resgatar. No que se refere aos relatos do grupo, houve nesses anos silenciamento e repressão por parte da população civil e de famílias que apoiaram os militares em nome de uma ordem, embora fosse a própria família o escudo e ponto de apoio para a construção dos mecanismos de fuga para os integrantes do grupo. O medo e a repressão militar converteram muitos corações nesses anos, inclusive das mulheres, das mães dos estudantes que apoiaram seus filhos e jovens que não pertenciam às suas famílias.

A dor, os castigos e sumiços de estudantes desenraizaram bons sentimentos nas famílias como o de proteção. Quando muitos estudantes jucistas

saíam pelas ruas, “a sensação é que tinham sombras”, conta J, um dos entrevistados. Para muitos militantes, a perseguição foi dura, rápida e forte e contávamos com muitas famílias nos apoiando nessas fugas.

Se o exílio protegeu jovens, o movimento social desarticulava-se. Na verdade, com amparo dos pais, das famílias, inaugurou-se um dos maiores experimentos dos jovens: deixar a Pátria e seus entes queridos, abandonar a causa para não serem mortos. Ora, os espaços se alteraram e as identidades também. Comove-se J em seu depoimento: “Não pude sair do país, mas fiquei muitos anos fugindo de casa em casa e construí um cotidiano com várias identidades, praticamente esmolando favores”.

O exílio, a fuga ou mesmo a prisão dos estudantes comunistas, gerou grandes conflitos nas famílias. “A queima de livros e de documentos tidos como subversivos era prática comum como forma de eliminação de provas de participação em ações de esquerda”, Conta M.

Como visto, o Golpe havia pegado todos de surpresa e, apesar de alguns saberem da possibilidade de um eventual ataque dos militares, não se esperava a consolidez do ato em si e a falta de luta de Goulart. Em contrapartida, reuniões às escondidas para debater a possibilidade, mas havia dúvidas quanto a esta possível reação militar. Esse ritual de queima de documentos era uma forma de escapar das perseguições na Bahia, e a Família desempenhou um papel de destruidora dessa memória, pois qualquer anotação poderia comprometer não só seus filhos, mas a própria organização família, que sofreria os impactos da repressão.

Na época entraram lá em casa, fizeram uma trouxa com lençol de muitas fotos, papéis, e nunca mais vi nada. Escapei da prisão por influência de parentes, de meu sogro que era ligado a muitos militares, mas não sei se havia material ali que não fosse comprometedor. Hoje já não tenho nenhuma foto nem escritos sobre o período (DEPOENTE M).

O tempo decorrido mostra a evocação de momentos vivenciados na repressão e luta pela sobrevivência. Perplexos com o Golpe, a reação inicial dos estudantes foi realizar assembleias nas diversas faculdades ou fugir de imediato com apoio da Família. Milhares de jovens cruzavam fronteiras percorrendo o árduo caminho do exílio e a memória é uma ferramenta privilegiada que confere o sentido à existência e, ao mesmo tempo permite o evocar e o reconstruir.

Chegamos a realizar uma Assembleia, no entanto, os estudantes se esquivavam diante da repressão. O medo de prisão assolava a todos nós que éramos do curso de Direito. O Reitor mandou todo mundo para casa e disse que ninguém tivesse reação, pois era pior para nós (DEPOENTE V).

A participação naquele momento era perigosa e que qualquer passo em falso daria em repressão. Nas entrevistas perguntou-se: o que movia os estudantes nessa luta? Para alguns entrevistados, as circunstâncias reveladas foram: tendência política muito forte que movia a década de 1960, questões relacionadas à vida cultural do país, a inserção em estudos da Igreja Católica, a exploração de novas ideologias, a mobilização nacional em prol dos direitos humanos e o embate com grupos de ordem que feriam os padrões daquela década onde a contracultura reinava.

Estes aspectos, sem dúvida, foram relevantes quando as passeatas costumavam parar as ruas da cidade do Salvador. Na década de 1960 era costume fazer passeatas antecedidas de assembleias gerais com estudantes secundaristas e universitários, onde o ensino, a política, a sociedade eram temas bastante discutidos, como conta o depoente

Ficávamos horas distribuindo panfletos e a solidariedade entre o grupo era grande. Não tínhamos carro, fazíamos isso a pé. A estratégia de comunicação era corpo a corpo. Utilizavam horas de suas vidas nessas atividades e quando veio a repressão. A polícia reprimia montada, arremessavam estilingues e colocavam seus cães policiais para caçar alunos das faculdades para depois interrogá-los (DEPOENTE J).

Quando veio o Golpe, houve uma desestruturação emocional dos estudantes, perplexos, de suas famílias que foram tomados de uma onda de medo e de apatia, e quando os militares assumiram o poder, dando início a um regime político autoritário, o Estado de repressão se estabeleceu, prevalecendo a pretensão de superioridade sobre as liberdades individuais. E o Poder Executivo sobrepondo-se aos Poderes: Legislativo e Judiciário que controlavam a vida dos brasileiros.

De forma geral, os jovens jucistas dos anos 60 presenciaram um intenso movimento social de renovação cultural que atingiu os meios de comunicação, a música popular, o cinema novo, passando pelo teatro e pela literatura. Esses jovens que transitavam em diversos âmbitos denunciavam insistentemente os problemas sociais e políticos do país, o que fazia deles um grupo de esquerda.

Golpe deflagrado, alguns estudantes jucistas baianos buscaram se esconder diante da repressão que poderia avançar até eles, mas as tentativas de rearticulação estiveram presentes sem sucesso. Ser preso, ir para o exílio era sair da prática completamente e isso no momento de acirramento militar era marca muito forte. Forjou-se a figura emblemática do comunista procurado e segundo um dos entrevistados:

As informações eram controversas, mas havia indícios e rumores que a barra ia pegar a gente. O exílio era a possibilidade de início de nova luta, pois os jucistas eram seduzidos pela utopia de luta. A asfixia do país levou muitos ao exílio, a decepção com acolhidas e o refúgio. Banidos, inicia-se a fase de silêncio forçado aos movimentos estudantis, silêncio nas ruas, nas famílias e nas Universidades que ficaram vigiadas, apesar de inúmeras cadeiras vazias que ficaram na memória de muitos estudantes. Era a repressão (DEPOENTE P).

O depoente disse que invadiram a Universidade, apreenderam tudo, inclusive um livro de capa vermelha, chamado A Resistência das Massas. Na realidade, era um livro de construção civil. Outro contou que andava pelas ruas do Rio de Janeiro com a impressão que estava sendo seguido a todo instante. “Eram os sombras que nos acompanhavam”, conta L. Com isso, percebe-se que quando os sujeitos arquivam em suas lembranças esses detalhes, mostram a relevância do fato em si.

Foram acontecimentos dos quais nem sempre lembrará, mesmo participando de uma rememoração através da entrevista, o momento é *sui generis*. Fatos ocupam um lugar na memória pessoal e social, na medida em que a maioria dessas lembranças representa o sentimento de confiança que se tem com a pesquisadora. A memória do outro – quando sai da boca pelas palavras – já não é mais dele, e sim de uma comunidade que a ela tem acesso. Os segredos são revelados e as sombras iluminadas. Por ser a memória do outro a única fonte daquilo que o indivíduo quer repetir, contar é uma memória narrada ou roubada dos baús do esquecimento, que serve ao homem como bagagem para a definição identitária. Distinguem-se, então, duas memórias:

(...) uma interior ou interna, a outra exterior; ou então a uma memória pessoal, a outra memória social. Diríamos mais exatamente ainda: memória autobiográfica e memória histórica. A primeira se apoiaria na segunda, pois toda história de nossa vida faz parte da história em geral. Mas a segunda seria, naturalmente, bem mais ampla do que a primeira. Por outra parte, ela não nos representaria o passado senão sob uma forma resumida e esquemática, enquanto a memória de nossa vida nos apresentaria um quadro bem mais contínuo e mais denso (HALBWACHS, 2004, p. 59).

A compreensão dos quadros sociais que compõem a memória. Para ele, a memória aparentemente mais particular remete a um grupo. Do ponto de vista do autor, o indivíduo carrega em si a lembrança, mas está sempre interagindo com a sociedade, seus grupos e instituições. É no contexto destas relações que são construídas as lembranças. E se a rememoração individual se faz na tessitura das memórias do grupo, ela está impregnada de lembranças de momentos vividos pelas pessoas coletivamente.

Tive minha saúde comprometida com tantas pancadas desses militares, mas mesmo assim, resisti a tamanha brutalidade. Por esta razão prefiro morar no interior e curtir mais o dia a dia com os meus. A vida de estudante na capital tornou-se difícil e tive que abandonar meus estudos e hoje não consigo mais estudar como antes, no entanto, sempre lembro de meus companheiros, de uma cena que saíamos do apartamento pela janela por causa da batida dos militares (DEPONTE J).

Na fenomenologia da memória³, as lembranças de J como momentos dolorosos e ao mesmo tempo atrelados a uma comunidade afetiva inserida em luta por um ideal, uma causa. E muitos morreram por ela. A memória e identidade são fatores que, em conjunto, objetivam gerar unidade, organização, sentido histórico. Para isso, não raramente, no sentido de regular o comportamento social dos indivíduos, nem fragmentar seus referenciais simbólicos.

Ao lembrar de algo, alguém se lembra de si. Três traços costumam ser ressaltados em favor do caráter essencialmente privado da memória. Primeiro a memória parece de fato ser radicalmente singular: minhas lembranças não são as suas. Não se pode transferir as lembranças de um para a memória do outro. Enquanto minha, a memória é um modelo de minha idade, de posse privada, para todas as experiências vivenciados pelos sujeitos. Em seguida, o vínculo original da consciência com o passado parece residir na memória (RICOEUR, 2007, p. 107).

A vivência no grupo é contada. O depoente fala de si e de um contexto que teve papel fundamental nas suas individuais lembranças. Esta memória coletiva ao ser lembrada coloca 'em xeque' a função individual pertença ao grupo, de atuação pessoal na luta do grupo, de imortalização de seus atos. É ela – a memória coletiva – que garante o sentimento de identidade do indivíduo calcado em memórias

³ A utilização da **fenomenologia**, enquanto abordagem metodológica e a **memória** como categoria de análise e apreensão de mudanças ocorridas no grupo da JUC e dentre outros resultados, permitem o entendimento do contexto como um sistema formado de elementos unitários que estão interligados, além de revelar as realidades circunstanciais, históricas e geográficas dos sujeitos que a compõem.

compartilhadas não só no campo histórico, do real, mas, sobretudo no campo simbólico desses significados vivenciados.

As atividades e parcerias de convivência com entidades de esquerda da JUC, a atuação ao lado de entidades como o PC do B, a UNE, suas irmãs congêneres, contribuíram para repensar e ressignificar os processos de pertença a grupos de esquerda, de luta pela vida democrática no Brasil, onde os direitos sociais revelavam a falta de garantia para que futuras gerações. A ideia era a reforma da própria Democracia brasileira.

Ora, se o Golpe de 1964 foi, portanto, um ataque fácil e rápido, que acabou com o sentido da Democracia, ela nunca esteve em tanto apogeu no país como naquele momento de luta estudantil, onde as ideologias marcavam os grupos e seus movimentos.

As ideologias são as estruturas mentais que diferentes classes e grupos sociais empregam para dar sentido, definir, decifrar e tornar inteligível o modo como a sociedade opera. Se partirmos do princípio de que a realidade existente fora da linguagem é por ela mediada, perceberemos que a ideologia é um dos discursos possíveis sobre a realidade (HALL, 2002, p 26).

Ao analisar a ideologia, Hall, todo discurso tem uma dimensão ideológica que está relacionada às suas condições de produção e pode tanto transformar quanto reproduzir relações de dominação numa realidade que se mostra. Uma vez que a ideologia da JUC consistia em um conjunto de ideias, pensamentos, doutrinas e visões de mundo justo, orientado para suas ações sociais, católicas e políticas, a repressão entende a coerção ideológica como a principal estratégia para a manutenção de uma ordem quebrada.

Nesse clima de repressão, de silenciamento, os jucistas, agora militantes da Ação Popular – a AP – eram perseguidos em todos os lugares: em casa, na universidade, em seus trabalhos, nas ruas, em ônibus e em todos os possíveis lugares. Tinha olheiros em toda parte, inclusive nas salas de aula da Universidade, que estavam cheias de alunos a serviço do SNI (DEPOENTE L).

É interessante apontar que a memória é um objeto de luta pelo poder travada entre classes, grupos e indivíduos. Decidir sobre o que deve ser lembrando e também sobre o que deve ser esquecido integra a fala de L e seus mecanismos de controle sobre o narrado. A repressão aparece em diversos momentos de seu relato e o fato é que o aparato repressivo do Golpe estava apenas se montando e

como um entrave às famílias, que mesmo defensoras do ataque aos comunistas.. Filhos sumidos, sobrinhos e amigos sendo presos em nome de uma dita ordem militar. A repressão viria a ser aperfeiçoada, tornando-se inicialmente uma comunidade de informações, pois os jovens eram presos para informarem, segundo eles, a trama do Comunismo.

Com efeito, para combater a dita subversão dos estudantes, os agentes especializados pertencentes a organizações ligadas ao SNI acareavam estudantes de toda ordem. Contudo, a ação da repressão nos dias posteriores ao Golpe, na versão referida pelos entrevistados de forma geral, constituiu o medo e o recalque na desenvoltura das ações estudantis na Bahia.

Mas, ao responder sobre maiores detalhes do ocorrido, muitos estudantes jucistas afirmaram não ter participado diretamente deste episódio, pois haviam saído da cidade com receio de prisão, já que havia muitos rumores circulando. Porém, de início, ficaram reunidos na Residência Universitária. Pelo cruzamento de diversas fontes, incluindo a pesquisa bibliográfica e documentos coletados na Universidade, as posturas dos estudantes sugerem um terreno social de medo diante das anunciadas prisões, para entender a trajetória da juventude jucista atuante na Bahia foi preciso entender o contexto e versões sobre o Golpe de 1964.

O dia 1º de abril de 64 nos pegou desprevenidas. Naquela manhã, sem ainda saber nada, havíamos marcado uma reunião na Faculdade de Filosofia por conta do Método Paulo Freire, no qual estávamos engajadas, e qual não foi nossa surpresa ao encontrarmos as portas fechadas. Uma colega conseguiu, não sei como, enfiar 14 pessoas num DKW e fomos até à Faculdade de Medicina, no Terreiro, onde estava acontecendo uma Assembleia. (DEPOENTE N).

[...] a Assembleia da Faculdade de Medicina da UFBA, na manhã do golpe, foi desbaratada pela polícia. Ainda vejo com nitidez um professor pulando a altíssima janela do Anfiteatro Brito e correndo ladeira abaixo rumo ao Pelourinho. Espantei-me da agilidade daquele senhor. Depois vim a saber que fugira no mesmo dia da cidade e foi se exilar no Chile (DEPOENTE M).

A memória é capaz de revelar os significados do contexto, as dinâmicas das relações que formaram em um determinado espaço. As relações dos sujeitos com os ambientes resultam de processos significativos voltados para valores. Dessa forma, os sujeitos imbuem na subjetividade as simbologias do imaginário social dos lugares, resultados de espaços identitários. Segundo depoentes, o aviso que a polícia iria baixar nos Diretórios Acadêmicos deixava o grupo tenso com a

possibilidade do confronto em espaços freqüentados pelo grupo. As portas trancadas eram facilmente arrombadas e os estudantes saíam correndo pelas janelas. Quando os soldados chegavam, quase todos haviam fugido. Não sei se eles perceberam as marcas deixadas pelos cartazes nas paredes.

De acordo com Bosi (2003), a toda hora somos capazes de recuperar aspectos de nosso passado: é como se nos contássemos histórias a nós mesmos. Alguns chegam a registrá-las em forma de diário. Outro fato lembrado foi a invasão das bibliotecas nas Universidades. Os militares chegavam e faziam uma fogueira com os livros. Dizem que até uma gramática da língua portuguesa foi queimada porque tinha a capa vermelha.

Em Salvador, a repressão se manifestou por meio de perseguições, com queima de livros tidos como subversivos e perseguição de estudantes.

Prática semelhante teria ocorrido no Colégio da Polícia Militar, constituindo-se numa imagem inesquecível daqueles anos. Segundo ele, foram queimados diversos livros. Houve uma espécie de ritual de queima de livros. O livro adquiria uma simbologia importante, tanto que organizávamos posteriormente o Clube do Livro – espécie de embrião do grêmio estudantil (DEPONTE J).

Durante a realização de assembleias na Universidade, avaliava-se o que poderia e deveria ser feito, e se não se cogitava um golpe por parte dos militares, o cenário era de estudantes sem informações necessárias e entidades de esquerda perplexas, e, em contrapartida, a orientação que se tinha nas Universidades era do então Reitor Albérico Fraga⁴ que mandava esvaziar e fechar as portas da instituição.

Na Faculdade de Direito, chegamos a realizar uma Assembleia com muitos estudantes [...] incluindo a participação do Professor Auto de Castro. Porém, a certa altura, estávamos cercados pela polícia e tivemos que nos dispersar (DEPONTE R).

Mas esta medida não foi implementada sem total resistência por parte dos estudantes. Já na Faculdade de Odontologia, o Diretor da unidade na época, Arnaldo da Silveira, um dos estudantes dirigiu-se a todas as aulas e fez uma preleção pedindo que não apoiassem os militares, pois esse era o dever dos

⁴ Albérico Fraga substituiu Edgard Santos: 1961–1964 período de seu reitorado que foi prejudicado por dificuldades financeiras e pelas perturbações políticas nacionais, durante a presidência de Jânio Quadros.

estudantes. O relato nos informa que as notícias eram confusas, confirmando não ter havido certa expectativa de resistência regional.

Houve uma tentativa de resistência armada em Cruz das Almas. Os estudantes se mobilizaram, reuniram armas de fogo e coquetel molotov. Pensamos em assaltar o Tiro de Guerra e começar uma resistência, mas tudo isso era em função de existir resistência em Feira de Santana, onde Pinto (Francisco Pinto) era prefeito, e em Vitória da Conquista, onde Pedral era prefeito. Mas como não houve resistência, então nós nos desmobilizamos e aí cada um procurou se esconder (DEPOENTE V).

Segundo o depoente, apesar da articulação dos jucistas, as tentativas formuladas de resistência ao Golpe por parte dos estudantes na Bahia, estas não passaram de expectativas ou de ações desarticuladas, campo fértil para que os golpistas dessem maior repercussão social ao Golpe e a sua força política, e, a título de hipótese, a baixa representatividade nas formas de resistência dos estudantes na Bahia se mostrou forte.

Os jucistas que tinham iniciativas criativas, não souberam acionar mecanismos de reação e resistência, isso porque o próprio Presidente João Goulart não o fez, nem tampouco os partidos de esquerda, o que significa a inexistência nesse período de um movimento de resistência mais representativo e organizado.

Se o país tinha uma forte esquerda, como encontrou campo aberto para o Golpe rápido, forte e fácil? De modo geral, este era um fato nacional, no qual a população, ao invés de gritar, apoiava, e essa falta de reação está muito ancorada em territórios da classe média alta e burguesa, que defendia seus interesses capitalistas contra as investidas ditas comunistas.

Existe indícios suficientes para afirmar que a massa dos estudantes foi tomada por uma certa paralisia no momento do golpe [...]. Com isso não se está dizendo que a massa dos estudantes apoiou o golpe de 64, mas que não existe evidência de recusa de massa do movimento estudantil ao golpe. Ao contrário, existem alguns sinais de que a massa dos estudantes, o estudante comum, se deixou levar pelo discurso anticomunista e por todo aquele quadro que se criou para justificar o golpe militar (MARTINS FILHO, 1997, p. 80).

Existia um fenômeno no interior do movimento estudantil, que era a herança da situação autoritária do regime militar, fazendo com que se instaurasse um silêncio no interior dos grupos e movimentos, além da notória omissão presidencial. Sem capacidade para organizar uma reação com força social, alguns estudantes

perceberam que o melhor caminho era buscar refúgio na Residência do Universitário e em locais sigilosos que inicialmente “não iam ser estourados”, ou seja, invadidos.

Corri para casa para queimar tudo o que tinha. E depois decidi me refugiar na Residência do Universitário, pois achava que ali estaria mais protegido. Doce ilusão! A polícia invadiu o dormitório de madrugada e levou todo mundo preso, entre eles, eu. Lá em casa o pessoal ficou apavorado e até no forro da casa eu tive que me esconder até ir para um sítio de meu tio que era bem longe (DEPOENTE J).

Conforme as palavras expressas, este refúgio foi dado não só pela Universidade, mas pela família e laços parentais. Essa família que não foi nenhum ‘porto seguro’, mas que cuidou desses jovens – alvo dos olheiros espíões e da repressão. Apesar de terem ido de imediato à Residência do Universitário, viram que ela ou mesmo os prédios da Universidade seriam territórios visíveis, pois eram do Estado. A repressão, entrave de uma guerra entre militares, civis e estudantes militantes reconhecidos pela sociedade como subversivos, foi um forte destruidor do processo democrático brasileiro.

Embora as famílias dos jucistas não tivessem suas casas invadidas imediatamente, eram observadas pelos investigadores, que se transformaram em informantes perigosos. No dia 2 de abril de 1964, instituições são invadidas pouco a pouco e saqueadas pelos militares e investigadores do SNI. Estudantes foram presos, professores investigados e presos.

Mesmo aqueles que não eram engajados no cotidiano desses movimentos estudantis e sociais estavam na mira dos investigadores. Até funcionários foram para trás das grades. Segundo os depoentes entrevistados, foram presos 45 estudantes e todos os funcionários da Residência e do Restaurante Universitário em Salvador, casas eram invadidas. Era tempo de Repressão Militar.

Ao mesmo tempo, havia pronunciamentos do Reitor da Universidade, registradas na Ata do Conselho Universitário de 9 de abril de 1964. Queria pedir aos professores, aos diretores, sobretudo, que tivessem uma espécie de vigilância redobrada no sentido de abster atritos, debates, enfim, agitação no seio das unidades da universidade (representada pela pessoa de Albérico Fraga). Aconteceram muitas reuniões do Conselho Universitário – a primeira, depois do Golpe Militar, registrada em Ata da Universidade, datada de 9 de abril de 1964. Esta representava a recepção e acato ao Golpe pela cúpula dirigente da

Universidade da Bahia – Reitor e diretores se mostraram de acordo com o episódio. No entanto, a principal mensagem está resumida na Ata de 9 de abril, em notas taquigráficas anexadas, representando um mapeamento da situação da Universidade nos momentos iniciais pós-Golpe.

O método fenomenológico aplicado a essa tese procura apreender, por meio dos depoimentos e documentos os fatos em si, as significações, as descrições e explicações da situação política que pairava em algumas unidades de ensino e a postura de alguns professores e diretores, frutos da tensão instaurada em 1964. Segundo o Diretor da Faculdade de Odontologia, Professor Arnaldo da Silveira⁵, que logo teve a notícia da eclosão do movimento. O Presidente do Diretório Acadêmico foi chamado pelo Reitor tentando fazer reunião com os alunos, alegando que não permitiria naquele momento, nenhuma Assembleia, pois, não tinha obtido licença para que as mesmas acontecessem na instituição.

Contudo, o Reitor dirigindo-se a todos, alegou para que as aulas funcionassem com a preleção desejada, pediu apoio ao Governo que se instaurava, alegando ser o dever dos estudantes. Todavia, a pregação foi rebatida pelos estudantes e logo após a reunião, o Reitor solicitou que os estudantes se retirassem, fechando os prédios da Faculdade porque esta era a determinação dos regimentos da Universidade⁶.

Até aqui apenas uma confirmação do que já foi dito, ou seja, a orientação dada pela Reitoria aos Diretores para fechar as Faculdades, fato que mostrava o jogo da repressão. Por outro lado, percebe-se que a pouca documentação sobre o evento neste período deve-se principalmente à apreensão dessas documentações e pelo aparato da repressão. Diversos relatos afirmam isto. Até hoje, supõe-se que os arquivos estejam em guarda das Forças Armadas.

Preferi, então, dar, imediatamente, uma busca no Diretório e apreender todo o seu arquivo. Encontrei revistas, instruções mimeografadas do que deviam seguir os estudantes, o procedimento que deviam ter [...]. Colocamos todos esses documentos no arquivo da nossa Faculdade e lacramos⁷.

⁵Cursou o Secundário no Colégio Ipiranga, Salvador. Formou-se em Medicina, Direito e Odontologia pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. Eleito vereador pelo Partido Social Democrático - PSD, 1947-1950, Salvador. Deputado estadual pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, 1955-1959 e reeleito, 1959-1963.

⁶ Cf. Ata de 9/4/64.

⁷ Cf. Ata de 9/4/64.

Esta fala é emblema de um tipo de reação favorável ao Golpe de 64 na Universidade. Representa a incorporação do papel de polícia política por parte do Diretor. Mostra um engajamento no combate à 'dita subversão', talvez influenciado pela orientação da Reitoria. Em caráter inicial, é importante dizer que parte desta documentação foi utilizada pela Justiça Militar para fundamentar os processos jurídicos contra os estudantes, no caso em questão, jucistas.

Contudo isso, o papel da repressão diante dos setores universitários estava estreitamente relacionado à noção da presença de infiltração comunista na Universidade e à aderência à perseguição dos jucistas mentores e aliados aos comunistas. E essa reação foi imediata. Isto propicia uma ampla ideia de que para se atingir não somente estudantes, mas os professores e funcionários, era preciso força e ordem de prisão. Com a leitura da Ata, foi possível observar o papel atribuído ao Reitor.

As Forças Armadas assumiram o comando da situação até que a situação se regularize do ponto de vista constitucional e legal, do funcionamento dos poderes [...]. Estão no propósito, propósito que foi manifestado reiteradamente pelo Sr. Comandante da região, de não permitirem a permanência de comunistas notórios, fichados, conhecidos, em postos de direção... inclusive, é claro, no setor universitário [...]. Pratiquei, e o fiz com a abundância do coração, o primeiro ato arbitrário como Reitor da Universidade, que foi a demissão pura e simples do famoso comunista Isidório Batista de Oliveira, que todos os diretores conhecem porque passou de Faculdade em Faculdade e os senhores pediam por tudo que tirassem esse indivíduo de suas Faculdades [...]. Mandei-o para o lugar próprio, para o DCE, onde ele ficou a articular, como manivela do Professor Nelson Pires, todas as misérias contra a universidade [...]⁸.

As declarações estão marcadas por preconceitos em relação à esquerda nacional e o uso aqui de parênteses com reticências [...] representa o silêncio na fala diante dos presentes na reunião, o que mostra o cuidado com a escolha das palavras. A Ata sugere a auto-imagem construída pelo Reitor e também sua ação na sua Universidade e tratamento aos estudantes de diversos cursos, isso pela postura de repúdio aos estudantes militantes baianos?

É importante notar que os movimentos sociais são capazes de criar outra lógica, força e se unidos, possibilita qualquer difusão ideológica. Essa assertiva é muito mais complexa, mas mostra que tratando de ideários, a união é a questão organizacional e cristalizada de uma luta, de força solidária, isso pelas crenças cristalizadas. O movimento da JUC, ao negar o modelo céptico burguês, aliás,

⁸ Cf. Ata de 9/4/64.

calcado de valores e doutrinas minuciosamente ressignificadas para a dominação, procurou outra lógica e a encontrou justamente na realidade do outro, do contexto. Ou seja, começou a perceber um espaço que sempre existiu, mas se apoiou no sonho, na esperança da juventude.

Ressalta-se aqui que foi ainda possível ler nessa Ata que o Reitor estava mais próximo das posições políticas dos setores de direita, devido a sua posição de apoio às elites tradicionais e militares, ao lado dos jucistas. Lendo-se ainda o documento, chama a atenção o silêncio registrado e o teor de seu discurso quando o Reitor nos sugere um contato íntimo entre ele e o Comandante da 6ª Região Militar. Em diversos trechos da Ata, há referências sobre comunicações entre a Reitoria, o Ministério da Educação e o Comando da 6ª Região Militar, incluindo ofício da 6ª Região Militar sobre atividades de professores, circular do Ministério da Educação sobre a instalação de inquéritos na Universidade para apurar atividades subversivas e telegrama do Ministro da Educação, conforme segue.

Em aditamento aviso 705 de 22 próximo passado, recomendo V. Magnificência entre entendimento Comando Militar Região, solicitando-lhe indicação de um servidor militar fim acompanhar processos humanos artigo 7 Ato Institucional assessorando Comissão designada V. Magnificência nos termos Portaria 259 de 20 de abril. Certeza contar com sua colaboração subscrevo-me cordialmente. Flávio Lacerda – Ministério da Educação⁹.

Ressalta-se que o Artigo 7º do Ato Institucional suspendia por seis meses as garantias constitucionais e legais de vitaliciedade e estabilidade. Desse modo, o Estado, mediante investigação sumária, e no período estabelecido pelo artigo, podia demitir ou dispensar, pôr em disponibilidade, aposentar, transferir para a reserva ou reformar burocratas civis ou militares, desde que ferissem as condições estabelecidas (ALVES, 1968).

Mais precisamente, encontra-se na leitura dessas Atas referências a cinco professores que foram investigados a fundo como comunistas e que deveriam ser aliciados para que se pudesse chegar a outros nomes. Em um dos trechos, o Diretor se refere ao combate à subversão, sendo necessário que as Faculdades apresentassem os nomes daqueles que nos deram dor de cabeça, para que isto não viesse a se repetir. Mas não se esgota aqui a riqueza desta documentação

⁹ Cf. Atas de 6/5/64 e 20/5/64 da Faculdade de Direito da Universidade da Bahia.

encontrada nas Atas da Universidade. Ainda sobre a primeira reunião pós-Golpe, cabe sublinhar que foi aprovada a seguinte moção:

O Conselho Universitário da Bahia, reunido pela primeira vez após a vitória da democracia contra o Comunismo, expressa o seu regozijo patriótico e congratula-se com as gloriosas Forças Armadas pela nobre e serena atitude que assumiram na preservação dos legítimos anseios do povo brasileiro. Nesta oportunidade dirige uma calorosa saudação aos comandantes militares que atuam em nosso estado, significando-lhes o seu apoio à orientação salutar de garantir a ordem democrática e defender as nossas instituições políticas. Salvador, 09 de abril de 1964. Reitor Albérico Fraga, Adriano Pondé, Arnaldo Silveira, F. Magalhães Neto, Maria Ivete Oliveira, Carlos Geraldo, Antonio Queiroz Muniz, Lafayete Pondé, João Mendonça, João Rescala, Luciano Aguiar, Ismael de Barros, José Calasans, Carlos F. de Simas, Dirce F. de Araújo, Hermani Sávio Sobral, Nilmar Rocha, Pedro M. Tavares Filho, Theonilo Amorim, José V. Torres Homem, Ivo Braga, Alceu Hiltner e Benjamim Sales¹⁰.

O Reitor era uma figura de influência política em setores da tradicional elite baiana, ligado à UDN. Segundo os depoentes, o Reitor era uma pessoa politicamente conservadora. Num outro ângulo, as Atas do Conselho Universitário mostram que o Reitor mantinha intenso discurso anticomunista, além de preconceitos.

Contudo, pode-se entender o posicionamento do Reitor, de alguns diretores e de outros membros do Conselho Universitário quando se encontra neles uma história voltada para a direita. Mas os conselheiros deveriam apoiar seus professores e estudantes e não o Golpe. Um trecho da Ata mostra o Reitor como figura bastante instigante, quando comenta sobre alguns professores da Escola Politécnica (de área de Ciências Exatas) que o teriam procurado para fazer uma manifestação de apoio ao Comandante da 6ª Região Militar, o que manifestou como absurdo.

Essas reuniões mostravam a posição da Reitoria diante de avaliações de suas comissões que faziam propostas que reforçariam as ações dos militares. Isto fortalece a hipótese de uma ligação entre o Reitor e os militares. Na Ata do dia 6 de maio de 1964, há citação de uma carta do professor Clemente Mariani solicitando a publicação da Ata para mostrar que a Universidade não apoiou a baderna que se instalara no país e que sanou desde o 1º de abril. Já na Ata¹¹ aparece comentário sobre um ofício do Comandante da Base Aérea de Salvador agradecendo a colaboração do Conselho Universitário ao movimento revolucionário.

¹⁰ Cf. Ata de 9/4/1964 da Faculdade de Direito da Universidade da Bahia.

¹¹ Cf Ata de 13/05/1964

Com todas essas informações, é possível pensar que o principal propósito dessas reuniões pós-Golpe foi aprovar a moção em apoio ao movimento político-militar para sua imediata divulgação, explicitando que a instituição tomou partido favorável à ação golpista. Torna-se aqui esse aspecto bastante relevante pelo fato de que os momentos imediatos pós-Golpe foram de apoio pela Universidade da Bahia e pelo Governo de Lomanto Júnior, como se viu anteriormente.

A Universidade da Bahia é um exemplo ilustrativo de como alguns professores e administradores universitários foram depostos dos cargos por serem considerados comunistas e terem ideias subversivas, somente porque os dirigentes apoiavam o caráter da intervenção. Esses trechos das Atas reforçam o argumento. Ao se comentar a postura de Reitores como Edgar Santos e Albérico Fraga, mostra-se como ambos estavam a serviço das classes hegemônicas do Estado.

Pode-se aqui dizer que o teor da afirmação pode criar e, ao mesmo tempo, expressar um sentimento coletivo de uma direita que impedia a todo custo a possibilidade de a esquerda assumir o comando do país. Por um lado, a manutenção de cargos e empregos dependia dessas posturas de apoio ao novo Governo militar que buscava preservar a ordem. Noutras palavras, o apoio ao Golpe era a forma de se manterem no poder político. Viu-se que na primeira reunião do Conselho Universitário, após o Golpe de 1964, houve participação dos representantes jucista. Eles foram convocados para a reunião, mas mesmo o reitor acreditando que os universitários reivindicadores não estivessem presentes, estes compareceram.

Mais adiante ele afirmou que não sabia se os mesmos seriam detidos e que se fosse Chefe de Polícia, certamente eles não estariam soltos porque eram agitadores perigosos.

Tenho a consciência de que estou, tanto quanto possível, atuando no sentido de atenuar as dificuldades [...] tenho pedido, insistentemente, que os estudantes sejam bem tratados porque a mocidade é sempre assim, irrefletida e nós devemos agir como pais. Foi isto exatamente o que disse na minha aula¹².

O trecho mostrado vem pelo discurso de protetor dos estudantes, mas não em defesa deles, além do teor de normas e boas condutas aos docentes envolvidos nos considerados atos subversivos. É importante pensar como este

¹² Cf. Ata de 9/4/64.

discurso mantém a ideia da Universidade em combate aos comunistas – mostrando o exemplo dos professores para a juventude que deveria seguir o bom caminho. No mais, as Atas das reuniões sugerem reflexões sobre a lógica que presidiu a relação da Reitoria com as entidades estudantis da Universidade. Ou seja, há implicitamente o reconhecimento da legitimidade do jucistas estudantes desde que submetidos à legalidade e excluídos da influência considerada perigosa dos comunistas.

Este discurso mostra o apoio da Universidade aos militares, seja na época, como testemunho contra o Comunismo, ou contra a esquerda infiltrada no poder. Adiante, ao se referir à necessidade de investigações internas.

Ou nós tomamos na mão essas soluções ou então vamos voltar àquela outra situação verdadeiramente humilhante em que viveu a autoridade do país, porque havia uma total subversão da ordem hierárquica, não só no setor universitário como até no setor militar¹³.

O professor afirma que na presidência dos Diretórios Acadêmicos (Das) estavam chefes comunistas, perigosos e atuantes. Durante essas reuniões, os diversos conselheiros definiam as listas da situação dos professores e estudantes engajados no movimento estudantil nas Faculdades quanto à presença ou não de elementos comunistas. Segundo eles, deveria haver uma renovação das diretorias das DAs efetuada conjuntamente entre diretores de Faculdades contra professores e estudantes.

Com a lista, estaria retirando toda e qualquer suspeita de envolvimento com esses grupos. Mas o Reitor se mostrava figura de grande habilidade política, argumentando que seria mais democrático se o Conselho não adotasse tal medida coercitiva. Registrou o temperamento de um homem liberal, de modo que não gostava de supor que estava aproveitando da situação para fazer pressões. Isso mostra a situação dos estudantes baianos diante do episódio. Vale ressaltar o que disse o Conselheiro Carlos Geraldo, um dos diretores na época da Faculdade de Medicina da Bahia revelou:

Na segunda-feira fui procurado por um grupo de estudantes que me declarava o desejo de convocar uma Assembleia geral e me levaram a seguinte proclamação: “Os alunos da Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia...” Tiraram seis cópias dessa proclamação e anexaram a relação dos nomes dos alunos de cada série. Distribuíram por

¹³ Cf. Ata de 9/4/64.

assinatura. No momento em que eles tiveram maioria absoluta de assinaturas convocaram a Assembleia que se fez ontem. De modo que quando a Assembleia foi convocada já estavam vagos os cargos porque todos aqueles que assinaram estavam de acordo com a proclamação. Convocada a Assembleia, foram ratificados os termos e feita a eleição para provimento dos cargos considerados vagos. Tudo ocorreu sem incidentes e depois eu os empossei, de acordo com o que havia acertado com o Magnífico Reitor. Entreguei a essa nova diretoria o diretório. [...] De modo que a situação por lá se resolveu simplesmente, de uma forma que me parece muito justa, muito legal porque, ao assinarem, os alunos tomaram conhecimento da proclamação. A proclamação é muito incisiva. Eles sabiam o que estavam assinando, estavam assinando um aplauso às Forças Armadas. Eles tomaram cerca de quatrocentas assinaturas em menos de um dia. Ontem foi feita a eleição e a posse às 15:30 horas já estava efetuada¹⁴.

Em relação aos Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs), os documentos mostram número de vagas e a destituição de alguns representantes estudantis que estavam foragidos e impedidos de se posicionarem nas reuniões a partir daquele momento. A tomada de poder pelo Golpe de 1964 estabeleceu uma nova diretoria para os diretórios de várias Faculdades e esta direção seria eleita enviando representantes estudantis para o Conselho Universitário, com aprovação da Reitoria. É bastante provável que esses novos membros da diretoria estivessem afinados com o regime, senão estariam sob fortes suspeitas e, naqueles anos, eram poucos os jovens neutros nessas discussões. Por fim, para completar o quadro geral do clima no movimento estudantil após o Golpe, destaca-se outro trecho na Ata da reunião:

Hoje recebi a visita de um rapaz de nossa Faculdade, Presidente interino do Diretório, rapaz sério, discreto, direto, contra quem não havia nada, mas ele estava – a onda de boatos é grande, nessas oportunidades – ele estava assombrado pelo fato de ser o Presidente em exercício [não cita o nome nem o curso]. Na minha aula, eu disse aos meus alunos que, ao fazer essa reforma, eu lembrava que o Vice-Presidente em exercício do Diretório era um rapaz de boas qualidades, que age com muito equilíbrio, que funcionou na Congregação de maneira correta, de modo que não se tem nada a dizer contra ele. Sabendo disso, ele veio me procurar para agradecer ao mesmo tempo em que me perguntava se ele não estava correndo o risco de ser preso. Eu disse que não e se por acaso ele viesse a sofrer qualquer constrangimento que me mandasse comunicar porque eu iria reclamar a sua liberdade de vez que ele não tinha razão de ser preso¹⁵.

O trecho mostra a visita de um estudante amedrontado pela participação no movimento estudantil, o que indica o despreparo psicológico de muitos desses

¹⁴ Cf. Ata de 9/4/64.

¹⁵ Cf. Ata de 9/4/64.

estudantes para a militância. Isso acontecia mesmo com os que não estavam preparados para atuar nos grupos de esquerda sem apoio da Igreja Católica. Além disto, a condição de ser estudante universitário já representava ameaça aos militares e as intervenções em Diretórios eram decididas tendo em vista a ação comunista. Os propósitos estavam voltados para a operação de depuração da infiltração subversiva.

Ainda analisando as Atas, vê-se um trecho da fala do Diretor da Faculdade de Odontologia, Arnaldo Silveira, que se refere ao dia do Golpe, como registrado na Ata do Conselho Universitário de 9 de abril de 1964:

Logo que tivemos notícia da eclosão do movimento, fui imediatamente, com surpresa minha, procurado por um aluno com o qual nunca havia tido maiores contatos. Esse aluno, apresentando-se na qualidade de Tenente do Exército, ignorado naturalmente por toda a Faculdade, me apresentava uma lista de mais ou menos vinte estudantes e dois professores [...] dizendo-me que o Chefe do Estado-Maior havia autorizado a que ele entrasse imediatamente em contato comigo, mas que aqueles alunos deviam ter, imediatamente, proibida a sua entrada na Faculdade até que eu me entendesse com o Chefe do Estado-Maior. Daqui da Reitoria fui ao Estado-Maior onde li uma lista e o Chefe do Estado-Maior dizia que iam ser presos aqueles alunos porque eram tidos e havidos como comunistas. Não tinha outra providência a tomar, a não ser voltar à Faculdade. Voltei à Faculdade e proibi a entrada desses alunos [...]. Pedi que não comparecessem mais à Faculdade até que providências outras fossem tomadas.

Esses relatos mostram a situação de muitos estudantes que eram perseguidos pelo Regime Militar. Com base nessa fala, pode-se constatar que as barreiras da militância estudantil foram grandes. A linha política adotada pela Reitoria era a de enquadrar as entidades estudantis às exigências governistas militares, evitando a entrada dos comunistas. É neste sentido que uma nova diretoria do DCE foi feita pelo Conselho dos Das e essas novas diretorias eram acolhidas pelos Conselhos Universitários com votos de boas-vindas. Há ainda o empastelamento das gráficas, impedindo publicações estudantis, pelo receio de publicação e distribuição de panfletos contra o regime. Era a repressão se instalando cada vez mais.

Os estudantes jucistas foram alvos de iniciativas para o estabelecimento de nova disciplina estudantil – a práxis pela ação e reflexão produzindo novas ações. E esse era o discurso nas solenidades das formaturas. Como já citado, as formaturas eram oportunidades de se discursar contra o sistema, o que, na visão militar, não deveria mais acontecer.

Doutorandos de Medicina escolhiam professores notoriamente da esquerda nacional, docentes livres e professores que estavam envolvidos nas malhas dos inquéritos militares para figurarem nos quadros das formaturas. [...] professores comunistas, revolucionários [...] para padrinhos de formatura e que a área militar considerava um *desideratum* e por certo não aconteceriam os eventos, inclusive, se fosse necessário, com a detenção da turma toda e dos padrinhos. O clima era de tensão e repressão.

O Coronel Humberto Melo [...] sentou-se ao meu lado e também me falou a respeito, dizendo que tanto ele como o General Mendes Pereira e outros oficiais estavam conspirando o fato como um acinte ao Exército, que havia mandado, oficialmente, comunicar à Faculdade de Medicina que não só o Prof. Nelson Pires era comunista como também que ele, pelas suas atividades não tinha nem condições morais para exercer a profissão de médico, então ele não podia admitir que os doutorandos tomassem tal atitude. Disse mais que se, por acaso, a Universidade não tomasse as medidas disciplinares convenientes, o Exército tomaria a seu modo. Então tranquilei o Cel. Humberto¹⁶.

O papel da intervenção militar nos chama atenção. As formaturas, que sempre foram vistas como evento público e que comportavam discursos de esquerda, passaram a ser rituais polêmicos, pois qualquer palavra a mais representaria prisão e acareações. Também havia o risco de o paraninfo da turma discursar contra o novo regime, complicando ainda mais a situação. Analisar o discurso anticomunista neste período daria campo para muitas pesquisas.

Todo esse aparato era de extrema intimidação aos alunos e professores de forma geral, fossem de esquerda ou não, todos deveriam seguir as normas militares. Ademais, no dia 30 de novembro de 1964, já tendo à frente da Universidade da Bahia, desde o dia 1º de julho de 1964, o Reitor Miguel Calmon du Pin e Almeida Sobrinho, ressurgiu a polêmica com o seguinte depoimento registrado em Ata.

A seguir, o Magnífico Reitor tratou do problema relativo ao excesso na linguagem dos oradores nas solenidades de formaturas, achando que os diretores que presidirem às sessões deverão cassar a palavra dos oradores que se tornarem inconveniente, surpreendendo, imediatamente as solenidades e que todos os diretores deverão agir de maneira idêntica. Finalmente S. Magnificência fez um apelo ao Presidente do Diretório Central dos Estudantes para que houvesse comedimento nas orações de formatura, ficando assim, restabelecida a tradição das solenidades de formaturas. O Conselheiro Neomar de Alcântara (pres. DCE) disse que aceitava as sugestões do Magnífico Reitor e que, pessoalmente, conversará com todos os oradores¹⁷.

¹⁶ Cf. Ata de 11/5/64.

¹⁷ Cf. Ata de 30/11/64.

Neste caso específico, os militares foram realmente vitoriosos, calando gerações por muitos anos. Anos de silêncio. Fica evidente o cerco às formaturas e o papel de controle social por parte do Reitor, provavelmente pressionado ou receoso das autoridades militares, porém era ele a própria expressão da elite baiana. Os representantes discentes estavam diante da despedida dos Conselhos Universitários, acrescido do convite de solenidade sem orador e só com palavras de diretores. Assim, registra-se que atuar nos movimentos jucistas e estudantis na década de 1960 era participar da vida social e política do Brasil, mas, acima de tudo, correr grandes riscos. Risco de perder a vida, a esperança, a liberdade, vendo a utopia ir embora para sempre.

A Democracia brasileira – o que se pode lembrar dela? Floresceu em ambientes sociais, fortemente manipulada por grupos hegemônicos, instaurando conflitos e tensões em nome dos processos falsamente democráticos. Clivou as mais diversas formas de interpretação e expressão de um povo, desenvolvendo no interior dela, formas de manipulação e regime formalmente repressor.

As lutas dos jucistas movimentaram a Bahia, o país. E o sentimento de protesto que já se mostrava enfraquecido pela repressão. As passeatas de oposição contra as reformas políticas propostas pelos governos militares, manifestações e greves ocorriam constantemente em todo o país já representavam uma ameaça nacional para os militares.

(...) Um soldado carregou-me até a cela e ela era cheia de insetos de todo tipo com um mau cheiro, não tinha cobertas nem colchão e água. Dormi de barriga vazia com frio e a sujeira toda. (...) No dia seguinte policiais acordaram-me à mesma hora e o estômago doía de vazio, então me levaram e fui para a sala de interrogatórios (...) nem quero lembrar a chuva de perguntas e os gritos que davam (DEPOENTE J).

A partir do Golpe de 64, o brilho da década de 1960 acabou com o brilho de uma juventude, quando as manifestações que pretendiam modificar o país foram abafadas pela repressão. Um Estado de Direito, gerou perfil de subversão e perseguição sem limites aos estudantes. Por isso, pode-se qualificar, também, o Golpe de 1964 como uma reação e resistência de jovens que desejavam desestruturar o *status quo* de grupos hegemônicos, manipuladores da sociedade.

A conjuntura de repressão e embora a articulação estudantil fosse forte, o Golpe foi rápido e fácil. O militante carregava em si a ideia de luta, mas estava interagindo com a sociedade, com outros grupos que ampliavam seus horizontes

políticos. É aí que JUC amplia suas bases, construindo a identidade revolucionária, de luta.

4.3 O MOVIMENTO JUCISTA NA BAHIA: “EMBRIÃO PERIGOSO” PARA A ORDEM CONSERVADORA

A movimentação jucista foi intensa em boa parte do país, e a Bahia se destacou por suas ações articuladas, permeada de uma ideologia entre ações da Igreja e da Universidade.

Na Bahia, a base principal de atuação da JUC estava na Escola Politécnica da Universidade da Bahia, cujo núcleo principal, desde 1959, era todo da esquerda da JUC. Dele faziam parte Jorge Leal Gonçalves Pereira, assassinado posteriormente pela ditadura; Paulo Mendes e Haroldo Lima, além de Severo Sales que, não sendo católico, atuava politicamente com a JUC. Posteriormente a base de Engenharia cresceu bastante. (LIMA, 1984, p. 29).

Então, se unidos e fortes em número de participantes, os jucistas eram vistos como uma força notável nos movimentos de esquerda do país, presença em Congressos e lutas estudantis. No entanto, esse agrupamento político foi de certa forma pego de surpresa com a tomada de poder, apesar de alguns depoentes admitirem que sabiam dessa possibilidade. Um dos militantes entrevistados na pesquisa realizada nos conta que

(...) quando veio o golpe, eu estava na universidade em plena atividade de aulas e nem tínhamos a dimensão do acontecido. Porém em dias anteriores, a gente sabia que a coisa estava começando a pegar fogo, mas não acreditávamos numa tomada tão rápida assim como foi. Especialmente nós, estudantes, que tínhamos militância direta com os centros acadêmicos e que estávamos muito informados. Estava todo mundo ligado nas rádios, nas agências de notícias e nas redações de jornais estavam em contato direto com as lideranças estudantis. Nós conversamos sobre o clima de pré-golpe, mas as nossas preocupações já estavam muito fortes no ar quando a gente teve a notícia do episódio. Estávamos todos na escola de engenharia da Universidade, que concentrava o movimento estudantil à época e ficava bem perto do Forte de São Pedro. Para lá se dirigiam os líderes de todas as escolas e a União dos Estudantes da Bahia fazia seu quartel-general, mas a notícia correu muito rápida e parecia que os militares estavam em todas as partes. Havia muito medo e não se sabia ao certo a extensão da coisa em si (DEPOENTE P).

Ao lidar com as ambiguidades da memória, especialmente a produzida por atores envolvidos nos embates que se desenvolveram no período, muitas informações do período puderam ser resgatadas, inclusive sobre a concentração desses jovens em momentos antes do Golpe de 1964. O depoimento mostra como a notícia do golpe correu rapidamente e o clima de medo impossibilitou as mobilizações estudantis, produzindo um efeito de suspense na população estudantil que mesmo unida, vacilava entre a perseverança das atividades de luta e o recuo pelo medo da repressão.

A rememoração individual se faz na tessitura das memórias dos diferentes grupos com que a JUC interagiu, a exemplo do Partido Comunista que está nas memórias dos jucistas, no lembrar de seus atos compartilhados com parceiros de luta e isso é notado nas diversas representações individuais, nesse emaranhado de ricas experiências coletadas em entrevistas. Por isso, Bosi (1979) afirma que as lembranças de momentos importantes mostram representações essenciais para a reconstrução do período e das experiências dentro do processo de vida e de Democracia.

Não há evocação sem inteligência do presente, um homem não sabe o que ele é se não for capaz de sair das determinações atuais. Aturada reflexão pode preceder e acompanhar a evocação. Uma lembrança é diamante bruto que precisa ser lapidada pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, seria uma imagem fugidia (BOSI, 1979, p. 39).

Tal perspectiva leva a considerar que o que é lembrado desse momento são evocações de quem viveu a história e a tem em suas memórias e que contadas podem ser lembradas, registradas. O exemplo das anotações, do contato com objetos – traços *mnésicos* –, existem a partir de significados advindos das lembranças.

Com o Golpe de 1964, os jucistas na Bahia receberam a notícia em ruas da cidade e os meios de comunicação exerciam todo tipo de pressão anunciando a chegada e a tomada de poder dos militares e civis que faziam parte da nova ordem do país. Antes do episódio, significativa parcela desses jovens, havia participado de manifestações a favor da deposição do Governo, em mobilizações que contavam com grupos destoantes ideologicamente.

Nas diversas análises a respeito do Golpe de 1964, parte-se da premissa que o resultado da interação de ideologias desses jovens abriu campo para a

memória coletiva, constituindo-se em registros do lembrado e legitimado pelos pontos em comum, pelos consensos do grupo. E no entendimento de Ricoeur (1990), registros advindos de memórias individuais dos que viveram intensamente essas ações, ao serem checadas com outras memórias, tornam-se elos fundamentais para o entendimento de como o grupo foi construindo, ressignificando sua identidade.

No caso da JUC, os depoentes lembram as infiltrações de novas ideias nos meios deles, inclusive da inserção de lideranças comunistas, o que colaborou para que a conclusão que o grupo sofreu influência de outros grupos e mudanças de posturas para engajamento nas lutas sociais.

O movimento jucista era ligado a entidades nacionais como a União Nacional dos Estudantes / UNE e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas / UBES (DEPONENTE T).

Em 1962 o Partido Comunista se reorganizou e emergiu ideologicamente no país e os líderes jucistas estavam sempre em contato com eles (DEPONENTE J).

E é aí que se admite a narração como uma forma de resgate histórico de pontos em comum narrados pela memória, mantendo a ontologia viva. As palavras dos depoentes, mostram que a força dessa interação ideológica da JUC com lideranças comunistas era notória e o constante diálogo com lideranças da UNE tornava o grupo dos estudantes uma força renovadora da sociedade.

O movimento estudantil era muito ligado a outros grupos, da igreja, dos sindicatos, da UNE. Estava no momento do país sob a égide desse processo esquerdizante mesmo. Esses movimentos sociais estavam funcionando como um embrião perigoso na Bahia e no Brasil. Era uma sociedade muito menos complexa do ponto de vista dos estudantes que sonhavam em mudá-la (DEPONENTE P).

Pertinente a este pensamento do militante, Halbwachs (2006) mostra que o indivíduo que lembra é sempre o inserido e habitado por grupos de referência, onde a memória é construída socialmente, mas também, um trabalho seletivo do sujeito. O grupo está presente para o indivíduo não necessariamente, ou mesmo pela sua presença, mas pela possibilidade que o indivíduo tem de retomar os modos de pensamento e a experiência comum próprios do grupo. Portanto, a lembrança é sempre fruto de um processo coletivo inserido num preciso contexto social.

E em termos dinâmicos, a lembrança é fruto de um processo coletivo, na medida em que necessita de um grupo afetivo, característico das relações e referências. Este grupo afetivo e de ação apesar de ser considerado *embrião perigoso* para a desestruturação de uma ordem conservadora, acabou criando lacunas para que as ideologias da elite tomassem rápidas decisões e instaurassem o Golpe. O depoente conta sobre a efervescência desses anos, mostrando seu ponto de vista sobre a atuação do movimento estudantil na Bahia durante esses anos.

No que diz respeito a esse aspecto interpretativo, Ricoeur (1975) questiona: quais são os efeitos de darmos a nossa história pela forma narrativa dessas pessoas? Na análise ricoeuriana, aproximar, através de questão da identidade pessoal, a memória coletiva de um determinado grupo ergue um modelo conceptual explicativo do contexto e da própria identidade do grupo, isso porque o legado é trabalhado e enriquecido pelas informações adquiridas. Remetendo à ideia ricoeuriana, observa-se que esta arte da leitura, da interpretação de um determinado contexto e acontecimento, é também uma das possíveis formas de decifrar o sentido dos acontecimentos.

Diante do exposto pelos depoentes, a participação desses grupos alertou aos grupos ligados a um ideário conservadorista, criando clima de perseguição aos estudantes, e a Bahia como foco importante força no cenário nacional, recebeu rápida repressão.

nenhum sistema de representações e de normas particular e dotado de aparente universalidade é capaz de impô-las à sociedade como um todo, de sorte que tanto o liberalismo, quanto o autoritarismo nacionalista, como os projetos revolucionários são capazes de exprimir, seja de forma do falso, seja de forma do verdadeiro, a realidade brasileira (CHAUI, 1978, p 21).

Assim sendo, o ideário desses grupos hegemônicos liderados pela união de diversas correntes políticas na Bahia que detinham o poder local, viram na figura de Antônio Lomanto Júnior, o então Governador da Bahia, uma possível forma de deter o ideário dessa juventude.

Havia Lomanto fortalecido o seu poder diante da sucessão de Otávio Mangabeira e de Régis Pacheco da coligação PSD-PTB, entrando para o governo da Bahia, o que na verdade estabeleceu desconforto a grupos não interessados nesse governo.

De 1955 a 1959, Antônio Balbino (do PSD) havia governado a Bahia, tempo em que Lomanto Júnior havia sido prefeito de Jequié, cidade no sudoeste da Bahia, criando espaço para sua candidatura ao Governo da Bahia entre os anos de 1963 a 1967. Lomanto Júnior sendo o governador do período do Golpe de 1964 e da repressão militar, entrando na cena política como governo estrategista que visava a modernização e promoção de desenvolvimento do estado via ideário autoritário, o que nos leva a crer da sua postura aparente de apoio aos estudantes e recuo imediato após o golpe.

Analisar o Golpe na Bahia é abrir e vislumbrar memórias de pessoas que relembram o período de perseguições, paralelamente a um período de construções de pontes, estádios, instituições. Encontra-se nesses relatos memorialísticos de depoentes uma leitura do período na Bahia e a posição dos estudantes de diversos cursos diante de momentos políticos difíceis.

Na Bahia, o golpe pegou desprevenido o Governo de Lomanto, que era cheio de incertezas em relação a sua posição de apoio ou não aos estudantes. Acreditava-se que ele estaria na linha de propostas de Goulart, não seguindo linhas conservadoras. No entanto, estava eu olhando muitas fotos de Lomanto do período e pude ver, como esta que estou lhe mostrando numa reunião em Jequié, que ele andava com o grupo de direita e mantinha amizade com os militares. Veja só, o que quero dizer é que, no território da Bahia, o regime democrático parecia dar apoio à população do estado, no entanto, no momento crucial, vimos uma posição dupla (DEPOENTE M).

O depoimento mostra a representação de estudantes jucistas e o descrédito dado ao governo de Lomanto e suas mudanças e a postura em relação ao episódio. O posicionamento do Governador Antônio Lomanto Júnior foi interpretado por muitos como duvidoso em relação aos militares e ao próprio Governo de João Goulart. E, durante anos, desde os momentos anteriores ao Golpe, a figura de Lomanto é politicamente questionada pelo grupo.

A partir dessas versões construídas em experiências e fontes documentais, reconstrói-se o vivido e lembrado. As memórias, cujas narrativas em conjunto pertencem ao um período, a serem evocadas, configuram um passado contado por cada narrador, subjazendo a garantia de uma identidade e, igualmente, conferi-lhe o dom de lembrar o acontecido.

A imprensa local registrou em inúmeras manchetes a posição do Governador, dentre eles, o jornal A Tarde¹⁸: “O governo da Bahia, coerente com os seus pronunciamentos anteriores manifesta-se em defesa da legalidade democrática, repudiando, qualquer tipo de Ditadura”, mas isso é duvidoso. O jornal havia anunciado a postura do Governo contra a militarização do país, mas Lomanto Júnior volta atrás, dando apoio e aliando-se aos militares, o que de certa forma garantiu-lhe privilégios mais adiante para seu governo, a exemplo de vias, pontes e instituições que foram inauguradas durante o período de repressão militar. Não resta dúvida que isso veio a refletir negativamente à figura do Governador Lomanto Júnior por anos em sua carreira política, quando acabou entrando em descrédito diante de muitos eleitores, principalmente dos jovens eleitores.

A mesma edição do jornal A Tarde, de grande circulação no Estado da Bahia, registra a postura de apoio de Lomanto Júnior à legalidade, não deixando claro a que tipo de estava se referindo, já que havia anteriormente evidenciado o repúdio à repressão. A atmosfera não era da tranquilidade entre os estudantes jucistas e de forma geral nos âmbitos estudantis da Bahia.

Skidmore (1982) afirma que grupos como os católicos haviam conseguido assumir o controle dos programas de alfabetização em massa, lançados pelo Ministério da Educação expandindo seus ideais de combate ao analfabetismo no país. Para o autor, a Ação Popular surgiu através de um grupo desirmanado da Juventude Universitária Católica, representantes da elite intelectual estudantil, ala de esquerda cristã, política e progressista consciente dos problemas sociais.

Todavia, a Ação Popular presente entre os anos de 1963 e 1964 advinda da JUC, adentrava cada vez mais nos movimentos em Salvador, representando uma ameaça ao Governo da Bahia, aparecendo então como principal protagonista da esquerda do Estado. Sendo a Ação Popular composta de parte de militantes que desirmanaram das congêneres e em especial da JUC, essa nova postura política do grupo possibilitou campo de luta mais efetiva, revolucionária.

Chauí (1978) lembra que a revolução é o trânsito de uma posição de equilíbrio para uma nova posição de luta. E a JUC/AP revela o ideário para novas soluções sociais, políticas, rápidas. O Golpe de 1964 revelou a estrutura de uma ordem dominante, inclusive na Bahia, resultado da ideologia das velhas oligarquias

¹⁸ Datado de 1º de abril de 1964

regionais, sendo estas diretamente afetadas pelas mobilizações sociais e pelas anunciadas e não operacionalizadas reformas do Governo de João Goulart. Abortou os movimentos sociais, estudantis, operários, enfim: pôs ponto final nas lutas populares por anos afins.

Recorrendo ao pensamento de Reis Filho (1985) quando ressalta: “apropriar-se deste passado, monopolizar, se possível, a sua memória, passa a ser um objetivo crucial para os que vivem e estão em luta no presente”. A visão desse acontecimento político do Golpe de 1964 representou um banho de água fria nas manifestações populares e uma racha ideológica para os estudantes militantes, uma espécie de impulso para a ideologia dominante no território baiano. Se cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva dos acontecimentos, veja o que fala o depoente sobre as lideranças na Bahia.

Lomanto era um tanto duvidoso em suas posturas políticas. Na verdade, a esquerda contava com ele em resistência local ao lado de Francisco Pinto, Prefeito de Feira de Santana, Pedral Sampaio, de Vitória da Conquista, e o próprio companheiro Virgildásio Sena, que era prefeito de Salvador, e de uma esquerda quente. Embora ele se aliasse a esse grupo, desse depoimento a favor de Goulart, a ideia que viu depois é que ele era realmente de uma ação ostensiva em relação aos militares e sua ordem (DEPOENTE T).

A esquerda esperava focos de resistência entre os grupos de militância e o governo. A figura de Lomanto era duvidosa e ambígua e de imediato os estudantes não sabiam sua posição, ao contrário do prefeito de Salvador, que resistiu de imediato, embora sem apoio do governo. Com as notícias do Golpe que chegava rapidamente pelos jornais e pelas rádios atuantes, em muitos lares baianos, inclusive na universidade e no interior do estado, o clima de tensão aumentava.

As informações eram dispersas e sabíamos que a barra era pesada, bélica. Muitos se esconderam de imediato e as famílias pressionavam para que fizéssemos isso (DEPOENTE T).

Pertença ao grupo de esquerda representava perigo. Militares haviam tomado instituições, invadindo universidades e residências. Depois do episódio, o Jornal A Tarde¹⁹, um jornalista relata que na madrugada seguinte ao Golpe Militar, testemunhara a invasão da redação do jornal e das oficinas por um grupo de militares armados de fuzis e metralhadoras, sob o comando de um capitão do

¹⁹ Datada de 1º de abril de 1964.

Exército conhecido por seu fanatismo anticomunista. Na frente do prédio, muitas viaturas da Polícia Especial do Exército e dezenas de soldados armados bloqueando a entrada.

A linha editorial dos jornais na Bahia era favorável ao Governo Goulart, mas as rádios davam uma conotação ao Golpe de invasão ampla e repressão muito forte e rápida por parte dos militares e civis favoráveis ao episódio. Durante a pesquisa em jornais da época, foram analisadas notícias que estavam em manchete. O Jornal A Tarde²⁰ por exemplo, publicou: “Acatamento à hierarquia legal pede Goulart”, o que coaduna com a ideia anterior aqui exposta de um pensamento ambíguo em relação ao estado da Bahia e acatamento ao Golpe.

Se a manchete expressava um sentido de acatamento e seguimento ao Governo de João Goulart, com a manutenção de uma ordem de esquerda para o país, por outro lado havia uma forte ordem capitalista presente no estado com uma antiga história de coronelismo, leia-se de oligarquias vindas dos anos do auge da produção do cacau. Não restam dúvidas que o conflito entre clãs políticos na Bahia sempre foi uma forte marca entre o povo.

Nessa perspectiva, o anúncio do ataque militar ao Governo baiano animou, de certa forma, antigas coligações de direita udenistas que ocupavam lugares privilegiados numa relação de exploração na Bahia, e há um elo grande entre a UDN e Lomanto Júnior. Por outro lado, o Governador estabeleceu relações em suas campanhas com trabalhadores e pequenos empresários, grupos que não mantinham relações dialógicas com a direita, senão pela circulação de mercadorias.

Registra o Jornal Pequeno²¹, um artigo de Sebastião Neves sobre o episódio que nos chama atenção da postura de Lomanto com seus adversários políticos, quando na época do Governo de Juracy Montenegro Magalhães uma demonstração da postura política do então governador Lomanto Júnior. O jornal registra que o irmão do governador, Vavá Lomanto, era na época presidente do PTB na cidade de Jequié, reduto eleitoral de Lomanto Júnior, e apoiava outro candidato, o que feria o governador, mas mesmo assim buscavam o diálogo por serem irmãos.

²⁰ Datada de 31 de março

²¹ Cf <http://www.jornalpequeno.com.br>

Lomanto telegrafou e disse ao irmão, Vavá Lomanto, já deputado, que telegrafasse também a Juracy Magalhães pelo aniversário. Vavá não gostava de Juracy, nem de telegramas e muito menos da língua política bajuladora, para agradar ao irmão, telegrafou: "Governador Juracy Magalhães, Bahia ergue copos champanhe em homenagem aniversário V. Excia. Cordiais saudações, Vavá Lomanto".

Lomanto gostou da ideia de seu irmão, mas alertou que champanhe é servido em taças e não em copos, mostrando um desprezo ao despreparo social do irmão. Então, Vavá Lomanto foi ao telégrafo e mandou um segundo telegrama: "Governador Juracy Magalhães, referência telegrama ontem, onde se lia 'copos', leia-se 'taças'. Cordiais saudações, Vavá Lomanto". Essa notícia foi comentada e mostra os critérios e estratégias criadas por Lomanto em relação à política bajuladora do estado, trazendo intrigas e aversão ao governo populista, mantendo-se em posição de estreita relação com um grupo de direita.

O jogo político, a manipulação de Lomanto Júnior mesmo entre sua família era visível. Com efeito, a Bahia estava ideologicamente dividida entre Lomanto Júnior, Juracy Magalhães, conhecido na Bahia como J.M. (Jota Eme) – aliado de Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e outros integrantes da antiga UDN – além da figura de Antônio Carlos Magalhães, que estava entre os jovens políticos que tramaram e apoiaram o Golpe de 1964, insatisfeito desde anos anteriores com a reforma ministerial do Governo Goulart. As mudanças de então haviam afetado diretamente a ordem política estabelecida na Bahia entre os clãs de Juracy Magalhães e de Antônio Carlos Magalhães, adversários ideológicos dentro de um mesmo grupo, ambos líderes de correntes de tradição na Bahia, 'o Juracismo e o Carlismo', que se atritavam internamente.

Entendendo o ano de 1964, pelo prisma Goulart e Lomanto Júnior, as relações não se mostravam discordiais, pelo contrário, eram aparentemente aliados, dialogando constantemente, ao passo em que se estranhavam publicamente os juracistas e os carlistas, acumulando desavenças por muitos anos. Todavia, Lomanto Júnior encontrou nos militares o apoio para seu governo.

Mais adiante, no período da Ditadura Militar, relata Gaspari (2002): "Castelo Branco agradeceu a defesa dos baianos e de Antônio Carlos Magalhães (ACM) e deu a entender ao político baiano que seria ele nomeado prefeito de Salvador".

Atualmente, no presente governo, que ainda se diz democrata, a ideologia marxista e mesmo a militância comunista indisfarçada, constituem recomendação especial aos olhos do governo, como se já estivéssemos em pleno regime 'marxista-leninista (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1964).

O jornal Diário de Notícias mostra a posição do governo e como tal, revela posturas disfuncionais na política da Bahia, alertando a redação para o perigo das novas ideologias subjacentes nas propostas de Goulart. Os lares baianos recebiam notícias sobre o Golpe e discursos de linhas opositoras à ideologia de Goulart. Uma delas vinha reforçada pelo jornal Diário de Notícias que desempenhou papel importante quando tentou obstar a adesão do Governo aos comunistas, mostrando à população o que representava um governo comunista. Mas, para o governo da Bahia, o Golpe resultou na retirada de barreiras para suas realizações.

No que se refere às notícias sobre o episódio de 1964 em Salvador, circulavam quatro jornais ou folhas diárias e em todos eles saíam notas oficiais assinadas pelo Governo do Estado, de jornalistas contra e a favor do Governo Goulart. Ora se defendia a legalidade do Golpe ora se demonstrava interesse pela democracia do país. O certo é que nessa ambiguidade, conta o jornalista João Carlos Teixeira Gomes em um desses artigos analisados, que essa postura de Antônio Lomanto Júnior não impediu o fato de correr o boato de que o Palácio da Aclamação, sede do Governo da Bahia, e as principais ruas da cidade já estivessem sido ocupadas pelos militares.

As redações atravessavam momentos de ansiedade e não se sabia ao certo de que lado estava o governador. Havia atos públicos que conclamavam a adesão da sociedade ao Golpe, com reportagens estimulando as marchas de Deus, Família e Tradição. No jornal A Tarde²², sobressai a manchete: Milhares de pessoas comparecem à passeata cívica, demonstrando fé no movimento revolucionário que exterminou o Comunismo de nossa pátria. Na verdade, os golpistas se apropriaram dos meios de comunicação na Bahia.

Mobilizavam setores populares para a adesão, e a ideologia militar tinha o anticomunismo como argumento mais forte. Portanto, não resta dúvida de que a Bahia deu um forte apoio ao movimento revolucionário militar. Os setores esquerdistas, considerados subversivos – em especial, os integrantes da JUC e da

²² Datada de 19 de maio de 1964,

AP – estavam visados, e tão logo receberam a notícia do Golpe ficaram surpresos e perdidos. Mas esses grupos estavam desarmados ideologicamente.

4.4 A LINHA UDENISTA E A LEGITIMAÇÃO DO GOLPE NA BAHIA

Correntes que vinham se alargando como a de Antonio Carlos Magalhães (Carlismo), haviam anteriormente aderido à linha udenista de Juracy Magalhães (Juracismo), líderes baianos desde a Revolução de 30 e que passam a atuar como políticos renomados no território da Bahia desde 1962, dando apoio aos militares e civis golpistas. Em troca, foram criados espaços para o desenvolvimento do grupo dos Magalhães (famílias distintas, embora com o mesmo sobrenome), centro das elites baianas.

A reforma ministerial de Goulart pretendia modificar a estrutura do país e assim substituir todo o primeiro escalão baiano, exceto os Magalhães e titulares atuantes na Casa Militar e na Secretaria de Segurança Pública, que foram incumbidos de atuar ao lado do Governo estadual, numa espécie de comissão de apoio de alto nível, para fazer um expurgo nos quadros administrativos do estado da Bahia.

A UDN²³ foi o único partido a conservar alguns cargos por causa da UDN regional que se articulava bem com o grupo. O grupo havia dado apoio público à candidatura presidencial de Carlos Lacerda, e Antonio Carlos Magalhães e Juracy Magalhães, portadores de variações visíveis, entravam em incompatibilidade entre as situações nacional e regional, o que acaba mais tarde criando um clima que admitia uma forte retirada de políticos da UDN e, conseqüentemente, do Governo estadual, ficando o Governo 'udenizado'. Um dos seus aliados, Antonio Carlos Magalhães, buscava evitar a todo custo a retirada de cargos assegurados para a elite do estado. Há uma discussão bastante interessante do historiador Thales de Azevedo (1996), que reflete magistralmente sobre a divisão de classes sociais que

²³ A **União Democrática Nacional** (UDN) era um partido político frontalmente opositor ao Governo Vargas e de orientação liberal. O partido disputa as eleições presidenciais de 1945, 1950, e de 1955, postulando o Brigadeiro Eduardo Gomes nas duas primeiras e o General Juarez Távora na última, perdendo nas três ocasiões. Em 1960, apoia Jânio Quadros (que não era filiado à UDN), obtendo uma vitória histórica. Seu principal rival nas urnas era o Partido Social Democrático (PSD). Até as eleições parlamentares de 1962, a UDN era a segunda maior bancada do Congresso Nacional, atrás apenas da bancada pessedista, e perde o lugar para o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A UDN foi extinta pelo Governo militar que assumiu o poder em 1964, como os demais partidos.

se mantém na Bahia. Faz-se aqui uma pauta para abordar a questão da população baiana e suas características.

A Bahia da década de 1950 não concluíra ainda a sua passagem de uma sociedade de status para uma sociedade exclusiva ou predominantemente de classes sociais. Essa sociedade de status estava dividida em dois grupos – ricos e pobres – correlacionados estreitamente com os grupos de cor – brancos e pretos. Assim, Azevedo nota a associação entre brancos, ricos e elite por um lado, e pretos, pobres e povo, por outro. A formação das classes sociais na Bahia ocorre, portanto, sobreposta àqueles grupos de prestígio e dentro dos limites dados por eles.

Azevedo²⁴ (1996) sustenta a tese de que na Bahia o status de nascimento e a cor limitam a distância social que se pode percorrer no processo de mobilidade vertical, quaisquer que sejam os de mais elementos condicionantes. Na classe alta, Azevedo identifica três estratos – famílias tradicionais, famílias ricas e novos-ricos – e enumera a sua situação com respeito à produção: trata-se de fazendeiros, comerciantes, profissionais liberais, altos funcionários públicos, professores universitários, diretores de banco, políticos e industriais.

Grupos de elite, inseridos em divisões sociais no estado, fato este encontrado em manchete do Jornal da Bahia²⁵, “Não se pense que vamos fazer oposição à inglesa. Passar pelo palácio e levantar o chapéu. Ao contrário. Eu farei oposição até na porta do palácio”²⁶. Essa posição em contramão e de não cumprimento não é própria da elite dirigente de ACM²⁷ que sua rede política na Bahia. Jovem e estrategista notável, Antônio Carlos já era, no início do regime militar, político articulado pelas cidades do interior e na capital do Estado, ou ainda no plano regional. Depois do mandato de Deputado Estadual (1955-1959), exercia seu segundo mandato Federal e, mesmo sem integrar o primeiro time da Câmara, era próximo a políticos influentes (destaque ao ex-presidente JK e a UDN). Político que tinha atuação auspiciosa, de cunho denunciata (mormente contra o governo Jango, nos seis meses anteriores ao golpe), relatara uma CPI, presidira outra, coordenara a campanha de Juracy Magalhães e pela indicação udenista concorreu em 1960 à Presidência da República. Ocupava a presidência da UDN baiana,

²⁴ Datado em 16/01/64.

²⁵ Datado em 16/01/64

²⁶ Datado em 16/01/64.

²⁷ Cf. CADERNO CRH, Salvador, n. 39, p. 213-255, jul./dez. 2003.

cargo obtido depois de ter sido o Deputado Federal mais votado do partido, nas eleições de 1962.

Já em fins de 1963, a posição nacional udenista era a favor de chamar os militares para uma intervenção rápida e centrada no objetivo de afastar Goulart e deixar que os políticos decidissem a maneira pela qual seria preenchido o suposto vácuo de poder. Espaço aberto para a atuação certa da UDN, que tinha como presidente Antonio Carlos Magalhães, que ditava ordens com o grupo do PSD, via Juracy Magalhães, e a corrente de Antônio Balbino, com forte influência do grupo de JK acabava esboçando soluções para uma operação arriscada de Golpe a título de combater as reformas nacionais.

Assim sendo, a aliança PSD/PTB deixaria a UDN sozinha com a candidatura de Carlos Lacerda, que era visto como direitista radical, adversário interno do juracisismo, com o agravante de que, estando só no plano nacional, provavelmente contaria com apoio de Lomanto Júnior, simpatizante, como visto anteriormente, dos grupos de direita na Bahia.

O Golpe de 1964, que já vinha sendo articulado, devolve à UDN o protagonismo no cenário nacional que parecia se evadir e, por sua vez, a guinada de Lomanto no contexto do Golpe foi brusca e facilitou com que a Bahia mostrasse sua divisão de postura e sua história das antigas oligarquias cacauceiras, açucareiras. Recorrendo ainda a leitura de jornais, antes do Golpe, a edição de 24 de março de 1964 do Jornal da Bahia registra a seguinte declaração de Lomanto Júnior a Goulart: A Bahia está ao seu lado, pelas reformas. Mas, o que se viu foi que ao haver invasão das ruas de Salvador pelo Exército, os estudantes que participavam de diversas ações passaram a ficar em estado de alerta e banidos do convívio social.

O jornal A Tarde²⁸ registra: ao perceberem o primeiro sintoma da movimentação das tropas, os estudantes ficaram alerta e decidiram manter-se unidos em vigília. Com as lideranças se movimentando no sentido de limpar a área com a destruição de documentos que comprovassem a participação dos membros na entidade, houve um clima de terror pela possibilidade de prisão e repressão aos cárceres militares. Ora, não só as universidades foram invadidas, mas também a sede de sindicatos como o dos petroleiros (SINDIPETRO), que foi tomada por

²⁸ Datado em 31/03.

forças combinadas da Polícia Militar e das Forças Armadas, e seus integrantes presos (OLIVEIRA JR., 1995).

Seguindo o cenário de perseguição, o Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil em Vitória da Conquista acabou sendo fechado e seus membros acareados. Muitos entrevistados apontaram para proposta de realização desses acareamentos que se tornaram crescentes com a instauração de processos contra líderes estudantis e o cerceamento das liberdades democráticas anteriormente resguardadas dentro da universidade.

Em Salvador, no Campo Grande, em frente ao Teatro Castro Alves, foram feitas fogueiras com 'livros subversivos' que tinham sido apreendidos nas casas de várias pessoas presas naquele momento, quando estudantes tornaram-se fugitivos. Parte deles retrocedeu e outra tentou resistência indo a cidades mais próximas, constatando, porém, o recuo de muitos prefeitos e líderes. Foi nesse momento em que o Governador Lomanto Júnior foi à televisão para pedir que os operários continuassem trabalhando e que os estudantes não recuassem, oportunidade em que, como registrou a edição de 4 de abril do jornal A Tarde, agradeceu a colaboração do povo, a solidariedade do Cardeal da Silva e o papel das Forças Armadas, lembrando que a luta fratricida só interessava aos agitadores. Enquanto isso, o Jornal da Bahia, de 4 de abril, noticiava que a adesão ao Golpe na Bahia era completa, anunciando em manchete: Governo Baiano (sic) integrado no movimento democrático.

Ainda no dia 4 de abril, o jornal A Tarde estampava: "Coerentes na posição contra os comunistas", seguindo-se a publicação de uma proclamação assinada por Lomanto Júnior, por seu secretariado, por quarenta e dois deputados da base governista e por cinco Arcebispos da Igreja Católica na Bahia. Essa publicação se atribui à cúpula udenista estadual e ao General Justino Bastos, então Comandante do IV Exército, de importante papel na salvação de Lomanto Júnior, em 1964, pois mesmo alegando não seguir os militares, sua postura era entendida como de apoio.

Essas publicações jornalísticas demonstram a posição do Governo baiano em relação ao Golpe, reforçando essa postura, quando o Lomanto Júnior resolve ir ao Aeroporto 2 de Julho (hoje leia-se Luis Eduardo Magalhães) recepcionar o General Justino Bastos, o que mostra claramente sua definição pública a favor do Golpe Militar. O Golpe de 1964 veio, pois, dar fim às tentativas anteriormente

fracassadas de Golpe contra as reformas e a reforçar posturas dominadoras no país. Destruindo as organizações políticas e reprimindo os movimentos sociais de esquerda e da ala progressistas não só baiana, mas nacional, o Golpe foi saudado e aplaudido pelas classes dominantes e seus ideólogos, pelos civis e militares, como uma autêntica expressão de solidariedade contra os princípios de igualdade e solidariedade humana.

O Golpe de 64 operou uma ruptura decisiva no perfil político de Lomanto Júnior em apoio às classes trabalhadoras baianas. Por um lado, dizia-se do lado deles, por outro, apoiou grupos hegemônicos, dando seguimentos às suas propostas industriais, no ramo químico, petroquímico e metal-mecânico em decorrência do amplo desenvolvimento industrial que, por proteção militar, estava sendo implantado no estado. Afinal, a Bahia estivera em forte combate “aos golpistas de esquerda”.

4.5 A PERSEGUIÇÃO AOS ESTUDANTES E PROFESSORES NA UNIVERSIDADE DA BAHIA

A Residência Universitária da Universidade da Bahia prendeu estudantes e funcionários na instituição durante o anunciado golpe (BRITO, 2003). Isso porque os estudantes, intelectuais, professores, padres e civis perseguidos pelas ruas de Salvador eram ‘presas fáceis’ para os militares e civis golpistas. Lá estariam aparentemente seguros e reunidos, o que dificultaria a prisão deles, diz J, um dos depoentes e universitários residentes.

Dentre os casos lembrados, vale destacar o episódio de perseguição ao geógrafo Milton Santos²⁹. Segundo os estudantes, sendo ele um professor universitário negro e participante das discussões estudantis, foi preso ficando

²⁹ O professor baiano **Milton Santos** foi um dos principais pensadores brasileiros se destacando nas áreas de Geografia, História, Economia e Filosofia. Teve presença marcante na vida acadêmica, em atividades jornalísticas e políticas de Salvador. Em 1960, é nomeado por Jânio Quadros para a subchefia do Gabinete Civil, e viaja para Cuba com a comitiva presidencial, o que lhe valeu registro nos órgãos de segurança. Depois de 1964, em função de suas atividades políticas de esquerda, foi perseguido e detido por meio ano, seguido de prisão domiciliar. Aliados e importantes políticos negociam sua saída do País do qual acabou ficando longe por 13 anos. Na França, leciona na Sorbonne. Permanece em Paris de 1968 a 1971, quando vai para o Canadá para trabalhar na Universidade de Toronto. Segue, depois, para os Estados Unidos, com convite para ser pesquisador no Massachusetts Institute of Technology (MIT), onde trabalha com o famoso linguista e militante político de esquerda, Professor Noam Chomsky. O cidadão-geógrafo, como Milton Santos gostava de ser chamado, ganhou o Prêmio Vautrin Lud, espécie de Nobel da Geografia, e morreu em 2001, em São Paulo.

incomunicável. Alguns estudantes baianos que moravam próximos ao Corredor da Vitória aderiram de imediato à proposta de uma reunião após a instauração do Golpe de 1964. Todo o material comprometedor estava sendo destruído no episódio de reação universitária em Salvador.

Em apoio, Milton Santos professor de valor entre os estudantes, tornou-se defensor da resistência. Havia sido ele um dos primeiros professores negros a atuar no curso universitário da Bahia e a fazer uma Pós-Graduação no exterior. Alvo de uma série de estigmas, aqui entendidos como selos sociais, de professores e alunos na Universidade da Bahia, Milton Santos, lutou contra o Golpe, mas algumas unidades estudantis, como a Escola de Engenharia da Universidade da Bahia, foco da JUC e da AP, sofreram invasões imediatas pelos grupos militares. Nesses anos estava a JUC enfraquecida, separada ideologicamente pela AP.

As portas da escola logo foram fechadas e não tínhamos como nos reunir. As Faculdades de Direito, Medicina, Economia, Filosofia, Letras, de onde saíam lideranças importantes, foi vigiada e fechada. Muitos componentes da JUC engajados na luta estudantil já não estavam puramente ligados à Igreja e eram membros atuantes da UNE e da própria AP (DEPOENTE M).

A memória se define por uma reconstrução de vivências e, num esforço intelectual, acarreta uma representação seletiva do passado, nunca de um indivíduo isolado, mas inserido num determinado contexto. Políticos se inseriram no grupo da JUC e de suas congêneres JAC, JEC, JIC e JOC, e as questões ideológicas já estavam amalgamadas aos discursos partidários. Era agora uma esquerda independente, misturada com o PCB, PCdoB, POLOP, mas havia uma ala da JUC ainda vinculada e fiel aos compromissos com a Igreja Católica. Por isso, não se pode pensar em JUC sendo extinta após o Golpe.

L conta: “pensávamos que era possível resistir, mas quando percebemos o teor do Golpe, recuamos e cada um foi buscar esconderijo temporário, pois acreditávamos que não ia durar o episódio”. O depoimento mostra que os estudantes estavam sem um plano articulado para eventuais episódios e certos de que seria uma situação passageira, por isso se esquivaram e buscaram esconderijos isolados. Ao perceberem a movimentação das tropas, uns decidiram pela vigília da residência em Salvador, enquanto outros se refugiaram com amigos, parentes, mas todos optaram pela destruição de documentos. Daí o sepultamento de uma grande parte da documentação da JUC.

Os jucistas discutiam sobre a reação do Governo de Lomanto Júnior e a posição de Goulart em relação ao anunciado Golpe. Situação estabelecida, o então Prefeito de Salvador, Virgildásio Sena³⁰, eleito em 1962 e comprometido com uma agenda de reformas urbanas e sociais, foi preso por ordem do General Mendes Pereira, Comandante da 6ª Região Militar, e deposto do cargo. Foi difícil a sustentação da estratégia nacional popular por parte dos movimentos sociais que já se encontravam oficialmente desarticulados.

Um dos nomes resistentes ao Golpe Militar em Salvador foi o de Waldir Pires, uma espécie de Ministro sem-pasta de Goulart, que acreditava na mobilização popular. A sociedade estava dividida e a política local sem diretrizes estabelecidas, abrindo campo fértil para a legitimação do Golpe na Bahia.

Enquanto Waldir buscava apoiar-se nas mesmas forças que sustentavam politicamente o Governo Goulart, a organização sindical camponesa e a pequena burguesia reformista; Lomanto Junior encontrava a burguesia agrária e a oligarquia, apavoradas com as perspectivas de reformas de base (GUIMARÃES, 1982, p. 179).

Os demais setores oligárquicos do estado eram verdadeiros sustentáculos para as repressões estudantis, cortando de vez as aspirações políticas desses jovens. Mas, o tipo de aspiração modernizadora que medrava na Bahia já acenava a identidade desse grupo de estudantes, em antagonismo ao conservantismo presente no Governo de Lomanto Júnior e de empresários que apoiaram o episódio de 1964. O grupo do articulador entre os dois grupos dos Magalhães (Juracy e Antônio Carlos), o grupo de Goulart e os lacerdistas, ou seja, o PTB e a UDN que, em acato aos militares, se mostram favoráveis ao episódio de 64.

Mais adiante acontece o encontro com os representantes do governo do estado e militares no Palácio Rio Branco, situado no Centro de Salvador. Isso ocorreu nos primeiros dias de abril de 1964. Mas esta foi também a grande oportunidade para que o governador pudesse apresentar nacionalmente ao povo da Bahia sua proposta diante da crise política. Lomanto Júnior participou de vários programas de televisão, pediu que as pessoas continuassem trabalhando,

³⁰ Membro de uma família de políticos da cidade de Santo Amaro, **Virgildásio de Sena** se filiou ao Partido Comunista, em 1942, como membro do movimento estudantil da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia. Elegeu-se Prefeito de Salvador, em 1963, como sucessor de seu primo Heitor Dias. Seu mandato foi interrompido em 1964, com o golpe militar foi preso. Voltou à vida pública em 1982. Eleito e reeleito para o cargo, Sena participou da elaboração da Constituição Federal em 1988, mesmo ano em que se candidatou a Prefeito de Salvador, sem sucesso. Em janeiro do ano seguinte, concluiu seu mandato na Câmara Federal e deixou a política.

agradeceu a colaboração do povo, a solidariedade do Cardeal da Silva³¹ e às Forças Armadas, e não se manifestou a favor de nenhum estudante, mesmo daqueles desaparecidos de Jequié, local de campo eleitoral de sua família. Esses fatos mostram o porquê da falta de repressão ao governo baiano por parte dos militares.

Apesar dos impactos políticos, o golpe não interrompeu, e sim lhe conferiu continuidade e êxito ao governo na Bahia que se afirmava diante de interesses econômicos modernizantes que se articulavam na Bahia desde o final da década anterior. As realizações de ordem econômica ocorrida na Bahia entre 1950 e 1960 comprovam que o estado caminhava para a industrialização, modernização que satisfazia o projeto burguês, e ele seria o maior beneficiário deste aceite (DEPOENTE J).

A fala de um dos protagonistas do período mostra que o exercício de rememorar, traz, por um lado, a escolha por determinados aspectos que estão presentes nos fatos, personagens e lugares selecionados, que dão sentido à sua identidade cultural, e, por outro, evidencia as relações de força entre história, memória e poder, presentes no campo historiográfico. Então, se durante o final da década de 1960 e início dos anos 70, a Bahia esteve voltada para a construção de refinarias e de um complexo que atendesse aos serviços petroleiros, a economia do estado estava realmente acelerada e privilegiada, mostra o governo aliado do grupo golpista, ao passo que muitos estados sofreram as suas pressões.

Nessa visão, os impactos políticos certamente estavam vigentes pela nova ordem econômica que se estabelecia no final desses anos e os benefícios recebidos pelo Estado, além de um programa de reforma estadual – Centro Industrial de Aratu – que culminou em avanço industrial para o estado. A sonhada instalação do Centro Industrial acabou incentivando outros centros industriais no interior da Bahia, a exemplo do de Feira de Santana, que abarcou muitos operários, gerando empregos com bons salários. Essa era uma proposta de alto investimento que na verdade passaria a atender melhor não só o Estado da Bahia, mas também ao projeto da burguesia industrial multinacional, representado pela forte elite empresarial e de tecnocratas, estrutura que ditava a ordem criada dentro do Governo de Lomanto Júnior. Mas este projeto, portanto, saiu vitorioso com o apoio de Lomanto ao Golpe Militar de 1964.

³¹ Arcebispo da Igreja Católica na Bahia, a quem se atribui, assim como à cúpula udenista estadual e ao General Justino Bastos, então Comandante do IV Exército, papel importante na defesa de Lomanto Jr., em 1964.

Com o Golpe, três dos maiores municípios baianos tiveram prefeitos depostos por resistirem e articularem ideias democráticas e socializantes dos movimentos estudantis, sociais. Francisco Pinto, de Feira de Santana, Pedral Sampaio, de Vitória da Conquista, ambos do PSD, perderam os mandatos sob pretexto de ligações com forças de esquerda, sendo também cassado o Prefeito de Ilhéus, o petebista Herval Soledade. Em Ipiaú, Euclides Neto buscava soluções para o problema que se instaurava após o Golpe de 64, o Prefeito Chico Pinto, da cidade de Feira de Santana, tentou esboçar uma reação organizando um grupo para confrontar os militares, porém, sem armamento para enfrentar os golpistas e sem o apoio da população, desistiu da ideia.

O Prefeito de Vitória da Conquista, José Fernandes Pedral Sampaio no Jornal A Tarde³² declara:

Eu tive direito político suspenso, o mandato cassado pela Câmara de Vereadores, numa sessão violenta, de metralhadoras, o quartirão todo cercado. Prenderam os vereadores que podiam resistir, reagir. Houve uma convocação dos suplentes que não podiam ser convocados, e uma reunião de cassação do mandato. Posteriormente, muitos tiveram seus direitos políticos suspensos por dez anos.

É na reconstrução desse passado feito por um indivíduo no presente, que se formula a sua identidade ou a de seu grupo social. A memória individual ou coletiva é resultado de um trabalho de organização e de seleção daquilo que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência, para um indivíduo ou para seus pares, operando-se todo um trabalho de enquadramento e de manutenção da memória (ALBERTI, 2004), que consiste em privilegiar acontecimentos, datas e personagens dentro de determinada visão.

Torna-se necessário destacar que o Prefeito era visto na Bahia como um político de fortes convicções voltadas para o atendimento às causas do povo, e Lomanto não. Na realidade, vários setores civis avalizaram e legitimaram a derrubada do Governo Goulart pelos militares em 1964.

Nesse sentido, o Golpe Militar representou a vontade de muitos setores da sociedade. A Bahia experimentou de forma representativa os efeitos do movimento de março – abril de 1964.

³² Datado em 31/03/2004.

Salvos da comunização que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares que os protegeram de seus inimigos. Devemos felicitar-nos porque as Forças Armadas fiéis ao dispositivo constitucional que as obriga a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem, não confundiram a sua relevante missão com a servil obediência ao Chefe de apenas um daqueles poderes, o Executivo (JORNAL O GLOBO, 02/04/1964).

O Golpe incidiu sobre uma realidade caracterizada, criou clima de incertezas das reformas e na falta de firmeza presidencial, achou campo para se instaurar. Pelas contradições internas e conflitos típicos de uma sociedade de base essencialmente tradicional, hierárquica, o Golpe foi rápido e ágil. Entre os vários grupos na Bahia que apoiaram a intervenção do Exército, pode se relacionar, além dos jornais já citados, as elites econômicas, políticos, parte da Igreja Católica baiana, mulheres em marcha católica e os conselhos da Universidade dentre outros. Todos deram apoio ao Golpe desferido pelos militares.

Em estudo sobre o Movimento Estudantil na Universidade Federal da Bahia, no período de 1964 até anos posteriores a ele, o pesquisador Freitas Brito (2003) teve acesso às atas de reuniões do Conselho Universitário, nas quais se lê tomada de decisão com incentivo de apoio ao Golpe.

O Conselho Universitário da Universidade da Bahia, reunido pela primeira vez após a vitória da democracia contra o Comunismo, expressa o seu regozijo patriótico e congratula-se com as gloriosas Forças Armadas pela nobre e serena atitude que assumiram na preservação dos legítimos anseios do povo brasileiro (BRITO, 2003, p. 40).

Admitiam a vitória. Para eles, os militares eram considerados superiores e moralmente mais poderosos do que os políticos de esquerda e os estudantes, pois, em suas próprias palavras, eram abnegados pelo amor à Pátria e desinteressados de benefícios e vantagens pessoais, além de manifestarem a opinião que estes conheciam apenas *in locus* todos os problemas do Brasil.

Ainda na edição do jornal *A Tarde*³³- principal periódico baiano -, aparecem várias manifestações de apoio do próprio jornal e de entidades civis e militares. Artigo assinado pelo colunista Renato Simões enaltece o Golpe afirmando que: “Acordou a Nação, nesse dia que o calendário universal consagrou como de motejo, dando um passo definitivo na sua trajetória histórica”.

³³ Datado em 04/04/1964.

4.6 AS MARCHAS DAS MULHERES CATÓLICAS BAIANAS EM PERSEGUIÇÃO AOS COMUNISTAS

Também a delegação de mulheres baianas católicas veio homenagear o Comandante da 6ª Região Militar, o General Mendes Pereira, pela ação dos militares em 1964. As mulheres assim se expressaram no jornal *A Tarde*³⁴:

Gratidão da mulher baiana pela Salvação: Democracia. Aqui estamos nós, uma delegação de senhoras cristãs, mães de famílias, médicas, professoras, funcionárias, mas, antes de tudo, mulheres baianas (...) que também sofreram e vibraram dentro de seus lares, acompanhando cheias de ansiedade toda essa maravilhosa campanha que se processou com tanta eficiência e tanta paz que se nos afigura milagre de Deus por intermédio das Forças Armadas.

A Confederação Nacional dos Bispos (CNBB) apoiou o Golpe de 1964 e a intervenção de grupos civis e militares, no entanto, apesar de mostrar uma posição de apoio expressa em notas oficiais e relatos lançados, muitos padres e bispos progressistas acompanhavam os jucistas, evitando acareações muito pesadas. Em alguns casos, conseguiram evitar mortes.

A Igreja Católica, apoiadas pelo então Cardeal da Silva³⁵, se manifestava incondicionalmente contra a ameaça comunista no Estado. A intervenção instituiu marchas femininas de apoio, marcas registradas e noticiadas pelo país.

No jornal da *Semana Católica* do dia 12 de abril de 1964, percebe-se que, tanto no discurso da CNBB como no do Cardeal Primaz do Brasil, o Golpe Militar foi força da própria Vontade Divina, e prontamente executada pelos setores golpistas das Forças Armadas, isso porque a Igreja Católica era contra o Comunismo. Porém, essa vontade de Deus tinha que se expressar nos seus filhos baianos, e para isso foi organizada a 'Marcha da Família com Deus pela Liberdade' – diferentemente de alguns estados, na Bahia, essa marcha só ocorreu depois do Golpe Militar e contou com apoio da família de Lomanto incentivando as famílias.

A comissão organizadora para a realização da Marcha se reuniu *no Club de Bridge da Bahia*, contou com a participação de políticos, padres, jornalistas e empresários da direita. Na Bahia, como em vários estados brasileiros, a realização da marcha teve a participação direta e ativa das mulheres, tanto as de

³⁴ Datado em 04/1964.

³⁵ **Cardeal da Silva**, nasceu em Recife, no ano de 1876.

proeminência na política baiana, como a Deputada Estadual Ana Oliveira e a Primeira-Dama Hildete Lomanto, como as profissionais liberais e donas-de-casa. Nessa visão, a Marcha marcada para o dia 15 de abril veio saudar a vitória contra a comunização iminente que, segundo o grupo, o Governo Goulart estava pretendendo instalar no país.

Várias entidades conclamavam ao comparecimento nesse dia memorável. A Associação Baiana de Imprensa publicou o seguinte convite no Jornal da Bahia:

A Associação Baiana de Imprensa está convidando os jornalistas filiados nos seus quadros sociais da capital e do interior para tomarem parte da Marcha da Família com Deus, pela Democracia, que, no dia 15 do corrente, na Praça da Sé, demandará ao Campo Grande, onde será prestada uma homenagem às Forças Armadas, que, com admirável coesão, tornaram vitoriosos os ideais contidos na legenda acima (JORNAL DA BAHIA, abril/1964):

E, finalmente, por volta das 14 horas do mesmo dia, a multidão começou a se concentrar na Praça Municipal, tomada por delegações de outros estados e do interior baiano, com representantes de dezenas de entidades civis e religiosas, grupos representativos das Forças Armadas e bandas de música.

O Jornal da Bahia³⁶ Registra a celebração do *Te Deum* realizada pelo Cardeal Dom Augusto Álvaro da Silva, cenas de uma multidão estimada de quase quinhentas mil pessoas, a Praça do Campo Grande como cenário, os trechos de pronunciamentos a cargo da Primeira - Dama do Estado, Dona Hildete Lomanto e suas companheiras que mais adiante voltam ao local pedindo notícias de seus filhos desaparecidos.

A memória pode ser vista como defesa do esquecimento, sendo desenvolvida como ponto e base capaz de assegurar os dados e exercícios de memória – resguardar acontecimentos ruins do passado para que os mesmos não ocorram novamente, como no caso do Regime Militar e toda gama de perseguição e morte. O lembrar-se é uma experiência de (re)significação, de (re)conhecimento e de (re)criação das coisas, da nossa memória.

³⁶ Datado em 16/04/1964

As noções de trauma ou de traumatismo, de ferida e de vulnerabilidade pertencem à consciência comum e ao discurso ordinário. É exatamente a este fundo tenebroso que o perdão propõe a cura. Mas de que maneira? Gostaria de situar o perdão na enérgica ação de um trabalho que tem início na região da memória e que continua na região do esquecimento. É, pois das “doenças” da memória que gostaria de partir. O que me incitou a colocar o ponto de partida no coração da memória é um fenômeno inquietante, que se pode observar à escalada consciência comum, da memória partilhada (se se quiser evitara noção bastante discutível de “memória coletiva”). Este fenômeno é particularmente característico do período pós-guerra fria, em que tantos povos foram submetidos à difícil prova de integração de recordações traumáticas, vindas do passado anterior à época totalitária (RICOEUR, 1995)³⁷.

³⁷ Publicado em *Esprit*, nº 210 (1995), p. 77- 82. Texto de uma conferência proferida no Templo da Estrela, na série “Dieu est-il crédible?”. O título foi-lhe atribuído pelos organizadores. e pela primeira vez publicado em português na revista *Viragem*, nº 21 (1996), p. 26-29, e republicado In: HENRIQUES, F.(org.), **Paul Ricoeur e a Simbólica do Mal**. Porto: Edições Afrontamento, 2005, p. 35.

CAPÍTULO V

METAMORFOSE IDENTITÁRIA DA JUC

É claro, que nem sempre nesses anos os jovens conseguiam pensar e agir sem apoio da Igreja. Ela era o nosso equilíbrio. E se ali nós aprendemos as mais diversas demonstrações incontestes de dignidade social, também foi lá que desenvolvemos maturidade política e também, ingenuidade. Rapidamente a Universidade tornou-se maior para as ideias socialistas na América Latina, onde jovens falavam em Marx e Engels com a maior facilidade, achando que poderiam caber no Brasil os seus princípios. A maioria dos alunos pregava a necessidade de derrubar tudo - inclusive a Universidade da Bahia, que considerava morta com o Reitor Edgar Santos - fazer a revolução, para tudo recomeçar. Assim, lutas iam passando a serem alvos de provocações por parte de um pequeno grupo de burgueses, muitos dos quais, no futuro, viriam a se tornar políticos e empresários a partir de trocas de favores (DEPOENTE S).

O quinto capítulo intitulado *Metamorfose identitária da JUC* analisa a transformação do ideário e das identidades do movimento, a legitimação dessa Identidade Nacional e a dinâmica do êxodo dos jucistas para a Ação Popular (AP) nos anos 1960 a 1964, tempo em que se estruturam em ações libertárias da Ação Popular Marxista Leninista (APML). Utilizando relatos, chega-se à luta das famílias entre a religiosidade e o apoio, buscando compreender como essas relações familiares deram suporte às fugas, proteção aos seus filhos e os da Nação.

5.1 AS IDENTIDADES DA JUC E O MOVIMENTO POLÍTICO ORGANIZADO

A redefinição da identidade da JUC deu ao grupo formato de movimento político organizado num contexto ainda na transição entre os Governos de Jânio Quadros e o de João Goulart com todos os percalços entre grupos hegemônicos e sociedade. Sendo a identidade construída a partir de elementos fornecidos pelas várias fontes – histórica, biológica, social, estava o grupo vinculado aos aparatos desse movimento político de poder com forte representatividade em território nacional.

No que diz respeito a atores sociais, entendo por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na auto-representação quanto na ação social (CASTELLS, 1999, p. 22).

Diante desse quadro, optar pela representatividade conjunta era mostrar que sua força de luta era percebida no contexto e apesar de ter nascido na Igreja, ou seja, com identidade católica, cristã, avançou em seu ideário com a criação da Ação Popular (AP). A questão da identidade do grupo demonstra quão complexa é a questão das identidades.

A partir de estudos de Hall (2000), pensa na posição contrária à essencialista de identidade única e imutável de grupos que mostram identidades deslocadas ou mesmo fragmentadas na medida em que avançam em ideário. Todavia, sua referência é a social, a guardada nas memórias de um povo, de uma Nação. Toma-se aqui importante perceber que na divisão do sujeito que Hall

defende, o espaço exterior entre o mundo público e pessoal mistura-se à(s) pessoa(s), promovendo uma reciprocidade entre eles, uma interação social que vai desvelando e reconstituindo identidade sociológica, de pensamento macro.

E dentro dessa visão é que as histórias do grupo foram sendo refeitas através de entrevistas, da memória social, coletiva, cujos relatos foram produzidos no tempo presente. Convém explicitar que a ideia de história do tempo presente deve ser considerada como um conceito em construção, uma vez que expressa também um processo atrelado à memória que está em permanente lembrando pelo movimento do presente.

‘O tempo presente é o tempo da memória’(BOSI, 2003) isto é, o presente se constituindo com conteúdos inseridos na memória atual, sendo substrato identitário e referência para sujeitos que a ela recorrem. Nessa perspectiva, no ato de interpretar, a memória alimenta a história e mantém a Ontologia viva com o desvendamento do presente. O diálogo frequente entre o presente e o passado justapõe restos, fragmentos de lembranças, muitas vezes a reconstituição de um quadro que parece perdido no próprio tempo, inexistente.

Nesse entendimento, o território da memória é constituído pelo diálogo entre o passado e o presente, o que nos possibilita a percepção atual condicionando a percepção do passado ao tempo presente que é um fio de referência. O lembrado exige revisões históricas constantes e, ao mesmo tempo presentificações de fatos, na medida em que o passado está lá e os sujeitos trazem ao presente, influenciado pelo tempo atual. Portanto, o passado é entendido como revisitado. Assim, como os fatos sociais evoluem e mudam com o tempo, as impressões, a memória tem ter a sua própria dinâmica de revelação e ocultamento (FENTRESS, 1994).

Nas memórias do entrevistado H, as reuniões da JUC conhecidas como unidades secretas, ou seja, continha pontos a que só os pertencentes ao grupo poderiam ter acesso, e isso lhes conferia uma identidade de grupo que compartilhava as mesmas informações.

Os dias eram de tensão. O tédio dominava um cenário nacional pelas medidas sem sentido para a população brasileira via toda uma história de luta indo embora. Os jucistas se reuniam, discutiam as possibilidades de interação com grupos de luta maior. Foi nesse momento de tensão que a sociedade entendia o nosso grupo como comunista, revolucionário (DEPOENTE H).

Lembra H que os integrantes participavam de reuniões, faziam estudos de formação teórica com base nos Estatutos do movimento católico, estabeleciam ações de trabalho. Todo esse aparato contado à luz de um relato que mostra a importância das formas de engajamento no grupo na luta como movimento social, formas de reconstrução de um passado que se foi, mas que continua nas lembranças de muitos.

Nas reuniões, uma das atividades iniciais era a oração distribuída aos jucistas (documentação em anexo) juntamente com a leitura de atas e diretrizes do grupo. Logo após esse momento, apresentavam a opção pedagógica para a reunião e as ações de luta como messe da Igreja. Era uma fase ideológica inicial, salvadora da humanidade que havia se transformado em movimento social ativo no país.

Se a memória de H apóia-se sobre o passado vivido por ele no grupo – este permite a reconstituição de forma viva e natural – e mais do que um passado apreendido por lembranças, a reconstituição do que foi. Halbwachs (2006) mostra que a Memória Coletiva deve ser compreendida como uma sucessão de acontecimentos marcantes lembrados na história de grupos, chamando atenção para o próprio termo - coletivo que se compreende a partir de um aglutinamento de questões que vão sendo lembradas e legitimadas pelo grupo. Assim, a memória coletiva ou social é pautada na continuidade de lembranças individuais que tornam reconhecidas como do grupo.

O que justifica ao historiador estas pesquisas de detalhe, é que o detalhe somado ao detalhe resultará num conjunto, esse conjunto se somará a outros conjuntos, e que no quadro total que resultará de todas essas sucessivas somas, nada está subordinado a nada, qualquer fato é tão interessante quanto o outro, e merece ser enfatizado e transcrito na mesma medida. Ora, tal gênero de apreciação resulta de que não se considera o ponto de vista de nenhum dos grupos reais e vivos que existem, ou mesmo que existiram, para que, ao contrário, todos os acontecimentos, todos os lugares e todos os períodos estão longe de apresentar a mesma importância, uma vez que não foram por eles afetadas da mesma maneira (HALBWACHS, 2004, p. 89-90).

A história dos militantes jucistas pode ser entendida como a síntese dos fatos mais relevantes e embora advinda de percepções dos indivíduos, está à mercê da confirmação documental. Pois, daí a diferenciação estabelecida por Halbwachs entre Memória e História.

Quando se fala da memória dos jovens da JUC, observa-se que é ela uma tipologia de memórias convertidas em História. As narrações dos jucistas apontam para histórias do grupo: as reuniões em pontos estratégicos da cidade do Salvador, do Recife e, em especial, nos Mosteiros ou locais reservados para plenárias do grupo. O padre beneditino do Mosteiro de São Bento, na ocasião do lançamento do livro *De pouso em pouso de uma militante jucista*, ressalta que a obra resultou não só de experiências da militante, mas de uma memória do grupo da Bahia.

Em Pernambuco, B conta que as reuniões estavam alocadas em mosteiros, sítios e na própria Universidade. De acordo com o depoente, o grupo atuava em suas especialidades (campo, universidade, fábricas, etc.) mas em contato com as regionais e após cada etapa de trabalho faziam plenária geral em Recife para fechamento de pauta da reunião e socializavam a escrita de atas com outros estados.

Como mostrado anteriormente, esses grupos tinham uma identidade de Ações Especializadas Regionais e locais e atuavam no cenário nacional independentes embora interagindo entre si. Hall (2002) considera que esse processo de interação se descentrando dos sujeitos voltados para argumentos coletivos locais, regionais ajudam a definir a própria identidade do grupo, apesar de suas fronteiras sociológicas, territoriais que ao produzirem significados e representações diferenciadas. Portanto, a formação das identidades depende dos processos desenvolvidos a partir da socialização e coesão do grupo e de suas diretrizes e diálogos.

Esses grupos católicos, ao manterem em si a identidade nacional, regional, construíram argumentos de mesma base, como a do marxismo. Essas reflexões mostram que as reuniões da JUC na Bahia e em Pernambuco eram interativas, pois contavam com uma plenária voltada para a retórica, para os debates e leituras sobre as ideias do Comunismo e do Capitalismo. Após debates, a pauta a ser seguida com informes e objetivos em comum. Eram fortes argumentações contra as injustiças sociais e estas visavam ao fortalecimento da unidade do grupo, estimulando a solidariedade humana. E não há dúvida que essa atuação desenvolvia traços de uma mesma identidade, de um mesmo ideário, cujos interesses, aparentemente específicos, tinham raízes em comum para o bem-estar social.

Isso gerou desconfianças em grupos interessados na insistente proliferação de identidades ligadas ao conservadorismo e manutenção do *status quo*. No entanto, as identidades tradicionais consideradas como estabelecidas e constantemente, ao serem confrontadas com novas formas de pensar a sociedade, definindo novas configurações nos processos de alteridade, ou seja, emergindo uma ressignificação de prática não desejada por grupos hegemônicos.

Ricoeur (1990) considera que a compreensão da narrativa entre outros e seus signos e símbolos, cria antagonismos e intrigas entre grupos e pessoas. Neste sentido, o grupo católico em processo relacional se auto reconhecia como revolucionário, conscientizador de uma nova luta. Ora, a diversa forma de pensar desse grupo, conferiu-lhe a identidade de mudança, forte característica da década de 1960, tempo em que os jovens mudavam de postura, pensavam num país em clima de euforia e comprometimento com a população.

Na Bahia houve um movimento de grande porte e de luta cultural, extremamente exaltado pelos anos e asfixiado pelas famílias burguesas e pelos setores conservadores. Eram anos de expressão de Caetano Veloso, Gilberto Gil, Maria Betânia e Gal Costa, que cantavam suas discordâncias com a situação social, política e econômica do país, implicando numa revolução pela igualdade social e pelos Direitos Humanos.

Diante desse panorama, o movimento social da JUC na Bahia assumia características interessantes. De um lado a expressão musical de cantores que denunciavam o caos social em que estava o país. Do outro, a evolução do número de jovens que estavam inseridos nos movimentos radicalizados, tornando-se por meio de suas ações a força juvenil de oposição ao sistema. Pode-se até assegurar a ideia de uma terceira força, a neutralizadora das Forças Armadas. Como conciliar visões tão díspares?

“O movimento estudantil na Bahia era concentrado em diversos lugares, em praças centrais como o Campo Grande, palco de muitas propostas culturais, políticas e de conflitos como o da Independência da Bahia”. Nele, há a simbologia da libertação, o Teatro Castro Alves e a Concha Acústica, que acomodavam os encontros de jovens em Salvador para grandes eventos culturais e políticos na época (DEPOENTE S).

A euforia da participação nesses grupos acontecia como escolha de vida cultural, como opção de pensamento político, religioso e acadêmico. Era um

movimento de interação e de vida para a juventude ativa e de luta. Em Pernambuco, a militante fala:

Tivemos nesses encontros jucistas um começo religioso que já vinha desde os anos do JEC secundarista. Os integrantes do grupo iam sendo politizados, virando movimento estudantil, e quando pensávamos em Igreja, já iam trilhando novos caminhos nas disputas para a direção da UNE, grande aliada da JUC. Da JEC, íamos para a JUC, no próprio mosteiro. O grupo era conhecido de missas, de reuniões e até mesmo de escola (DEPOENTE K).

A história do presente, contada por K é valiosa, pois depois mostra a dinâmica do grupo que fazia sacrifícios em prol da coletividade. A *mneme* (memória) traz essa imagem do passado e a espécie de *páthos* (paixão, excesso, passagem, sofrimento e assujeitamento), processo ativo do grupo que lembra, conta e interpreta (RICOEUR, 2006).

Era luta ideológica, humana e hoje me ponho a pensar se valeu à pena. Contudo, era uma época que tínhamos duas famílias: os de casa e a JUC e lá nos sentíamos à vontade, pois o tempo era ouro para as nossas discussões. As reuniões eram diferentes, pois tínhamos temas para debates, liberdade de expressão e força de luta para melhorar a sociedade brasileira. Pulávamos muros, janelas pela causa (DEPONTE K).

Todavia, a memória tende a projetar perspectivas para o futuro. Além disso, nesse depoimento verifica-se que os militantes inseridos na luta mais conscientizadora, via perspectivas futuras de sua luta em prol da causa.

“Há algum tempo, migrando para ações universitárias, fui me integrando na União dos Estudantes e com setores especializados da Igreja” conclui o depoente. A JUC, que atuava no Mosteiro de São Bento, era uma equipe de preocupação com a interação e o companheirismo de jovens baianos, mas sua inserção na luta radicalizada foi aos poucos através da UNE, de partidos como o comunista que tinha uma luta conscientizada (DEPOENTE J).

A JUC vivia entre a questão estudantil e a religiosa já há alguns anos e, àquela altura, novos companheiros, somariam aos ideais que avançavam. A fala de J revela a organização da JUC, a interação do grupo em reuniões realizadas na Igreja, as lutas e companheirismos em encontros que ultrapassavam as salas dos mosteiros.

Os jucistas se reuniam até nos domingos e feriados em sítios das famílias, oportunidade para estreitar os laços de amizade. Chegavam até ter manuais de lazer, conforme anexo. Esses manuais eram orientações de jogos, de brincadeiras para as equipes e de oportunidade para treinamento ou capacitação de militância em zonas rurais (DEPONTE J).

O leigo era um homem de ação e a militância acontecia de forma bastante dinâmica. A JUC nesse final dos anos 60 travava diálogo com outras especializadas, com a UNE Central e a Volante, avançava passo a passo em suas ações.

A JUC era ligada à ação da Igreja Católica, mas seus integrantes eram de cursos diversos, Tínhamos JUC de Letras como a minha, JUC de Engenharia, que era liderada não só pela Igreja, a participação de estudantes como Haroldo Lima, Jorge Leal Gonçalves, Paulo Mendes era enorme. Empenhavam-se em tarefas sociais onde a Igreja dialogava com questões e a opinião pública. Via a JUC como ação religiosa, tanto quanto um movimento de restauração social pelos jovens. (S, da JUC de Letras).

Para mim, a JUC era um movimento de apoio à libertação dos homens e da sociedade. Lá nas reuniões que fazíamos, estudávamos em grupo sobre o marxismo, as correntes de Sartre e autores como Chardin, que nos fazia ver ações mais pertinentes para a melhora do país. (DEPONTE L).

A análise da trajetória de um indivíduo torna-se um importante meio de compreensão da cultura política e de parte considerável dos valores, normas e crenças que compõem uma determinada tradição política, porque envolve a percepção da realidade social. Pensar sobre determinada cultura política, o trabalho e sua exploração, era operação conscientizadora do grupo, e mais do que isto, uma necessidade de compreensão da cultura local que levou o grupo a viver experiências compartilhadas em equipes de trabalho.

Seja nas reminiscências de suas memórias, ou nos diversos lugares de memória, a JUC esteve presente em todos os momentos políticos da época, e em quase todos teve papel, senão de protagonista, pelo menos de partícipe ouvido e respeitado. A história da JUC marcou presença no cenário nacional do movimento estudantil e social do país. Tempo em que seus integrantes viam a JUC como Igreja e movimento de libertação, de discussões com a UNE e no âmbito de debates nacionais.

As relações eram com alguns padres envolvidos no processo de articulação da entidade, particularmente de algumas ordens, como beneditinos, dominicanos. A Ação Católica Especializada ou Espiritualizada se desenvolveu em Salvador de uma forma muito autônoma da Igreja Católica, graças às ordens religiosas, basicamente a dos dominicanos. Eles se reportavam muito mais à França, à Europa, do que ao Vaticano ou à hierarquia tradicional da Igreja. (DEPOENTE L).

A JUC sempre esteve fortemente vinculada à Igreja Católica e aos padres de esquerda, e interiorizou novas maneiras de agir, ampliando ações, mas ainda com base na tradição da Igreja, imbuída da tarefa desafiadora de educar e formar jovens, imaturos politicamente, para a messe, libertando pessoas oprimidas. Por isso, são muitos os conceitos em relação às identidades do grupo em estudo.

A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior” – entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a “nós mesmos” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo em que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, “sutura”) o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos unificados e previsíveis (HALL, 2002, p. 12).

As ações do grupo auxiliam a construção de sua identidade. No caso da JUC, suas ações estavam pressas às amarras da estrutura da sociedade e da própria Igreja. O grupo necessitaria avançar, na medida em que os seus argumentos tendiam para novas propostas.

5.2 (RE)SIGNIFICANDO IDENTIDADES: O ÊXODO DOS JUCISTAS PARA OUTRAS ENTIDADES

Na medida em que o grupo ia ressignificando sua identidade, seu ideário, acontecia o fenômeno de êxodo dos integrantes, isso porque muitos integrantes migravam para outras entidades fora da Igreja, a exemplo dos partidos e da própria Ação Popular (AP) que já estava se instaurando no cenário de luta. A AP é fruto da JUC, desejada em diferentes momentos por militantes e assistentes do movimento, trazendo identidade de lutarevolucionária. Também muitos militantes participaram da sua fundação e lhe deram contribuições.

Para a JUC, esta ressignificação mostrava acentuada forma de evolução do ideário e procedia, por entender que já não se mantinham presos a uma identidade permanente, mas que a opção deveria ser a de luta radicalizada. No entanto, não houve mudança de identidade, mas ressignificação identitária. O estado de hibridiz em sua identidade, a quebra de uniformidade da origem dos elementos constituiu grande desafio para o grupo. Essas formas identitárias opostas: quer seja devido à dificuldade que se experimenta ao descobrir novos caminhos, os seja pela à angústia espiritual em face da própria identidade já não dava conta dos anseios dos jucistas, que iam pouco a pouco para outros grupos.

Há de se lembrar que a identidade religiosa da JUC teve algumas dimensões. A dimensão emocional de grupo com marcas afetivas de um grupo religioso solidário, prendendo de certa forma alguns integrantes; a dimensão social e histórica que indica o pertencimento que se experimenta ao formar um 'nós' de grupo e a saída representava quebra desse elo; a dimensão ética com os valores partilhados e sonhados coletivamente; a dimensão cultural com os conhecimentos e as habilidades que constituíam a memória popular, comum e por fim, a dimensão política que expressava o desejo de mudança e maior intervenção na sociedade.

Normalmente, são identidades que vinham sendo definidas na trajetória e em modelos. Algumas vezes, as identidades se baseiam em cópias e modelos míticos, a exemplo Che Guevara no Brasil. Poderá então ser de ordem criada por uma cultura? A identidade é uma realidade que se vai fazendo e realizando no tempo, ao longo de toda a vida, de forma teleonômica e dinâmica?

Essas reuniões eram de intenso movimento e havia um sentido mais politizado quando nós reuníamos para ver os fatos do país, as causas sociais e a liberdade do povo brasileiro. Hoje vejo jovens tão alheios a isso tudo, porém vemos que só mudaram para o individualismo e as famílias incentivam muito esta postura, ao contrário desses anos de JUC. Como não perceber a política nacionalista? Como não perceber as diferenças sociais no país? Que democracia estão os jovens vivendo hoje? (DEPOENTE L).

A memória da militante mostra-nos a dimensão das discussões entre os jucistas e o aporte para questões individualistas que perpassam nos dias atuais. Em exame das fontes de pesquisa, encontrou-se na edição do jornal A Tarde¹ um anúncio sobre o Encontro de Jovens Trabalhadores de Cristo, no Colégio das

¹ Datado em 12/07/1960.

Dorotéias, no Centro da cidade do Salvador. A reunião contou com a participação de jucistas e de Dom Florêncio, Bispo da Diocese de Amargosa, além da participação especial da militante Walquíria Barbosa, representante nacional da JOC que abordavam as questões mais cruciais do país. Era um grupo de grande bandeira e representatividade.

Nesse encontro foi apresentada a líder Terezinha Chaves que chegou com um lenço marcando a presença sob aplausos de uma maciça presença da JUC da Bahia e seu discurso estava voltado para a inserção de luta em prol do avanço democrático brasileiro.

Segundo os entrevistados, era notória a mudança de linha da JUC, quando esta se mostrava ao lado de operários da JOC em suas atuações. A linha de frente era a operária (JOC), e a JUC mentora de ações - fortes parceiras. Os jovens jucistas na Bahia frequentavam a Igreja das Dorotéias, as fábricas da região, o campo, as cidades menores e desempenhavam identidade de liderança em ações e encontros. Faziam movimentações para ações católicas em diretórios de estudantes, transitavam entre diversos setores da sociedade e abriam espaço para discussões sobre muitos cursos da Universidade da Bahia. Eram conscientizadores da população, e amigos de ideário.

Ricoeur (1990) mostra a prática da amizade em um grupo, quando afirma que a contemplação está presente nesses processos de verificação de problemas sociais. O senso de justiça perpassa nas consciências individuais, nos confrontos identitários entre o *idem* e *ipse*, assumindo aí a dialética entre 'o eu e o outro', constituindo caminhos para a política e processos democráticos que iam se cristalizando. A partir desses confrontos identitários é que muitos religiosos foram se envolvendo em lideranças e ações nacionais, a exemplo dos religiosos renovadores: Frei Matheus e Pe. Lage².

Contudo, nessa dinâmica participativa entre jucistas e religiosos eis a militância conscientizadora em muitos estados. Na Bahia, em Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo e no Rio de Janeiro, os centros eram mais ativos e mentores, criando eixos articuladores para atuação da JUC. A Universidade Católica (PUC-RJ), cujo DCE foi presidido por Aldo Arantes, contava ainda com o apoio do Pe.

² Segundo Betinho, "o **Padre Vaz** foi nosso ideólogo, porque Frei Matheus foi o inspirador". Frei Matheus Rocha foi fundador da JEC enquanto o Padre Henrique Vaz – leitor de Marx, Engels, Hegel, Heidegger e outros pensadores – escreveria a "parte ideológica, teórica, filosófica" do documento fundador da AP (SOUZA, 1996, p. 23 e 38).

Henrique Lima Vaz, que foi um dos principais ideólogos da AP no início dos anos 60. O cenário nacional ebulia e a JUC na Bahia contava com o respaldo de padres como Jerônimo de Sá Cavalcanti, Dom Florêncio (Bispo de Amargosa), Dom Jairo Rui (Bispo de Santo Antônio de Jesus), Frei Calixto, e Dionísio Sciucchetti entre outros. A presença desses religiosos em ações da JUC da Bahia foi representativa.

O movimento estudantil da JUC contava com uma grande ala de esquerda da Igreja Católica: padres e pessoas do laicato que já estavam politizadas, conscientizadas da luta. Um desses padres de esquerda nos conta que a população da Bahia crescia de forma desordenada, geométrica. Mas a matemática de produtos é a aritmética e seus dados somatórios que apavoravam. Com essa verdade, a sociedade, preocupada em fortalecer essas lacunas, pensava que em breve iria faltar comida para muita gente e era preciso fazer alguma coisa. Imagine que os estudantes tinham esse tipo de preocupação que parece boba, mas não é (DEPOENTE T).

Depoimentos assim mostram que a JUC na Bahia buscava uma unidade para a sociedade. De fato, o princípio de unidade do movimento estava latente na filosofia do grupo, que era expressa sob diversas maneiras. Uma delas era a mídia que através dos jornais que circulavam em diversos âmbitos da sociedade, registravam as ações do grupo. Por exemplo, no jornal A Tarde³ anunciava-se o Congresso de Universitários Católicos, uma tentativa de captar convidados para as discussões e o encontro estava repleta de pessoas de diversos setores da sociedade. A JUC já era um forte movimento de estudantes e padres, mas as ações necessitavam ser ampliadas mais e mais. Nesses encontros, as adesões aconteciam e aqui se destacam as lideranças de jucistas que marcaram as ações da JUC na Bahia: Paulo Mendes, Haroldo Lima, Solange Lima, Jorge Leal Gonçalves Pereira e Severo Sales. Jorge está na lista de desaparecidos políticos da Bahia. O encontro registra a participação de mais de seiscentas pessoas – informação que se coaduna com a fala do depoente, hoje militante ativo do Partido dos Trabalhadores.

Havia suspeita da presença de americanos, pois nesses anos, a Bahia tinha uma casa de estudantes americanos no Corredor da Vitória, ao lado da Residência Universitária, motivo de discórdia com o Reitor Edgar Santos, que proporcionava “certas regalias” aos estudantes norte-americanos, desprezando negociações com os estudantes baianos. O encontro captou mais de 600 pessoas num recinto limitado e era um movimento bastante ativo. Jovens sentados nas calçadas, bancos, desfilavam com cartazes, cantavam, distribuíam folhetos (DEPOENTE T).

³ Datado de 20/07/1960.

Segundo depoimento, havia entre os estudantes vivacidade e união. Os rumores sobre a vinda de estudantes norte-americanos como uma maneira de disfarçar os agentes da CIA soavam na época, isso porquê o Reitor Edgar Santos permitira convênio de intercâmbio com estudantes norte-americanos, o que levantou suspeita entre os estudantes de envolvimento da Universidade com a política externa de Washington. Como se reconheciam?

Fui membro da Juventude Universitária Católica JUC – e como tal, muito discutíamos a instituição acadêmica. Queríamos que a Universidade fosse uma comunidade acadêmica de professores e estudantes. O debate era intenso e crítico desde aquela época (BOAVENTURA, 1987, p 106).

Esses relatos mostram a posição política e ideológica inseridas na memória dos militantes, constituindo-se como memória política da esquerda brasileira. Boaventura afirma que a JUC foi nesses anos um movimento estudantil crítico, incentivando a participação política de muitos jovens. Se a JUC ‘arregaçou as mangas’ e se empenhou na busca de voluntariado para sua atribulada agenda de atividades sociais e políticas no estado, o movimento social no país aumentou com sua participação, na capital e no interior dos estados. Na Bahia, o movimento encontrou sua maior representatividade em discussões nacionais e nas Universidades. O então Reitor Edgard Santos que, à frente de uma das mais conceituadas universidades do país, impedia a todo custo a participação dos estudantes em seus Conselhos Representativos e quase nunca abria espaço de diálogo.

O Reitor, que era de grande prestígio pessoal ao lado do Governo do Estado, via a sede da União dos Estudantes da Bahia, a UEB (na Ladeira de São Bento, no Centro de Salvador), como uma ameaça as suas decisões. Nesse período que antecedeu o Golpe de 1964, havia manifestações pela cidade com faixas, cartazes, alto-falantes para mobilização de estudantes. Mas os repetidos slogans, a criação do “Repórter Osso”, uma imitação do Repórter Esso da época, manifestava pelos centros acadêmicos a opinião dos jovens universitários como movimento social e não a entidade Igreja. Nada escapava de críticas. Heron Domingues, que estava à frente do jornal no horário das 20 horas, era satirizado e a coisa parecia fora do controle da Reitoria (DEPOENTE T).

As medidas do Reitor eram constantemente vigiadas pelo grupo de estudantes universitários. Em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, havendo uma ligação muito estreita entre a

memória e o sentimento de identidade dessas pessoas: estudantes, reitor, igreja, sociedade. Os jucistas por sua vez pensavam maneiras de expansão de suas ideias fora da Igreja e uma das criações foi a sátira radiofônica do Jornal Osso, que surgiu na Universidade da Bahia, parodiando o telejornal nacional Jornal Esso.

As manifestações estudantis, a participação de muitos de seus integrantes em partidos políticos e a saída do Governo João Goulart gerou ações que se traduziram em movimentos pelas ruas da cidade de Salvador. As atitudes dos líderes, a conjuntura de protesto, o clima de liberdade que pairava na década de 1960, tudo isso modificava a caminhada da JUC enquanto juventude universitária e, conseqüentemente, movimento social que distanciava sua estrutura das amarras da Igreja. Essa tentativa de autonomia foi resultado não só da nova conscientização e politização do grupo, mas também da saída da JUC dos mosteiros para atuar na área da periferia da cidade. Nesses espaços, os estudantes podiam ver de perto as carências, as transformações necessárias para a cultura, a necessidade de se colaborar com pessoas e amenizar o sofrimento da sociedade. Tudo isso se constituía na luta contra o regime do país.

Um dos problemas da JUC veio do fato de que as diretrizes se aperfeiçoaram de tal maneira e adquiriu uma qualidade pedagógica que acabou representando, para alguns espíritos desprevenidos, um guia de orientações que o movimento preparava para a sociedade brasileira.

Um dos problemas da JUC do Brasil era de fato o programa que foi se aperfeiçoando na medida em que adquiriu qualidade pedagógica, amadurecimento que acabou representando, para alguns espíritos desprevenidos, um clima que o movimento não esperava (DEPONTE T).

É factível se afirmar que a JUC produziu um movimento de autonomia, numa saída revolucionária resultante de uma acumulação de forças de tipo social, ideológica e política que permitiu este avanço. O movimento cresceu e tentava sair das amarras do sistema. Foi um período em que o marxismo havia sido inserido maciçamente nos estudos da intelectualidade universitária, e, mais do que isso, teoricamente na vida cultural brasileira, e as práticas necessitariam ser aplicadas no campo e na cidade.

Antes disso, certamente houve intelectuais, partidos e funcionários do Estado que aderiram às ideias marxistas. Foi um tempo em que se idealizou o louco desejo de liberdade, de mudança desligada das amarras da religião, em que

se mostrou o boêmio, o marginalizado, o dependente de drogas e, no limite extremo, o suicida. Todas essas formas de expressão juvenil, de algum modo, convergiam dialeticamente para o ideal do revolucionário, aquele que nega o sistema, qualquer que seja o meio, trabalho ou ócio, prudência ou loucura, morte, suicídio, sacrifício. Jovens que buscavam movimentos.

E aqui movimento pode ser entendido como a procura dos homens por fazer a História tendo a cultura como práxis e criação. Cultura entendida não só como tradição e artefatos materiais e simbólicos de um grupo, de ideias, comportamentos, verbalizações, saberes, crenças, mas como experiências significativas.

A JUC, no seu ideário solidário, relacional, mostrava-se atuante como movimento na promessa de melhoria de vida e de estrutura nacional. Investigar como o grupo foi sendo mobilizado na constituição das identidades significa penetrar num universo diverso daquele comumente conhecido grupo de intelectuais ligados a camponeses, profissionais liberais, operários, eclesiásticos, alguns militares, inclusive setores da direita que defendiam algum tipo de mudança. Obviamente, nem todos postulavam idêntico tipo de modificações, mas contribuíram para configurar este clima de transformações no país.

Convém aqui lembrar que os jovens se reconheciam no movimento a partir de uma necessidade social de engajamento político para mudar o homem, o mundo.

Meu engajamento político no grupo veio com a Igreja. Queria, na verdade, ser padre. Cheguei até a participar de alguns encontros para atuar no meio social, mas veio aí o empolgamento pela luta e deixei esse negócio de tanta reza e fui para a luta, tanto que nem mais vou à missa. Hoje milito no PT e nem quero mais saber de Igreja (DEPOENTE T).

O cotidiano como acontecimento fenomenológico explicado pelo depoente em sua aparente concretude pelo uso das memórias, foi sendo trazido na (re)constituição dos acontecidos, e isso significou penetrar num universo enigmático das seleções memorialísticas.

A entrada desses militantes em movimentos sociais na dinâmica do país, especialmente o da JUC na Bahia, aparece como perspectiva de participação de jovens na política nacional, mesmo que sob a forma de controle de forças tradicionais, conservadoras e burguesas. O movimento se organizou, foi às escolas, ruas e jornais, e teve repercussão nacional e internacional.

O movimento estudantil na Bahia foi atuante, levantou bandeiras que unificaram as lutas locais. Atuou junto com o Centro Popular de Cultura (CPC), um encontro de cultura e política, com os estudantes mobilizados com música e palestras. Resistiu à hegemonia do Reitor Edgar Santos, que mandava na Universidade da Bahia, brigou pelo Restaurante Universitário e pela ampliação da Casa do Estudante Universitário, a ponto de Prefeitos buscavam manter residências para estudantes que não podiam mais ficar na Residência Universitária Federal por falta de vaga. Duas delas ainda sobrevivem com grandes deficiências, em Nazaré e na Ladeira do Funil.

No Restaurante Universitário existiam muitas correntes de pensamento e vozes que se levantavam e calavam. Estudantes de Filosofia e Teologia eram unidos e frequentavam os mesmos movimentos da JUC. Medicina, Engenharia e Direito eram líderes do movimento jucista. Lá apareciam os professores gênios e os comuns da Bahia. Gênio era, por exemplo, o Milton Santos, um negro de grande articulação entre os jovens (DEPOENTE L).

A fala da depoente deixa claro que havia participação de alunos, de mestres especiais e de comuns discutindo os problemas sociais e os da Universidade, como por exemplo, o impasse sobre a Lei 4.024/61, que regia a Educação do país. Os estudantes gritavam pelas ruas: A Lei já nasceu velha! Erigiram-se os Conselhos de Educação em órgãos normativos dos respectivos Sistemas de Ensino, ou seja, o ensino passou a ser regulamentado por educadores, então se pronunciando sobre as mais variadas questões. Estipulava normas para autorização de funcionamento e reconhecimento de estabelecimentos de ensino e de seus cursos, criava portarias para cargos em escolas estaduais e municipais, gerava recursos materiais, fazia interpretação e aplicação da legislação, regulamentação para diferentes graus e modalidades de ensino. Período em que a Universidade necessitava de reformas, mas estas só viriam a acontecer anos depois, após a Lei da Reforma Universitária⁴.

Os anos de 1961 e 1962 foram marcados pelas manifestações de rua. Estudantes por toda parte e repressão militar. A greve estudantil foi acontecimento que repercutiu no país. As tendências estudantis a partir de 1962 já encontravam a JUC em desestruturação pela criação da Ação Popular, a AP (DEPONTE L).

⁴ Lei 5540/68 tinha teor tecnicista de adaptação à sociedade. Cf HILSDORF, Maria Luisa Spedo. História da Educação Brasileira. São Paulo: Pioneira Thomson, 2003, p. 125.

Então, a partir dessa necessidade de avanço na luta pelas mudanças no país, nasce a organização Ação Popular (AP), mas nem todos os integrantes da JUC se politizaram e entraram na AP, que já vinha sendo implantada em alguns países da América Latina, e no Brasil surgiu pela decisão política de aderir o pensamento cristão ao marxismo. A evolução ideológica da AP pode eventualmente trazer luz ao conhecimento do que representava forte representatividade da esquerda latino-americana.

Em boa parte, mas nem todos, os integrantes da AP são pessoas que provêm de um pensamento conservador, católico, e que originalmente se opuseram às ideias e à mentalidade da AP por considerá-las agressivas, ou atéias, ou materialistas, ou liberais, ou tudo isso junto. No campo econômico, postularam ou o corporativismo, ou o neoliberalismo em ascensão, ou a política autoritária, sendo contrários aos partidos políticos – sobretudo os de esquerda e os de centro –, à intervenção do Estado, à tecnologia, à economia e às instituições do Estado. Diante desses grupos e da nova proposta, surge a AP, sinalizando a contradição entre a orientação oficial da Igreja e o compromisso social e político dos seus membros.

A AP, portanto, surgiu dos quadros da Juventude Universitária Católica (JUC), entre o final do ano de 1961 e início de 1962. A maioria dos integrantes mantinha dupla militância ou relações amigáveis com as duas organizações, JUC e AP, mas a Ação Popular crescera. Em geral, nunca houve muita hostilidade entre militantes e dirigentes das duas organizações, que tinham natureza e propósitos distintos. Mas, muitos jucistas não quiseram ou não conseguiram ser integrantes da AP.

5.3 METAMORFOSE IDENTITÁRIA: DA JUC À AÇÃO POPULAR (1960/61/64)

Ressignifica-se a JUC Igreja e mostra um avanço no ideário, construção de nova face identitária com o nome de Ação Popular. Ação que, por ser popular, atuava ao lado de outras organizações e diretamente com as comunidades carentes. Período em que adentrava no país o marxismo e o pensamento socialista ‘cubanizado’, ao tempo em que o cristianismo social não era mais engajado como antes, anos em que o questionamento da sociedade industrial, a idealização da

loucura dos jovens e a espontaneidade traziam a ideia de exclusão diante do sistema.

A esquerda brasileira, tal como aparece nos anos 60 na JUC, na JEC e na AP é a primeira forma que toma, na América Latina, a articulação entre fé cristã e política marxista – não como fenômeno individual, excepcional, mas como corrente com uma base social ampla (no meio universitário e mesmo em setores do clero regular). É interessante observar que este processo não é o resultado nem do Concílio Vaticano II, nem das comunidades de base, nem da teologia da libertação e tampouco do golpe militar de 1964: ele é bem anterior a todos estes eventos que usualmente são considerados como causas da evolução da Igreja no Brasil e na América Latina (e que sem dúvida jogarão um papel importante numa etapa posterior). O fato de a juventude estudantil cristã ser o primeiro setor dentro da Igreja a conhecer a 'tentação marxista' não é de surpreender, posto que este era o meio social em que maior influência tinham as ideias de Marx e de seus discípulos; processos similares terão lugar mais tarde no Chile e em outros países (LOWY, 1989, p. 11-12).

As pretensões de conscientização cristã da JUC fundamentada na Igreja Católica tinha a ideia de planificar ações, passando a ser revolucionárias a partir de avanço no ideário. Surgindo a JUC/AP com nova operacionalização vista no capítulo anterior, o movimento traz consigo a ideia de reforma, de luta e evolução da estrutura mais organizada. Reflexo ainda dos anos de discussões sobre as teorias do Imperialismo que admitiam um estado de dependência nacional, em que a alienação e as filosofias do movimento estavam eclodindo, enfim, anos de mudança, de transformação radical era assunto dos jovens.

Todos esses elementos foram se articulando, em clima de confrontação intensa que iria acabar mais adiante no confronto com a repressão civil e militar, valendo dizer que, com as ideias de disciplina, tradicionalismo, corporativismo, autoritarismo, hierarquia, segurança e guerra, as Forças Armadas legitimaram a intriga e o golpe.

Usávamos o radioamador todos os dias. Lá em casa, meu pai falava comigo, inclusive quando viajei para Alemanha e sentíamos que éramos observados, pois pensavam que tínhamos códigos secretos, mas nada disso era verdade. A JUC estava diferente, era observada (DEPONTE S).

Para quem ficou na JUC, o rádio foi um instrumento de comunicação muito usado entre os integrantes, pois em anos de escassez de canais de televisão era como as pessoas se comunicavam mais rapidamente. Por meio do rádio, anunciavam-se encontros e a chamada para a 7ª Semana Nacional de Ação Católica, promovida pela UNE e a UEB (União dos Estudantes da Bahia). Esta

semana questionava ações do episcopado, quando a JUC foi vista como um movimento social que já não cabia nos limites da Igreja Católica. Os encontros estudantis, as formaturas e os seminários apontavam para propostas em favor do Comunismo no país.

Os jornais também anunciavam que a Reitoria da Universidade da Bahia entrara em crise, com os interesses divergentes de políticos, burgueses, professores, estudantes, funcionários e sociedade confluindo para manifestações de rua e descontentamento notório, criando diversos movimentos estudantis. O movimento dos estudantes que acontecia nos salões de reunião da UFBA solicitava também a ampliação da assistência estudantil, com reformas na moradia universitária e no Restaurante Universitário (CUNHA, 1996).

A JUC da Bahia se tornou alvo de observadores e golpistas. O conflito e a contestação estavam se instaurando no país e o grupo no meio disso tudo, enfraquece, pois não tinha plano estratégico de resistência diante da possibilidade de um golpe. A expectativa era de mudança, mas a ideologia religiosa falava mais alto. Enquanto tudo isso germina a Ação Popular e a entidade JUC enfraquece em sua luta radicalizada. A AP se fixa em 1963, apesar de estar sendo elaborada desde o final de 1961 com lideranças saídas da JUC que, na verdade, teve papel decisivo na criação da AP, assim como a implantação de ideias filosóficas e políticas de raiz cristã, das quais eram portadores muitos desses integrantes da AP⁵.

Do ponto de vista de ideias e posições, é preciso levar em conta que desde o início, o movimento que criou a AP era JUC e parte de seus integrantes saía, portanto, do âmbito da Igreja Católica, correndo no seio de várias igrejas cristãs evangélicas e, no caso da juventude cristã, se cristalizava em organizações como a UCEB (União Cristã dos Estudantes do Brasil) e as ACAs (Associações Cristãs Acadêmicas).

Em vários aspectos, o ideário desses setores evangélicos podem aqui ser considerados mediadores de uma corrente anticatólica, era um ataque a Igreja Católica e aos movimentos leigos. Sabe-se que a influência dessas ideias evangélicas era, desde o ano de 1963, um obstáculo para a Igreja Católica e uma

⁵ Dados coletados na Coleção particular Jean-Marc Van der Weid, ex-militante da Ação Popular de 1968 a 1980. Van der Weid foi presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1969. A coleção contém as seguintes séries: **Direitos Humanos, Igreja Católica e Movimento de 1964**, Textos Teóricos, Análises do Movimento Estudantil, Documentos de Discussão Interna e Documentos Impressos de Circulação Interna.

libertação das congêneres das lideranças clericais. O êxodo de jucistas para a AP, foi uma nova forma de pertença à luta radicalizada no país.

No início de 1963, comunistas e socialistas passaram a ter papel mais atuante na AP e na UNE, que se sustentavam em seus ideais e atuações ao lado das ações católicas, mesmo já enfraquecidas. Nesse mesmo ano, acontece o processo de eleição da direção da UNE, há reforço na AP e com essa eleição na UNE, a JUC empossa para o cargo, o goiano Aldo Arantes, então bolsista do curso de Direito da PUC-RJ, o vice Marco Aurélio Garcia, do PCB e como seu grande colaborador Herbert José de Sousa (Betinho).

A chegada de Aldo à presidência da UNE foi o estopim da crise entre a hierarquia da Igreja e a JUC, abrindo maior espaço para a atuação da AP. Ora, o congresso que o elegeu decidiu pela filiação da UNE à União Internacional Estudantil, sediada na Polônia estava influenciado pelos ideais comunistas. A decisão criou impasse para alguns membros da JUC e para a Igreja e apenas aumentou a pressão de saída dos jovens para grupos como AP, entidade de luta radicalizada. O Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime Barros Câmara, exigiu que Aldo escolhesse entre a JUC e a UNE. Aldo se desligou da JUC e manteve a presidência da UNE, precipitando a transição dos jucistas para a AP.

O êxodo seria a saída desses cristãos para a libertação da Igreja Católica, mas começa a repressão por grupos empenhados na tarefa obsessiva de controle e manipulação dos movimentos sociais. Os estudantes jucistas perdiam a posição que ocupava no Governo de Goulart e grupos conservadores não tardavam em reestabelecer o controle do Estado sobre as organizações representativas como as estudantis. E a JUC, dada sua condição de representação estudantil dos católicos, sempre esteve marcada pela diferenciação interna da intelectualidade, da religiosidade e pela ligação com setores populares. A JUC também foi considerada parte ativa da UNE, no entanto a JUC não terminou só na política, pois parte dela ficou no religioso, sendo desarticulada em 1968 já no regime militar.

Dentre os militantes baianos, lembra-se aqui de Carlos A. Marcílio de Sousa, Suzana Marcelino, Solange Silvany, Manoel Joaquim B. Sobrinho, Fernando Schmidt, Pericles de Sousa, Rubem Ivo, Joviniano Pereira da Silva Netto, Ana Guedes, Jacy Franca, Moema Parente, Rosa Virgínia, Loreta Keiffer, Clarita Mesquita, Vetúria Leite, José Milton F. de Almeida, Geraldo Silvany, Osmar Antonio T. de Castro, Guaracy Adeodato, Liliana Mercury, Vânia Salles, Maria Luiza

Pereira, Stela Barros, Lurdes Barelli e Jaime Barros. Com eles, professores de destaque como Maria Brandão, Hélio Rocha e outros oriundos da JUC. O Curso de Engenharia Elétrica tinha muita representatividade nos movimentos estudantis na Bahia, grupo liderado por Jorge Leal Gonçalves Pereira, Haroldo Lima, Severo Sales e Paulo Mendes. Haroldo concluiu seu curso de Engenharia Elétrica em 1963, tendo sido eleito orador oficial de todos os cursos unificados, e hoje ocupa a Presidência do Conselho Nacional de Petróleo com militância no PCdoB. Paulo Mendes foi um dos entrevistados deste estudo. Severo Sales continuou no exílio no México, Jorge consta na lista de desaparecidos políticos e nunca houve uma notícia exata de sua morte.

O êxodo da JUC para a AP causou muita euforia nos jovens que desejavam mudanças em clima de um país que eclodia. A formatura era tida como alvo dos grupos contrários, quando os discursos eram analisados e os estudantes perseguidos, e dali tiravam-se conclusões sobre o engajamento dos membros no Comunismo. A exemplo, Haroldo passou dias escondido no interior da Bahia. Ao retornar, no primeiro dia de seu primeiro emprego, foi despedido por ser 'muito conhecido como de esquerda'. Empregou-se na General Eletric, de onde saiu para a Coelba, onde já estava Jorge Gonçalves, um dos mais relatados e lembrados militantes da JUC e da Ação Popular Marxista-Leninista (APML), em Salvador, figura de luta e resistência estudantil, então engenheiro da Petrobrás, preso em Mataripe, quando opta por um emprego de remuneração inferior ao que exercia, porque era em empresa brasileira e baiana.

A Ação Popular (AP) na Bahia tinha ação intensa e seus encontros aconteciam várias vezes por semana em lugares como pátios de igrejas, salões paroquiais, sítios, com os locais sempre escolhidos na última reunião. O depoente lembra que a ação era grupal.

A gente não dava importância a título ou cargo. Eu fazia parte de um grupo de pessoas extremamente ligadas entre si, com uma convivência intensa. Eu me lembro do grupo que andava e estudava. Sempre junto estávamos pela cidade, pela Universidade. Quando dizem que eu era da direção, eu acredito que tenha sido, mas não é uma lembrança marcante, pois as lideranças eram rotativas. Essa questão do poder interno não era determinante. A AP era mais ativa e certa e foi por esta razão que muitos se foram (DEPOENTE M).

A militância em grupo está na memória desse depoente militante. A maneira como ele percebia o funcionamento das ações da JUC e da AP mostra que sua

função não era de poder interno e sim a utilização de práticas coletivas. Em cada fase do movimento, as memórias auxiliaram a reconstituição da época e das experiências vivenciadas pelos membros da ação. E é a memória que mantém a ontologia viva.

A história da JUC/AP/APML ficou marcada pelo seu sonho revolucionário, entendido como uma crítica da modernidade, isto é, do mundo de vícios capitalistas, com valores e ideais com a tradição e o passado utópico das esquerdas. A AP não era uma simples volta por cima da situação de atrelamento ao catolicismo, mas uma busca de celebração da autonomia. Com o Golpe de 1964, muitas lideranças foram perseguidas e a AP seriamente atingida em cheio, tanto como a JUC. Sem lograr opor resistência, os principais dirigentes se esconderam ou saíram do país, caso de José Serra, Betinho e Aldo Arantes.

Uma das definições mais usadas é a da memória como capacidade de reter e manipular informações adquiridas recorridas pelas lembranças vistas no pensamento de Pollak (1988) como subterrâneas, já que a memória é constituída em acontecimentos vivenciados por pessoas, personagens e por lugares ligados a uma lembrança dos sujeitos. Nora (1993) mostra a condição de pensar a relação entre história e memória, tempo e espaço, lugares de reconstrução complexa.

Reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo (NORA, 1993, p. 09).

Entender mecanismos de funcionamento das lembranças desses jovens militantes da JUC constitui um dos grandes desafios quando em cada memória há uma complexidade em jogo, uma capacidade de reter, manipular informações, selecionando-as ou mesmo omitindo acontecimentos. Pois é a memória um processo vivido, conduzido pelos grupos vivos e em evolução permanente e

suscetível a manipulações das mais variadas formas, sendo a memória aberta à dialética da lembrança e do esquecimento.

O historiador que se ocupa com a história imediata teria interesse em investir, pelo contrário, no acontecimento, utilizando-o como meio para, por seu intermédio, conscientemente, fazer surgir o passado, o espessor histórico, as estruturas, em lugar de, como era habitual no trabalho dos historiadores, fazer inconscientemente surgir o presente no passado (ou seja, projetar o presente no passado). Em outras palavras, os acontecimentos permitiriam evidenciar o sistema, a curta duração revelaria a longa duração estrutural (CARDOSO, 2005, p. 16).

E para compreender no presente o desencadeamento de embates, enfrentamentos, por exemplo, ocorridos no passado desse grupo, nada como recorrer às memórias individuais. E para tanto, sustenta-se o lembrete de que a ação passada é reinterpretada no presente.

Confirma-se a ideia de evocar lembranças dessas reuniões de idealização de atividades da Ação Popular. A AP que fora criada em junho de 1962, em Belo Horizonte, com função social de coletividade, é a JUC sem as ‘amarras da Igreja’. Seus fundadores: Herbert José de Souza, Aldo da Silva Arantes, Luiz Alberto Gomez de Souza, Haroldo Borges Rodrigues Lima, Cosme Alves, Duarte do Lago Brasil Pacheco Pereira, Antonio Lins, Severo Albuquerque Sales, Péricles dos Santos, Maria Angélica Duro e Manuel Joaquim Barros, mostravam dinamismo nos deslocamentos para locais cuja atuação era maior como em áreas urbanas distantes e zona rural.

O ideário de grupo e família solidária assolava o grupo na luta. Despertados pelo ideal da “Revolução Brasileira”, reorganizaram-se, contavam com universitários, intelectuais e artistas. Portanto, a criação da AP é datada de janeiro de 1962, em São Paulo⁶ e em junho desse mesmo ano, em Belo Horizonte, foi aprovado um documento que alterou o nome da organização para Ação Popular, sendo eleita uma coordenação nacional.

Quanto à JUC, esta se manteve representada em diversos setores nacionais. Na Bahia, por meio da participação de seus membros na UNE e em muitos centros acadêmicos locais e regionais foi marca durante o final da década de 60.

⁶ Dados da **Coleção Ângela Borba** – Acervo pertencente ao Serviço de Coleções Particulares do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

O sistema comunista avançava durante esses anos, visando à extinção de privilégios dos grupos conservadores. Essa nova consciência de luta respondia a anseios populares diante de um mundo dividido pela Guerra Fria. A Igreja enfrentava uma das maiores crises de sua História. A manifestação pública dos jovens ofereceu exemplo de nacionalismo e conscientizou a sociedade que assistia à derrocada dos valores familiares e religiosos. O Concílio Vaticano II, realizado entre 1963 e 1965, havia mudado quase tudo, da forma de celebrar a missa à relação com outras religiões, alertando sobre o perigo do Comunismo.

A imagem da JUC fora elaborada como a de um grupo dividido entre Igreja e comunistas, uma ameaça aliada ao medo de uma alteração radical na estrutura brasileira, quando dezenas de milhares de jovens atuantes faziam parte do cenário nacional. As mudanças centradas em práticas táticas burguesas e conservadoras são alteradas diante das táticas revolucionárias, pois é por meio dela que a hegemonia perde campo, exercendo luta e transformação.

5.4 O JOGO DE FORÇAS QUE VINHAM SE INSTAURANDO NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO

Na edição de 24 de agosto de 1961, o Jornal de São Paulo estampa a manchete Renúncia de Jânio é definitiva. Em 25 de agosto de 1961, quando o Congresso aceita a renúncia e a sociedade fica perplexa, o jornal sintetiza, afirmando que com o discurso moralista e dono de um estilo marcadamente populista, Jânio Quadros chegou à Presidência criticando a política econômica de JK e prometendo varrer para longe a corrupção do país.

O governo negou repetidas vezes que o Brasil estivesse se tornando “neutralista”, mas atitudes como as de apoio à discussão nas Nações Unidas sobre a participação da China Comunista nessa organização e a declaração de que o Brasil estava estudando o reatamento das relações com a União Soviética (rompidas desde 1947) causaram a indignação de conservadores como Dom Jaime de Barros Câmara, do Rio de Janeiro, e do Almirante Pena Boto, Presidente da Câmara Anticomunista Brasileira (SKIDMORE, 1982, p. 246).

Também a AP, logo após a ‘Revolução Cubana’, enviou um grupo de militantes à China para receber treinamento político-ideológico em Pequim, agravando a situação. A AP era uma organização pequeno-burguesa,

fundamentalmente estudantil e cristã, que estava se transformando numa associação marxista-leninista-maoísta. O país havia passado por promessas e profundas transformações advindas das transformações decorrentes das guerras que acentuaram um novo modelo de sociedade num país com acentuadas crises de Governo. Em meio a tudo isso, o conturbado Governo de Jânio Quadros vivencia e amplia os conflitos. Pressionado, Jânio renuncia.

Com a deposição de Jânio Quadros, a Constituição Brasileira previa sua substituição pelo vice João Goulart, que se encontrava em missão diplomático-comercial justamente na China, país socialista. Durante os 12 dias que Jango leva para voltar e assumir o cargo que legalmente lhe cabia, um golpe se ensaiava. Com a presidência interinamente exercida pelo Presidente da Câmara, a UDN e os Ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica agem visando a impedir a posse de Goulart, a quem acusavam de ser agitador de greves operárias e de ter inclinações comunistas – acusação reforçada por sua visita à China. No entanto, vozes discordantes, inclusive dentro das próprias Forças Armadas, apontavam a necessidade de que seja respeitada a Constituição, o que fez com que o movimento golpista não tivesse a unidade necessária para triunfar.

Ademais, o forte sentimento do povo do Rio Grande do Sul, de onde Goulart era oriundo, de pertença simultânea à nação brasileira, capitaneada pelo não menos nativista Leonel Brizola, então Governador, pronto para sair em defesa de seu conterrâneo, é um bloqueio à tentativa golpista. E em outros estados brasileiros, a parcela da população mais consciente dos riscos do desprezo à Constituição em benefício de uns poucos engrossava a campanha de apoio a Jango.

Diante da possibilidade de um choque interno, os militares vacilam e se dividem. Contemporizador, o Congresso aprova uma medida meio-termo, e instala o Parlamentarismo no Brasil, admitindo a legalidade da assunção da Presidência por João Goulart, mas reduzindo-lhe os poderes, e prevê a realização de um plebiscito para referendar ou não a continuidade do novo sistema de Governo.

Desta forma, mesmo percebendo a instabilidade da situação e a necessidade de agradar aos dois grandes blocos em que se encontrava dividida a sociedade brasileira, os que desejavam reformas e os que as temiam, Jango não conseguiu estabelecer um gabinete de coalizão com os interesses desses grupos. Goulart vai aos Estados Unidos e discursa, defendendo a participação do capital

estrangeiro no desenvolvimento brasileiro, elogiando o programa de ajuda aos países da América Latina, representado pela Aliança para o Progresso.

Mas, o Brasil que Jango herdara, não ia exatamente 'de vento em popa'. Ao contrário, esta nau adernava, fazia água e estava muito próxima do naufrágio. O crescimento da população urbana não acompanhara o da produção agrícola, o que gerou uma crise de abastecimento, a crise econômica estava instalada e tinha como principal sintoma uma inflação sem freio ou quase. Isto, sem contar as conhecidas desigualdades sociais e regionais que, aliás, perduram até hoje. Para Skidmore (1982), 'antigetulistas tradicionais', chocados pela súbita renúncia de Jânio em 1961 e impossibilitados de impedir a posse de Jango, caíram em desespero.

Para enfrentar este quadro, Goulart tomou uma atitude que escancara suas inclinações socialistas, o que desagradou aos seus aliados mais conservadores. Tenta promover a Reforma Agrária, a oposição defendia interesses dos latifundiários e era um clima feroz legalmente visto e a reforma era inviável, já que a Constituição só admitia a desapropriação de terras mediante justa e prévia indenização.

Nesse ínterim, o Governo envia ao Congresso um projeto de lei que propõe a antecipação para 1962 do plebiscito previsto inicialmente para 1965. Uma derrota do Parlamentarismo significaria uma ampliação dos poderes do Presidente, que passaria a agir com maior liberdade. Dominado pelas forças conservadoras que temem esta possibilidade, o Congresso recusa o projeto e os trabalhadores reagem com a decretação de uma greve geral. No terceiro dia da paralisação, o Congresso capitula e estabelece 6 de janeiro de 1963 como a data em que o plebiscito deverá se realizar. Por absoluta maioria, o presidencialismo foi restaurado no Brasil e Jango herda uma estrutura partidária que prometia pouco êxito (SKIMORE, 1982).

A partir dessas ações, a AP está inserida numa luta contra um governo incapaz de resolver os sérios problemas que assolavam a nação. E é nesse contexto que atua a Ação Popular, grupo que abarca e as concepções de Marx, Engels e Lenin e a assimilação crítica de novas contribuições teóricas advindas do movimento comunista internacional, considerado não uma entre outras inspirações ideológicas, mas, efetivamente, a que serve de guia para a Ação Popular.

Em 1963, a AP ganha força no cenário nacional e a luta torna-se fortalecida. Em mãos da documentação da Coleção Polícia Política⁷, encontrada no Arquivo Público do Estado do Rio, pode se ter a seguinte informação do grupo e de sua formação: na primeira parte do documento – Coleção Jair Ferreira de Sá –, que contém basicamente documentos da Ação Popular. A Coleção encontrada no Arquivo do Estado está dividida em seis séries agrupadas tematicamente, mostrando o engajamento na AP de muitos militantes que, como Jair Ferreira de Sá, eram jucistas, destacando-se alguns pontos.

Jair iniciou sua militância em 1962, quando da formação da Ação Popular, mantendo-se na Ação Popular até 1980, ano que a organização deixou de existir. Ele tinha interesse em implementar uma discussão sobre os rumos que os movimentos populares tomavam e as diretrizes políticas que as organizações clandestinas de esquerda discutiam e produziam no período. A Ação Popular, formada em 1962, detinha significativas bases nos movimentos camponês e estudantil no período pré-64. O rompimento com o catolicismo em meados da década de 60 fortalece a criação da APML.

A JUC radicalizada como AP mostra momentos de busca de articulação eluta, e se mistura com modelos da Igreja e de instituições de ensino, preenche os vazios anteriores, adentrando em meios populares. Ela se torna responsável pela execução prática das ações elaboradas sob forma de associações, sindicatos e movimentos de sem-terra, ao lado da alfabetização nacional, que vinha se impondo por meio do Método de Paulo Freire. Então, a JUC era pedagógica pelos métodos e forma de atuação. Desestruturada, mas ainda em pé, decide, na reunião do Conselho no ano de 1966, dissociar-se da hierarquia eclesiástica, recomendando a seus membros que prosseguissem a luta pela transformação da sociedade.

Era a força da AP que surgia mais latente na JUC. O jucista J⁸ diz: “Eu era mais JUC do que AP”. Essa frase vai ao encontro da tese que afirma que a JUC se estruturou e floresceu nas Ações Católicas e na Universidade, criando maior consciência política nesses anos e diante de um complexo quadro social. No entanto, quando quis andar com seus próprios pés em busca de autonomia, estava

⁷ **Coleção particular de Jair Ferreira de Sá**, ex-militante da Ação Popular. Contém as seguintes séries: Documentos Pessoais, Documentos da Ação Popular (que reúne as subséries Correspondência, Linha Política da Ação Popular e Estrutura Orgânica da Ação Popular), Ação Popular e Sociedade Civil (que reúne quatro subséries), Textos (com duas subséries), Ação Popular e demais organizações políticas da esquerda, e série Prisões Políticas.

⁸ Ex-presidente do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), Núcleo da Bahia, e do Comitê pela Anistia e Direitos Humanos (CABH).

ainda presa aos dogmas, aos princípios, filosofia e ditames da Igreja Católica, radicalizando no novo ideário da Ação Popular.

É evidente que o lado universitário de militância já caminhava por si. O compromisso do movimento estudantil com a inserção de suas propostas na sociedade foram marcas determinantes na luta. Quando veio o Golpe de 1964, sabe-se da existência de muitos estudantes que insistiam em pedir à população apoio ao Governo Goulart, mas isso já era impossível, na medida em que o grupo estava ressignificado ideologicamente, não cabendo mais no espaço religioso, mas ainda articulado aos compromissos da Universidade que é a luta pelos direitos dos cidadãos.

Tivemos uma resistência no Recôncavo da Bahia entre Cruz das Almas e Governador Mangabeira, onde os militares do Tiro de Guerra era o alvo, mas como Feira de Santana, que era um núcleo estudantil forte, estava desanimado, desistimos (DEPOENTE P).

Como a articulação era fraca, a ideia que se tem é a de falta de voz única, e fraco esquema de resistência. Se as organizações estavam desarticuladas, fica difícil vê-las como movimento social agindo em rede, pois este tem em seus princípios básicos o ideário em comum e o constante movimento no sentido de renovação. Outra fonte utilizada nesta tese foi o documentário 'Chuvas de Março' que retrata Feira de Santana diante de uma revolução ideológica nos anos 60. Jovens que falam suas vivências, líderes de esquerda como Chico Pinto, hoje relato fazendo parte da memória do grupo.

Lá estavam as forças hegemônicas e o ideário revolucionário. Literalmente o Golpe de 1964, visto como uma reação diante de uma nova forma de governo, estava oprimindo um ideário de luta que beneficiaria a sociedade brasileira. Mas, foram os militantes e ficou o exemplo, o ideário construtivo de uma verdadeira Democracia. Se as reações dessa esquerda foram mínimas foi porque as pressões eram imensas. Mas, qual teria sido mesmo a importância do ideário desse movimento social?

5.5 A AÇÃO POPULAR (AP) ASSUMINDO A IDENTIDADE DE AÇÃO POPULAR MARXISTA-LENINISTA (APML)

O Grupo da JUC, agora AP, avança e ressignifica a identidade na Ação Popular Marxista-Leninista (APML). A nova estrutura influenciou o ideário e se autodefiniu como revolucionário libertador. Todavia, essa autodefinição como grupo ativo e de luta mais radicalizada em setores populares, foi marco significativo na História do Brasil, levando integrantes para o campo e organizações de esquerda que surgiram a partir de rompimentos e rachaduras na própria esquerda do país.

Os primeiros momentos de rompimento com o catolicismo e a inserção na revolução chinesa, adotando foi quando o ideário de *Mao Tsé Tung* influenciou as linhas ocidentais de revolução com as ideias do trabalho campesino, recepção para o Comunismo. Sob a ótica maoísta, o Brasil era considerado um país semifeudal, e em decorrência desta concepção a mudança pretendida para a sociedade brasileira deveria ser iniciada por uma revolução democrática e popular. A aproximação com os trabalhadores do campo era fundamental para esta estratégia revolucionária, visto que para esta concepção de revolução o campesinato era considerado a força motriz para a transformação da sociedade brasileira.

Tais princípios levaram, inclusive, alguns de seus militantes, oriundos das classes médias, a se proletarizarem, ou seja, tornarem-se operários ou camponeses, trabalhando em fábricas ou no campo. Ricoeur (1969) considera a consciência como referência primeira e fundante do mundo, situando questões problematizadoras. O autor procura articular duas posições à luz do conflito interpretativo e o conflito que existe no interior da própria pessoa, provém de um conflito originário, de uma situação interpretada. As pessoas, em suas múltiplas relações com o mundo, com os outros e consigo mesmo, exercem uma função simbolizadora que dá origem a novos processos de vida.

Nesse entendimento, o ideário da JUC estava voltado para reação mais revolucionária ao sistema de opressão social. Uma tarefa de educação política em que constituía sua luta com um programa que afirmava a existência de uma nova época histórica, época em que o imperialismo caminhará para a completa ruína e o Socialismo avançará para a vitória em escala mundial. Ricoeur (1995) compreende a tarefa da educação política dentro de uma linha axiológica construída em processos comportamentais em grupos como condição de inserção numa luta.

[...] os valores é substância mesma da vida de um povo; esta se exprime primeiro nos costumes práticos que representam de algum modo a inércia, a estática dos valores. Sob essa capa dos costumes práticos, encontramos tradições, que são como a memória viva da civilização. Enfim, mais profundamente, encontramos o que é talvez o núcleo do fenômeno de civilização, a saber, um conjunto de imagens e de símbolos, pelos quais um grupo humano exprime sua adaptação à realidade, aos outros e à história (RICOEUR, 1995, p. 151-152).

O prisma dos costumes, valores construídos por grupos parecem mover as experiências políticas definindo as ideologias. Na perspectiva ricoeuriana entretanto, as memórias efetivamente de grupos podem exprimir por meio de suas narrativas, os sentimentos de responsabilidade social, os valores presentes em suas ações.

Pode-se ponderar que a JUC tinha tarefa social e conscientizadora da sociedade. Fora inspiração nas ideias de Chardin, Hegel e outros pensadores. Foi uma geração que teve consciência de cidadania, de heroísmo, de sonhos e convicções que levantaram lenços pela sociedade, suscitaram uma série de perguntas críticas e tiveram participação política. Muitos ficaram sem documentos, sem identidade definida pela repressão política do novo regime instaurado no país.

A explicação e compreensão não constituem os pólos de uma relação de exclusão, mas os momentos relativos de um processo complexo: a interpretação.

A questão entre explicar e compreender é, inicialmente, a de saber se a ciência quer se trate de ciências da natureza ou de ciências do homem, constituem um conjunto contínuo, homogêneo e, finalmente, unitário, ou se entre as ciências da natureza e as ciências do homem, é preciso restabelecer uma ruptura epistemológica (RICOEUR, 1989, p. 163).

O próprio conhecimento ou a capacidade do homem em conhecer e atribuir significados é constitutivo para ele, na medida em que este muitas vezes necessita romper com valores construídos anteriormente. E na ótica interpretativa e explicativa de práticas do grupo, os processos de evolução da consciência política da JUC avançaram a passos rápidos e adentraram nas variantes do pensamento maoísta no período da Ditadura Militar. A JUC agora ressignificada na AP tem investidas no campo do marxismo, e, mais adiante em 1971, defendeu a união com correntes marxistas-leninistas no país seguindo para a guerrilha armada. A maioria dos integrantes da AP decidiu fundir consubstanciar-se no PCdoB com os dissidentes passando, então, a denominá-la de APML (Ação Popular Marxista-

Leninista). O engajamento nessas propostas exigia posturas mais rápidas e radicais.

Compreender a história é compreender como e por que os episódios sucessivos conduziram a essa conclusão, a qual, longe de ser previsível, deve finalmente ser aceitável como congruente com os episódios reunidos. Pensar como este movimento impactou na construção de identidades e práxis neste contexto foi um desafio. Muitos morreram, os poucos que ficaram contam a mesma história, reflexo para a historiografia presente que postula o esforço de apreender o sentido da dinâmica de atuação do grupo para não cair no esquecimento.

A JUC consubstanciou-se na AP e com ela radicalizou-se, embora deixasse sua ideologia criar raízes para a nova luta, não sistematizou formas de resistência e contra ataques a grupos opositores. Extinta oficialmente no ano de 1968, teve sua sede invadida e destruída pelos militares. O ideal da JUC é que não morreu, e em um novo ideário criou asas na História de luta do país.

[...] o momento em que estamos vivendo no país foi provocado pela minoria de privilegiados que vivem de olhos voltados para o passado e temem enfrentar o luminoso futuro que se abrirá à Democracia pela integração de milhões de patrícios nossos na vida econômica, social e política da Nação, libertando-os da penúria e da ignorância (FICO, 2004, p. 318).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigar na História Contemporânea brasileira, a construção das identidades e a práxis da JUC no contexto nacional e regional entre os anos de 1958 e 1964 foi uma caminhada larga entre bibliotecas, arquivos, leituras e entrevistas, tarefa complexa e encantadora.

Esta tese visou a contemplar uma apresentação abrangente, até mesmo exaustiva para o leitor sobre a participação da Juventude Católica Universitária (JUC) em movimentos sociais brasileiros, entre o laicato e a luta estudantil nas décadas de 1950 e 1960, no cenário nacional em especial na Bahia, fazendo cruzamento com informações coletadas em outros estados. Ao analisar as formas como este movimento social impactou na construção de identidades e práxis neste contexto histórico, percebe-se que o grupo foi inserido nessas ações a partir das famílias que eram católicas, embaladas pelo sonho de uma sociedade mais igualitária. Juventude idealista, utópica, características de uma época em que as lutas foram eficazes e profícuas, assumindo características distintas de outros grupos de esquerda. Eram universitários intelectualizados, espiritualizados e convidados pela Igreja Católica para atividades leigas, ou seja, cristãs com cunho social, assistencialista.

Em alguns momentos assumiram a Identidade Nacional, tramitando entre o nacionalismo exacerbado com poder econômico centralizado com expectativas em relação às mudanças advindas de movimentos inspirados nos regimes totalitários (Nazismo, Fascismo) que inspiravam a política, a religião no país, e isso leva a crer na forte influência desses contextos externos no Brasil.

A participação dos universitários leigos em Ações Católicas impulsionou e fascinou a sociedade desses anos. Chamaram atenção de grupos políticos, principalmente em lutas pelas Reformas de Base, viveram a condição de atores sociais cuja identidade inicial era cristã, vivenciando identidade de Igreja Católica e de Universidade. Os jucistas discutiram o Brasil, as desigualdades regionais, a condição do operariado urbano, a fome e o respeito à Constituição não cumprida pelos governos. Preocupados com os novos rumos do país, tiveram uma práxis entre Ações Católicas e luta mais radicalizada pela transformação da sociedade

brasileira. Caminharam inspirados na utopia que pairava nos anos 60, lidaram com a contracultura, o ativismo, participaram de genuínas manifestações de ideologias *hippies*, anárquicas, regidas pela instabilidade do mundo, da América Latina.

A atuação da JUC foi notória. O grupo lançou sementes produtivas para a luta revolucionária, mostrou que os estudantes tinham ideário e força capaz de avançar em suas arestas e, mesmo em nível nacional, seria impossível atribuir aos jucistas um caráter genérico e uniforme de sua luta.

Contudo, a pesquisa apontou inicialmente para a participação no laicato no seio de uma entidade com princípios de humanismo cristão. Mais adiante, inserida na Associação Universitária Católica (AUC), em 1929, o grupo mostra que ações fortemente influenciáveis pelo pensamento do Centro Dom Vital, avança enquanto movimento social especializado das Ações Católicas Especializadas vindo a se chamar Juventude Universitária Católica, a JUC espiritualizada, intelectualizada. E ao lado de suas irmãs congêneres vivencia a Universidade, seus conflitos ideológicos, permitindo-se recorrer a ideologias de autores clássicos, em especial a Karl Marx, enveredando no pensamento de *Mao Tsé Tung* com bases ideológicas inspiradas em teorias sobre a exploração e a luta de classes, o que acabou levando o grupo a ressignificar sua identidade para uma ação revolucionária.

Era a JUC constituída de identidades entre a cristã e a estudantil, sofrendo transformações e instaurando uma práxis fora 'das amarras da Igreja'. Nesse novo momento que busca o ideário revolucionário na Ação Popular. E no cenário social, político, cultural do país, a JUC colaborou na definição de novos processos democráticos, originando a AP com carteira de identidade de luta mais revolucionária. Reorganizou-se como grupo, transformou sua práxis, avançou no ideário e foi capaz de promover movimento de pessoas em rumo à transformação da sociedade brasileira.

Contudo, a JUC ficou com a identidade comprometida no período de repressão, levantou lenços, se posicionou a partir de contextos históricos, sociais, políticos que definiram ações sistematizadas, mostrou a realidade nacional que estava sendo ocultada por uma ideologia hegemônica. Pensou ainda nos princípios dos Direitos Humanos, fez História, produziu uma existência social.

O ideário do grupo movimentou a história desses anos, e apesar da sua força, falhou quando não criou estratégias articuladas com outros grupos para evitar a derrocada do Governo de Goulart. O movimento criou rupturas na

sociedade brasileira. A queda do Governo de Goulart foi fator decisório, e, seguida o declínio político de um sistema, ocorrendo aborto no ideário revolucionário de jovens.

Argelina Figueiredo questiona: o que o se sabe de uma Democracia no Brasil? Seria um regime fundado no vazio de nós mesmos e no querer viver juntos numa crença? E para responder a tal questão, a teoria e aplicação hermenêutica adotada aqui, mostra que o círculo hermenêutico tem momentos de fechamento em crenças que pressupõem uma leitura radicalmente feita por grupos que impediram a construção de uma sociedade mais democrática ou mesmo, socialista. Além disso, quem falava alto naquele momento? Para quem falava? Em que condições se escutava a voz da JUC?

Os conflitos das interpretações, o modo embrionário de aplicação da Democracia brasileira, a falta de estratégias relacionais da esquerda, o compreender e o explicar de cada grupo, trouxeram à tona pontos como a imposição do Golpe de 1964 e a tentativa de democratizar ou mesmo, mudar o regime de governo brasileiro.

O episódio de 1964 não deu fim ao ideário do grupo. A criação da Ação Popular (AP) já era uma resposta às visíveis manifestações de sua ressignificação identitária, de suas amplas análises. Alguns autores atribuem a extinção da JUC em 1968 com o incêndio da sede nacional e “o estouro” dela em 1964 nas unidades estaduais, mas pode-se afirmar que a JUC já estava enfraquecida, dissipada ou mesmo, dividida desde a criação da AP. Ora, as mais fortes crises após o episódio de 1964 surgiram como um processo de diferenciação interna entre os militantes da JUC, da AP e entidades de esquerda que tentavam a todo custo se reorganizar, e pode-se dizer que a repressão civil militar feriu a Democracia, suprimiu os direitos constitucionais, censurou e perseguiu politicamente muitas pessoas.

O grupo transitou entre a utopia e a prática revolucionária – considerando que por conta de uma série de dificuldades práticas, o grupo buscou conquistar autonomia da Igreja, projetando-se numa saída para a luta radicalizada, revolucionária, criando a AP – fruto de uma acumulação de forças sociais, políticas e ideológicas inseridas numa situação histórica marcada por intensos conflitos. N entanto, em momentos de repressão, as relações familiares foram constitutivas com suas bases de proteção e apoio.

A pesquisa mostrou que a(s) identidade(s) construída(s) pela JUC nessa dinâmica, estiveram inseridas numa prática social conflituosa que se mostrou inserida em práxis transformadora, cuja ação esteve intrinsecamente ligada ao movimento libertador em prol dos Direitos Humanos. O grupo produziu ideário que procurou explicar e compreender o momento no Brasil. Transmitiu valores, defendeu pessoas, contou com apoio de muitas famílias solidárias.

A JUC assegurou através de seu ideário, forças conjuntas em prol do combate ao ocultamento de uma realidade imposta pela ideologia hegemônica. O grupo defendeu de ‘unhas e dentes’ as camadas populares, vivenciou o exercício da Democracia em detrimento ao Totalitarismo e viu a possibilidade de uma forte mudança na sociedade brasileira, quebrando ideologia(s) manipuladora(s), sendo modelo para criação de muitas entidades de luta no país.

Considera-se que, o exercício do ideário da JUC revelou através de sua participação religiosa, sociopolítica e cultural, um traço diferencial nos movimentos sociais que atuaram no país nos anos 60. As análises apontaram para o exercício político do grupo como ideário constitutivo de sua(s) identidade(s). Num primeiro momento, ancorou-se na complexidade da Igreja como instituição dotada de um ideário religioso advindo da família nuclear que estimulou a entrada de jovens no laicato, em resposta às constantes ameaças da contracultura dos anos 60 que desestabilizava a família como referência, em tempo conflituosos após duas ‘Guerras Quentes’ e uma ‘Guerra Fria’.

Num segundo momento, o ideário constitutivo se transformou em ideário libertador com a efetiva participação de seus membros em diversos setores especializados da sociedade, transformando-se em postura revolucionária.

Num terceiro momento, o grupo sendo capaz de ressignificar seu ideário, adentrou num ideário revolucionário, armado com a identidade de Ação Popular. E a partir de 1962, a JUC havia se dividido gerando a Ação Popular/AP, entre os anos de 1964 a 1966, jucistas tornaram-se presença significativa na política nacional, mas alguns já haviam recuado e outros avançado em seus ideais, o que nos leva a crer que a própria JUC estava desestabilizada, rachando o grupo. Todavia, a Igreja resistiu e apesar da luta de alguns padres e bispos, propôs a retirada dos militantes das mobilizações políticas.

Mas a JUC já havia levado muitos de seus integrantes para a AP. Acredita-se que aqueles que não aceitaram as determinações, recuaram e não mais

militavam com medo. Havia um clima de insatisfação no próprio grupo e na Igreja Católica estava literalmente dividida.

Enfim, as identidades têm fonte de significado e experiência em atributos culturais, sociais, políticos vivenciados pela JUC. Entende-se identidade através dos processos de construção de significados em contextos de tensão e contradição. E sob o ponto de vista sociológico, as identidades são construídas nas relações sociais.

Aventa-se aqui que o grupo teve uma função social enraizada num tempo e num espaço, construindo a mesmice ou o idem com a Identidade Nacional e ao mesmo tempo mergulhou no si mesmo para redefinir sua posição na sociedade brasileira, tendo nas relações familiares o apoio e, assim o aparato para a diminuição do sofrimento vivenciado no país.

Ora, a metamorfose identitária do grupo foi aos olhos da Igreja e do Estado, Repressor - uma intriga que se instaurava no Brasil. O movimento social jucista, teve como pano de fundo não só os contextos históricos marcados por Governos Totalitaristas, mas por um clima de embates entre os aparatos de grupos interessados em cristalizar uma ordem na história do país.

Diante das opressões, o ideário da JUC revelou através de sua participação religiosa, sociopolítica e cultural, um traço diferencial diante das entidades de movimentos sociais que atuaram no país nos anos 60, uma identidade fundante para as lutas estudantis nacionais. A(s) identidade(s) da direcionaram um novo entendimento a respeito do homem na Sociedade, repensou a Família Contemporânea e os Direitos Humanos, conduziu o grupo a outro(s) ideário(s). As identidades foram abrindo espaço para que o grupo compreendesse os acontecidos, ressignificando suas práticas, reapropriando do si mesmo, destabilizando o outro e avançou no seu ideário de base, conquistando forças de mudanças e luta democrática.

Sua importância está ligada ao movimento social que contribuiu para as lutas políticas no país e ao lado de suas congêneres deu outro significado ao cotidiano dos jovens brasileiros. No entanto, instaurado o Golpe de 1964, os jovens foram calados, impedidos de atuar na vida social e política do país, de certa forma também obstados de assumirem uma identidade própria e funções políticas por anos, enfim, amplamente perseguidos pela repressão civil militar, foram amparados pelas relações familiares. Muitos foram mortos, torturados e tiveram seus nomes

em listas de desaparecidos, outros sobreviveram com apoio de pessoas que protegiam seus filhos e os da Nação.

Suas ideias e propostas ficaram na História do Brasil assentadas numa identidade *sui generis*. A JUC deixou um legado importante para a História do país, os jovens tiveram sonhos igualitários, sementes de luta para os movimentos sociais. Afirma J: “Foi um momento mágico, utópico, eu confesso, mas, de toda essa viagem que eu fiz ao longo de uma vida, esta ficou marcada como um dos momentos mais sublimes.”⁹

⁹ O depoente J faleceu alguns meses depois da entrevista dados a autora. Através de suas memórias, suas histórias ficaram aqui registradas.

REFERÊNCIAS

Um dia veio a peste e acabou com
toda a vida na face da Terra:
em compensação ficaram as Bibliotecas...
E nelas estava meticulosamente escrito
o nome de todas as coisas!

Mário Quintana, 1989



ABRAMO, H. **Retratos da Juventude brasileira**: análise de uma pesquisa nacional: São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

ABRANOVAY, M. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina**: desafios para as políticas públicas. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

ABREU E LIMA, Maria do Socorro. **Revisitando o campo**: lutas, organização, contradições. Pernambuco, 1962–1987. Tese de Doutorado em História apresentada à UFPE. Recife, 2003.

ABREU, Alzira Alves de. Quando eles eram jovens revolucionários. In: VIANA, Herman (org.). **Galeras Cariocas**. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

ALBERICO, Giuseppe. **História do Concílio Vaticano II**. Vol. 1. Petrópolis (RJ): Vozes, 1996.

ALBUQUERQUE, Guilhon. **Movimento Estudantil e Consciência Social na América Latina** - Teoria e Método Sociológico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Círculos Operários Católicos**: prática de assistência e de controle no Brasil (1932–1945). 1992. São Paulo. Dissertação (Mestrado em História Social) – PUC, Rio de Janeiro, 1992.

ALMEIDA, Candido A. M. de. Nacionalismo e Desenvolvimento: **mento dos vivos**: a esquerda católica no Brasil. (Tese de doutorado). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1966.

_____. **Os religiosos, a Igreja e seu desenvolvimento político no Brasil**. Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Justiça e Paz, 1978.

ALVAREZ, Sonia E; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. **Cultura Política nos Movimentos Sociais Latino Americanos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Tradução de Clóvis Marques. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

ALVES, Márcio Moreira. **O Cristo do Povo**. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966.

_____. **A Igreja e a Política no Brasil**. Prefácio de Frei Betto. São Paulo: Brasiliense, 1979.

AMARAL, A. J. de Azevedo. **O Brasil na crise atual**. São Paulo: Nacional, 1934. (Coleção Brasileira, 31).

_____. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

_____. Realismo Político e Democracia. In: **Cultura Política**. Ano I, número 01, março de 1941.

ANDERSON, Perry. **A Crise da Crise do Marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

ARANTES, Aldo; LIMA, Haroldo. **História da Ação Popular, da JUC ao PCdoB**. São Paulo: Alfa-Omega, 1981/84.

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. **1968. O movimento estudantil na Bahia: um testemunho**. Salvador. 1998. (Mimeo).

ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964**. Recife, Cia. Editora de Pernambuco, 1995. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil nunca mais**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

AVELINO, Yvone Dias (coord.); FLÓRIO, Marcelo. **Polifonias da Cidade**. São Paulo: D'Escrever, 2009.

AZEVEDO, Débora B. **Em nome da ordem: democracia e combate ao comunismo no Brasil (1946-1950)**. Brasília, UnB, Mestrado em História (Dissertação), 1992.

AZEVEDO, Thales de. **As elites de cor numa cidade brasileira**. Um estudo de ascensão social & Classes Sociais e Grupos de Prestígio. Salvador: EDUFBA, 1996.

AZZI, Riolando. **A Sé Primacial de Salvador**. A Igreja Católica na Bahia. 1551-2001. 2. V. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001.

_____. **A Neocrisandade**: um projeto restaurador. São Paulo: Paulus. (História do Pensamento Católico no Brasil. V. 5), 1994.



BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart**: as lutas sociais no Brasil (1961–1964). 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978/1983.

_____. **Estado Nacional e Política Internacional na América Latina**. O Continente nas Relações Argentina–Brasil. São Paulo: Ensaio, 1993. 304 pp.

_____. **De Martí a Fidel**. A Revolução Cubana e a América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal estar da Pós Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BAUSBAUM, Leôncio. **História Sincera da República**: de 1961 a 1967. Vol. 4. São Paulo: Alfa Ômega, 1986.

BELLO, José Maria. **História da República**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

BELLUZO, L.; VICTORINO, R de C. **A juventude nos caminhos da ação pública**. Tempo Social. São Paulo: vol 18, n 04, 2004.

BENJAMIN, Walter. A Doutrina das Semelhanças. In: _____. **Obras Escolhidas - I**. São Paulo: Brasiliense, 1985 (Orig. 1933).

_____. **Obras escolhidas**. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BENEVIDES, Maria Victória de M. **O Governo Kubitschek**. Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política. 1956–1961. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **O Governo Jânio Quadros**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BENTO, Fábio Régio. **A Igreja Católica e a Social Democracia**. São Paulo: Ave Maria, 1999.

BERMAN, Marshall. Nostalgia dos anos 60. In: **Folha de São Paulo**, Caderno Maia. Ano 2, 2000.

BERNARDINO, Angélico Dom. Cristãos e marxistas aprendendo a conviver. In: **Lua Nova**. 1 (1): 30-34, abr.- jun., SP., 1984.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 30, o Estado Novo e a redemocratização. In: **O Brasil Republicano**. Organizado por Boris Fausto. São Paulo: Difel, 1983.

_____. **Cristãos na Universidade e na Política**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

_____. **A Igreja do Brasil**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994.

BETIATO, Mário Antônio. **Da Ação Católica à Pastoral da Juventude**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1985.

BETINHO, Herbert José de Souza. **Revoluções da minha geração**: depoimento a François Bougon. Tradução de Lourdes Grzybowski. São Paulo: Moderna, 1996. (Polêmica). Original de François Bougon.

_____. **No Fio da Navalha**. Rio de Janeiro: Revan, 1996.

BEVERIDGE, W. I. B. **The Art of Scientific Investigation**. Nova York: Vintage Books, 1957.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da Pesquisa**: monografias, dissertações e **teses**. São Paulo: Atlas, 2007.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade**: Para uma teoria geral da política. 6. ed. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra, 1977.

_____. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: UNESP, 2001.


_____. **O Futuro da Democracia**: uma defesa a regras do jogo. Trad de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Portugal: Porto, 1994.

BIALET, Graciela. **Los sapos de La memória**, Córdoba, Argentina: Coleccion Memória Maravilla, 2001.

BOM MEIHY, José. Carlos. S., **Manual de História Oral**. 5. ed., São Paulo, Loyola, 1996. Sistematização da metodologia utilizada e discutida, em reuniões e projetos coletivos, pelo NEHO.

_____. (org.). **(Re)introduzindo História Oral no Brasil**. Xamã, São Paulo, 1996.

- _____. **História Oral: como fazer, como pensar.** São Paulo: Contexto, 2007.
- BOMBONATO, Vera Ivanise. **Análise e perspectivas.** São Paulo: Paulinas, 2004.
- BORGES, Jorge Luis. **Prosa Completa.** Trad. Marco Antonio Franciotti. Barcelona, Bruguera, 1979. vol. 1.
- BORIS, Fausto. **Revolução de 1930.** São Paulo: Brasiliense, 1970.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade.** Lembranças de Velhos. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1979.
- _____. **O Tempo Vivo da Memória: Ensaio de Psicologia Social.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BRANDÃO, Ana Maria. **A Revolução de 1930 e seus antecedentes.** FGV/CPDOC. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BRANDÃO, Berenice Cavalcanti. **O movimento leigo no Brasil (as relações entre Igreja e Estado: 1930–1945).** 1975. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em História) (GPH/PPGH) da Universidade Federal Fluminense (UFF) –, Niterói, 1975.
- BRANDÃO, Zaia. **A intelligentsia educacional: um percurso com Paschoal Lemme, Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1999.**
- BRITO, Antonio Mauricio Freitas. **Capítulos de uma história do Movimento Estudantil na UFBA (1964–1969).** 2003. Dissertação (Mestrado em História Social) – UFBA, Salvador, 2003.
- BRUNEAU, Thomas C. **Catolicismo brasileiro em época de transição.** São Paulo: Loyola, 1974.
- BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. **Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais: os pólos da prática metodológica.** 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.
- BURKE, P. (org.) **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: Unesp, 1992.
- _____. História como memória social. In: **Variedades de história cultural.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.
- 
- CALHON, Criag. (org.). **Social Teheory and the Politcs of Identity.** Oxford: Blackwell, 1994.

CAMINO L. Análise Psicossocial dos Movimentos Sociais. Uma Perspectiva Marxista. In: SCHILIEMAN, A. L.; FALCÃO, J. I. ROCHA (orgs.). **Anais do I Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio**. Recife: UFPE, 1988.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas**: como entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 1998.

_____. Gramsci e as culturas populares na América Latina. In: COUTINHO, Carlos Néilson; NOGUEIRA, Marco Aurélio (orgs.). **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

_____. **Diferentes, Desiguais e Desconectados**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

CAPALBO, Creusa. **Fenomenologia e Ciências Humanas**. 3. ed. Londrina: UEL, 1996.

CARDOSO, Ciro Flamarion S.; BRIGNOLI, Hector Perez. **Os métodos da história**. Tradução de João Maia. Rio de Janeiro: Edições Grall, 2002.

_____. **Um historiador fala de teoria e metodologia**: ensaios. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.

CARDOSO, Irene. A geração dos anos 60: o peso de uma herança. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP. São Paulo: v 17. n 2. Novembro de 1995.

CARLI, Gileno Dé. **Visão da Crise**: 1961-1964. Brasília: Universidade de Brasília, 1980.

CARONE, Edgard. **Revolução do Brasil Contemporâneo (1922-1938)**. São Paulo: Martins, 1965.

_____. **A Primeira República**. (1889-1930). São Paulo: Difusão Editorial SA, 1969.

_____. **A República Velha I**: Instituições e classes sociais. São Paulo: Difusão Editorial SA, 1972.

_____. **A Segunda República (1930-1937)**. São Paulo: Difusão Editorial SA, 1973.

_____. **A República Velha II**: (Evolução Política). São Paulo: Difusão Editorial SA, 1974.

_____. **A República Nova (1930-1937)**. São Paulo: DIFEL / Difusão Editorial SA, 1974/1976.

_____. **O Tenentismo**: Acontecimentos, personagens, programas. São Paulo: Difel/Difusão Editorial, 1975.

_____. **A Terceira República (1937-1945)**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1976.

_____. **A Quarta República (1945-1964)**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987.

_____. **O Estado Novo (1937-1945)**. São Paulo: Difel / Bertrand Brasil SA, Rio de Janeiro, 1976/1988.

_____. **Brasil: Anos de Crise (1930-1945)**. São Paulo: Ática, 1991.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CARVALHO, Maria do Socorro Silva. **A nova onda baiana: cinema na Bahia (1958- 1962)**. Salvador: EDUFBA, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam (Coord.). MELLO, Juliana L.; CAMARANO, Ana A. **Transições para a vida adulta: os jovens da região metropolitana do Rio**, 1994.

CASTRO, Mary Garcia. Políticas públicas por identidades e de ações afirmativas: acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. **Identidades, Alteridades, Latinidades**. Salvador: Caderno CRH 32, 2000.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução de Brandini Gerhardt. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999/2006 (A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura). V. 2.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. A família do Sion: memórias de mulheres católicas. **Revista Histórica**. Arquivo Público de São Paulo. 11 jun. 2006.

CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira. **Família em Movimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. **Ideologia e Mobilização Popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: Centro de Estudos e Cultura Contemporânea, 1978.

CHARDIN, Pierre Teilhard de. **O Fenômeno Humano**. (Tradução e Notas: José Luiz Arcanjo, PhD.). São Paulo: Cultrix, 1965.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade o Exército e a política na sociedade brasileira**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.

CNBB. Diretrizes da Comissão Episcopal da Ação Católica Brasileira e do Apostolado dos leigos para a JUC nacional. **Revista Eclesiástica Brasileira**. dez/1961.

CNBB - **Conferência Nacional dos Bispos do Brasil**. Disponível em: <<http://www.cnbb.org.br/index.php?op=pagina&chaveid=235.001>>. Acesso em: 24 abr. 2006.

_____. Diretório nacional de catequese, São Paulo: Paulinas, 2006. (Documentos da CNBB, 84).

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO (CELAM). **A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio**: conclusões de Medellín. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

CONSTITUIÇÃO Dogmática. **Lumen Gentium**: Sobre a Igreja. Vaticano II, 1964.

COUTO, Ronaldo Costa. **História Indiscreta da Ditadura e da Abertura**: Brasil: 1964-1985. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

CRUZ. Sebastião C Velasco. 1968: movimento estudantil e crise na política brasileira. In: **Revista de Sociologia e Política**, São Paulo, n. 2. 1994.

CUNHA, José Guilherme da. **Revoltas estudantis na Bahia**. (1959/1964). Salvador: BDA, 1996.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira**: católicos e liberais. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.



D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Int. e org.). **Visões do golpe**: a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DE DECCA, Edgar Salvatori. **1930**. O Silêncio dos Vencidos: memória, história e revolução. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB**: do getulismo ao reformismo: 1945-1964. São Paulo: Marco Zero, 1989.

_____. Temporalidade e interpretações. In: FILHO, Aarão Reis D.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (orgs.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru: EDUSC, 2004.

_____. **História Oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DELLA CAVA, Ralph. **A Ilusão Trabalhista: o PTB de 1945 a 1965**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1989.

_____. Igreja e Estado no Brasil do séc. XX. Estudos Cebrap. **Revista Brasileira de Ciência**, n. 12. São Paulo: Brasileira de Ciências, 1972.

_____. **Visões do golpe: a memória militar sobre 1964**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos**. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

DIAS, José Alves. **A subversão da Ordem: manifestações de rebeldia contra o regime militar na Bahia**. Salvador: UFBA, 2001.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Hermenêutica do cotidiano na Historiografia Contemporânea**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUCSP, São Paulo, n. 17. 1998.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS-1930. Versão em CD-ROM 182017. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Visões do golpe: a memória militar sobre 1964**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DONATI, Pierpaolo. **Família no século XXI: abordagem relacional**. Trad. João Carlos Petrini. São Paulo: Paulinas, 2008.

DRAIBE, S. **Rumos e Metamorfoses - Estado e Industrialização no Brasil: 1930-1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DREIFUSS, René Armand. 1964: **A conquista do Estado - Ação política, poder e golpe de classe**. 2. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1987.

DULCI, Otávio S. As Forças Armadas e a política. In: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (orgs.). **Sociedade e política no Brasil pós - 64**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.



ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

ENCICLOPÉDIA NOSSO SÉCULO. **A Era Vargas – 1930-1945**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

ENCICLOPEDIA CATTOLICA. **Tomo XII**. col. 724. Cidade do Vaticano, 1954, traduzido e citado em: <<http://www.lepanto.com.br/EstCurva.html>> Acesso em: 13 mar. 2006.



FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930: história e historiografia**. 16. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

_____. O Estado Getulista: 1930-1945. In: FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 11. ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 2003.

FÁVERO, Osmar. **Uma pedagogia da participação popular: análise da prática pedagógica do MEB Movimento de Educação de Base, 1961-1966**. Campinas: Autores Associados, 2006.

FELDMAN-BIANCO, Bela. Identidades. In: FELDMAN-BIANCO, B., CAPINHA, G. (Orgs.). **Identidades. Estudos de cultura e poder**. São Paulo: Hucitec, 2000.

FERRAÇO, Carlos, E. Eu, caçador de mim. In: GARCIA, Regina, L. (org.). **Método: pesquisa com o cotidiano**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes et al. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____. Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: O caso do Brasil. In: **História Oral, Associação Brasileira de História Oral**. São Paulo: jun. 1998.

FICO, Carlos. O Brasil no contexto da Guerra Fria: democracia, subdesenvolvimento e ideologia do planejamento (1946-1964). In: **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação**. São Paulo: SENAC, 2000.

_____. **Além do Golpe**. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou Reformas? Alternativas Democráticas à Crise Política: 1961-1964**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FIGUEIREDO, C. E. S. **Mario Pedrosa, retratos do exílio**. Rio de Janeiro: Antares, 1982.

FIGUEIREDO, Paulo Augusto de. **Aspectos Ideológicos do Estado Novo**. Brasília: Senado Federal, 1884.

FENTRESS, James; WICKMAN, Chris. **Memória Social**. Lisboa: Teorema, 1994.

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da História Oral. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Moraes, 1980a.

_____. **Educação como Prática da Liberdade**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980b.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FROES, Marcelo; PUGIALLI, Ricardo. **Os Anos da Beatlemania**. Rio de Janeiro: JB, 1992.

FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. **Análise do modelo econômico brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.



GALVÃO, Lúcia Noya. **Da religiosidade canônica à popular**. Recife: Pernambuco.

GARCIA, Regina Leite (org.). **Método: pesquisa com o cotidiano**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Derrotada – As ilusões Armadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

_____. **A Ditadura Envergonhada – As ilusões Armadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1989.

_____. A Transição para a Humanidade, In: Sol Tax (org). **Panorama da Antropologia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1966.

GERMAIN, M. LALANDE, C.S.C. **Vivendo a realidade**: ensaios sobre a Ação Católica – experiências estudantis. tradução da 2 ed canadense por Irmã Maria Luzia Cabral. Editora Vozes limitada, 1954.

GIL, Benedito Miguel. **O Exército Católico de Reserva**. Assis (SP): Unesp, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola. 1997.

GOMÁ Y TOMÁS, D Isidro. **La Familia según el derecho natural y Cristiano**. Barcelona: Casa Editorial Rafael Casulleras, 1952.

GOMES, Ângela Maria de Castro. Trabalhismo e democracia: o PTB sem Vargas. In: GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GONZÁLEZ, Juan Sánchez. Sobre la memoria. El pasado presente en los medios de comunicación. **Revista Eletrônica História Atual On-Line**. Ano II, n. 4

GOODE, WILLIAM Josiah. **A Família**. Trad. De Antonio Augusto Arantes Neto. São Paulo: Pioneira, 1970.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987, 1999.

GRUPO **Terrorismo Nunca Mais**. Disponível em: <<http://www.ternuma.com.br/guara.htm>> Acesso em: 15 nov. 2006.

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. **A formação e a crise da hegemonia burguesa na Bahia** (1930 a 1964). Salvador. 1982. Dissertação (Mestrado em História I) – UFBA, Salvador, 1982.

GUARINELLO, Norberto. Breve arqueologia da História Oral, História Oral. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**. n. 1, junho de 1998.



HAESBAERT, R. **Latifúndio e Identidade Regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

_____. **Des-territorialização e Identidade**: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói (RJ): EdUFF, 1997.

_____. Identidades Territoriais. In: ROSENDHAL, Z.; CORRÊA, R. (orgs.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. Identidade cultural e diáspora. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, IPHAN, 1996.

_____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.

_____. **Da Diáspora: identidades e Mediações Culturais**. Org Liv Sovik: Trad. Adelaide La guardiã Resende... [et al.] Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 1990, 2006.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

HENRIQUES, Fernanda (org.). **Paul Ricoeur e a Simbólica do Mal**. Porto: Edições Afrontamento, 2005.

HILSDORF, Maria Luisa Spedo. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2003.

HITCHCOCK, G & HUGLES. Research and Teacher **A Qualitative Introduction to Aschool Based Research**. Londres & Nova York: Routledge, 1995.

HOORNAERT, Eduardo. **Formação do catolicismo brasileiro (1550-1800)**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **A Era do Capital**. 1848-1875. Tradução de Luciano Costa Neto. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Tempos Interessantes: uma vida no século XX**. Trad. de S. Duarte. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. Problemas da história do comunismo. In: HOBSBAWM, E. J. **Revolucionários**. Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HUCKELMANN, Pe. Theodoro. **Dom Vital in memoriam**. Recife. Convento da Penha, 1979.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1981.



IANNI, Octávio. **O Estado e Capitalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. **A Formação do Estado Populista na América Latina**. 2. ed. Ática, 1989.

_____. **O colapso do populismo no Brasil**. 4. ed. rev. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. (Coleção Retratos do Brasil, v. 70), 1997.

IGREJA CATÓLICA. **As encíclicas sociais de João XXIII: Mater et Magistra e Pacem in Terris**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963.

IZQUIERDO, Ivan. **A arte de esquecer**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2004.



JAGUARIBE, H. A renúncia do presidente Quadros e a crise política brasileira. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v.1. n.1, nov. 1961.

JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do Social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

JOSÉ, Emiliano. **Galeria F – Lembranças do mar cinzento**. Primeira parte. São Paulo: Casa Amarela, 2000.

_____. **Segunda parte**. São Paulo: Casa Amarela, 2004.



KONDER, L. **O futuro da filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KRISCHEK, Paulo. O Nacionalismo e a Igreja Católica: a preparação para a democracia no Brasil 1930–1945. **Revista de Cultura Contemporânea**. n. 2. São Paulo: CEDEC/ Paz e Terra., 1979.

KRISCHKE, Paulo José. **A Igreja e as crises políticas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979.

KUJAWSKI, Gilberto de Mello. **A Crise do Século XX**. Vol. I. São Paulo: Ática, 1988.



LALANDE, M Germain. **Vivendo na realidade**: ensaios sobre a Ação Católica: experiências estudantis. Trad da Irmã Naria Luzia Cabral. São Paulo: Vozes, 1954.

LAUERHASS JR, Ludwig. **Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1986.

LE GOFF, Jacques. Documento Monumento. In: **Enciclopédia Einaudi**. Porto: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984.

_____. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____. **História e Memória**. 4. ed. Campinas: UNICAMP, 1996.

_____. A visão dos outros: um medievalista diante do presente. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe. **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

LEÃO XIII, Papa. **Encíclica Rerum Novarum de Sua Santidade o Papa Leão XIII** – Sobre a condição dos operários. Imprensa Nacional, 1941. Edição comemorativa do cinquentenário de sua publicação.

LEBRET, L. J. **Princípios para a Ação**. 4. ed. (revista e aumentada), São Paulo, Duas Cidades, 1961.

LEIS, Hector. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**. ISSN 1678-7730. N. 73 – FPOLIS, Agosto, 2008.

LEVINE, Robert. **O regime de Vargas**: os anos críticos 1934-1938. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

LIBANIO, João Batista. **Concílio Vaticano II**: em busca de uma primeira compreensão. São Paulo: Loyola, 2005.

LIMA, Alceu Amoroso. **Em busca da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. **Itinerário**. (org.) Joviniano Soares de Carvalho Neto. Comitê Brasileiro pela anistia, núcleo da Bahia. 1979.

_____. **História da Ação Popular**: da JUC ao PCdoB. São Paulo: Alfa-Ômega, (Coleção Biblioteca Alfa-Omega de Cultura Universal, Série 2, Atualidade, 33). 1984

LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. **Evolução Política dos Católicos e da Igreja no Brasil**: hipóteses para uma interpretação. Petrópolis (RJ): Vozes, 1979.

LIMA, Solange Silvano Rodrigues. **De Pousos em Pousos**: em busca do repouso prometido. Revisão de Teresa Gonçalves Pereira. Mosteiro de São Bento, Bahia., 2010

LORENZO-FERNANDES, O. S. **A Evolução da Economia Brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LÖWY, M. Marxismo e Cristianismo na América Latina. Em Lua Nova. **Revista de Cultura e Política**. n. 19. São Paulo: CEDEC, 1989.



MACIEL, Luiz Carlos. **Anos 60**. Porto Alegre: L & PM, 1987.

MAGALHÃES, Rui. **Introdução à hermenêutica**. Coimbra: Editora Angelus Novus Ltda, 2002.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916–1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. A JOC e o surgimento da Igreja na base (1958-1970), **Revista Eclesiástica Brasileira**. 43: 169, março 1989.

MANIFESTO do Episcopado brasileiro sobre a ação social. Reb, 6 (jun. 1946): 482. In: MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916–1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MANOEL, Ivan A. Ação Católica Brasileira: marco na periodização da história da Igreja Católica no Brasil (um projeto de pesquisa). In: COUTINHO, Sérgio Ricardo (org.). **Religiosidades, Misticismo e História no Brasil Central**, Brasília, Cehila-Universa, 2001.

MARIA, Pe. Júlio. **Catolicismo no Brasil** (memória histórica). 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1950.

MARITAIN, Jacques. **Humanismo Integral**: uma visão nova da ordem cristã. Tradução de Afrânio Coutinho. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

MARTINS, Ezequiel da Silva. **A Bahia**: Suas tradições e encantos. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo / FUNCEB, EGBA, 2000.

MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento estudantil e ditadura militar (1964-1968)**. Campinas (SP): Papirus, 1987.

MARIZ, Cecília Loreto. Católicos da Libertação, Católicos Renovados e Neopentecostais. **Cadernos CERIS**. n. 2, outubro, 2001.

MARX, Karl. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**. N. 17, São Paulo, 1989.

_____. **Acción Colectiva**, Vida Cotidiana y Democracia. México D. F: El Colegio, 2003.

_____. **Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas.** Várias edições. Disponível em: <www.marxists.org.br>. Acesso em: mar. 2005.

MELUCCI, Alberto. **Por uma sociologia reflexiva.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

MILAN, Yara Maria Martins Nicolau. **O reacionarismo católico e a educação como ação.** Campinas, SP, 1986. 133p. Dissertação (Mestrado em Educação na Área de Filosofia e História da Educação) - Faculdade de Educação, UNICAMP.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MORAES, Dênis de. **A esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois.** Prefácio de Rene Dreifuss. 2. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

MORAES, João Quartim de. O Colapso da resistência militar ao golpe de 64. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). **1964: visões críticas do golpe.** Democracia e reformas no populismo. Campinas (SP): Ed. da Unicamp, 1977.

_____. A influência do leninismo de Stalin no comunismo brasileiro. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. (org.). **História do marxismo no Brasil.** Volume I. O impacto das revoluções. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

_____. **A Esquerda Militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes.** São Paulo: Expressão Popular, 1992.

MORAES, João Quartim de. DEL ROIO, Marcos (Org.). **História do marxismo no Brasil: visões do Brasil.** V. 4. Campinas (SP): Ed. da Unicamp, 2000.

MORAES, João Quartim de. **Contra a canonização da democracia.** Crítica Marxista, São Paulo, n. 12. 2001.

MORAES JÚNIOR, D. Antônio de Almeida. **A Igreja e o comunismo.** Petrópolis (RJ): Vozes, 1962.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da Cultura Brasileira: 1933-1974.** Ensaio 30. Rio de Janeiro: Ática, 1994.

MOURA, D. Odilão O. S. B. **Idéias católicas no Brasil – direções do pensamento católico do Brasil no século XX.** São Paulo: Convívio, 1978.

MOURA, Maria Lúcia Seidel et al. **Manual de Elaboração de Projeto de Pesquisa.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

MURARO, Walmir Francisco, **Juventude Operária Católica (JOC).** São Paulo: Brasiliense, 1985 (Tudo é História, 97).


 N

NAPOLITANO, Marcos. **Cultura Brasileira**: utopia e massificação (1950-1980). São Paulo: Contexto, 2001.

NORA, Pierre. **Lês Lieux de mémoire I**. 1984.

_____. O retorno do fato. In: Le Goff, J. NORA, P. (orgs.) **História**: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

_____. Entre Memória e História: a problemática dos lugares, In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, 1993.

NEVES, Lucília de Almeida. Os desafios da história oral: ensaios metodológicos. In: PINHEIRO, Áurea da Paz; NASCIMENTO, Francisco Alcides do (orgs.). **Cidade**: história e memória. Teresina: EDUFPI, 2004.

NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO DE LÍNGUA PORTUGUESA. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.


 O

OLIVEIRA JUNIOR, Franklin. **A Usina dos Sonhos**. 1995. Dissertação (Mestrado em História) – UFBA, Salvador, 1995.

_____. **História da Ação Popular**. Recife. Tese de Doutorado em História. Centro de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

OLIVEIRA, Vital Maria Gonçalves de. **Resposta do Bispo de Olinda ao [...] Conselho d'Estado**. 1873.

OLÍVOLA, Frei Félix de. **Um grande brasileiro a serviço de Deus**: D. Frei Maria Gonçalves de Oliveira. 4. ed. Recife: Imprensa Universitária, 1967.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.


 P

PALMER, R.E. **Hermenêutica**. Lisboa (PT): Edições 70; 1999.

PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e companheiros**. História e memória do PCB. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

_____. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

PASQUINO, Gianfranco. Movimentos Sociais. In BOBBIO, N; PASQUINO, G; MATTEUCCI (Eds.). **Dicionário de Política**. Vol. 2, pp. 787-92. Brasília: UnB, 1994.

PERRENOT, Michelle. **Excluídos da História**, Os operários, mulheres e prisioneiro. Trad de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PERRY, Marvin. **Civilização Oriental**: uma história concisa. Tradução Waltensir Dutra e Silvana Vieira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PESSINATTI, Nivaldo Luiz. **Políticas de Comunicação da Igreja Católica no Brasil**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.

PETRINI, João Carlos. **Pós Modernidade e família**: um itinerário de compreensão. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

_____. Políticas Sociais Dirigidas à Família. In: Borges, A. e CASTRO, M. G.(orgs) **Família, Gênero e Gerações**: desafios para as políticas sociais. São Paulo: Paulinas, 2007.

PETRINI, João Carlos; CAVALCANTI, Vanessa Simon (orgs). **Família, sociedade e subjetividade**: uma perspectiva multidisciplinar. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

PIMENTA, Aluisio. **Universidade**: a destruição de uma experiência democrática. Petrópolis (RJ): Vozes, 1984.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

PIO XII. **A Democracia no pensamento de Sua Santidade**. Lisboa MCXLV

POCOCK, Jonh G. A. A história da política thought: um inquérito metodológico. In: LASLETT, Peter. **Princeton**. University Press. 2003a.

_____. **Linguagens do pensamento político**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003b.

POERNER, Arthur José. **O Poder Jovem**. História da Participação Política dos Estudantes. São Paulo: Centro de Memória da Juventude, 1995.

_____. **Assim marcha a família**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**.v. 3. n. 10. Memória. São Paulo: Vértice, 1989.

_____. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho**: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. Projeto História 15. São Paulo, 1997.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e Social-Democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **Democracia e mercado**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1993.



RAJA GABAGLIA, Laurita Pessoa. **O Cardeal Leme (1882–1942)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

RAMAGNOLI, Luiz Henrique; GONÇALVES, Tânia. A volta da UNE. De Ibiúna a Salvador. **História imediata**. n. 5. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

RAMOS, Antonio da Conceição. **Movimento estudantil**: a JUC em Sergipe (1958–1964). 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFS, Aracaju, 2000.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Versões e ficções**: o sequestro da história. São Paulo: Fund. Perseu Abramo, 1997.

_____. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história – debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

_____. **Uma revolução perdida**: a história do socialismo soviético. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

_____. Entre Reforma e Revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. (orgs.). **História do marxismo no Brasil**. Vol. V – Partidos e Organizações dos anos 20 aos 60. Campinas: Unicamp, 2002.

REIS FILHO, D. A. RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (orgs.). **O golpe e a ditadura militar**: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru: EDUSC, 2004.

REIS FILHO, Daniel; SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da revolução**: Documentos Políticos das Organizações de esquerda dos Anos 1961-1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

_____. **A revolução faltou ao encontro**: os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **O Século XX: O tempo das crises. Revoluções, fascismo e guerra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar.** 14. ed. Campinas: Autores Associados, 1995.

RICOEUR, Paul. **O conflito das interpretações.** Paris: Ponto inicial, 1969.

_____. **Teoria da interpretação.** Lisboa: Edições 70; 1976.

_____. **Temps et récit.** 3 vols. Paris: Éditions du Seuil, 1983.

_____. **Ideologia e utopia.** Lisboa: Edições 70. Biblioteca de Filosofia Contemporânea, 1986.

_____. Indivíduo e identidade pessoal In: VEYNEET, P. al. **Indivíduo e poder.** Lisboa: Edições 70, 1988.

_____. **Filosofia da vontade.** V. II. Sistema Simbólico do Evil. Paris: Sapwood de Montaigne, 1988. (Publicação original de 1960).

_____. **Do texto à ação.** Porto: Rés Editora, 1989.

_____. **Entre mémoire et histoire.** In Projet. Paris: numero 248, 1996.

_____. **Interpretação e ideologias.** Rio de Janeiro: F. Alves, 1977, 1990.

_____. **O si mesmo como um outro.** Campinas (SP): Papyrus, 1990.

_____. **A Crítica e a Convicção.** Lisboa: Edições 70, 1995a.

_____. **Em torno ao político.** Leituras I. São Paulo: Loyola, 1995b.

_____. **Tempo e Narrativa.** (Tomo II e III). Campinas: Papyrus, 1995c.

_____. **Tempo e narrativa** (Tomo I). Campinas, SP: Papyrus, 1994.

_____. **O único e o singular.** Trad. de Maria Leonor Loureiro. São Paulo: UNEP, Belém, PA, 2002.

_____. **A metáfora viva.** São Paulo: Loyola, 2005.

_____. **Percurso do reconhecimento.** Trad. de Nicolas Nyimi Campanário. São Paulo: Loyola, 2006.

_____. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **Sur la traduction,** Paris, Bayard, 2004.

RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). A vanguarda armada e as massas na revolução que não ocorreu. In: **Ciências Sociais, hoje**. 1987. Anuário de Antropologia, Política e Sociologia da Anpocs. São Paulo: Vértice/Anpocs, 1987.

_____. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: UNESP, 1993. (Prismas).

_____. O impacto da crise do socialismo no Partido Comunista do Brasil (1988-1992). Perspectivas. **Revista de Ciências Sociais da Unesp**. São Paulo, n.17/18, p. 75-94, 1994/1995.

_____. **Em busca do povo brasileiro**. Artistas da revolução, do CPC à era da TV. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **História do marxismo no Brasil**. Vol. 5. Campinas: Ed. da Unicamp, 2002.

ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra o Estado**. São Paulo: Kairós, 1997.



SÁ, Nicanor Palhares. **Política educacional e populismo no Brasil**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir Simão; GENTILI, Pablo (orgs.). **Globalização Excludente**. Desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. 2. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.

SADER, Emir Simão. **Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe**. Associação Latino-Americana de Pesquisa e Ação Cultural. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.

SALEM, Tânia. Do Centro D. Vital à Universidade Católica. In: SCHWARTZMAN, Simon (Org.). **Universidade e instituições científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: CNPq, 1982.

SALEM, Helena (org.), **Brasil - A Igreja dos oprimidos**. São Paulo: Brasil Debates, 1981.

SALLERON, Louis. **Liberalismo e Socialismo**. São Paulo: Mundo Cultural, 1979.

SAMARA, E. M. **O que mudou na família brasileira?** (da Colônia à atualidade). **Psicologia**. USP. v. 13, n. 2, São Paulo, 2002.

SANFELICE, José L. **Movimento Estudantil**: a UNE na resistência ao golpe de 1964. São Paulo: Cortez, 1986.

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos**: comunistas e sindicatos no Brasil. Rio de Janeiro: UNIRIO; São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

SANTOS, Wanderley Guimarães dos. **Paradigma e história**: a ordem burguesa na imaginação social brasileira. Rio de Janeiro: [s.n.], 1975.

_____. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

_____. **64**: anatomia da crise. São Paulo: Vértice, 1986.

_____. **Cálculo dos Conflitos**: estabilidade e crise na política brasileira. Belo Horizonte: UFMG/IUPERJ, 2003.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço**: técnica e tempo/razão e emoção, cap. 3. "O espaço geográfico, um híbrido". São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Dionísio. O Fim do reitorado de Edgard Santos. In: **Bahia Republicana**: construindo nossa história recente. Salvador: UCSAL, 2001.

SARTI, C. A. Família e jovens: no horizonte das ações. **Revista Brasileira de Educação**, 11, 1999.

SAVIANI, D. História das idéias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007. (Coleção memória da Educação). SEGATTO, José Antônio. **Breve história do PC**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

SCHWARCZ, Lília M. Prefácio. In: SIMAN, Lana M. de C.; FONSECA, Thais Nívia de L. (orgs). **Inaugurando a História e construindo a nação**: discursos e imagens no ensino de História. Belo Horizonte: Autentica, 2001.

SCHWENLER, S. F; GEHRKE, M. Registrar a história, manter a memória da luta. In: VARGAS, Maria Cristina; SCHWENDLER, Sonia Fátima. **Escrevendo nossa luta, nossa história**. Curitiba: Gráfica Popular, 2003.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, Centro João XXIII, 1993.

SERIACOPI, Reinaldo Seriacopi; AZEVEDO, Gislane. **História** - Série Brasil – Volume Único. São Paulo, 2005.

SIGRIST, José Luís. **A JUC no Brasil**: evolução e impasse de uma ideologia. São Paulo: Cortez, [Piracicaba]: Universidade Metodista de Piracicaba, 1982.

SINGLY, F. **Sociologia da Família Contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SILVA, Hélio. **1964: golpe ou contragolpe?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SKIDMORE, Thomas. **As Forças Armadas na política:** testes padrões de mudança em Brasil. Princeton: Imprensa da Universidade de Princeton, 1971.

_____. **Brasil:** de Getúlio a Castelo Branco, 1930 –1964. Trad. coordenada por Ismênia de Assis Barbosa. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **Brasil:** de Castelo Branco a Tancredo. Tradução coordenada por Mário Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina (orgs.). **21 anos de regime militar:** balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

SOARES, Odete de Azevedo. **Uma história de desafios:** JOC no Brasil. 1935-1985. Rio de Janeiro, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A fúria de Calibã:** Memórias do golpe de 64. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

_____. **Formação histórica do Brasil.** 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

_____. **Vida e morte da ditadura:** 20 anos de autoritarismo no Brasil. Petrópolis (RJ): Vozes, 1984.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)** São Paulo: Alfa Omega, 1976.

_____. **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964).** 3. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1990.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. **A JUC:** os estudantes católicos e a política. Petrópolis (RJ): Vozes, 1984.

_____. As várias faces da Igreja Católica. In: **Estudos Avançados.** N. 52, Dossiê Religiões no Brasil, USP, 2004.

STEPAN, Alfred. (org.). **Democratizando o Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. **Os Militares na política:** as mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.



TARROW, Sidney. **Power In Movement. Social Movements, Collective Action And Politics** (2nd Edition). New York/Cambridge: Cambridge University Press. 1994.

THERBORN, Göran. **Sexo e poder: a família no mundo – 1900-2000**. Trad. de Elisabete Dória Bilac. São Paulo: Contexto, 2006.

TOLEDO, Caio Navarro de. (Org.). **1964: visões críticas do golpe. Democracia e reformas no populismo**. Campinas (SP): Ed. da Unicamp, 1997. (Coleção Momento).

_____. **O governo de Goulart e o golpe de 64**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **ISEB: fábrica de ideologias**. 2. ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. (org.). **Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

_____. **Ideologia do Desenvolvimento. Análise de uma instituição**. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis. Assis, 1973.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

TRINDADE, H. **Integralismo, o fascismo brasileiro na década de 30**. São Paulo: Difel, 1979.



UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. **História da UNE**. São Paulo: Livramento, 1980. (Coleção História presente. V. 4).



VANNUCHI, Novaes, r (org). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Ed Fundação Perseu Abrano, 2004.

VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto: uma visão antropológica. **Revista Território Brasileiro**. Rio de Janeiro, n. 95.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Análise da Revista A Ordem**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC), 1977.

VERZIGNASSE, Rogério. Movimento foi revolta contra Getúlio. Vargas. **Correio Popular**. Campinas, 07 jul. 2002.

VIER, Frederico (Coord.). **Compêndio do Vaticano II**: constituições, decretos, declarações. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

VILLAÇA, Antônio Carlos. **O pensamento católico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

VINCENT, Gilbert; PORÈE, Jérôme. **Paul Ricoeur**. La pensée em dialogue. Editeur PU Rennes. Paris: Collection Philosophica, 2010.



WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

WERNET, Augustin. **A igreja paulista no século XIX**. São Paulo: Ática, 1987.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: Uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e Diferença** – a perspectiva dos Estudos Culturais. 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.



ZANONE, Valério. Laicismo In: BOBBIO, Norberto Bobbio; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 5. ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

FONTES

Atas

- Ata da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, 9 de abril de 1964.
- Ata do Conselho Universitário da Universidade Federal da Bahia, 9 de abril de 1964.
- Ata do Conselho Universitário da Universidade Federal da Bahia, 6 de maio de 1964.
- Ata do Conselho Universitário da Universidade Federal da Bahia, 11 de maio de 1964.
- Ata do Conselho Universitário da Universidade Federal da Bahia, 13 de maio de 1964.
- Ata do Conselho Universitário da Universidade Federal da Bahia, 30 de novembro de 1964.

Boletins

- Boletins da JUC de nº 1 a 6/Estatutos da Igreja Católica Diocese de Jequié e Amargosa.
- Boletim da Ação Católica. Ano 1. Edição de 1937 V. 3.
- Boletim da Ação Católica. Ano 2. Edição de 1938. V. 4.
- **BOLETIM da JUC da Ação Católica.** Edição comemorativa dos 25 anos. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 1989.

Diversos

- Artigo escrito por Caio Navarro de Toledo - professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e autor de ISEB: Fábrica de Ideologias (Editora da Unicamp).
- Inventários dos Fundos: Juventude Agrária Católica do Brasil, Juventude Estudantil Católica do Brasil, Juventude Independente Católica do Brasil/CEDIC/PUC/ coord. Yara Aun Khoury. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998. (Coleção Memória, Documentação e Pesquisa).

Documentos

- CADERNO CRH. Salvador, n. 39, p. 213-255, jul./dez. 2003
- 10 anos de experiência da Ação Católica. São Paulo: Editora Fides, 1947.
- CARTA Encíclica. João XXIII. **Mater et Magistra:** Evolução da questão social à luz da Doutrina Cristã. 1961.

- _____. **Pacem in Terris**. A paz de todos os povos na base da verdade, justiça, caridade e liberdade. 1963.
- **COLEÇÃO Polícia Política**, encontra-se na folha 51 do Arquivo Público do Estado do Rio, com depoimento ao DOI/ EX: Coleções Polícia Política, Setor/Série: Comunismo, Notação: 127. Coleção Jair Ferreira de Sá, com depoimentos de jucistas ao DOI/ EX., folhas 051, 088, 109-110, e a Coleção Particular do Arquivo Ângela Borba. Acervo pertencente ao Serviço de Coleções Particulares do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.
- **COLEÇÃO particular Jean-Marc Van der Weid**. Do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.
- **COMPÊNDIO do Vaticano II**: Constituições, Decretos, Declarações. Transcrito por Frei Frederico de Vier. 22. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1991.
- Documentos Pontifícios 2. Leão XXIII - *Rerum Novarum* - Segunda edição. Rio de Janeiro – São Paulo, 1947.
- Documentos Pontifícios 52. Pio XII Sobre a reforma Social. III Edição. Rio de Janeiro – São Paulo: 1958.
- INVENTÁRIOS dos Fundos: **Juventude Agrária Católica do Brasil, Juventude Estudantil Católica do Brasil, Juventude Independente Católica do Brasil/CEDIC/PUC/** coord. Yara Aun Khoury. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998. (Coleção Memória, Documentação e Pesquisa).

Filmes

- **Ação entre Amigos**. Direção: Beto Brant. São Paulo: Sara Silveira, 1998. Filme.
- **Chuvas de Março**. Documentário com direção de Johny Guimarães. Salvador, 1999. Filme.
- **O que é isso companheiro?** Direção: Bruno Barreto. Rio de Janeiro: Produção de Luiz Carlos Barreto e Lucy Barreto, 1997. Filme.
- **Pra Frente, Brasil**. Direção: Roberto Farias. Rio de Janeiro: Rogério Farias, 1983. Filme.
- **Que bom te ver viva**. Direção: Lucia Murat. Rio de Janeiro: Lucia Murat, 1989. Filme.

Jornais

- Jornal A Bússola, 07/01/1912.
- Jornal A Esquerda de 29/10/1931.
- Jornal Diário da Noite de 10/10/1931.
- Jornal Carioca de 11/10/1931.

- Jornal Diário de Notícias de 01/04/64.
- Jornal da UNICAMP, edição 24/02 a 09/03/2003.
- Jornal da UNICAMP, 8 a 14 /08/2005.
- Jornal A Tarde de 12 /07/1960.
- Jornal A Tarde de 20/07/1960.
- Jornal A Tarde de 31/03/1964.
- Jornal A Tarde de 01/04/1964.
- Jornal A Tarde de 04/04/1964.
- Jornal A Tarde de 19/05/1964.
- Jornal A Tarde de 31/03/2004.
- Jornal da Bahia de 10/01/1964.
- Jornal da Bahia de 16/01/1964.
- Jornal da Bahia de 24/03/1964.
- Jornal da Bahia de 04/04/1964.
- Jornal da Bahia de 07/04/1964.
- Jornal da Bahia de 12/08/2007.
- Jornal de São Paulo de 24/08/1961.
- Jornal da UNICAMP, edição 204, 24/02 a 09/03/2003.
- Jornal do Brasil, 31/03/1964.
- Jornal O Globo de 02/04/1964.
- Jornal Semana Católica, 17/03/1963.
- Jornal Semana Católica, 12/04/1964.
- Jornal pequeno, 12/07/2007.

Revistas

- REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISTÓRIA ORAL. Texto de Norberto Guarinello. n. 1. Junho de 1998.
- REVISTA EM TEMPO, 82. AP, do cristianismo ao marxismo-leninismo. São Paulo, 20 a 26 de setembro, 1979.
- REVISTA NOSSA HISTÓRIA. 500 anos de presença da Igreja no Brasil. Cristã Família, 2000.
- REVISTA CRITICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Violência, memória e representação. N. 88. Coimbra, Portugal, março de 2010.
- REVISTA VIRAGEM, nº 21. Dieu est-il crédible? 1996.

APÊNDICES

Apêndice A: Termo de Concessão



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
CAMPUS V – Santo Antônio de Jesus- BA**

TERMO DE CONCESSÃO PARA PESQUISA ACADÊMICA

Eu, SUZANA ANICE MARCELA DA S. CARDOSO portador(a) da carteira de identidade nº 358 986 autorizo o uso da entrevista concedida em 11/10/2006 para Tese de Doutorado na Universidade Federal de Pernambuco, além do uso de documentos concedidos para fins de pesquisa.

NOME SUZANA A. M. S. CARDOSO

ENDEREÇO Rua Curva Grande 44 Jaraguá

TELEFONES (71) 328-4124; 328-4062

CIDADE Salvador CEP 40100-340

E-MAIL ecardoso@cpumet.com.br

DATA DA ENTREVISTA 11, 10, 2006

ASS Suzana Cardoso

PESQUISADORA ; MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO DI GREGORIO
E-MAIL fdigregorio@bol.com.br
Tel: 071 91432526 ou 71 2353881



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
CAMPUS V – Santo Antônio de Jesus- BA

TERMO DE CONCESSÃO PARA PESQUISA ACADÊMICA

Eu, Faílano Sampaio de Silva, portador(a) da carteira de identidade nº 748.732 autorizo o uso da entrevista concedida em 1/200_ para Tese de Doutorado na Universidade Federal de Pernambuco, além do uso de documentos concedidos para fins de pesquisa.

NOME _____

27/02/19 150

ENDEREÇO _____

R. Vivaldo Bastos, 15A.

TELEFONES _____

73 35381823.

CIDADE _____

CEP _____

E-MAIL _____

faileusampaio@uol.com.br

DATA DA ENTREVISTA _____

12 / 12 / 05

ASS _____

Faílano Sampaio de Silva

PESQUISADORA ; MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO DI GREGORIO

E-MAIL f.digregorio@bol.com.br

Tel: 071 91432526 ou 71 2353881

ANEXOS

CD